

POLÍTICAS E COLÔNIO NO BRASILEIRO, ESTADO DO
PARÁ: UM TRIN, A TERRA E A MARTEIDA.

MARIA DE FÁTIMA CARNEIRO DA CONCEIÇÃO

*Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
definitiva e aprovada pela
Comissão julgadora em 12/04/91*

Maria Conceição

Orientadora: Profa. Dra. MARIA CONCEIÇÃO MENEZES

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento
de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Campinas, dezembro de 1990.

80/9104572J
C744p

13860/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

*À minha mãe, Mila,
dedico este trabalho*

*À memória de Francisca Silva, d. Chiquinha,
imigrante cearense que povoou minha imagina-
ção infantil com relatos fantásticos em que
sua penosa viagem como retirante, fugida da
seca do sertão, misturava-se com as chuvas
em demasia, no Pará, mãos-d'água nos igara-
pés, cobras no covinho da roca, o preço da
farinha de mandioca sempre baixo, e a fartura
das frutas silvestres como dádiva.*

*Aos colonos da Bragantina, de hoje e de an-
tes, em sua luta para continuar produzindo na
própria terra.*

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento Sócio-Econômico da FCAP-Faculdade de Ciências Agrárias do Pará agradeço a minha liberação para cursar o Programa de Pós-Graduação, nível de Mestrado, da UNICAMP.

Aos colegas do mesmo Departamento, Regina Kazare Silva Marques e André Luiz Lopes de Souza, pela dedicação com que me substituíram, nas aulas de Sociologia Rural.

A CAPES (PICD)/MEC, pela bolsa de estudos a que fiz jus, durante três anos.

Aos Professores do Programa de Sociologia/IFUM, pelo estimulante convívio, especialmente a Edgundo F. Dias, Maria de Nazareth Mendonças, Maria Teresa Salce, Carlos Rodrigues Brandão e Elide Ruyal Bastos. Ao prof Sérgio Silva, então pertencente ao Instituto de Economia, pela atitude de compromisso com o trabalho de seus alunos.

A Profa. Conceição D'Incao, pela sensibilidade em acolher um tema amazônico, e pela ambiente que soube criar para a orientação acadêmica: trocando experiências, convivência, amizade.

Aos colegas, em cuja companhia foi agradável estudar e conviver. De forma singular a Raulão Baltar, o amigo constante, na trajetória às vezes tortuosa da pós-graduação.

Aos que colaboraram com a pesquisa, em diferentes etapas, no Pará e em Campinas-SP: Leopoldina Araújo, profª do Centro de Letras da UFPA, pela orientação aos universitários que transcreveram as entrevistas; Gilberta Carneiro Souto e Ina Dée Salame pela cuidadosa revisão nas transcrições; Rê de Fátima N. Lima pe-

do auxílio nas viagens de campo. Em muitas instituições, especialmente na FCAP, UFFa, UNICAMP e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, agradeço a atenção de funcionários.

Ao colega Francisco Cardoso, do Departamento de Solos da FCAP, pelo interesse e apoio que manifestou por esta pesquisa, integrando-a às etapas iniciais do Projeto "Tecnologias Alternativas para o Pequeno Produtor Rural da Amazônia", então sob sua coordenação. O entusiasmo compartilhado com sua equipe foi extremamente proveitoso no momento inicial da pesquisa de campo.

Aos amigos do NAEA/UFFa, especialmente Jean Hébette, Edna Castro, Rosa Acevedo e Albertina Oliveira, e do IBESP, Violeta Rehkulefsky Loureiro, cujo interesse pela questão agrária na Amazônia foram razão de permanente intercâmbio.

Aos colegas do PIPSA, especialmente do Grupo Agricultura na Amazônia, pelas discussões nos diversos Encontros.

Aos técnicos da EKATER-PA, nos escritórios locais e regionais da Bragançinha, pelo apoio na pesquisa de campo.

Aos colonos entrevistados, pela atenção e hospitalidade com que me receberam sempre, em meio às suas atividades.

Aos que, sem razões profissionais, mas apenas por serem amigos, encontraram sua forma de colaborar.

Ao Jurandir, companheiro de uma bela caminhada, pelo imprescindível apoio. A nossos filhos André, Beatriz e Leticia não um agradecimento, mas o desejo de que, algum dia, eles se interessem por essa história e pela leitura deste trabalho

Seu José mestre carpino,
e em que nos faz diferença
que como frigida se alastre
ou como rio na cheia,
se acabamos naufragados
num braço do mar miséria?

Severino, retirante,
muita diferença faz
entre lutar com as mãos
e abandoná-las para trás,
porque ao menos esse mar
não pode adiantar-se mais.

João Cabral de Melo Neto

"Apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos".

E. P. Thompson.

SUMÁRIO

Capítulo I - A Bragantina como questão	
I.1-Ciências agrárias, planejamento e técnicas	3
I.2 - E.F.B, 1889 : uma estrada de ferro para quem?	22
I.3 - Políticas estatais e colonos	29
I.4 - Procedimentos metodológicos	33
I.4.1 - Caracterização da área	33
I.4.2 - A pesquisa de campo	37
I.4.3 - Conteúdo das entrevistas	42
Notas	47
Capítulo II - Um dia de Feira	48
Notas	71
Capítulo III - Políticas para os colonos da Bragantina	72
III.1 - 1875 a 1888: repercussões da política Imperial de colonização	72
III.2 - 1889 a 1930: repercussões da política Republicana de colonização	130
III.3 - 1930: escolas e emancipação de vilas com Magalhães Barata	145
III.4 - 1965 a 1988: extinção da Estrada de Ferro de Bragança e políticas de assistência técnica e extensão rural	155
Notas	179

Capítulo IV - Os colonos contam sua história.....	182
---	-----

IV.1 - A chegada dos imigrantes.....	182
IV.2 - O acesso à terra.....	202
IV.3 - Os cultivos praticados nas colônias.....	219
IV.4 - Os colonos avaliam sua experiência.....	240
IV.5 - Ser colono: busca de identidade.....	254
IV.6 - Trajetória de colonos.....	257

Capítulo V - Políticas estatais e colonos: encontros ou desencontros?.....	266
--	-----

Bibliografia.....	288
-------------------	-----

ANEXOS

I (A, B, C) Municípios, Rodovias e Produção Agrícola da MRH Bragantina.....	302
II (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J) Evolução da População no período 1940/1980.....	305
III (A, B) Ata da Criação da Sociedade Paraense de Imigração e Evolução da Colonização.....	314
IV Decreto da extinção da E.F.B.....	316

I - A BRAGANTINA COMO QUESTÃO.

I.1 - CIÊNCIAS AGRÁRIAS, PLANEJAMENTO E TÉCNICAS

Algumas questões relacionadas com a Bragantina enquanto experiência social e agrícola deram origem a esta pesquisa. Contudo, se essas questões faziam parte de preocupações muito claras e preliminares à pesquisa, a problematização delas enquanto tema de pesquisa foi submetida a um árduo percurso de reflexões e discussões. Esse percurso envolveu novas questões, muito instigantes, relacionadas com a História regional e com a reflexão interdisciplinar, tendo como perspectiva a noção de uma sociedade em movimento.

Por isso, a perspectiva que orienta esta pesquisa é a da História Social, como campo de observação, reflexão e registro de experiências humanas que estruturam as sociedades, com suas peculiaridades, motivações e significados próprios. História Social pensada como campo das ciências sociais onde se dá a fértil aproximação entre Sociologia e História, numa tentativa de estreitar o relacionamento entre essas duas disciplinas, o que, conforme Harvey Kaye (Kaye, 1984), poderia evitar uma certa tendência empirista da História, tanto quanto a tendência teórica da Sociologia. Relacionamento de que resultaria, talvez, uma concep-

ção mais adequada de cada uma dessas disciplinas, indevidamente tornadas, segundo algumas análises, empiristas ou teóricas.

A perspectiva de uma sociedade em movimento, que pode se beneficiar da contribuição conjunta da História e da Sociologia, vincula-se à noção de tempo, e nisso orienta-se em Marc Bloch (Bloch, 1941, p. 41) pela sua concepção da tarefa do historiador, de quem se espera sensibilidade para a importância do tempo nessa tarefa, como campo onde se relacionam as diferentes gerações e épocas e onde ocorrem as mudanças. Daí sua frase:

"É tal a força da solidariedade das épocas que os laços de inteligibilidade entre elas se fazem verdadeiramente nos dois sentidos. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja mais útil esforçarmo-nos por compreender o passado, se nada sabemos do presente".

A contribuição dos historiadores para a História Social pode encontrar no tempo, como palco onde se inscrevem as ações humanas, uma preciosa perspectiva para colocações de questões.

Pensar a Bragantina, tendo como perspectiva a história que vai sendo criada com a ação e os ideais de grupos humanos, mais precisamente com famílias de agricultores que há muitas décadas se reproduzem como tal num determinado perfil de sociedade, significa dispor de um referencial que permita olhar para a atividade desses agricultores, considerando-os como atores com direito à própria história. Significa fazer indagações sobre a presença deles na história, palmilhando o conhecimento existente e procurando inquirir sobre as atividades e razões deles próprios. Significa olhar o presente fazendo questões ao passado.

Ou buscar no passado elementos que possam ajudar a compreender o presente.

As questões sobre a experiência social e agrícola da Bragantina tiveram origem, em parte, no confronto entre a observação direta de fragmentos dessa experiência, frente a duas fontes de discursos: por um lado, o discurso científico de interpretação da experiência agrícola, e, por outro lado, a versão dos documentos oficiais mais antigos, que expressavam uma concepção sobre a mesma experiência. A integração, sob a forma de confronto, desses discursos de diferenciadas formulações, só é possível seguindo proposições como a de Carr (Carr, 1982) de que os fatos e a interpretação sobre os mesmos são inseparáveis, não falando por si mesmos, mas respondendo a questionamentos colocados pelo observador. Combatendo o positivismo, ele alertou para o sentido dos acontecimentos, que inclui os valores, os quais precisam ser conhecidos e considerados nas análises.

As interpretações e valores estão muito presentes nas questões a respeito da Bragantina: é difícil falar na construção da estrada de ferro sem as avaliações e discussões que a acompanharam. O discurso científico sobre a experiência, por sua vez, é recheado de avaliações e julgamentos. A fala dos governantes, sobre a estrada de ferro ou sobre a colonização, revela entusiasmo ou decepção. A perspectiva adotada aqui é de que tudo isso, e mais, devem ser considerados. Principalmente, deve ser considerada a perspectiva dos que não decidiram sobre esses acontecimentos, mas o inscreveram na História regional com sua vida e seu trabalho, os colonos, em diferentes gerações.

Nesse aspecto de adotar a perspectiva dos que não decidiram - porque não eram autoridades, nem tinham influência junto ao poder - as indagações aqui perseguidas têm acolhida em Thompson (Thompson, 1997), que em seus trabalhos tem desenvolvido o posicionamento metodológico de buscar no mundo empírico a lógica própria da História.

Ao estudar, na Inglaterra do século XVIII, a formação da classe trabalhadora, em meio a todas as suas formas de viver e de se expressar, ele busca, enquanto pesquisador, as evidências não apenas da expressão econômica dessas classes na condição de trabalhadores, artesãos ou operários de fábrica, mas como grupos humanos que experimentavam as consequências de leis, tribunais, decisões, e continuavam a existir como pessoas que têm hábitos, crenças, expectativas, e que são modificados exatamente pelas reações a todas essas manifestações.

Seu método de estudo elege a experiência enquanto resposta mental e emocional, resultante do trabalho individual e social, das formas de pensar e de viver que geram a consciência social, que por sua vez influencia novamente o ser, modificando a experiência. Com esses procedimentos Thompson estabeleceu uma linha de busca e percepção aguda da razão de ser de fenômenos que não mereceram atenção em outros estudos, a não ser secundariamente: a vida do homem comum, sem heroísmos ou destaques, e suas causas muitas vezes perdidas.

Essas causas perdidas merecem ser resgatadas porque se inscrevem na memória e justificativa dos grupos, na formação das classes sociais, tanto quanto na trajetória desses gru-

pos, isto é, causas perdidas não são sepultadas com o esquecimento mas reaparecem, são recorrentes na História

A reflexão que problematizou a Bragantina nesta pesquisa, enveredou, pois, mais e mais, pela perspectiva de valorização da experiência "malograda", da colonização que "fracassou", da busca das razões e justificativas dos próprios atores. Seria como, em termos de problema de pesquisa, optar pelo tema, um tanto irrelevante, de olhar para as capoeiras, na perspectiva da História Social, ou da Sociologia Rural, como quem busca nas capoeiras o registro de esforços de grupos humanos, presentes nas memórias, ou ainda repetidos no cotidiano das gerações.

Assim pensada, a questão da Bragantina incorporou na reflexão o discurso científico, e o oficial, como contraponto às experiências dos grupos sociais, que espero explicitar neste capítulo como concepção, e no decorrer da pesquisa, como demonstração.

Em meio ao conhecimento formal existente, a noção mais geral, e talvez a mais sistematizada pelo discurso científico que a fundamenta, é compartilhada por técnicos das ciências agrárias, que, ao organizarem seu olhar para as práticas agrícolas disponíveis na Bragantina, em torno da década de 40 - quando centros de pesquisa e escolas agrícolas se implantaram no Pará (1) - lançaram observações contundentes de avaliação e mesmo de alerta para com os desleixos, erros e resultados negativos da chamada "agricultura da Bragantina".

Felisberto C. de Camargo (Camargo, 1948), então Diretor do Instituto Agrônomo do Norte, em tese apresentada à

Conferência Inter-Americana de Conservação dos Recursos Renováveis, em Denver, Colorado, Estados Unidos, em setembro de 1948, apresenta um exame da Dragantina marcado pela destruição causada pelas formas de cultivo adotadas, sobre um solo inadequado a elas. Ele diz:

"Na região da Estrada de Ferro de Bragança, matas seculares têm sido destruídas com as queimadas para a produção de duas ou três safras de farinha ou de cereais e o terreno vai sendo abandonado como improdutivo e transformado em capoeiras de segunda ou terceira categoria. Os próprios leigos dizem que essas terras só são produtivas enquanto existir um resto de cinza da floresta.

O pobre agricultor da região entregue à rotina sem receber a mínima assistência e orientação técnica, caminha a exemplo do índio, avança eternamente, derruba novas árvores todos os anos, prossegue nômade, mudando sempre de região, produzindo um mínimo com a destruição dessa riqueza secular que a cada passo é deitada abaixo e queimada inconscientemente. É inconscientemente vai-se praticando um crime sistematizado contra o futuro. Um crime contra os recursos irrenováveis da natureza. Irrenováveis, podemos dizê-lo na realidade e na prática, porque um solo excessivamente silicoso num clima equatorial úmido é problema dos mais sérios, morosos e caros para a humanidade.

Toda a obra de colonização e de agricultura que vem sendo realizada nas margens da Estrada de Ferro de Bragança, tem sido simples destruição dos recursos naturais irrenováveis.

Na retaguarda do caboclo, que avança de terçado e machado em punho, empenhado na sua obra inconsciente de destruição, fica a pobreza, a miséria sustentada por uma diminuta produção de lenha e carvão, obtida à custa da paupérrima capoeira, na última fase de um saque contra a natureza".

Sua concepção é de que nas terras do alto quaternário, onde se situava grande trecho da extensão total da Estrada de Ferro, só se deveria praticar agricultura florestal, de produtos para exportação como borracha, castanha do Pará, madeira, cacau, etc, ficando os cultivos anuais para as terras do novo quaternário, em grande parte regiões de igapó, inundáveis, às mar-

gens de rios como o Guamá. No trecho intermediário entre as terras altas e os igapós ficariam as moradias, junto com granjas leiteiras e criação de pequenos animais.

A avaliação e as sugestões de Camargo, de 1948, já se fazem sobre uma experiência implantada. Cabe perguntar se a concepção e implantação da colonização da Bragantina, em 1584, dispunha de conhecimentos sobre os recursos naturais amazônicos, ou pelo menos da área de implantação do projeto, que permitissem um plano agrícola nos moldes por ele propostos.

O que interessa registrar aqui é o enfoque da Bragantina sob o signo da destruição. O tom eloquente da denúncia vê a destruição dos recursos naturais de forma irrecuperável, e sobre a ação humana fica a acusação do caboclo como "nômade" e despreparado, "a exemplo do índio". A acusação de nômades para agricultores de quem se esperava o contrário, isto é, a fixação ao lote, é uma indicação forte de negação da colonização por parte de quem avalia. E a característica de nômade é repetidamente aplicada ao imigrante nordestino na Bragantina, no discurso oficial. Quanto ao "exemplo do índio", certamente Camargo não poderia estar se referindo ao conhecimento indígena sobre cultivos, controle de pragas, seleção de espécies e manejo de florestas, entre outros, conhecimento esse registrado em literatura mais recente, que tenta resgatar a importância da participação indígena na agricultura amazônica. A referência ao "exemplo indígena" talvez queira destacar apenas o nomadismo, ou a dificuldade de se estabelecer em lotes agrícolas, característica que aproximaria caboclos e indígenas. A acusação de nomadismo precisaria estar

fundamentada. O tempo histórico da experiência da Bragantina permitiria observar em que medida e extensão o nomadismo ocorreu, e em que aspectos das práticas agrícolas podem ser detectadas influências da cultura de grupos indígenas.

O historiador Ernesto Cruz (Cruz, 1955, p. 149), um pouco mais tarde, contestaria as afirmações sobre o desenvolvimento agrícola da Bragantina feitas por Camargo, lembrando que, à época, as varções da ferrovia não eram suficientes para transportar a produção agrícola. O historiador, com seu argumento da quantidade produzida, é uma das raras vozes de contestação ao discurso científico da época. A História, como conhecimento científico, podia dispor dos dados da Estrada de Ferro de Bragança, e da avaliação de alguns governantes querendo expandir a estrada de ferro, adequá-la ao crescimento da Bragantina, em população e em produção agrícola.

Mas as avaliações dos erros e fracassos prosseguiram. Em 1954, Rubens Rodrigues Lima (Lima, 1954), também diretor do Instituto Agrônômico do Norte e professor da Escola de Agronomia da Amazônia, estudando "Os efeitos das queimadas sobre a vegetação dos solos arenosos da região da Estrada de Ferro de Bragança" anuncia o assunto a ser estudado nos seguintes termos:

"Há pouco mais de meio século, as terras que ladriam os duzentos e trinta e três quilômetros por que se prolonga a Estrada de Ferro Belém-Bragança, estavam ainda cobertas de florestas exuberantes.

Com o início da construção da ferrovia, iniciou-se também o movimento de colonização das terras marginais que a estrada ia pouco a pouco penetrando. Eram os colonizadores, em sua maioria, sertanejos fangidos pelas secas do Nordeste e procediam principalmente dos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Quasi todos analfabetos, sem

receberem outro auxílio senão o de passagem e localização em áreas previamente estabelecidas, sem instrução alguma sobre os melhores processos de explorá-las ficaram sempre os colonos entregues à própria sorte. Por falta de conhecimentos das reais possibilidades do solo, incapaz de suportar o método de agricultura a que estavam acostumados e em que o machado e a caixa de fósforo são os principais instrumentos agrícolas, iniciaram os nordestinos um extrativismo violento, *sui-generis*, que ainda perdura e que tem por base a exploração do solo e da floresta a fogo, para colheita de cereais, cujo valor, comumente, naquelas terras arenosas, não compensava o da madeira destruída.

As terras da Bragantina são realmente muito pobres, destituídas dos elementos minerais indispensáveis para sustentar culturas intensivas. Entretanto os resultados dos erros cometidos naquele solo arenoso não devem ser tomados como exemplo das possibilidades que oferecem as terras firmes existentes em toda a Amazônia".

A recomendação de Lima é no sentido de orientação aos imigrantes quanto às técnicas mais apropriadas ao tipo de solo ou outra exploração.

"A ausência desses conhecimentos - prossegue ele - foi a causa principal, senão a única, dos resultados agrícolas negativos da colonização e do quadro desolador que hoje apresentam o solo e as plantas na zona Bragantina".

Portanto, para o autor, o solo pobre exigia conhecimentos técnicos que o imigrante não dispunha, mas essa recomendação só poderá servir para outras regiões de terra-firme na Amazonia, não mais para a Bragantina, com seu quadro "desolador."

Em seu clássico estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, Antonio Candido (Candido, 1982, p 45) analisa as queimadas, como prática utilizada em solos tropicais, e diz baseado nos geógrafos Daniel Faucher e Pierre Gourou:

"Sabemos que a queimada de mata corresponde às dificuldades de explorar doutro modo o solo tropical, aparecendo como técnica em todo o mundo (...) Mas poderia o lavrador tropical agir doutro modo? O seu método é rápido e

dá em pouco tempo a terra de que precisa. A deficiência inevitável dos meios de comunicação nos países pouco povoados impede a exploração racional da floresta; e a floresta tropical não é fácil de explorar.

Para o caipira, a agricultura extensiva, itinerante, foi um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico: recurso para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra"

Candido estudou o agricultor do interior paulista que não estava em lotes definidos pela colonização, e interpretou a prática das queimadas no contexto de suas condições de vida. Mas o raciocínio da queimada como prática adotada a solos tropicais e como alternativa à falta de técnicas vale para a Bragantina : por que o agricultor desprovido de técnicas, ao enfrentar os solos tropicais da Bragantina seria exceção às práticas comuns no mundo?

Se trabalhos técnicos sobre a Bragantina revelavam desgaste do solo pelo mau uso e desconhecimento de técnicas apropriadas de conservação, inapropriação de culturas às condições naturais, necessidade de mudanças nas práticas correntes entre os colonos, com relação a formas de cultivo e uso do solo, etc, o conjunto das análises, à medida que se ampliava, foi permitindo a avaliação mais geral que qualificou a experiência total de colonização da Bragantina como um verdadeiro fracasso.

As pesquisas acabavam sendo a comprovação em detalhe desse diagnóstico mais amplo de fracasso, que apontava para a necessidade dos centros de formação e de pesquisa orientarem a sua atuação para a correção desse quadro . O palco de erros em que se transformara a Bragantina enquanto experiência agrícola, tão providencialmente localizado às proximidades da capital e dos

centros de ensino e pesquisa, serviria como campo de experimentos e aprendizagem. O palco de erros incorporara diferentes exemplos do que não deve ser praticado, do ponto de vista das técnicas modernizadoras recomendadas pelo conhecimento científico; justamente por isso, pelos erros acumulados, teria um papel nas experiências científicas e na transmissão desse conhecimento.

Convém lembrar que Camargo e Lima, foram diretores, em seu tempo, do Instituto Agrônomo do Norte - IAN, e professores da então Escola de Agronomia da Amazônia - EAA, tendo sido Camargo o fundador da Escola. Trata-se portanto de profissionais que tiveram grande influência junto ao principal centro regional de pesquisa agrônoma - o IAN - e de ensino das ciências agrárias - a EAA. Pioneiros das ciências agrárias na região, com atuação nos centros de pesquisa e ensino que ajudaram a consolidar, puderam ter seguidores em meio a alunos e pesquisadores. Eles representam aqui o olhar de avaliação das ciências agrárias para a experiência de Bragantina, na fase preliminar de instalação delas na Amazônia, sempre localizados em Belém, vizinho à Bragantina.

Esse discurso das ciências agrárias teve largo poder de convencimento, pois não conheceu muita contestação. Enquanto conhecimento científico, produzido em centro de pesquisa e ensino, alcançava legitimação, tanto mais que, em termos temporais, ele coincide, em sua formulação, com a crise da Bragantina. Tudo isso se reforçava pela acumulação das novas e sucessivas avaliações por parte dos diferentes especialistas. Esse fundamentado discurso, vai extrapolar o campo estritamente científi-

co, para se projetar, com o mesmo poder de influência, no âmbito mais global da sociedade.

O diálogo entre a perspectiva de que os grupos humanos têm uma história e um lugar na sociedade, face a outra perspectiva de um conhecimento sistematizado que avalia criticamente, negando mesmo a própria experiência, é um diálogo difícil. Em alguns momentos o argumento de que com sua vida e ação os homens constroem a sua história, e essa história tem um sentido, parece não ter acolhida no argumento de que esses grupos falharam irremediavelmente, como se sua experiência precisasse ser "passada a limpo", reiniciada sob novas bases, talvez científicas, capaz de gerar uma nova história, que então seria reconhecida.

Em confronto com a outra fonte documental, os Relatórios dos Presidentes da Província do Pará, (de 1875 a 1889) e os dos Governadores do Estado do Pará (1889 a 1936), a perspectiva da história dos colonos passa por uma intermediação, o próprio projeto de colonização. Eles são concebidos, enquanto personagens, em função das intenções que vão sendo anunciadas, eles são pensados face a uma história já estruturada, que marcou a fase imperial da Província do Pará, muito definida pelos contornos políticos, culturais, e sociais da Capital, Belém. Em resumo, as intenções eram de suprir a Província de alimentos, para que as atividades econômicas centradas no extrativismo tivessem continuidade. Mas a adequação do projeto de colonização a essas intenções tem a marca social e política da Província.

A fonte documental dos Relatórios Provinciais, comparada aos trabalhos dos pesquisadores das ciências agrárias

na década de 1940 em diante, mostra as diferenças de discurso: os Presidentes da Província prepararam-se, com suas intenções, para um futuro, que somaria a riqueza do extrativismo com a fartura da produção de alimentos; para os técnicos das ciências agrárias, é o olhar científico do presente que critica o passado, marcado pela tradição e ausência de conhecimento científico, identificando nele os erros das políticas implementadas, tanto quanto das práticas dos imigrantes.

Impossível deixar de reconhecer, nos Relatórios Provinciais, uma perspectiva consciente de intervir na História, através da discussão e apresentação de alternativas de ocupação opostas ao que existia. Essa intervenção na História não ocorre isoladamente, mas vincula-se, enquanto alternativa, ao que estava sendo pensado para o Brasil, como: a imigração estrangeira, a agricultura mais racional, a construção de estradas de ferro como meio de desbravar e facilitar a ocupação, e a preocupação, que no Pará remontava às políticas pombalinas, de estimular a criação de núcleos e vilas.

Convém lembrar que esse diálogo pensado aqui opõe diferenciadas óticas, tanto em sua natureza, quanto pelos diferentes momentos em que foram manifestadas, numa tentativa de reconstruir o percurso de definição do objeto de pesquisa.

A visão da perspectiva do colono, aqui procurada, foi aos poucos se delineando e sendo colocada frente a outras visões. O objetivo foi a reflexão e o amadurecimento duma perspectiva, que prosseguiu colocando questões. Provavelmente, na época, o discurso dos Presidentes motivava ações e concepções

promissoras com relação a colonos e habitantes da capital, pela incorporação de elementos novos, associados com a idéia do progresso, ou dos novos tempos, como a construção de uma estrada de ferro, e a colonização com imigrantes europeus, na perspectiva do abastecimento alimentar. Já o discurso oriundo das ciências agrárias, em sua época, por volta de 1940, talvez tenha reforçado uma visão muito desvalorativa e depreciativa sobre os grupos sociais que participaram, em diferentes gerações, da experiência da Bragantina.

Essa visão desvalorativa, facilmente imbrica-se à idéia do fracasso, mas, como esperamos refletir melhor no decorrer do trabalho, ela se vincula a uma condição dada pelas peculiaridades sócio-econômicas e políticas da colonização. O objetivo da pesquisa foi o de resgatar a experiência da Bragantina em suas determinações, para incorporá-la no conhecimento histórico regional. Resgatar a experiência na tentativa de mostrar que os colonos da Bragantina tiveram participação na história regional, e sua presença, reconhecida a nível do conhecimento, é que permite ver o dinamismo dessa história.

Em termos da construção dos valores que estruturam o pensamento de uma sociedade, é possível ver que o elitismo da Província que Belém centralizava, marcava uma experiência social já bastante polarizada entre os que transitavam pelo poder, dele usufruindo vantagens, e os que apareciam claramente despojados dessas vantagens. Nas concepções dos primeiros a colonização apareceu como a possibilidade de solução do problema do abastecimento, na sua concepção, e depois, na prática, as correntes migrató-

rias provocadas pela seca no Nordeste lembravam que a Bragantina também poderia ser um imenso abrigo de pobres. Como palco da imigração europeia, ou como abrigo para os "flagelados", a Bragantina não oferecia atrativo para essa elite, a não ser em seus resultados (somente muito depois é que suas terras começaram a ser procuradas como sítios e chácaras de fim-de-semana, concorrendo nisso com a vila de Icoaraci anteriormente mais procurado).

Na fala dos Presidentes, há animação com a colonização em alguns períodos e avaliações de fracasso em outros. Implícito nas avaliações estão os interesses conflitantes dos grupos dominantes, e o papel da Bragantina face a esses interesses. Por exemplo, a Província quer a colonização, mas a Assembléia Provincial está constantemente cobrando do Presidente os gastos excessivos com o projeto.

Assim, não causa surpresa que as concepções ditas oficiais, em sucessivas décadas, mesmo nas mais recentes, tenham incorporado o discurso científico de avaliação negativa da Bragantina, quase numa extensão do próprio discurso, no sentido de desprestigiar social e politicamente a experiência da Bragantina. Nesse processo desvalorativo foi-se negando uma experiência derivada de uma construção histórica muito particular: imigrantes europeus e nacionais, com suas famílias, transformando-se em colonos da Bragantina, com acesso à terra, dedicando-se à produção agrícola e reproduzindo-se como colonos, desde o final do século passado.

Essas observações, derivadas da confrontação da experiência dos colonos face a outras perspectivas (a oficial e a

científica), produziam questões do tipo: por que a Bragantina é comumente associada ao atraso, insucesso, erros? De onde surgem e quais as fundamentações que avaliaram a Bragantina? Como originou-se a experiência de colonização, e quais os condicionantes que determinaram uma configuração tão marcante? E por que uma configuração tão peculiar em relação à história regional, resultado de uma firme disposição de alguns governantes, demonstra, no mesmo discurso oficial, no decorrer do tempo, tanto a animação por um promissor projeto, quanto a decepção pelo seu fracasso? Afinal, o que dá certo e o que não dá certo? Mas, sobretudo, qual a avaliação que os próprios colonos fazem da colonização?

As origens históricas estavam datadas e bem definidas, em torno de uma estrada de ferro que o governo da Província do Pará planejou e construiu a partir de 1883, cuja concepção estava associada à colonização. Esse fato histórico encontrava-se relativamente bem documentado, principalmente por ter sido resultado de ação governamental que se estendeu por várias décadas, (numa linguagem contemporânea teria sido um projeto de implantação demorada), e por sucessivos governos, onde o interesse pela construção, uma opção política, embarrava nas dificuldades próprias a um arrojado empreendimento - desde o financiamento até a própria construção da estrada de ferro - e nos obstáculos políticos a isso, a nível da Província.

Portanto a experiência tinha sua origem numa política de governo, numa intenção de realizar o povoamento do nordeste paraense com base na agricultura praticada por colonos e

suas famílias, na condição de proprietários de lotes de 25 ha.

Diante da arrojada política que ao longo dos documentos consultados vai-se delimitando, é possível perceber o seu aspecto unilateral, no sentido de os documentos relatarem dificuldades, decisões e idéias sempre na perspectiva dos governantes, atores isolados da ação.

Os governantes, ao implantarem essas políticas, têm como interlocutores os grupos representados em outras esferas do poder, num atendimento aos interesses da mesma classe dominante. São políticas que tratam de interesses próprios da classe dominante como por exemplo: a nível da Província estão se forjando os delineamentos de uma situação futura, onde as atividades produtivas em potencial - extrativismo cada vez mais cotado internacionalmente e o comércio - poderiam ganhar mais dinamismo, daí as preocupações com o abastecimento; e a nível nacional a Província articulava-se às políticas imperiais de colonização com imigrantes europeus, ou, na pior das hipóteses, os seus governantes orientavam iniciativas que pudessem se beneficiar das verbas destinadas a isso, seguindo as tendências que já mostravam como uma realidade a colonização implantada em províncias do Sul.

Há uma idéia que perpassa a fala dos presidentes que é a preocupação de desenvolver a agricultura. Por isso, independente da adoção da imigração européia, ou da colonização, ou da construção de uma estrada de ferro, os governantes pensavam na agricultura como a atividade adequada ao futuro da Província, que pudesse retomar o desempenho anterior à crise referida por eles, para o período. Mas agricultura como atividade que permi-

tisse fixar o homem ao solo e incentivar o povoamento, de modo a promover mudança de mentalidade, disseminando a civilização. A idéia de progresso parece se associar aqui com atividade produtiva desenvolvida por pequenos proprietários. Por isso, a intenção aponta para a agricultura como anseio mais antigo, mas se completa com a proposta de colonização com imigrantes europeus, e com a estrada de ferro.

Os Relatórios governamentais insistem que a demanda "da Província" era por "braços para a lavoura", braços que não existiam na Província. A idéia, portanto era de ocupação, com base no trabalho agrícola, desenvolvido por famílias, em lotes de 25 ha., às proximidades da capital. O projeto não pensava nas demandas dos agricultores, embora, como se verá, revele uma concepção orientada pela efetiva participação deles, enquanto habitantes dos futuros núcleos e produtores agrícolas dos futuros lotes. Ou seja, a política de colonização vai contar com eles, vai incorporá-los à vida econômica, vai garantir-lhes um espaço de reprodução, mas vai fazer isso antecipando-se a eles, e às suas demandas, na medida em que constitui-se numa resposta à complexa problemática "da Província", vale dizer, dos interesses dominantes.

O motivo da colonização está claro nos documentos: corrigir a "falta de braços" necessários à produção de alimentos, para apoiar as atividades lucrativas, conduzidas por grupos próximos ao poder, na Província. Para isso resolveram contar com agricultores experientes, os imigrantes europeus, os quais foram buscados insistentemente; a Província esperava desenvolver

uma agricultura com técnicas renovadas, que o europeu traria em seus costumes.

Portanto, os atores da colonização estão referidos aos interesses sócio-econômicos de grupos influentes representados pelo Estado, antes mesmo da constituição deles como colonos. O Estado é o interlocutor dos colonos, na medida em que cria, e, no caso, intencional e laboriosamente, as condições de sua existência, através da política de colonização, e, depois, de desenvolvimento agrícola.

I.2. - E.F.B., 1889: UMA ESTRADA DE FERRO PARA QUEM?

Em finais do século XIX parece evidente na política de colonização da Bragantina, a previsão de agricultor familiar, enquanto perfil a ser preenchido. Sem destinatário certo, a política volta-se para um perfil onde as características podem ser extraídas com clareza: colonos, preferentemente imigrantes europeus, com suas famílias, para viverem e produzirem alimentos em lotes de 25 ha, com base em agricultura menos rudimentar que a praticada na Amazônia de então e que atendesse o abastecimento de Belém.

Sem destinatário certo, porém vinculada a um interesse certo: atender as necessidades dos habitantes da capital. Em outras palavras: inserir agricultores familiares numa organização social já definida por grupos e classes sociais, em torno de atividades econômicas e objetivos tão próprios quanto tradicionais, se forem consideradas as motivações das classes aproximadas do poder, e seus interesses no extrativismo. Parece mesmo surpreendente que a elite paraense, tão acostumada com a lucrativa atividade extrativa, e dela dependente, pudesse pensar na agricultura e na colonização como futuro da Província. Sobretudo em termos da ocupação humana, ou de trabalho para a população pobre, o extrativismo fazia-se tradicionalmente através do "aviamento", forma bastante exploratória do trabalho, conforme será comentada em seguida, e que guarda diferenças bem grandes com a

colonização pensada, que objetiva tornar o colono proprietário de terra, produtor familiar autônomo.

Portanto, anterior à própria história desses agricultores, desde 1875, quando se inicia a colonização - antes da construção da EPB - foi previsto para eles um espaço na organização sócio-política. No traçado da colonização - linha férrea, núcleos, colônias e lotes agrícolas; tanto quanto na estrutura social - o acesso facilitado à terra, apoio inicial para a atividade agrícola; e, muito principalmente na atividade econômica - pela expectativa da produção agrícola que seria absorvida pelo mercado da capital.

Assim, os interesses que definem o arrojado projeto se antepõem aos próprios colonos, e se inscrevem na história regional, e nas razões dos grupos no poder. Que interesses são esses e em que medida eles explicam a colonização ou se articulam com ela oferecendo-lhe alguns contornos, que possam ajudar a pensar a experiência histórica dos agricultores?

Belém, a capital da Província do Pará, já acumulava, desde o Período Colonial, a vocação extrativista e comercial, que o Período Imperial vai conhecer, talvez, em seu apogeu. Com suas atividades produtivas voltadas para o comércio de produtos extrativistas, envolvia-se completamente com a função de entreposto comercial da região Amazônica (gracas à sua privilegiada localização geográfica, na foz dos principais rios que descem a bacia Amazônica em busca do Oceano Atlântico), exportando produtos nativos e importando bens de consumo e artefatos em geral. O sucesso comercial da borracha (látex extraído da seringueira na-

tiva, ou "hevea brasiliense") no período de 1880 a 1910 contribuiu para expandir mais e mais a vocação comercial da cidade-porto da Amazônia

Os grupos sociais ligados às atividades comerciais desenvolviam intensas relações comerciais e culturais com a Europa, satisfazendo nessa troca as principais demandas por bens e serviços, principalmente no que toca ao abastecimento de produtos alimentícios. Como esse sistema só poderia ser pensado mesmo em termos das necessidades de reduzidos grupos, com adequado poder aquisitivo, à medida que se colocou para os governantes a questão da garantia de reprodução da força de trabalho necessária às atividades econômicas mais lucrativas, o dilema da "fome na Província" tornou-se definitivo. Foi a ocasião de considerar avaliativamente que a população estava crescendo, e diversificando a sua composição em termos sociais, sofrendo carências de alimentos tanto na capital, quanto no interior. Mas a "fome na Província" dos discursos é mais eloquente quando se trata de, efetivamente, garantir a força de trabalho nos seringaais.

Se as classes dirigentes podiam continuar a abastecer-se dos produtos importados, o crescimento da população - intenso no período (2) - dava-se pelo acréscimo de trabalhadores (imigrantes, aventureiros, etc) que atraídos pelo fascínio do enriquecimento rápido com a extração do látex, realizaram a mais aventureira e arriscada das migrações para a Amazônia. Assim, a maior demanda por alimentos dava-se em função do aumento da população na capital - acompanhando o dinamismo das atividades com o lucro da borracha - e nos seringaais - pela intensificação da ex-

tração, e pela crescente necessidade de mão-de-obra. Essa demanda é por alimentos de consumo da classe trabalhadora, que poderiam ser produzidos nas terras da Província.

A crise de alimentos reflete na Província do Pará a crise da agricultura e da pecuária (Lima, 1986) em razão da decadência das atividades organizadas sob o sistema de sesmarias, seguida da desorganização das atividades produtivas em decorrência da revolução popular conhecida como "Cabanagem" em 1835-37, e da corrida para o extrativismo da borracha desde 1875. Mas é esse último aspecto que leva os governantes a buscarem soluções de grande alcance, quase que querendo solucionar todas as crises anteriores da agricultura, na sua definitiva crise frente ao êxodo do extrativismo da borracha.

Nesse sentido é significativa a conclusão da tese de Fenteado (Fenteado, 1967) ao relacionar a construção da EFB e a implantação da colonização da Bragantina como aspectos decorrentes da fase lucrativa do extrativismo da borracha: a necessidade de abastecer os seringais teria determinado a idéia da criação de uma zona produtora de alimentos, enquanto os impostos auferidos pelo governo da Província teriam permitido o financiamento do duplo empreendimento.

A Lei de Terras de 1850 certamente deve ser invocada como a diretriz maior que abrigou a política de colonização da Bragantina no Pará. Mas não a explica totalmente. Um dos motivos é apontado por Marin (Acevedo Marin, 1985), ao abordar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Pará, mostrando as dificuldades de introdução do trabalho livre - sendo uma

das tentativas a colonização estrangeira - nas condições da estrutura produtiva tradicionalmente desenvolvida no Pará, bastante exploratória da mão-de-obra indígena, escrava e nativa em geral, através do trabalho compulsório. Outra razão é que se a Lei trazia em si alguns pressupostos como a própria criação de uma classe trabalhadora "livre", em substituição ao trabalho escravo, e a possibilidade de realizar a colonização com imigrantes europeus, isso não se realizou, na prática em todo o país. Essas possibilidades estavam todas dadas, juridicamente. Mas a sequência dos conflitos de interesses resultaria na utilização desses procedimentos, conforme as diversas situações.

Se a constituição da nacionalidade passava por políticas, desde o Império, que resultavam de acordos que procuravam satisfazer os anseios das classes dominantes de todas as Províncias (Fernandes, 1976) numa ampla articulação de interesses, a Lei de Terras pode ser vista como um instrumento jurídico capaz de atender amplas demandas, acomodando interesses em conflito como o acesso à terra por trabalhadores pobres, no caso da colonização, ou o aumento da oferta de trabalhadores para as fazendas de café, ou a constituição dos estratos médios da população brasileira, ou mesmo a valorização do patrimônio dos proprietários pela definição da compra e venda da terra. Afinal, uma das características da Lei de Terras, enquanto instrumento jurídico tecnicamente bem elaborado é, na avaliação de Sonia Moraes (Moraes, 1987, p 19) a capacidade dessa lei regulamentar situações do passado, tanto quanto do presente e ainda do futuro. Por exemplo, estabelecer programas de ocupação de terras públicas era regula-

rizar situações futuras, adequando-as aos interesses dos que já estavam legitimados como proprietários rurais.

Os fazendeiros da Província de São Paulo evitaram programas de colonização e usaram controles para vinda de imigrantes europeus na condição de colono, para trabalhar em condições próprias, nas fazendas de café. No Rio Grande do Sul utilizou-se a colonização em programas de cessão de terra para famílias de agricultores, que desenvolveram seu trabalho como proprietários. Na Argentina, o programa de colonização previu o acesso à terra e a construção da infra-estrutura, mais nos moldes do que ocorreu no Rio Grande do Sul, isto é, de facilitar o acesso do agricultor à terra. Com a diferença de que a previsão de infra-estrutura incluiu a construção de uma estrada de ferro, destinada aos objetivos da ocupação e colonização.

A colonização da Argentina, como experiência obrigada na Lei de Terras de 1889, vai se implantar sem fazer concorrência aos interesses da classe ligada ao poder regional. A iniciar pela propriedade de terra que, sem valor de mercado pela abundância (Santos, 1981 e Hebeitz 1987), não interessava seja como especulação, seja como utilização para empreendimentos produtivos. Os interesses das classes dirigentes giravam em torno do extrativismo e do comércio em geral, atividades já asseguradas como muito lucrativas, nas quais os investimentos se faziam. A própria situação decadente da agricultura não estimulava novos esforços por parte dos particulares. Não estava em jogo a propriedade da terra, mas sim a mão-de-obra necessária e os meios de acesso aos locais mais favoráveis ao extrativismo. Por isso os

negócios vinculados à navegação, principal meio de transporte da época, envolviam as classes dirigentes, em termos de empresas, e de disputas junto ao poder, sempre que se tratasse de concessão de linhas, contratos internacionais de transporte de mercadorias, abastecimento das áreas de extrativismo através do comércio fluvial, etc. Quanto à mão-de-obra, o extrativismo lucrativo a partir de 1860 vai atrair intensa corrente migratória nordestina, complementando os grupos nativos de caboclos.

A área escolhida, apesar da proximidade com Belém, tampouco apresentava sinais de valorização: a riqueza estava às margens dos "altos rios" (Purus, Madeira, Solimões...) onde a extensa caçaria do extrativismo conseguia alcançar os peripetuos nativos. Talvez pela acessibilidade da navegação fluvial utilizada no extrativismo, a construção da estrada de ferro não foi cogitada aí, mas na Bragançina, como avanço tecnológico a ser testado nas planícies, entrecortadas de pequenos rios e igarapés, um novo instrumento de descoberta e ocupação.

Mas a quem se destinava o empreendimento? Seria necessário trazer pessoas ligadas ao cultivo da terra, motivadas a fazer daquela a sua terra para viver e produzir. No extremo norte do país reproduzia-se o ideal comum a alguns segmentos da classe dirigente, associados ao ideal do Imperador D. Pedro II: o de construir uma nação, com um "povo trabalhador", a exemplo do europeu, e diferente do negro e do índio. Para as dificuldades agrícolas e de povoamento do extremo norte, a migração europeia também parecerá a solução mais adequada.

A Brasileira, pensada para ser uma experiência de colonização com imigrantes europeus, começa demonstrando singularidades, assimilando-se às várias experiências do Sul: não há fazendas ou atividades agrícolas, sob qualquer forma, demandando trabalhadores, tanto quanto não há impedimentos à propriedade da terra, ou disputas pela mesma.

1.3. POLÍTICAS ESTATAIS E COLONOS

A observação das fontes documentais: relatórios provinciais e estudos técnicos sobre a colonização da Brasileira se confrontaria, num segundo momento, com a própria versão dos colonos, descendentes ou não dos primeiros imigrantes. Em seus relatos, e em meio às atividades em que ora se encontravam, os colonos falavam de si e de seu passado revelando um dinamismo tanto nas ações, quanto nas expectativas. A observação direta dessas atividades evidenciou a Feira do Produtor de Castanhal (criada por iniciativa do Secretário Regional da EMATER-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, em colaboração com Prefeitura Municipal de Castanhal, em 1984) como o espaço privilegiado desse dinamismo, situação representativa dos colonos, em suas práticas e experiências. Aquela Feira revelando, muito adequadamente, o dinamismo e a oposição nas relações dos colonos entre si, e entre eles e as instituições urbanas.

Ponto de encontro entre a agricultura e o comércio, local privilegiado aos participantes para obtenção de informações sobre preços e demandas do mercado, para os necessários contatos com as novidades que a cidade esboça, ali estava a Feira como uma praça de colono em meio à cidade, oferecendo indagações. Naquela cenário de compra e venda, a personificação do mercado, eram exigidas práticas de comércio, que aos poucos transformavam os agricultores em agricultores-feirantes, comerciantes dos próprios produtos. O mesmo colono, agora mais habilitado ao comércio, esboça uma reação com esse dinamismo.

Em termos da definição do objeto de pesquisa, a Feira do Produtor do Castanhal passou a ser tida como um privilegiado campo de observação direta, espelho colocado pelo presente, através do qual se pode lançar questões ao passado. Se os relatos dos colonos referiam-se ao passado, inevitavelmente reportavam-se ao presente cheio de dinamismo, às preocupações com o dia-a-dia da Feira, às avaliações sobre o seu êxito ou fracasso. Se a comercialização, sob qualquer forma, é o aspecto decisivo na atividade produtiva de agricultores integrados ao mercado, a feira observada acrescentava questões muito pertinentes aos colonos da Bragança: por ser uma política de Estado, proposta pela ENATER, e por resultar numa associação de agricultores voltada para a defesa da comercialização dos próprios produtos.

Se ali se forjava, pela prática, o agricultor-feirante, ali se dava mais uma vez o encontro do colono da Bragança com as políticas de Estado. Lutando contra a ação, tradicionalmente nefasta para eles, dos intermediários, procurando inter-

ferir no espaço da comercialização para reduzir as desvantagens em que se encontrava, eis o colono apoiando-se numa política pública favorável a ele no momento.

Em termos do objeto de pesquisa estava identificada a questão que conduziria à visão do colono como tendo vivido experiências indissociáveis de uma forma de viver e produzir, segundo condições determinadas. Forma de viver e produzir fortemente marcadas por políticas de Estado: em 1933, quando se inicia a construção da EFB, e em 1968, quando a Feira do Produtor de Castanhal, proposta pela EMATER, está em pleno funcionamento. Fases do e presente referidos por políticos muito próximos do colono, referências que poderiam significar para ele momentos importantes na própria avaliação, tal como estavam sendo importantes nos relatos.

Mas o que poderia significar nas representações dos próprios colonos essa tênue relação entre passado e presente, de políticas pouco estudadas em seus resultados? Os próprios colonos, em seus relatos, mostravam sua familiaridade com as políticas, e a indicação dessa relação de certa forma foi referenciada por eles. De fato, os colonos da Dregantina não deixaram de estar relacionados com as políticas. Fracassados ou exitosos, eles têm uma história de relacionamento com as políticas do Estado, que os precedeu e os influenciou.

Não se trata de vê-los como resultado das políticas, nem tampouco ver as políticas como resultado da demanda deles. Há uma tensão na relação entre as políticas e os colonos. Dessa relação frágil, tênue, que não acontece entre iguais, nem é

expressão de um autoritarismo puro, pode ser encontrada a referência para as condições em que se desenvolveram as experiências dos colonos da Bragançinha.

Portanto, a construção da EFB (1885) e a Feira do Produtor (1908) são tomadas aqui como referências de um tempo social em que transita a memória dos colonos. Essa memória é capaz de associar a chegada das primeiras gerações de imigrantes, e as etapas da construção da estrada de ferro, os esforços de adaptação e sobrevivência de várias gerações, a produção agrícola e a comercialização e, permeando as diversas lembranças, a constante renovação dos esforços, que a feira exprime de modo singular.

Nesse tempo social, o dinamismo da relação agricultores X Estado permite ver, no constante esforço, a adaptação às políticas. Muitas vezes, aproveitar-se delas, outras vezes saber evitá-las, quase sempre ter que conviver com elas.

A opção pela abordagem que busca a representação dos agricultores, em sua relação com o Estado, admite a ação do Estado como tendo importância frente aos agricultores familiares, mas carecendo de uma qualificação. Qual o alcance dessa ação estatal na experiência dos colonos? De que forma colono e políticas estatais vão se relacionando, ao longo dessa experiência? Qual a representação que eles têm do Estado, com suas políticas? O Estado, portanto, comparece com suas ações, resultado das políticas. Os colonos têm respostas a essas políticas, nos seus ações e representações. Na relação colono X política objetivou-se recuperar a presença histórica de atores esquecidos.

1.4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.4.1 - Caracterização da área

A Bragança do Pará constitui a Microrregião Homogênea nº 24, da classificação do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anteriormente foi denominada Zona Prisional. Situa-se no nordeste paranaense, e refere-se ao próprio contexto histórico da criação da EPB-Estrada de Ferro de Bragança, no sentido de abrangar os municípios que derivam dos antigos núcleos e vilas surgidas ao longo da EPB, ligando Belém à cidade de Bragança.

Atualmente esses municípios são: Augusto Correa, Benito, Bragança, Capimão, Castanhal, Inhangapi, Inhangapi, Nova Timoteia, Peixe-Boi, Santa Isabel do Pará, Santa Maria do Pará, São Francisco do Pará e São Nicolau do Guamá. Os três municípios atuais, que o Censo de 1980 registra, resultam do desmembramento e que foram subdivididos ao longo das últimas décadas os seis municípios existentes em 1940: Santa Isabel, Castanhal, Inhangapi, São Nicolau do Guamá, Capimão e Bragança. Devido a esses desmembramentos, em 1980 o Censo apresenta aos seis, os três seguintes: Inhangapi, São Francisco do Pará e Nova Timoteia. Em 1960, do mesmo modo, aparece mais um município: Peixe-Boi. Finalmente em 1970, o Censo registra mais três, Santa Maria do Pará, Benito e Augusto Correa, todavia os dados que se mantém em 1980.

Nos dados demográficos mostrados para essas décadas (ANEXOS II) pode ser vista essa dinâmica de desmembramento de municípios na mesma micro-região, o que dificulta, aliás, a comparação do crescimento demográfico entre municípios, na década em que o desmembramento ocorre, principalmente a nível de população urbana e rural. Observa-se a perda de população rural em vários municípios sobretudo entre as décadas de 60/70 e o crescimento de população urbana acelerado em vários municípios, destacando-se Costankal em todas as décadas observadas. Há uma dinâmica populacional intensa refletindo o ritmo das transformações em curso, e um desequilíbrio entre tamanho e autonomia de municípios. Por isso é conveniente observar os dados globais da micro-região. De qualquer forma, os dados demográficos apenas subsidiam e ilustram a abordagem aqui feita, e não foram objeto de análise demográfica. A perda de população rural, aspecto que interessa refletir aqui, está suficientemente relacionada com o que essa pesquisa busca explicitar: as condições em que vivem e produzem os colonos da Bragançana.

Em comparação com outras MRM do Pará, a Bragançana é bem servida por vias rodoviárias, sendo cortada por diversas rodovias estaduais que ligam a capital às sedes dos municípios da MRM do Salgado, na costa norte do estado, e da MRM Guajará, ao sul e à MRM de Viseu, a Sudeste (ANEXO I-B). Conta com acessos rodoviários municipais, como estradas vicinais e ramais, todos eles bastante dependentes da ação municipal, e portanto diferenciados conforme cada município. Além dessas, existem duas importantes rodovias federais: a Pará-Maranhão (RR 316), partindo de

Capanga, a Rodovia Belém-Brasília (BR 010), que corta a Bragançana, a partir do município de São Miguel do Guamá. Enquanto a rodovia Pará-Maranhão (concluída em 1976) mereceu um tracado próprio, a rodovia Belém-Brasília (inaugurada em 1961), no trecho paraense, aproveitou em grande parte, o tracado da rodovia estadual já existente, que acompanhava a linha do E.F.S. (e que só se consolidou por volta de 1955).

A súbita transformação da então rodovia estadual em importante rodovia federal, cortando as sedes de vários municípios da Bragançana, modificou sensivelmente a feição dos mesmos, não só pelo aumento do volume do tráfego e perturbação do trânsito urbano, em cidades que haviam surgido em torno de uma estrada-de-ferro, como pela redefinição de ocupação em função da assistência aos veículos e aos motoristas. Em torno da rodovia federal multiplicaram-se as oficinas e lojas de peças automotores, os bares e restaurantes, as pensões e pequenos hotéis. Os municípios da Bragançana, assim, a partir de 1961 integraram-se à vida da rodovia Belém-Brasília, e à malha rodoviária nacional.

Se o acesso à sede dos municípios da Bragançana tornou-se cada vez mais facilitado, o acesso às colônias agrícolas esteve sempre precário, salvo nas ocasiões em que os novos acessos rodoviários cortavam colônias agrícolas. Exemplo disto é a rodovia Santa Isabel-Bujaru, que corta vários núcleos agrícolas do município de Santa Isabel; ou as rodovias Castanhal-Curucá, etc. Para chegar em muitas colônias o acesso, às vezes, depende de ramais precários, caminhos, e mesmo atalhos, quando as fazendas ocupam os antigos caminhos. Os moradores usam frequentemente

bicicletas e animais como meio de transporte e, para os que moram à beira das rodovias, a inexistência de acostamento e a violância do tráfego rodoviário são constante ameaça para bicicletas, animais e pedestres.

Nessas condições, o trabalho de extensionistas e técnicos é tão penoso quanto a rotina dos moradores, e surpreende que pela ausência de estradas vicinais, ramais, etc alguns núcleos tão próximos de Belém como p.ex. Pupunkatoua em Santa Isabel do Pará, estejam tão isolados por falta de ramais ou de simples conservação dos já existentes. Do mesmo modo como antigas colônias, a exemplo de August e Montenegro, em Dragana, estejam quase sem acesso à sede municipal e às rodovias estaduais, pela má conservação de antigos ramais. O acesso das colônias às sedes dos municípios ou cidades mais próximas depende de linhas de ônibus, ou de caminhões que transportam carga e passageiros, os quais, por sua vez, na medida da existência e condições das estradas, também acabam oferecendo serviço precário e, geralmente, muito dispendioso para os usuários.

A facilidade de acesso entre as cidades menores e a capital, juntamente com a integração dos municípios da Argentina à malha rodoviária nacional pode parecer uma expansão que acompanhou o crescimento demográfico da RRH-Argentina. Mas a precariedade dos acessos intermunicipais, e a dificuldade dos moradores do meio rural se locomoverem, por falta de bons ramais, mostra que a expansão rodoviária deu-se sem incorporar as necessidades dos agricultores. A observação de crescimento demográfico nos municípios (ver ANEXOS II) pode indicar não apenas a concen-

tração demográfica no meio urbano (conforme critérios do IBGE de moradores das vilas e cidades), mas esse urbano sendo o local de oferta maior de serviços públicos - como educação, saúde e a melhor rede de estradas.

O desempenho agrícola da Bragantina nos últimos anos (ANEXO I-C) reflete as condições disponíveis para essa atividade: disponibilidade de estradas, ramais, financiamentos, comercialização, etc. A caracterização da Bragantina como uma zona agrícola, presente nos dados de produção, implica, para o observador, em perguntar por essas condições, derivadas de intenções políticas de implementar a agricultura regional.

O crescimento demográfico referido merece ser comentado em relação ao crescimento demográfico do estado do Pará como um todo. A participação da Bragantina em meio à população paranaense pode estar relacionada também com as formas de ocupação aí implementadas e sugere questionamentos em relação à política de colonização, questionamentos que esta pesquisa quer colher.

1.4.2 - A Pesquisa de campo.

Concebida como esforço de recuperação histórica, a pesquisa defrontou-se inicialmente com a inexistência de documentos sobre a colonização, no que toca à experiência dos colonos, segundo eles próprios. De pouco a pouco resultaram as tentativas de localizar cartas, depoimentos pessoais, relatórios de via-

gens ou relatos de chegada de imigrantes. Talvez porque, sendo o nível de escolaridade muito baixo, seria difícil obter documentos escritos. Ou que esse tipo de documento não poderia ser localizado em meio aos atuais colonos. De qualquer forma, para fins desta pesquisa era necessário definir os procedimentos.

A alternativa adotada foi a utilização das técnicas de História Oral, como meio de recuperar depoimentos, relatos, informações não localizáveis em outras fontes, e não ser na memória dos entrevistados. Essa alternativa colocava-se ainda na perspectiva de valorização da tarefa de criar os dados, através de documentos originais, os quais não deveriam ter sua utilização restrita à pesquisa para a qual foi pensado, mas que poderia adicionalmente, permitir a montagem ou o reforço de um banco de dados, já iniciado pela UTPA/NAEA-Núcleo de Altos Estudos Acadêmicos, ou mesmo de interesse da FCAP-Faculdade de Ciências Agrárias de Pará, somando o esforço exigido por esta pesquisa ao de outros pesquisadores, na finalidade de montagem de banco de dados para aproveitamento futuro. O que é, em suma, o objetivo maior da técnica de História Oral.

O entendimento da História Oral acompanha, em termos gerais, o que Apolônia Casarigo defende em proposta de trabalho do CPBCC/FGV, à página 19 :

"Estamos convencidos de que a História Oral desempenhará no futuro um papel decisivo, provavelmente equivalente ao da documentação escrita, tendo em vista que as formas tradicionais de comunicação estão sendo celeremente substituídas pela comunicação direta. O depoimento gravado será cada vez mais um veículo importante de recuperação dos fatos históricos. É preciso, porém, não ignorar as particularidades deste tipo de técnica, que nos pa-

rece mais estrategicamente relevante no desbravamento de áreas ou aspectos da realidade social ainda pouco explorados ou desconhecidos. Nos campos de conhecimento em que os progressos alcançados já são mais substanciais, sua função será evidentemente mais complementar ou mais restrita".

Diante dos desafios de observar a história vivida por agricultores que não tiveram sua experiência generosa e registrada pelos documentos oficiais, ao mesmo tempo em que, pela baixa escolaridade e pelas condições de imigração e dos níveis de vida inicialmente encontrados, eles não puderam deixar documentos pessoais como cartas e relatórios, o procedimento da História Oral mostrava-se bastante adequado. Refiniu-se, então, a elaboração de fichas de entrevistas contendo a transcrição ditilografada do material gravado, com caracterização do local, dia, entrevistado, relação do entrevistado com outros temas ou pessoas já identificadas, e, na transcrição respeitar todos os elementos da entrevista, como repetições, interrupções, silêncios, interferências e muitas vezes as próprias condições em que os depoimentos eram tomados.

Buscou-se, através dessa técnica, chegar à elaboração de histórias de vida. Sempre que o informante podia responder sobre a trajetória dele (envolvendo a situação dos pais, dos avós, dos filhos) ou apresentar um relato maior de fases da sua vida que pudessem esboçar sobre as condições de vida e trabalho na colônia, em diversos momentos, então era feita história de vida. Mas nem todos os entrevistados puderam ser tratados com histórias de vida, geralmente pelas condições em que eram contatados - em feiras, caminhões ou em reuniões comunitárias. Nessas ocasiões tentava-se obter informações sobre o trabalho, a produ-

ção e a comercialização, e era tentado um contato posterior no local de moradia, para uma possível história de vida. De acordo com a disponibilidade do informante para o segundo contato, e de acordo com a possibilidade de visitá-lo no dia aprazido, então a história de vida poderia ocorrer.

Além das entrevistas com agricultores foram feitas entrevistas com técnicos (ou agentes das políticas) localizados nos municípios, geralmente extensionistas. Nessas casos o tema das entrevistas era o trabalho de extensão, e as características dos núcleos e colônias agrícolas, na perspectiva do trabalho deles ou da colonização. Com o pessoal da extensão foi tentado a entrevista coletiva em que o grupo falava de seu trabalho.

Entrevista ou história de vida, foram todas classificadas segundo a sequência da pesquisa de campo, e a via datilografada original arquivada como documento da História Oral. Para facilitar a utilização foi feito um resumo analítico de cada uma.

As entrevistas foram em número de 121, entre histórias de vida e entrevistas mais curtas e atinentes ao trabalho, e entre grupos em reuniões. Dessas, foram obtidas 43 histórias de vida.

As etapas da pesquisa de campo propriamente dita, em que se realizaram as entrevistas acima referidas, ocorreram durante as seguintes viagens ao Pará:

1) De 07/04 a 30/05/1988 (51 dias) - visita a colônias dos municípios de Santa Izabel do Pará, Castanhal, Inhangapi, São Francisco do Pará e Igarapé-Açu. Nas sedes municipais contato com os Sindicatos de Trabalha-

dores Rurais, Escritórios Regionais e Locais da EMATER, Agência do Banco do Brasil (Carteira de Crédito Agrícola) e visitas demoradas à Feira do Produtor Rural de Castanhal e ao Centro de Apoio e Assistência Técnica ao Pequeno Agricultor. Participação em reuniões da iniciativa da SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em conjunto com a EMATER para avaliação do programa do PPR (programa de produção de alimentos) em diversas comunidades rurais, da reunião do Banco do Brasil/Carteira de Crédito Agrícola, com moradores reunidos no município de Inhangapi, em reuniões da Associação Feira do Produtor Rural de Castanhal, e em visitas rotineiras da EMATER às comunidades participantes da Feira do Produtor.

2) De 05/09 a 19/09/1988 (14 dias) - continuação de visitas contatadas anteriormente com participantes da Feira do Produtor em suas colônias, apresentação do texto sobre a Feira do Produtor (discutido no PIPSA, reunião nacional do MJ de 6 a 7 de junho de 1988) em Assembleia Extraordinária da Associação Feira do Produtor de Castanhal de 12/09/1988.

3) De 21/11 a 23/12/1988 (32 dias) - visita às colônias agrícolas dos municípios de Bragança, Augusto Correa, Espanema, Peixe-Boi, Nova Timboteua, Santa Maria do Pará, São Miguel do Guama e Bonito. Nas sedes municipais, contatos com Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Escritórios regional e local da EMATER.

4) De 10/04 a 07/07/1989 (27 dias) - pesquisa bibliográfica na biblioteca da UFFa/MAEA e participação na abertura da Semana do Produtor Rural da Agrícola Castelo Branco (ex-colônia Três de Outubro, município de Castanhal) com a oportunidade de marcar e realizar novas visitas aos agricultores contatados da mesma colônia.

A par disso, em diversas oportunidades, foi dado andamento à pesquisa de fontes históricas principalmente com base nos Relatórios dos Presidentes da Província do Pará, no final do Período Imperial (1873 a 1889), e de Governadores do Estado do Pará a partir da República (1889 a 1936), na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Esses documentos, que se encontram micro-filmados pelo setor competente daquela Biblioteca, (dos quais o usuário pode obter cópias eletrostáticas das páginas indicadas no microfilme), foram pesquisados para o período citado. No entanto desde

agosto de 1989, quando o levantamento foi concluído, a Biblioteca não pôde mais fornecer as cópias, por falta de verbas para o papel necessário àquele tipo de cópias. Como parecia ser apenas uma circunstância momentânea, a orientação da Biblioteca para os usuários era de que aguardassem a superação daquela contingência administrativa. Infelizmente tal impasse somente agravou-se com o governo Collor, que extinguiu a Fundação Pró-Memória, à qual estava subordinada a seção de micro-filmagens. Por isso, desde março de 1990, os contatos telefônicos com a Biblioteca Nacional apenas superam a expectativa de que o setor voltará a atender os usuários da Biblioteca Nacional como antes, depois do reparo de máquinas, reformas, etc. Mas não se sabe a data.

Assim, infelizmente para os interesses desta pesquisa, o tratamento dado ao capítulo III, sobre as políticas, com base nos relatórios provinciais, ficou interrompido em alguns períodos (citados no texto), apesar de ter sido pesquisado. É que a opção pela utilização das faixas exige a continuidade do mesmo procedimento metodológico já iniciado, isto é, o de selecionar trechos das faixas nas cópias indicadas e apresentá-las no texto.

1.4.3 - Conteúdo das entrevistas

Por serem os atuais colonos da Bragantina descendentes dos primeiros imigrantes que já chegaram, há mais ou menos cinco gerações, a idéia norteadora da pesquisa de campo foi de

que o relato deles sobre o passado seria preciso.

Por isso, foram buscados preferencialmente os colonos mais antigos, que pudessem prestar informações e dar depoimentos sobre o passado. Mas isso não excluía o interesse em ouvir os adultos e os jovens, membros do mesmo grupo familiar, os quais, além de dar os seus próprios depoimentos poderiam complementar informações dos mais idosos. A preferência metodológica pelos mais idosos explica o fato de a maioria das histórias de vida terem sido feitas com o homem ou a mulher que no grupo familiar parecia ser o que melhor guardava as características do chefe.

As histórias de vida, pois, foram feitas considerando o lugar: a colônia, os antecedentes, a vida e trabalho dos moradores, os acessos aos locais de comercialização e de busca de serviços, etc. Algumas vezes foi possível reunir mais de um informante para a história de vida, ocasião em que ambos conversavam e referiam as experiências de passado, o trabalho, as gerações anteriores e posteriores.

Aos informantes mais habilitados a falar sobre o passado tentou-se evitar confundir épocas, pedindo que eles relacionassem a narrativa com algum fato como abertura de estrada, visita de político ao local, ou a idade deis ou de um filho, na ocasião. Em face do cuidado exigido pelos depoimentos das pessoas mais idosas, preferência da pesquisa, o roteiro de pesquisa servia apenas como um balizamento, dentro do qual cada história de vida poderia ter acolhido em termos das perguntas. Assim, para falar do roteiro da entrevista, mais propriamente, seria preferi-

vai falar das entrevistas feitas e do roteiro efetivamente seguido. Mas isso seria pouco operacional aos propósitos de explicitar o conteúdo das entrevistas, além de ocultar um roteiro que efetivamente serviu para orientar o conjunto das entrevistas, mesmo não tendo sido aplicado na íntegra para nenhum entrevistado.

O roteiro básico procurava contextualizar o colono em relação a diferentes aspectos de sua vida social, sempre na perspectiva de obter um relato e não apenas um dado informativo. Com um relato esperava-se obter da memória do informante, as suas representações sobre as situações, e não apenas o dado sobre a situação. Um exemplo: no caso das políticas agrícolas ou de colonização, procurava-se atingir o envolvimento dele com a política, a relação, a forma como a política foi sentida, experimentada, aceita, negada, enfim avaliada. É seguir, o roteiro da entrevista.

1) Situação do informante em relação ao seu espaço geográfico. Nome completo. Idade. Onde nasceu. Quando chegou no local, se for migrante. Como era o local quando ele chegou lá. Quem veio junto. De onde vieram. Em que circunstâncias vieram. A que distância ficavam os vizinhos mais próximos. Quais os caminhos (acessos) existentes para as localidades mais próximas. Quais os lugares centrais. Fontes de água (poços, igarapés, rios, etc) e o acesso a elas. Qual a vegetação e o uso que faziam. Tentar descrever os recursos naturais existentes e a utilização deles na sobrevivência e no processo produtivo. Referir vegetação, caça, pesca, frutos do local. Qual a condição de propriedade (herança, número de herdeiros, regularização de propriedade, existência de conflitos, etc).

2) Situação do informante no tempo. Tentar obter do entrevistado a descrição do tempo anterior. Registrar esse tempo: se ele não for claro na data, tentar vincular a informação com acontecimentos do lugar (visita de políticos, nome de comerciante da época, data da abertura de uma estrada, etc.). Procurar reconstruir os laços da comercialização: onde vendia, como levava a produção, a quem vendia e

em que condições, se a família participava, quais as tarefas, etc). Reconpor as formas de produção: o que plantava, como plantava, que instrumentos, utensílios ou ferramentas utilizava. Quais as técnicas utilizadas, onde as aprendeu, se for imigrante, o que aprendeu no lugar, o que ensinou, o que deixou de praticar em relação ao que praticava em seu lugar de origem. Sobre as dificuldades específicas da lavoura, perguntar: quais as pragas de antanho, que combate davam a elas? Havia salvação, como enfrentavam? As condições de salubridade: a avaliação dele e da família com relação às condições anteriores do local, no que se refere à qualidade de vida. Sobre as desavenças e conflitos: por que e com quem eles aconteciam. O governo esteve presente em quê (ao falar de governo deixar bem claro, especificando a quem se refere: entidade, político, governante, etc). Como ele avalia a repercussão das diferentes medidas governamentais seja no que se refere à migração, à colonização, à lavoura, à comercialização (só se estiverem vinculadas ao conhecimento e referência dele).

3) Situação do informante em relação ao seu meio cultural. Quais os alimentos preferidos? Têm acesso fácil a eles? Quais as formas de lazer? Quais as condições de acesso à educação escolar? Quais as condições de educação escolar disponíveis? Acesso às informações: possui rádio, TV, lê jornais, frequenta reuniões, quais? Qual o melhor meio de saber das notícias? Os políticos ou representantes de entidades visitam o local, em que circunstâncias? Onde buscam atendimento à problemas de saúde, como avaliam esse atendimento? Na avaliação das mulheres quais as maiores dificuldades no atendimento é: gestação, parto, vacinação, tratamento dentário, medicamentos, acidentes, outros casos? Sobre os amigos e vizinhos: formas de relacionamento e convivência, atividades conjuntas, etc. Se é sindicalizado, o que usufrui do sindicato, qual a participação no sindicato, com que frequência vai às reuniões? Quais os assuntos que já levou ao sindicato, ou trouxe dele para a comunidade. Avaliar o sindicato.

4) Situação do morador no seu trabalho atual com a família. O que produz? Como produz: onde obtém as sementes, quais os adubos que utiliza (químicos ou orgânicos), de que maneira utiliza, onde aprendeu? O que aprendeu e deixou de utilizar. Por que? Foi sempre assim o modo de plantar? Quando modificou? Por que? Conhece alguma inovação de bons resultados? Por que não pôs em prática? Quando mudou dos cultivos tradicionais (especificar: mandioca, macaxeira, feijão, milho, jericô, etc) para outro produto de maior valorização? Qual a participação de cada membro da família no trabalho agrícola? Sobre a comercialização: para onde leva o produto, a quem vende, tem havido mudanças nesse procedimento, como avalia as condições em que vende seus produtos? O que falta para que esse processo seja mais satisfatório? Por quanto vende, quanto ganha na venda? Com-

parar com as condições do tempo anterior. De preferência, no caso de o pai ter sido agricultor, comparar com as condições do pai. Na avaliação dele, o que poderia ser plantado (face às condições do terreno e de acesso ao mercado) e não está sendo possível? Por que não está sendo possível? E outras atividades que produzem renda (artesanato, trabalho assalariado temporal, criação de animais, etc.). Contrata trabalhador? Em que época da produção? Quanto paga? Como analisa isso?

5) Se o informante pertence à Feira do Produtor. Como iniciou a participação? Que repercussão isso teve: nos ganhos com a comercialização, na produção, na vida pessoal e familiar? Que atividades desempenha junto à Associação Feira do Produtor? Como avalia a organização da Feira? Tem sugestões ou críticas? No caso de não haver Feira do Produtor, perguntar sobre participação na Feira tradicional, facilidade de acesso e de venda, vinculação com a Feira. Dificuldades de transporte e armazenagem.

A expressão "colono" é utilizada tanto nos Relatórios Provinciais e de Governadores, quanto pelos entrevistados. Foi assumida como categoria para designar os moradores das colônias, descendentes ou não dos primeiros imigrantes, dedicados à agricultura nos lotes, com a família. Eles estão referidos à colonização pela mesma origem histórica, pela inserção no padrão de estrutura fundiária que prevaleceu, e pela experiência comum em relação às formas de viver e produzir.

Os termos regionais, principalmente referentes a produtos ou a práticas agrícolas, foram destacados num Glossário para evitar continuadas explicações no texto.

NOTAS DO CAPÍTULO 1:

(1) - O Instituto Agronômico do Norte-IAN foi criado em 1939 e esteve vinculado ao Ministério da Agricultura até 1953; em 1962 passou a ser Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Norte-IPEAN, transformado em 1974 em Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias-EMBRAPA. Por sua vez a Escola de Agronomia da Amazônia-EAA surge em 1951 ligada ao IAN, e em 1972 transformou-se em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará-FCAP, isolada, ligada ao MEC.

(2) - Sobre o crescimento demográfico da Amazônia, no período, com intensa participação de corrente imigratória nordestina, que será comentada em outro capítulo deste trabalho, Roberto Santos analisa (Santos, 1980, p. 169) com base em dados do IBGE que apresenta: "No período de apenas 40 anos, de 1870 a 1910, a população subiu de 325.000 a 1.217.000 habitantes, quase quatro vezes. Apesar do rápido crescimento da população brasileira, a participação amazônica no total do país elevou-se de 3,3% a 5,1% entre 1872 e 1910, enquanto a do Nordeste caiu de 46,7% a 36,3%. Em termos proporcionais, o crescimento demográfico do Norte nesse intervalo foi o mais expressivo das várias regiões do Brasil, com exceção da região Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - chegando a exceder, portanto, o da dinâmica região Sudeste".

II - UM DIA DE FEIRA (1)

O caminhão "pau-de-arara" se aproxima da Feira do Produtor, no centro da cidade de Castanhal, e consegue estacionar bem próximo das barracas ainda desocupadas e vazias. O ajudante coloca uma pequena escada e as pessoas começam a descer. Há mulheres, crianças, adultos e jovens. Enquanto uns descem, outros desembalsam mercadorias em sacos pesados. Aos poucos o grupo vai ocupando algumas barracas, sempre falando. Ora é um pedido de ajuda para um saco mais pesado, ora é alguma advertência para uma criança, ora é um acordo com o encarregado do caminhão. O dia amanhece.

Agricultores-feirantes, trazem seus produtos de longe para vender na Feira de manhã de sábado, que inicia. Alguns chegam às cinco horas, outros às quatro da manhã. Os que moram mais distante precisaram se deslocar na noite anterior. Toda a movimentação se encerra com o amanhecer do dia: a Feira está começando!

Próximo ao local da Feira, bem no centro da cidade, um guarda de trânsito começa o seu trabalho, ordenando uma localização melhor, proibindo outras, repetindo providências que parecem já ser conhecidas dos motoristas. Agora outros caminhões já foram chegando, pararam somente para o desembarque, pois não há lugar para estacionar. Os ônibus chegam, ou apenas fazem uma

parada e também deixam sacos cheios com suas mercadorias inconfundíveis, os sacos cheios. Trazem farinha de mandioca, verduras, legumes, macaxeira, jerimum, frutos, plantas medicinais, ingredientes da cozinha regional, e tantos outros produtos por eles produzidos para serem comercializados na Feira.

M.C.D., produtor da farinha de mandioca é abordado por um comerciante que quer comprar, de uma vez, algumas sacas do produto. Algum acordo e o negócio é fechado ali mesmo. Mais tarde em sua barraca ele explica que sempre reserva algumas sacas do produto para vendê-las a comerciantes, antes da Feira começar. Em sua barraca serão expostos apenas os produtos para venda a varejo.

Quando os primeiros frequentes aparecem, ainda encontram o movimento de chegada dos agricultores-feirantes e de arrumação das barracas, numa agitação crescente. O dia já está claro. Muitas bicicletas-carrocinhas já se aproximam, igualmente cheias de sacos com mercadorias; elas pertencem aos agricultores que moram mais próximo, a uns 10, 12, e até mais quilômetros. Os que moram em outros municípios precisam utilizar os caminhões e ônibus da linha, ou um caminhão fretado quando a carga maior exige, ou ainda as "kombis" de aluguel. De qualquer modo eles vêm e sempre precisam pagar passagem e frete da carga, cobrada por saco de mercadoria.

J.R.S. que chegou da Estrada da Serraria, município de Inhangapi, às oito horas da manhã, trazendo castanha-do-Pará e farinha de mandioca precisam vir com seus vizinhos numa condução do DER, já que "a estrada tá ruim e o ônibus do horário

está explorando muito". Já D. de Patuategua veio no caminhão do "horário", e chegou às seis e trinta da manhã, trazendo banana e farinha de mandioca; seu vizinho J.E. trouxe alface, feijão-verde e cupuaçu; para voltar, ambos precisarão esperar o caminhão que leva feirantes para Belém, no final do dia. M.A.C. veio de caminhão do km 14 da Estrada Castanhai-Inhangupí chegando antes de seis da manhã; deverá voltar de ônibus ao meio-dia; trouxe muita cantanhota. "Pará" não pôde trazer farinha de mandioca, como de hábito, pois seu motor está quebrado. Os irmãos J.M e N vieram de rodovia TransCastanhai, vila de São Raimundo, de bicicleta, trazendo goiaba e maracujá.

O sol já está forte e nem todas as barracas têm boa proteção, por isso um chapéu é necessário. O movimento dos consumidores é grande no sábado, o dia da Feira mais animada. É a concentração maior se dá entre oito e nove horas. Pessoas com sacolas circulam procurando um ou outro produto, ou seus vendedores preferidos. Parentes e amigos dos feirantes, residentes na cidade se aproximam das barracas para conversar, saber notícias, receber alguma encomenda da colônia. É possível atender a frequência e conversar. Só não há tempo para se alimentar, talvez um café ligeiro, entre um atendimento e outro. A animação com o movimento e com as vendas permitirá aguentar a fome até o final das vendas, mesmo para quem saiu de casa de madrugada.

Em breve passam os fiscais, agricultores-feirantes também, mas escolhidos a cada mês pelos colegas para evitar que o local da Feira seja ocupado também por atravessadores. São comuns as expulsões, porque os atravessadores não desistem, além disso,

peçoas de fora sempre aparecem, que ainda não sabem que aquela é uma Feira só de produtores rurais, agora subordinada à Associação Feira de Produtores Rurais de Guanhães.

E há atravessadores profissionais, tanto quanto há agricultores que não conhecem a Feira. Para uns e outros o fiscal precisa estar atento, mas seu interesse não é tanto de expulsar os não-agricultores, mas de convencê-los e respeitar a natureza da Feira do Produtor, mantendo um trabalho organizativo que iniciou em 1988. Houve desligamento de dois feirantes que não estavam produzindo, apenas revendendo. No caso, os fiscais apenas cumpriram a decisão tomada na Assembléia dias antes; a decisão indica que tanto atravessadores profissionais quanto agricultores que deixam de produzir não têm lugar na Feira.

No centro da Feira uma barraca diferente chama a atenção. Ali não se vende nenhum produto, é o local da diretoria da Associação trabalhar junto ao associado com orientações, cobrança de mensalidades, venda das batas brancas, apoio ao trabalho dos fiscais, aviso de reuniões, atividades, etc.

Em redor da Feira continuam a transitar carros de todo porte, bicicletas, carrinhos de mão e até cavalos. Os transeuntes se comprime na movimentação entre a Feira do Produtor, o Mercado Municipal, a SEASA, veículos estacionados e, nas ruas, o fluxo intenso de carros. A rua que passa ao lado da Feira do Produtor é também via de acesso ao município, para quem vem da antiga Zona do Salgado, na costa norte do Pará. Alguns quarteirões acima, essa via de acesso encontra a BR-010, rodovia Belém-Brasília. Os agricultores-feirantes encontram-se assim, nesse dia e

nessa hora, no coração da cidade. Poderia-se pensar que, nessa ocasião, a cidade, em seu ponto estratégico, é tomada por eles, que impõem sua presença, seus produtos e, aos poucos, sua organização. Impossível, nesse dia, negar tal presença.

No interior da Feira só estão desocupadas agora as barracas dos poucos agricultores que, naquele dia, falta um. Um fiscal já tem a anotação do movimento: 268 presentes, 27 ausentes. Foram comercializados 46 tipos de produtos, hoje, tendo sido em maior quantidade, dentre os habituais: farinha de mandioca, alface, cheiro-verde e, dentre os produtos não-comuns, a fruta de época), berinjela, peru, mel de abelha e pimenta do reino. Certeiras vezes houve denúncias, feitas pelos feirantes, de estrangeiros tentando ocupar a praça da Feira, para vender produtos. Há impossibilidade de ocupar esse espaço, alguns deles acabaram ficando entre a praça onde fica a Feira e um trecho de rua interdita ao trânsito nos sábados, junto a camelôs e suas atividades diversas. Difícilmente retornarão essas condições, no sábado seguinte.

Alguns agricultores-feirantes começam a comer. Já há tempo para mandar alguém comprar um picolé, uma vitamina de fruto, um café com leite, ou simplesmente com sorvete gelado. O calor é grande, o sol está alto. Os que chegaram mais cedo começam a se desocupar. Isso acontece inicialmente com os vendedores de farinha de mandioca. M.C.D., um deles, analisa sua situação frente à Feira:

"... Hoje em dia a gente trabalha aqui nessa feirinha. Formaram essa feirinha aqui para agricultor. E a

gente só pode vender aqui, o produto da gente! Produto de compra, eles não querem. A fiscalização não aceita!

...Aqui a gente pode vender "mais em conta" para o consumidor. Se o atravessador que compra, tem que vender mais caro, explorar um pouco mais, não é? E a gente aqui, não! A gente vende pelo mínimo do preço que a gente puder vender... Eu tenho gostado bastante desse movimento da feirinha.

Quando a gente vê que a feira tá fraca, a gente tem que baixar os preços... a gente ganha, porque pega a frequência da gente melhor, e a gente vende o produto todo. Se a gente traz para vender, não tem prejuízo se baixar um pouco o produto, que é da laira da gente. Com todo esse sacrifício que a gente tem de trabalho, melhor sair para a gente, do que a gente vender pra atravessador! (...) De qualquer maneira, a gente tem que vender aquele produto todo dia. Graças a Deus, até hoje, o produto não chega para o consumidor.

Eu trabalhei 18 anos em Belém, em feiral... Tornou-se aqui a feirinha melhor do que iv em Belém, porque lá em Belém a gente tinha um sacrifício muito grande. A gente saia sexta-feira às seis horas, chegava domingo, na parte da tarde! Aqui, não. A gente sai 3 horas da madrugada de casa... "Facilitou por tudo!" (M.C.B., entrev. nº 661, Colônia do km 29 da Estrada do Curuzá, município de Castanhal)

M.C.B. foi sempre produtor de farinha de mandioca.

Viveu em Coarácá em 1933, com o pai, a mãe e sete irmãos. Ele estava com 18 anos e a família comprou duas lotes de terra onde passaram a trabalhar. Quando aos 33 anos M.C.B. vê motivos para produzir algo mais, além da farinha, para comercializar. Das plantas tradicionais de milho, arroz, mandioca, jericum branco, a plantar melancia e pimenta do reino. Os produtos da roça foram inicialmente vendidos, pela tudo pode ser vendida na Feira do Produtor. Além disso ele iniciou o plantio de pimenta-do-reino. De sua experiência como feirante em Belém, junto com o pai, tirou a prática do comércio em feira, que ele descreve, e a consciência de que houve melhorias na maneira de comercializar.

Seu velho pai, com 64 anos, continua vir à Feira para apreciar a movimentação. O chinelo nel entrando nos pés já

inchados, uma bengalia para apoiar, um lugar para sentar-se e proteger-se do sol, uma circulação de vez em quando para não perder os acontecimentos, ele é um observador privilegiado. Sobre a Feira, ele transmite suas observações, que se resumem num espanto:

"Vixe! Aqui é um movimento bonito!... Capote da tenda o que vender aqui ... vende tudo! Pois é ... muito bom! (P.R., 84 anos, entrev. 082, Colônia do NH 23, estrada de Curuçá, município de Castanhal)"

Observado por seu pai, M.C.B. analisa sua situação, falando pacientemente em meio ao barulho e a agitação da Feira. Os frequentes já interromperam sua análise inúmeras vezes, e a farinha já acabou, "porque é boa", diz ele com sotaque. Alguns frequentes perguntam pela farinha e reclamam de não encontrar mais. "Já são dez horas, é por isso" lamenta-se um deles. "É porque o ponto é bom", diz M.C.B. referindo-se ao colega que acaba de arrivar um saco de farinha próximo de sua barraca, para vender mais depressa, aproveitando a frequência dele.

Resta ainda em sua barraca algum jerimum. É hora de começar a arrumar os pertences para o retorno, acertar alguns truques com os outros feirantes e fazer compras na cidade, antes de iniciar a viagem de volta. Na casa dele, o caminho pretendido pela comunidade terá de esperar que todos se desocupem. E somente começaram a se desocupar os produtores de farinha de mandioca.

J.M.P. é outro produtor de farinha, que se deslocava para Belém a fim de vender seu produto em feira. Da Colônia de Parauatuba, município de Inhangapi, como os pais e os avós, ele lembra que o pai era agricultor, mas nunca foi feirante. Sobre a sua própria participação na Feira do Produtor de Castanhal

J.K.P diz:

"Sempre trabalhei com farinha. Sou agricultor formado. Tenho casa de farinha, forna de cobre e motor. Tenho de tudo um pouco: sítio de laranja, coco... Eu já plantei algodão, feijão. Com o algodão não me dei... Pago o adubo, pago a semente, e no fim vai ser só pra pagar o Banco. É que mais nada a gente arruma!

Então acho melhor ficar na mandioca, porque eu chego aqui apena seis mil com saco de farinha. Só eu com a minha família, são 5 filhos, nós faz 10 sacos, é 5, é 15 que eu tenho trazido aqui; mas semana que eu trago 3.

Está com um ano e pouco que eu trabalho aqui nessa Feira e ainda não falhei uma Feira. (...) Eu tenho vinte e poucos anos que trabalho na feira em Belém. Então eu percebi que esse lugar, pra nós aqui, era mais fácil. Porque por exemplo, eu acabando agora de trabalhar, se eu quiser ir pra casa alugar eu vou, que nós tem casa aqui; e às 5 horas eu vou me alborar lá pra Colônia.

Mas eu sou solicitado na Feira. Eu vendia na Batista Campos, quando não estava boa, eu vendia no Cismá, no final eu trabalhei muito tempo foi na Cidade Nova. Antes de trabalhar na Feira de Belém eu vendia no comércio.

Eu vendia lá onde eu morava, mas eu achava que não tinha futuro. Porque a balança do comércio, ela tira. Então, aqui é o seguinte: se eu arrio 5 sacos de farinha aqui eu apuro C2\$ 5.500,00. Ai o comerciante chega pra comprar eu digo: "eu lho vendo, mas é C2\$ 5.500,00". Eu só dou C2\$ 100,00 pra ele na minha margem daqui. Agora ele vai ganhar o dele. Fazer força que sem eu! Tem gente que não... se afoba. Eu terminei minha farinha ainda agorinha. A maior parte do pessoal já venderam a farinha, eles se vendeu! Eu sou dependente disso. Eu aguento aqui!... (JMP, 47 anos, entrev. nº 023, Colônia Pataustana, km 14 da estrada de Inhamapi, município de Inhamapi)

J.K.P não tem pressa. Para ele sábado é dia de feira e a duração dela vai até as 13 horas. Ele conta com uma vantagem, porém, e não a considera - é a de que vai voltar para a colônia no caminhão de irôça, ex-agricultor e agora transportador de agricultores e suas mercadorias. Não há, portanto, a pressa em submeter-se aos horários dos veículos, que marca o deslinde da maioria dos feirantes. Mesmo assim a calma resulta um pouco da prática de ter sido feirante em Belém, e está relacionada com o

trabalho de feirante: é necessário aguardar os compradores, segurando o preço do produto. Por isso ele diz: "A maior parte do pessoal já venderam a farinha, eles se vexam, viu?" Na opinião dele falta aos demais a técnica de não ter pressa em vender logo o produto todo.

Seu depoimento também é dado em meio à venda de farinha, conversas com compradores, trabalho de fiscais e mesmo do Presidente da Feira. Nada parece interromper a tranquilidade de JMF. Continua a pesar o produto, dar troco e falar de sua situação. Concorda também em continuar seu depoimento em meio à sua propriedade, para mostrar seus cultivos e o "retiro" de farinha. Recomenda o melhor dia, e adianta que a Colônia é muito bonita. A agitação e burburinho da Feira parecem sur seu ambiente, mas é evidente também que essa Feira lhe dá maiores chances e ele se sente animado por isso.

A.B.S é morador da antiga Colônia Iracema, município de Castanhal. Para ele a experiência de ser feirante em Belém foi penosa, e ele tem satisfação em dizer que isso ficou para trás; não somente porque existe a Feira do Produtor no seu município, mas porque ele adotou outros cultivos e deu-se bem. Ele fala, enquanto um de seus filhos, de 23 anos atende a freguesia na barraca. Ele reflete seu passado de agricultor frente à Feira:

"Ihei! Sofri demais na minha vida! Quando eu comencei a trabalhar por minha conta, toda semana a gente ia pra feira. Nesse tempo só tinha mesmo farinha pra levar. A primeira Feira Livre que teve em Belém, fui eu e um vizinho meu. Quando passou de um ano pra frente, eu comencei a me despartar dele e pedia a Deus que me mostrasse um jeito de eu seguir em frente. Ai fui palajando, ... até que deixei de ir. Hoje em dia tem essa Feira do Produtor. Essa sempre eu frequento, , mas também não é com muito posto,

porque eu nunca fui muito chegado a feira. Eu venho porque a gente tem sempre um produto, quando chega na época, tem maçã, tem melancia, tem maracujá pra vender, quase toda semana. Quando eu não venho, vou? um dos meus filhos, nós tem essa banca ... Esses mais novos, então, gostam mesmo.

Pra nós essa Feira do Produtor foi uma grande coisa que fizeram, porque evitou o atravessador. Chegava a safra da melancia, a gente era obrigado a vender a melancia pro atravessador pelo preço que ele quisesse, porque a gente levava pra cidade, chegava lá, ia vender pra quem? Mas depois que inventaram essa feirinha ... a gente mesmo traz, vende tudo aqui...

Quando termina de vender a gente faz as compras do jeito que quer, paga mais conhecimento daqueles produtos de outras colônias, é é muito bom. É uma coisa que levou muit vantagens para o produtor. Tenho fé em Deus que é uma das coisas que não tem que se acabar, é essa feirinha do produtor! Tem que crescer mais! A gente tá planejando pra ver se se agrava, que é pra poder ter mais direito em algumas coisas". (A.B.S., 57 anos, entrevist. nº 666, Colônia Iracema, município de Castanhal).

A facilidade de transporte para A.B.S. e os demais moradores da Colônia Iracema, deve-se à proximidade da Colônia à cidade de Castanhal, além da sua localização, na estrada Curitiba - Castanhal, servida por diversas linhas de ônibus. Por isso, voltar da Feira não é problema. Nos poucos se acha na mesma situação, porém.

Se participar da Feira não é propriamente um motivo de satisfação pessoal para ele, não deixa de ser um aspecto importante da comercialização dos produtos, eliminando o "atravessador", permitindo maiores contatos. A Feira também não é para ele o único modo de comercializar produtos, pois ao adotar os cultivos do mandioca, maracujá e melão, produtos que são vendidos diretamente para as firmas transportadoras, os contatos comerciais se modernizaram um pouco. Essas firmas, diferentemente do atravessador, estabelecem um preço único no região, pagam diretamente ao agricultor a cada quinze dias, através do agência bancá-

ria, e têm garantido a compra. O mercado consumidor para esses produtos encontra-se em São Paulo, e A.B.S e sua comunidade adotaram essa prática desde a década de 1970, quando esses produtos passaram a ser produzidos na Bragançinha.

A Feira já demonstra aspecto de encerramento. Os consumidores ainda circulam, mas as barracas estão vazias de produtos. Em muitas, os feirantes comem e conversam, enquanto aguardam o horário do transporte. Nessa barraca que ainda dispõe de produtos, um casal atende, cercado de crianças que se dependuram nos barracos vazios, ao lado. Pedem dinheiro para comprar sorvete e são atendidos. O casal é da Colônia Três de Outubro, município de Castanhal, e é a esposa quem fala sobre a Feira enquanto atende as crianças já irritadas: ela veio da Paraíba com 17 anos visitar o irmão que morava na região, casou e ficou na Colônia. Sobre a participação do casal na feira:

"Eu acho boa a Feira porque ... a gente se desenvolve mais. A gente já tá aprendendo mais a comercializar o nosso produto! Ninguém não depende mais de atravessador e fica tudo mais melhor pra gente.

(...) A gente vende tudo o que traz. O Jericó agora na época tá dando muito, aí sobra, a gente guarda... ali tem o seu Fernambuco, que é muito (bucana) e a gente guarda com ele... ele não cobra nada!

Quando eu estava matriculando os meninos, que eles estudam aqui na cidade, vinha e aproveitava, vendia alguma coisa na Feira de quarta-feira, aí depois ia no colégio, lá na Prefeitura, ia ... no Banco

Os transportes pra Feira é que acaba mais com a comissão da gente ... Tá muito caro! A gente traz qualquer sacozinho é cento e dez cada um, o frete, e a passagem também é cento e dez; tem Feira que pago mil e quinhentos cruzados só de transporte, aí ... pouca muito de gente!" (M.C., 34 anos, ent. nº 024, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal).

Papa M.C. e o marido J.F. os custos dos transportes são demasiados, apesar de pertencerem à Colônia Três de Outubro no município de Castanhal. Eles nunca produziram farinha de mandioca, o produto mais comercializável, e a experiência da Feira se dá pela primeira vez. O casal tem muito interesse em que os filhos frequentem a escola em Castanhal, por isso mantém uma casa na cidade, onde permanece com eles a metade da semana, seguindo depois para a Colônia. Quando terminar a Feira ficarão na cidade com o filho.

A questão da sobra de produtos que M.C. refere não é uma situação particular deles, e deverá ser assumida pela Associação Feira de Produtores de Castanhal, no que toca aos produtos não perecíveis, através da obtenção de um box. Quanto aos produtos perecíveis não há ainda perspectiva de solução.

M.R.L. atende cozinha numa barraca que ainda tem alguns produtos. Começa a falar de sua situação referindo a dificuldade de dar conta da barraca cozinha, já que o marido se encontra enfermo. Um lenço na cabeça é toda a coisa para protegê-lo do sol e fumando cigarro forte, ela analisa a situação da família, com ênfase na doença ou possível invalidez do marido, e o desejo de dar conta das tarefas via ele:

"Ela não enxerga nada, nada ... o olho tá fracoado ... ele se operou de vista no dia 23 de novembro, está prostado dentro duma rede. Eu que me viro aqui na Feira. Foi Deus que me deu esse quebra-galho!

Foi uma das melhores coisas que já tive, durante a minha vida foi essa Feira... pro colono, foi! Igual agora nós estamos libertos, saímos da escravidão que nós vivia, sujeito chega com um objeto aí, pessoal quer comprar pensando o quê? Agora, não. Chega: quanto é o preço da farinha? É tanto! Aí consegue vender por aquele preço, né? E

graças a Deus, na minha barraca nunca sobrou mercadoria! Porque eu nunca vendo assim demasiado... eu vendo conforme seja.

Desde que começou a Feira, estou aqui dentro trabalhando... nunca falhei... nunca chegou o dia de dizer assim: hoje não tem nada pra mim levar." M.R.L., 54 anos, entrev. nº 826, Colônia Três de Outubro, Castanhal)

M.R.L. fala da impossibilidade dela vender salsinha, ao mesmo tempo, farinha e verduras, mesmo que alguém eventualmente ajude. Por isso ela vende, na quarta-feira, farinha e, no sábado, verdura. Sua barraca hoje cedo tinha macaxeira, jerimum, cebolinha, pimenta, caruru e as plantas medicinais, amor-crescido, hortelã, malverisco... Ela pretende plantar coentro no lugar de alguma dessas plantas, pois acha que venderá melhor.

Quase meio dia. Muitos feirantes já se foram, os que ainda não foram cuidam de fazer compras nos armazéns e lojas do centro da cidade, ou de conversar com os companheiros e com os membros da Diretoria da Associação. F.N.B. fala de sua situação:

"Eu sou agricultor. Aqui é a Feira do agricultor. Sou representante da comunidade de Iá, sou fiscal, aqui nós temos uma equipe, de uns 15 fiscal, nós mesmo, agricultor, fiscalizamos a nossa Feira. Estou como fiscal, também temos Presidente, temos... uma organização mesmo; queremos ver se organiza mais. Então aqui eu me preocupo na minha venda e com a fiscalização..."

Aqui já foi muito difícil, pra mim ou pra nós, que somos agricultor. Muitas e muitas vez, cheguei aqui com macaxeira, com meu produto, aí o atravessador ia em cima pra comprar: "Quanto é?". "É tanto." "Não, eu dou tanto". Mikaria, né? "Não, não vendo" "Só dou tanto, se quiser, tanto, se não..."

E eu, pra não voltar, pagar frete... tinha de vender. Tinha de vender fosse por quanto fosse. E hoje, não, tem diferença a gente vender um pouco mais barato que a outra Feira, apura mais um pouco e não fica aguentando abuso.

A gente e ela pro Governo, Prefeito, Presidente é dificilmente é atendido, então a gente nem sabe como é que pode ter uma ajuda, pra ter uma coisa que possa nos fortalecer mais. Mas eu acredito que daqui pra frente está mais fácil chegar a isso. Mais longe estive. Nós queremos fazer isso aqui, tipo uma associação, a Associação dos Pro-

dutores Rurais, com estatuto, para poder fazer um apelo.

A gente não freta, no caminhão particular. Eu pelo menos lutei e comprei três bicicletas cargueiras pra carregar meu produto. Porque os fretos aumentaram. Eu vendo diversos tipos de verdura: macaxeira, goiab, tucupi, milho de pimenta, mantruz também, tem muita saída mantruz, jericum. Farinha não vende. Deixei de vender farinha. Eu se sai de rosa, de farinha. Achei melhor a venda de verdura". (P.H.B, 43 anos, cat nº 035, km 07, município de São Francisco do Pará)

A Feira parece oferecer a perspectiva frente a qual é possível refletir as mais variadas situações: o tradicional produtor de farinha com experiência de feira; o "agricultor-modelo" dos anos 70, readaptado aos novos cultivos; os agricultores que expandiram a roça com a descoberta da valorização comercial de produtos, como verduras, frutas e plantas medicinais; as famílias com reduzida mão-de-obra, seja pela doença do homem, seja pelo número pequeno de filhos. A Feira evidencia as mais diversas situações. E as estratégias de produção: o custo de transporte quase inviabiliza a participação na Feira, exigindo a utilização de bicicletas para transportar mercadorias numa distância de 10 a 12 Km em rumos aos conservados, ligados a rodovias estaduais de grande tráfego e sem acostamentos, a solicitação de veículos em repartições públicas ou o frate de carros para atender os feirantes de uma comunidade, a inquietação de participar da Feira e, ao mesmo tempo, prestar atenção no horário de retorno do transporte escasso.

Diante da Feira é possível refletir, fazendo comparação inevitável com um tempo anterior. Na falta de elementos mais objetivos como avaliação da oscilação dos preços dos produtos, desvalorização da moeda, redução de lucros, vantagens e desvantagens na comercialização, seria a análise mais adequada talvez seja a comparação com outros tempos, de que diz respeito às dificuldades. Seria como se a questão decisiva de comparação fosse: em que momento a dificuldade foi maior?

O depoimento de um cantora mãe de filhos rapazes, foi narrado num episódio rico desse elemento de comparação e

com um significado grande para ela mesma, pelo que encerra de êxito pessoal na comparação. O episódio que JLD narra, é expressivo, seja pelo fato de ter acontecido com mulheres, seja por aquilo que expressa em termos das condições a que precisariam chegar os colonos da Bretanha:

Numa manhã de sábado de 1982, JLD acompanhada de um de seus filhos, já novo, e de uma vizinha, todos agricultores e moradores na antiga colônia agrícola de Caranã, município de São Francisco do Pará, vendiam frutas às proximidades da movimentada Feira Livre, na cidade de Castanhal. Não era a primeira vez que agricultores tentavam vender seus produtos "encostado" à CEASA e à Feira Livre, sem serem cadastrados como feirantes. O próprio grupo de JLD, já havia feito isso antes.

Naquele dia, porém, justamente no final da safra das limas, fruta que elas vendiam, uma "banqueira" (vendedora com banca regularizada junto à CEASA) denunciou a presença do grupo, por vender frutas a preços mais baixos que o CEASA. O fiscal não tardou e foi logo expulsando o grupo dizendo que era proibido. E JLD:

"Mas proibido por quê? Isso aqui não é uma Feira Livre?"

O fiscal alegava que o local de frutas na CEASA era outro e a banqueira denunciante reclamava de clandestinidade dos agricultores que não pagavam taxa alguma e, mesmo assim, queriam vender produtos lado a lado com eles, nas bancas da CEASA e da Feira ao redor.

O fiscal continuava a gritar, exigindo a retirada dos produtos. J.L.D. conta que também gritava, desafiando o fiscal a mandar alguém carregar os produtos, pois ela mesma não os carregaria de volta. O filho interveio oferecendo-se para carregar as frutas que acabaram sendo expostas debaixo da mangueira mais próxima. Nesse dia as frutas não foram totalmente vendidas, porque estavam longe dos consumidores.

Nascida e criada na região, J.L.D. não entendia porque uma família de agricultores não podia vender sua produção diretamente na Feira Livre. E, mais ainda, porque ela e outros vizinhos, nascidos e criados no meio rural, em região tradicionalmente agrícola, produtores como os próprios pais, estavam sujeitos a serem expulsos das Feiras Livres mais movimentadas, como a de Castanhal. Nem ela nem a vizinha conheciam fatos como esse na história dos próprios pais.

Nas é pensando na própria história que J.L.D. tem entusiasmo em narrar o episódio da expulsão da Feira como coisa do passado. Nos últimos quatro anos, ela e dois filhos vão participando da Feira do Produtor Rural de Castanhal. Ela foi fundadora e é atualmente representante da colônia do Caranã junto à organização de produtores que administra a "feirinha".

"Agora, nós somos "banqueiro" também, e ninguém expulsa nós: nós é que expulsamos "atravessador" da nossa feirinha..."

J.L.D. e seus companheiros preferem denominar de "feirinha" a Feira do Produtor; com esse tom carinhoso e ao mesmo tempo discreto, eles procuram se distinguir enquanto feirantes,

da Feira Livre de Castanhal - local fixo e com movimento diário de venda de mercadorias, quase uma extensão do tradicional Mercado Municipal e, mais recentemente, da CEASA. Enquanto a Feira Livre e a CEASA são permanentes, a "feirinha" funciona apenas às quartas-feiras e sábados pela manhã, exclusivamente com agricultores.

A descontração e euforia com que H.D narra esse episódio ajudam a reforçar a idéia de êxito e satisfação. Mas as questões evidenciadas pela "feirinha" são apenas um reflexo da crise

Como num espelho onde agora é possível olhar, as dificuldades aparecem, podem até ser identificadas: algumas comuns e bastante conhecidas de agricultores como transporte, outras mais relacionadas com as peculiaridades da vida social ali desenvolvida. No caso, a ausência de um espaço, na cidade, para os agricultores de uma região agrícola, mostra essa cidade negando a tradição agrícola e a esquecendo, e os agricultores perdendo o espaço e a vez nesse processo. A corrida pela urbanização, que aparece como a modernização almejada, com a consequente especialização na definição dos espaços, contemplou CEASA, Feira Livre, Mercado Municipal, mas impediu neles o acesso dos colonos, tradicionais produtores de mercadorias próprias desse tipo de comércio.

Para que os colonos fossem esquecidos desse processo de urbanização é de se indagar em que momento, antes disso, eles foram esquecidos pela cidade, já que colonos e cidade tem uma história em comum.

O espelho representado pela "feirinha" mostra nitidamente os entraves crônicos da comercialização, tal como foi tradicionalmente praticada na Bragançina: a figura do atravessador, ganhou proeminência em detrimento do produtor. O sucesso da feirinha já permite ver que sem o atravessador é possível obter mais lucros, ao realizar a comercialização sob novas bases.

A "feirinha" já terminou. Mas a barraca da Diretoria da Associação Feira dos Produtores continua com movimento. O trabalho para eles não terminou. Discutem visitas às comunidades que serão feitas na segunda-feira, com a extensionista da EMATER. É possível ainda ouvir a opinião deles sobre o próprio trabalho. Impossível evitar o assunto dos atravessadores. Quem explica isso é J.C. da Diretoria:

"O atravessador é o "calo" mais perigoso que a gente tem! Aonde a gente está, ele quer se meter no meio. Porque...ele está vendo o sucesso da nossa Feira, aí ele vem se infiltrando, se infiltrando.

A gente vem combatendo, mas nunca que consegue combater, mas não consegue mesmo! Eles atrapalham, ameaça até de morte! Já ameaçaram até o nosso Presidente de morte! É verdade! Porque agora a gente tem "FN" do nosso lado, e então qualquer problema maior aciona eles. Aí eles ficam com raiva, e é o motivo deles ameaçarem a gente. Esse é um dos problemas piores que a gente tem, ainda não sabemos como solucionar esse problema!"

Ao falar do atravessador como categoria oposta aos seus interesses de agricultor, J.C. e seus companheiros demonstram ter clareza da situação atual, marcada por uma relação conflitiva acentuada, de confronto mesmo, entre produtores e atravessadores. A cada sábado e a cada quarta-feira o trabalho de evitar a intromissão dos atravessadores é árduo e constante, numa

medicção de forças.

Para os agricultores, parece claro que o fortalecimento da Feira tem a ver com o fortalecimento da Associação. E essa não é a única dificuldade, embora seja a mais crucial na avaliação deles próprios, expressa na própria razão de existir da "feirinha". Outras existem, quase todas se reportando às condições em que foram criadas e mantidas as colônias do antigo projeto de colonização da Bragantina, no final do século passado.

Essas condições, com seus grandes indicadores estabelecidos pelas políticas implantadas com vistas à colonização da Bragantina, sofreram alterações no tempo. Como seu contraponto, as dificuldades dos colonos também se alteraram, conforme a época e as sucessivas gerações de colonos. Que condições essas políticas permitiram e que alterações sofreram os colonos para sobreviver e produzir alimentos na Bragantina?

A avaliação deles mesmo frente à Feira evidencia algumas dificuldades e deixa antever algumas políticas ou a negação delas. O depoimento do Presidente da Associação Feira do Produtor Rural parece conter os principais elementos, tanto das políticas, quanto das dificuldades atuais dos agricultores, que estão sob a área de influência da Associação que R.L. preside, e que são uma parte da Bragantina. Sua fala revela o conhecimento das dificuldades que vêm afligindo os colonos, e uma disposição de atuar politicamente para reverter o quadro. Eis sua análise:

"Essa Feira dá um pouco de trabalho, mas é um trabalho gostoso ... Eu me sinto feliz, porque estou trabalhando em prol da Comunidade, muito embora a Feira necessite de um apoio das autoridades. Não é dizer que as autori-

dades não apoiam. Mas o apoio ainda é pouco.

... Porque a Feira tem um título: "Feira do Produtor Rural", mas ela ainda não está bem dentro do esquema rural! Sempre tem aquele atravessador que vem, se mete no meio do produtor e leva a gente até a se desentender com ele, porque a gente quer de uma maneira, eles querem de outra, mas de qualquer maneira a gente está lutando.

Há necessidade dos técnicos agrícolas visitar com mais frequência esses pequenos produtores. Com isso eu não estou dizendo que a EMATER não faça isso, que a EMATER é um órgão que ... mais se interessa. A região é grande, e as viagens poucas e ela não tem condições de visitar dentro da hora em que o produtor precisa. Muitas vezes um produtor está com problema, como agora esse ano tem o problema de praga. Ele tá com o problema de praga atacando a agricultura dele, ele vem na EMATER e ela não pode socorrer na hora, assim, exata. Se existisse um apoio, talvez eles chegassem lá.

Quando as autoridades sentirem que sem os produtores pequenos, uma cidade como Castanhal sofre uma grande consequência sobre a fome... eles passariam a apoiar os pequenos produtores, porque é do pequeno produtor que a gente vê uma Feira farta dessas! O grande produtor, ele exporta, ele não vem para a Feira. Exporta o produto melhor e o que fica aqui é refugo. Já o pequeno produtor, ele traz pra Feira um produto sadio, sem inseticida, sem fungicida, porque ele não tem condição de tratar com isso. Ele trata com seus próprios esforços, por isso o produto sai muito melhor.

Essa feirinha, dia 25 de julho vai fazer 4 anos. Agora, dirigida pelos próprios produtores, ela está no 2º ano. Essa Feira foi criada em convênio com a Prefeitura (a ENDUR), e a EMATER. Estamos lutando para que esta Feira seja realmente Feira do Produtor Rural. Que a Prefeitura fique dando o apoio dela, mas que ela deixe realmente o produtor viver de uma maneira diferente, porque cada produtor desse paga com cruzados para ficar um mês aqui. Desse cem cruzados nós temos que tirar 56% para a Empresa de Desenvolvimento Urbano de Castanhal. Uma coisa que eu acho muito errado, porque o produtor não tem nada a ver com o desenvolvimento de uma cidade. Ele tem a ver com o desenvolvimento da agricultura.

Estamos lutando pra documentar essa Feira; estou com dois meses de trabalho só, mas a minha preocupação maior é por esse Estatuto. Pra que ela se torne realmente um órgão que possa lutar com seus próprios ganhos." (R.L., Presidente da Associação Feira do Produtor Rural de Castanhal)

A fala de R.L., o presidente da Associação Feira do Produtor de Castanhal, permite vislumbrar uma lista de elementos relacionados com a problemática desses colonos, que a Feira

aproximou. A maioria desses elementos decorre de políticas ineficazes ou omissas, e outro tanto resulta da situação social e cultural de uma categoria de trabalhadores na sociedade brasileira. Esses elementos, gerais e específicos, foram: falta de apoio das autoridades em geral, falta de financiamento, assédio dos atravessadores, carência de assistência técnica (técnicos e tecnologia agrícola disponíveis), importância do pequeno agricultor como produtor de alimentos na Bragantina, face ao grande que produz para exportação, agricultores tendo que pagar taxas urbanas, etc.

Mas R.L. em sua fala, foi além da problemática da Feira. Como um líder que expressa sua categoria, ele adiantou questões como a necessidade de orientar e incentivar os agricultores a não venderem a terra de herança, pois é um patrimônio irrecuperável para eles, se for vendido; a falta de atendimento médico e escolar nas colônias, expulsando agricultores e suas famílias para a cidade, em busca desses serviços; a impossibilidade financeira dos pequenos agricultores adquirirem adubos químicos, fertilizantes, etc., os juros bancários altos... Na verdade uma lista muito extensa.

Quem são esses colonos que apresentam, no final da década de oitenta, uma problemática tão complexa? Que história os identifica? Que vinculação tem eles com a história regional, que possa explicar suas atuais condições, de flagrantíssimas dificuldades?

A análise do Presidente extrapola a Feira e merece ser colocada na perspectiva da Feira como espelho que permite pensar a situação dos colonos. E aí, os elementos interligados

mostram a profundidade da problemática brasileira, no que diz respeito ao fato de ter havido ali um projeto de colonização.

A problemática se projeta no tempo, assumindo e incorporando as diferentes situações históricas: políticas se sucederam, resultados esperados deixaram de acontecer, e o inesperado se fez presente. Todos têm uma história rica para contar e a contam sem pressa. Há um tempo enorme de dificuldades sempre renovadas, que forjou uma paciência. Há três ou quatro gerações que a luta continua. Não há desespero, há esperança. Mas ela está principalmente em medidas de pequeno alcance, pois as de grande alcance ninguém espera mais. Uma feira, uma estrada, um apoio simples, mas seguro. As medidas simples, porém eficazes, são imediatamente reconhecidas como válidas. Há experiência e sabedoria nas análises e acabou a confiança na eloquência de muitas políticas anunciadas. Para essas, o ceticismo já está instalado. Restou a confiança em medidas que valorizem o próprio trabalho. Como a feira que agora terminou, resultado de política extensionista.

Na próxima quarta-feira eles retornarão para uma Feira menos movimentada que esta de hoje. Continuarão seu esforço de vender a produção, aprimorar a própria organização, interferir na comercialização dos próprios produtos. Alguns não virão na quarta-feira: a avaliação dos custos e benefícios indicará se vale a pena vir, face ao menor movimento dos consumidores.

Mas a história desses trabalhadores continuará a ser feita, seguindo um dinamismo próprio e pouco conhecido. A Feira de hoje, no que pôde ser observada, mostrou muitos elementos de dinamismo dessa história. Mas outros tantos elementos, im-

portantes nessa história, certamente escaparam dessa observação, tamanha é a riqueza dos acontecimentos e a interligação entre eles.

NOTAS DO CAPÍTULO 2.

1. A descrição da Feira do Produtor feita neste capítulo baseia-se no trabalho "De Feiras e Associações de Pequenos Agricultores no Nordeste Paraense", de minha autoria, discutido no 199 Encontro dos Grupos Temáticos do PIPSA, de 6 a 9 de junho de 1988 (30 pag., publicado nos Anais do Encontro), e resultado da observação direta daquela Feira, durante o trabalho de campo para esta pesquisa.

III-POLÍTICAS PARA OS COLONOS DA BRAGANTINA

III.1 - 1875 A 1888: REPERCUSSÕES DA POLÍTICA IMPERIAL DE COLONIZAÇÃO

Por volta de 1875, a Província do Pará ressentia-se ainda das consequências sociais e políticas da Cabanagem (1).

As mortes ocorridas nos inúmeros combates, e depois a perseguição e extermínio dos cabanos pelas forças do Império, somados ao abandono das lavouras - que se dera desde o início dos conflitos - foi bastante desastrosa para a Província.

Décadas após esses acontecimentos, a Província ressentia-se disso na manifestação de seus Presidentes que falavam repetidamente na questão da "falta de braços". Havia uma esperança de que a agricultura pudesse ser a atividade capaz de desenvolver a Província, no entanto ela estava impedida pela falta de braços. Em Relatório de 17 de janeiro de 1875, o Presidente Pedro Vicente de Azevedo declarava:

"A agricultura da Província, rigorosamente fallando, é nenhuma. Faltam-lhe braços laboriosos que a salvem da decadência, em que cahê de dia a dia (...). Todas as esperanças estão no comércio e este, sendo feito em grande parte por estrangeiros, se continuar como até aqui, onerado de tão pesados impostos e baldo de garantias, é fácil de prever o seu desfalecimento e, quem sabe, se o desamparo da praça".

Mesmo sendo esse pronunciamento feito quarenta anos após a Cabanagem (1835) é interessante observar que as divergências e conflitos entre os colonizadores e nativos continuam a ocorrer, e elas se dão em decorrência do comércio, atividade mais dinâmica. Isso se nota em outro trecho do mesmo Relatório, quando o Presidente relata os motivos de intranquilidade pública na Província:

"...ódios de nacionalidades entre brasileiros e portugueses, provocada por periódicos, sob pretexto de sustentar a conveniência da anachronica idéia da nacionalização do comércio a retalho".

O Presidente Pedro Vicente faz uma longa análise da agricultura na Província procurando mostrar sua decadência, após ter sucumbido sob a "influência fascinadora" da "gomma" (como também era chamada a borracha), tendo sido a Província há 20 anos atrás produtora de cacau, cana-de-açúcar, arroz, algodão, mandioca, café; fabricava-se a farinha de mandioca, de tapioca, o chocolate, o açúcar, tecia-se o algodão grosso.

Os produtos cultivados e transformados eram também exportados sem prejuízo do abastecimento interno. Na avaliação do Presidente somente continuaram produzindo as populações de municípios em que as seringueiras inexisteram ou não tinham expressão, como Dragança, Guamá e, em grande parte, ébidos, Alenquer, Vigia e Cametá.

O Presidente aponta como causas da decadência da agricultura a falta de escravos (alegada pelos lavradores) a impossibilidade de obter braços livres e a atração pela extração da borracha. Para a falta de escravos há a explicação da fuga deles

para os mocambos; para a falta de braços livres, é alegada pelo relatório a aversão do indígena ao trabalho obrigatório e sua indiferença pelo dinheiro. Diante desse quadro de decadência e dificuldades, o Presidente manifesta esperanças na colonização, declarando:

"Se é como todos reconhecem de grande utilidade para o país promover de todos os meios possíveis uma grande torrente de imigrantes, muito mais em nossa Província (...) A indústria definha e o comércio de borracha escasseia. Todas as esperanças estão voltadas para a colonização estrangeira. A negligência do indígena e do homem do interior talvez o impedisse de ser agricultor laborioso, mas não de ser remador, pescador, campeiro" (...).

Vale a pena destacar que as opiniões do Presidente sobre a agricultura na Província são respaldadas num relatório sobre "O estado da grande e pequena lavoura", de responsabilidade de Antonio Manuel Gonçalves Tocantins, feitas a pedido daquela autoridade com base em observações realizadas nas regiões do Alto e Baixo Tocantins, Tapajós, Xingu, Baixo Amazonas, Moju, Igarapé-Miri, Acará, Acari e outros rios importantes.

O Relatório, anexado à fala do Presidente, revolve não apenas uma preocupação de avaliar o estado da agricultura por parte da autoridade, mas indica, no seu conteúdo, importantes elementos de análise como a expectativa para com o setor, e seu potencial como fonte de riqueza, a tentativa de apontar as causas da decadência da agricultura, entre elas a atividade de exploração da "gomma", e indicações de medidas governamentais que poderiam ser tomadas, para reverter o processo. Inicia o observador dizendo que:

"Em nenhum lugar do mundo estará a lavoura em estado mais deplorável que na Província do Pará" e que "o

único pão na mesa do paraense é de farinha de mandioca, comprada a alto preço (10.000 réis o alqueire e 25.000 réis se for comprada nos seringais)"

Em tom de denúncia, às vezes de queixa, ele inclui em suas observações: vida cara, falta de talho de carne verde nas vilas do interior, a Província tendo que importar café, açúcar, carne de charque, galinha, ovos, farinha de mandioca e arroz da Inglaterra. O tabaco é produzido para o consumo e o cacau para exportação. Sobre vegetais o estado é mais lamentável ainda.

Na avaliação de Tocantins, as causas principais do atraso na agricultura são a falta de braços e a falta de capitais. Ele passa a fundamentar essas causas; sobre a falta de braços lembra que a pouca população nativa dedica-se à caça, pesca e extração de produtos naturais e refere os dados de 300.000 almas para 40.000 léguas, mostrando com isso a rarefação da ocupação.

Lembra ainda as "calamidades": "em 1835, a Província esteve em poder dos rebeldes por longo espaço de tempo, e tudo ficou arrasado" numa menção à Cabanagem, além das epidemias de varíola, febre amarela, e maligna, cólera, etc. Sobre a falta de capitais ele faz uma observação sobre a consequência da aplicação de uma lei como a Lei de terras, a uma Província como o Pará. Diz Tocantins:

"(Existem na Província) 5000 léguas de domínio particular e 35.000 léguas públicas de terrenos nacionais devolutos. Se o preço médio do terreno nacional fixado pelo § 25 do artigo 14 da Lei nº 601, de 10/09/1850 é de nove contos (de réis) por légua quadrada, o valor dos terrenos nacionais devolutos na província é maior que 300.000 contos de réis. Mas o governo não terá vantagens vendendo, seria feliz se tivesse indivíduos a quem dar gratuitamente para desenvolver a lavoura, dificultada pela superabundância de vegetação e os juros altos que impedem financiamentos".

A avaliação de Tocantins sobre a aplicação da Lei de Terras na Província corresponde a análises que seriam feitas por observadores, muito mais tarde, destacando: a dificuldade de realizar cadastros e demarcar as terras devolutas disponíveis para venda em cada província (Carvalho, 1981), a oferta ilimitada de terras estimulando a posse na Amazônia e dificultando a implantação do sistema de compra e venda, principalmente entre agricultores pobres, além da incorporação tradicional da concepção jurídica, resultado do sistema de sesmarias, de que não era a terra que custava dinheiro, mas sim as atividades para torná-la produtiva (Santos, 1981, p9) e a lenta introdução, na Amazônia, da terra como mercadoria, observado somente após a construção da estrada Belém-Brasília, facilitando o acesso a terras que foram sendo aos poucos comercializadas por empresas paulistas de colonização e extração de madeiras (Hobette e Marin, 1987).

Se as dificuldades para implantar a agricultura não estavam tanto na disponibilidade de terras, naquele momento, elas estavam nos campos técnico e financeiro, tanto quanto na disponibilidade de braços. Como diz Tocantins: "se tivesse indivíduos a quem dar gratuitamente"...

Tocantins distingue a grande e a pequena lavoura. Como grande lavoura inclui apenas os engenhos de açúcar e a criação de gado: os engenhos estão em decadência por dependerem do trabalho escravo, e as fazendas de gado do Marajó sofrem os constantes roubos de gado.

O autor critica a ingerência do governo na criação de gado através das fazendas nacionais. Refere a existência em

pequena escala da criação de gado em Bragança, Santarém e Macapá. Como pequena lavoura ele discrimina o cacau, farinha, tabaco, atividades que dispõem de mais braços, contendo, porém, os lavradores apenas com seus lotes de terra e seus próprios braços.

Analisa as atividades ligadas ao extrativismo, os prejuízos que a "gumma" traz para as lavouras e o comércio em geral "pela insegurança, oscilação de preço e o caráter de exploração". O extrativismo é a base do comércio. Em suas conclusões Gonçalves Tocantins recomenda que a Província conte mais com a pequena lavoura do que com a grande, e justifica:

"Por isso entendo que o governo deve, sobretudo, dar à pequena lavoura a maior extensão possível, chamando para a província colonos que a ela se dediquem, e que lavrem por suas próprias mãos seus pequenos lotes de terra.

Bancos hypothecários de pouca ou nenhuma utilidade seriam a quem nada tem que hypothecar. Melhor será que o governo, quando e quanto seja possível, alivie o peso de impostos gerais, porque ao menos não dificultará mais ao pobre colono a formação de pequenas fortunas que por fim também reverterão em benefício da lavoura"

Enquanto não se pode adiantar quase nada sobre as credenciais de Gonçalves Tocantins e o peso de suas análises e recomendações sobre as decisões do governo da época, é possível deduzir ao menos que o Presidente respaldou-se nelas ao falar da agricultura em seu relatório e ao afirmar, no final, sua esperança na colonização, ao dizer, como já foi citado: "Se é como todos reconhecem de grande utilidade" ... Corria o ano de 1874, e estava no trono a Princesa Izabel.

O extrativismo da borracha iniciara o processo de desorganização das atividades que vinham se desenvolvendo na Província - lavoura e comércio - ao estimular a corrida em busca

da inesperada fonte de riqueza. Mas teriam sido diferenciadas as formas como os grupos sociais participariam dessa busca de riquezas. Segundo Santos (Santos, 1980) o extrativismo da borracha já se fazia na Amazônia com participação de nativos, produtores familiares que, aos poucos foram explorando os seringais às proximidades de Belém, com relativo sucesso, à medida que a borracha começou a ganhar preço no mercado internacional.

Mas só no estágio inicial os pequenos produtores participaram, porque a expansão dessa exploração, em seguida, conforme o mesmo autor, se daria rearticulando a tradicional forma de vinculação da Amazônia ao mercantilismo, o "aviamento", que se constituía numa cadeia ramificada por toda o interior com o centro em Belém, capital e local do principal porto. Através da instituição do "aviamento", integravam-se bancos financiadores no exterior, firmas importadoras, exportadoras, (muitas delas organizadas por comerciantes locais), empresas de navegação, comerciantes, pessoal de apoio e, no extremo da cadeia, os seringueiros, "aviados" do sistema, isto é, com suas despesas adiantadas em espécie, pelo patrão, para serem descontadas com a borracha extraída.

A atividade da borracha foi efêmera, lucrativa e atraiu as cobiças e as ilusões mais diversas; os que já se dedicavam ao comércio, os colonizadores, apenas ampliaram seus negócios, enquanto os nativos viram nisso a forma de sair da situação de pobreza e arriscavam-se a ir para os seringais vender sua força de trabalho de forma aviltada e enganosa, largando sua família, roças, atividades, convivência.

A debacle da borracha no mercado internacional, arruinaria os ricos, os comerciantes e exportadores, o comerciante/exportador, o seringalista, o proprietário de embarcações. Já o agricultor, que foi viver a experiência de seringueiro, explorado pela cobiça do lucro efêmero, este já estava arruinado desde o início da atividade, pela absoluta falta de perspectiva de sair lucrando dado o sistema de "aviamento" e pelo comprometimento de sua saúde e de sua liberdade de sair do seringal. Os lucros da atividade ficaram com os exploradores do negócio. (Santos, 1990).

Se for considerada a agricultura como atividade à qual os grupos se dedicam com seu trabalho e seu conhecimento, buscando modos de sobreviver e prosperar, integrados a um sistema maior de convivência e apoio (sociedade) podemos dizer que a experiência da exploração da borracha contribuiu para desorganizar não apenas a agricultura da Província, mas aquela sociedade em seu dinamismo. Se a atividade agrícola não constitui apenas números estatísticos sobre produtos, comercialização, exportação, etc, mas ocorre integrada a formas de viver, em constante elaboração, dá para considerar, como resultado socialmente desorganizador, as consequências da corrida de grandes contingentes de trabalhadores do interior paraense para as margens dos grandes rios amazônicos, onde a seringueira existia como produto nativo.

Nessa corrida, os trabalhadores deixavam, atrás de si, as roças, as experiências acumuladas sobre práticas agrícolas em uma determinada região, os valores associados à ligação com a terra, o associativismo do grupo familiar e comunitário. Os nativos que viraram seringueiros, inebriados pela miragem do "El

Dorado", não voltaram ricos, e muitos nem mesmo voltaram ou voltaram doentes. As roças abandonadas não se reconstituíram.

E a imagem de decadência a que se refere o Presidente Pedro Vicente reflete o olhar para uma sociedade que se ressentia de problemas antigos: a Cabanagem, perigoso sintoma de confronto entre colonizador enriquecido e poderoso, e nativo despojado de bens e de poder; as epidemias que grassavam à época sem meios de serem debeladas e a fome na Província, que, desse momento em diante vai significar a possibilidade de abastecer os seringais e garantir a reprodução da força de trabalho, a qual, ocupada com o extrativismo não poderia mais produzir alimentos.

Encarar o futuro exigia o enfrentamento dos problemas novos: a rarefeita população masculina abandonara suas atividades para ir em busca da "gomma" e da riqueza deixando para trás famílias, roças, a própria história.

Essa avaliação certamente não resulta do olhar de encantamento do Presidente para com os belos e faustos prédios que serviriam de residência às famílias ricas da Capital, no período. Mas é uma avaliação de um Governante que imagina uma outra Província, em outras condições. É uma avaliação que se permite a comparação com um passado mais próspero (já houve mais exportação, maior produção) e com um futuro modificado (dos impasses verificados poderiam surgir decisões que alterassem o perfil da Província, no futuro). Na formulação desse futuro aparecem alguns elementos que vão constar dos Relatórios de sucessivos Presidentes da Província.

Um, é a idéia de pequena lavoura desenvolvida por indivíduos aptos, com suas famílias, a terem atividades rendosas e com estímulo do governo; outra é a colonização como mecanismo capaz de incrementar esse processo, e para dinamizar isso, surge a idéia da construção da estrada de ferro, como apoio à colonização e tentando a interiorização.

Cabe perguntar aqui por que a Província que foi palco da Cabanagem, e se prepara para aquela que será a mais vil exploração do trabalho humano, no episódio da extração da borracha, pôde acolher propostas como o estímulo à pequena lavoura por parte do governo, a colonização e a construção de uma estrada de ferro, em apoio a colonização, e por isso, direcionada para o interior? Que peculiaridades possui essa elite que critica o extrativismo, no qual a atividade econômica se baseia, e aponta para a lavoura de base familiar como solução para a Província?

É forçoso admitir que o objetivo do abastecimento justificava a preocupação com a agricultura face ao súbito incremento do extrativismo, nas características como se desenvolveu, e com altos lucros, mas outras soluções poderiam ter sido buscadas, por que a lavoura de base familiar e a colonização?

Certamente que há influências externas nessas propostas: a Lei de Terras de 1850 e a chegada dos imigrantes, embora tenham sido decisões que não dissessem respeito diretamente aos interesses da Província poderiam ser ajustadas a ela: o capital inglês exportava estradas de ferro para o mundo, por que não para o Pará? E os imigrantes europeus estavam procurando lugares atraídos para sua migração, por que não a Amazônia, com uma história

de comunicação intensa com a Europa desde o período colonial?

Porém existem condicionantes de ordem interna à Província que permitem a decisão de adotar essas políticas. Como qualificar esse interesse da elite, enquanto grupo social que manifesta sua ideologia e valores ao propor tais políticas em favor de agricultores pobres? (2). Quais as medidas que estão ao alcance dos Presidentes propor às Assembléias das Províncias, quais as que podem ser obtidas junto ao Imperador, nesse momento?

No Relatório do Presidente Pedro Vicente alguns desses elementos começam a aparecer: ele tem esperanças na colonização, mas faz restrições a isso. A questão de não ter ainda a terra se transformado em mercadoria na Província é um assunto que merece atenção, em nosso caso.

A Lei de Terras, ao atender interesses de cafeicultores de São Paulo e Rio de Janeiro, generaliza para o país condições que não se verificam em todas as Províncias, no caso, a compra e venda de terras não tinha condições de ocorrer na Província do Pará, pela inacessibilidade das terras, pela facilidade de controle das terras mais produtivas, como os seringais, por parte da classe dominante, ou o controle exercido por famílias ligadas ao poder no caso dos castanhais nativos (Emmi, 1988), junto ao fato da atividade econômica mais dinâmica ser o comércio com base no extrativismo, para o qual se exigia controle sobre a mão-de-obra (escrava, servil ou nativa) e nunca a propriedade da terra.

A imigração era ainda uma incógnita, como experiência na Província do Pará. Por isso as preocupações do Presi-

dente; em seu Relatório ele indica dificuldades com a ideia da colonização e refere como argumentos o mal aproveitamento dos recursos e defeitos na aplicação da Lei de Terras, que dificultam ao imigrante tornar-se proprietário de terras devolutas, quando elas estão à venda.

Sobre isso o Presidente inclui carta de Agassiz, naturalista europeu estudioso da Amazônia que mostra as delongas e formalidades que rodeiam a posse da terra como dificuldades aos olhos do migrante estrangeiro.

Mesmo assim ele refere, no item Terras Públicas, do seu Relatório, seis léguas de terra de que o governo geral fez concessão à Província, ao longo da projetada estrada de Bragança, para núcleos coloniais, e inclui, nos Anexos ao seu Relatório, a cópia do termo de contrato celebrado entre o Presidente da Província e Cícero Pontes, por si e como procurador de Antonio Gonçalves da Justa Araujo, para a construção de uma estrada de ferro entre a capital e a cidade de Bragança, nos termos da Lei 009 de 04 de abril de 1874. Informa ainda que o convênio foi assinado em 15 de setembro de 1874.

Sobre esse termo de contrato, vale destacar alguns itens pelo que eles manifestam de intenção sobre a colonização, nas exigências que o governo da Província do Pará faz aos implantadores do projeto. Inicialmente fica acertada a boa qualidade do material das estações e a implantação da linha telegráfica ao longo da linha férrea.

Quanto ao tráfego dos trens, especifica o contrato que ele será feito com quatro trens diários, um de carga e cu-

tro de passageiros nos dois sentidos. Quanto às tarifas, elas serão diferenciadas da seguinte forma:

1-Produtos de exportação: café, algodão, açúcar, fumo, couro, cacau, borracha - máximo de 25 réis por arroba em cada légua igual a 6 km e 600 metros; 2-Para os produtos de alimentação: feijão, milho, arroz, farinha, carne, toucinho, queijo, batatas e outros, o máximo será de 20 réis por arroba e pela mesma distância. Igual tarifa para gêneros de importação tais como sal, farinha de trigo, peixe salgado e outros.

Alguns itens do contrato mostram os elementos essenciais da natureza da estrada e os cuidados com a colonização:

19 - O Governo Imperial garante o privilégio exclusivo por 40 anos e impede a construção de outras estradas num raio de 30 km, com exceção de estradas que possam partir de mesmos pontos, mas seguir direção diversa.

20 - A concessão de privilégios se estenderá aos ramais de Vigia, Cintra, Durém e São Miguel do Guamá, obrigando-se os empresários a construí-los e explorá-los logo que esteja provado que podem dar 4% do capital necessário, ou seja esse prêmio lhe seja garantido.

21 - Com destino a núcleos de colonização o Governo Imperial concede à empresa 10 léguas quadradas de terra das que possui a Província na atual estrada de Dragagoca, sem dispendio algum para a mesma empresa. Estas dez léguas quadradas serão marginais à estrada projetada e em lotes de uma légua quadrada cada um. Ficará porém sem efeito essa concessão se a empresa não introduzir os dez mil colonos, a que está obrigada, até quatro anos depois de aberta a estrada ao tráfego.

25 - O capital que for necessário à construção da estrada será ajustado depois de apresentados os estudos e fiscalizado por um contrato adicional antes de começarem os trabalhos. O Governo Provincial garantirá sobre ele o justo anual de 7%, pagáveis em prestações semestrais e durante o prazo de 30 anos.

41 - Findo o prazo de 40 anos de privilégio, a estrada com todo o seu material rodante e fixo, estações, dependências, oficinas, casas e terrenos reverterá à Província do Pará e em bom estado de conservação se o governo assim o quiser, nos termos do parágrafo 3 da condição 54.

43 - Abatimento de 40% nas passagens (em cinco casos, nos quais: 4 - colonos e emigrantes, bagagens, utensílios e instrumentos aratórios; 5 - as sementes e plantas enviadas pelo governo ou por seus agentes para serem

distribuídos gratuitamente).

47 - Os concessionários ou a empresa que por eles for organizada obrigam-se a mandar vir e estabelecer ao longo da estrada até dois anos depois desta aberta ao tráfego, dez mil colonos em família logo que pelo governo federal lhe seja garantido o embolso das respectivas passagens e as vantagens garantidas por lei a outros importadores.

62 - No fim de 60 e 70 anos, contados da data da construção da estrada esta reverterá para a Província gratuitamente com todo o seu material no estado em que estiver."

A idéia de estabelecer uma ligação com o Maranhão já era antiga e pretendia aproveitar o precário caminho terrestre entre aquela Província e a do Pará, seguindo por Bragança, Vilas de Almoco, Tentugal, Município de Durém até chegar em Belém. Era esse o trajeto utilizado para o transporte do gado e constituía uma alternativa ao caminho marítimo, sempre perigoso, devido a costa ser acidentada. Havia ainda a possibilidade de combinar o transporte terrestre com o fluvial, pra quem saindo por Bragança, Almoco e Tentugal alcançava o rio Guamá e por ele chegava a Belém.

A esse projeto antigo de estabelecer comunicação com a Província vizinha, juntava-se uma nova razão para construir uma estrada de ferro neste percurso: era a de apoiar o comércio e a agricultura de Bragança que se mostravam prósperas, estimuladas pela comunicação fluvial com o Maranhão, especialmente na sua parte oeste e imunes à devastadora influência da corrida aos seringais. No Relatório do Presidente Pedro Vicente, a região de Bragança aparece como produtiva, inclusive na criação de gado e na produção do fumo, no momento em que o abandono das lavouras e a dispersão da população se fazem notórios e preocupantes nos demais municípios, face ao crescente extrativismo da borracha. O

Presidente, em seu Relatório, acha por bem incluir informações sobre Bragança (juntamente com Ourém e São Miguel do Guamá, que lhe são vizinhos), e diz:

"...povoação situada à margem esquerda do rio Caeté, cerca de três léguas acima da foz, no Oceano Atlântico e sobre terreno enxuto que se inclina levemente para a beira do rio, é uma das principais cidades da Província e a mais rica, populosa e florescente que se encontra desde a capital do Pará até a do Maranhão.

Pedro Teixeira foi o primeiro europeu que pisou no lugar que hoje é Bragança, em sua viagem por terra ao Maranhão em 1616, para levar à Mathias de Albuquerque a participação que lhe fez o Capitão-Mor Castello Branco, de ter fundado uma cidade no rio Pará.

Os tupinambás que ali estavam aldeados o atacaram; mas, desbaratados no combate, fizeram pazes com os portugueses, prestando obediência ao governo e cedendo as terras precisas para colônias.

Em 1632 as terras do Caeté foram doadas por Gaspar de Souza, Governador Geral do Brasil a um seu filho; e em 1673 teve a villa o nome de Souza; mas, sendo em 1753 povoada de novo com ilhéos, tomou então o nome de villa de Bragança, à qual foi elevada à categoria de cidade em 1848 por lei provincial. A população da cidade é calculada em 560 habitantes, a do município é de 10.915.

Este município é talvez o único em que a agricultura não ficou arruinada pelo fabrico de borracha, que tão fatal tem sido aos outros. Cultiva-se em larga escala a mandioca para exportação e, em maior escala, o milho, algodão, feijão, tabaco, arroz, café e cana-de-açúcar e cria-se gado dificultado pela inundação dos pastos. Exporta-se para a capital ainda galinhas, além dos produtos citados.

Os transportes se fazem em canoas pequenas para viagens pelos rios e lugares vizinhos e para a Capital no vapor da Companhia Maranhense, que em cada mês toca no porto daquela cidade. Há também estrada para a vila de Ourém, por onde se transita a pé e a cavalo.

A Câmara sugere a criação de um conselho rural para incentivar a indústria da criação de gado".

A distância existente entre a região de Bragança e os altos rios onde se extraía o látex das seringueiras nativas talvez tenha preservado Bragança da decadência neste momento, evitando fluxo de suas populações para os altos rios amazônicos.

Mas esta não será a única razão, pois havia uma distância maior entre essas localidades e a região de origem dos nordestinos que foram atraídos pelo trabalho extrativista. É que Bragança à época em que o Presidente se refere - 1875 - constitui-se no núcleo onde se integram, através do comércio, diferentes atividades produtivas como agricultura, criação de gado, pesca, criação de pequenos animais e a produção do fumo.

A proximidade com os povoados em torno, seja do Pará, seja do Maranhão, com o qual faz fronteira, facilitava o intercâmbio de produtos, e se beneficiava das facilidades do transporte fluvial. Assim, Bragança constituía o que os geógrafos chamam de "região central" por ser ponto de baldeação nos transportes e por nuclearizar as atividades, dispondo de comércio importante em termos regionais, dando-lhe certa autonomia em relação à capital, e integrando as comunidades em núcleos, povoados, vilas.

Isso nos leva a refletir sobre a fala do Presidente Pedro Vicente de Azevedo, e inverter a questão que ele coloca. A decadência das lavouras foi decorrente do fascínio que o extrativismo da "goma" provocou ou os agricultores foram facilmente motivados para a aventura dos altos rios porque não estavam integrados a atividades produtivas suficientemente dinâmicas, que os mantivessem em sua situação anterior?

Parece que o isolamento e a dispersão das populações nativas, ao lado das dificuldades de dinamizar atividades de lavoura e criação de gado nas condições dadas é que foram determinantes nesse processo.

O importante para o exame da questão da colonização é verificar que nesse momento a problemática está colocada para os governantes e implica em constatar uma certa decadência, após um período de euforia trazido pela riqueza da borracha. Essa euforia, contudo, não repetiu para as atividades produtivas da Província o êxito obtido com as políticas do Marquês de Pombal para a Colônia, administradas na Província por Mendonça Furtado, seu irmão, com base no modelo das sesmarias (1751 a 1759).

Ao ser colocada a problemática, o nó da questão está evidente: o trabalho, resolvido no regime de sesmarias com a escravidão negra e com a servidão indígena e cabocla, encontra-se em crise, na busca de novas soluções. Se na Província do Pará o escravo não foi a solução ideal, tanto quanto o índio, não o foi, este contudo pôde ser subjugado, e por isso mais utilizado, e de maneira tão brutal que tornou irreconciliável o pacto entre governantes e governados, como foi prova o movimento da Cabanagem.

Uma sociedade que conheceu a escravidão, e derrotou drasticamente seus nativos em sua luta por liberdade na Revolução Cabana, oferece bases muito precárias para a construção de uma nacionalidade, se pensada a partir da idéia de cidadania.

Os ex-escravos refugiavam-se nos quilombos e os nativos isolavam-se nos sítios dedicando-se à sobrevivência, baseada no extrativismo e nas roças, alheios ao Governo e provavelmente temerosos de seus abusos, o mais comum, a cobrança de impostos. A atividade mais dinâmica, o comércio, não estava ao alcance dos nativos e se confundia com o exercício do poder, desde os tempos coloniais.

A problemática do Presidente neste momento é a decadência da lavoura, vista como resultado negativo da extração da borracha. Mas não deixa de ser, também, a construção nacional e o fortalecimento do Império, pra o qual a Província precisava contribuir. Não se afigura mais a possibilidade de reaver o trabalho indígena. Novas soluções se impõem. Por isso o Presidente reavalia as possibilidades da Província, e se apoia em observações técnicas, ao mencionar as regiões menos afetadas pela decadência. A visão que ele oferece de Bragança é alentadora. Para ele Bragança reúne as condições necessárias à implantação da colonização: as terras do município não possuíam seringais nativos, as atividades agrícolas não se encontram abandonadas e mantêm o seu dinamismo, as facilidades de comunicação fluvial com a capital e com o Maranhão ofereciam, ademais, possibilidades de expansão de atividades.

A experiência de Bragança anima e sugere a colonização, e o estreitamento da comunicação com Belém. A projetada estrada de Bragança como idéia de comunicação terrestre transforma-se numa idéia mais ampla, a de disseminar a experiência produtiva da região de Bragança, na direção de Belém.

Se o dinamismo de Bragança sugere a expansão dessa experiência nas terras disponíveis entre o percurso até a Capital, isso se refere à existência de uma experiência histórica tão antiga quanto Belém (fundada em 1616), ou Caeté (parte da Capitania do Gurupi, doada por Gaspar de Souza a seu filho Álvaro de Souza em 1632, depois Vila de Bragança em 1753, no governo de Mendonça Furtado). Já a idéia da construção de uma estrada de

ferro sugere a tecnologia avançada da época para encurtar distâncias e desbravar regiões, em um trecho para o qual a idéia da construção de uma estrada já era antiga.

Se o trecho era muito curto para viabilizar uma estrada de ferro, ou se a idéia de estendê-la ao Maranhão era impraticável tecnicamente, tudo isso pode ser averiguado. O que parece claro é que a idéia da estrada de ferro até Bragança preenche aspirações há muito formuladas, no que se refere à estrada, e à expansão das lavouras próximas à Capital.

Facilitar as comunicações, e estimular a expansão da experiência produtiva de Bragança até a Capital, eram propostas há muito discutidas; mas a idéia da colonização aparece como inteiramente nova. A colonização, mais do que a estrada de ferro, como sinal dos tempos e das mudanças que virão, é uma novidade que será enfrentada sem experiências anteriores da mesma natureza. A idéia vai aparecendo em meio a intenções que se combinam. Por isso o assunto vai aparecendo aos poucos na fala dos Presidentes, ora como expectativa, ora como início da experiência, ou seja, a efetiva chegada dos imigrantes e a sua alocação e atividade.

é o que se pode verificar acompanhando os relatos dos sucessivos Presidentes. Francisco Maria Corrêa de Sá Benevides, sobre o assunto informa, em seu Relatório de 15.02.1875:

"Chegaram à esta capital, em diferentes ocasiões, vinte e um emigrantes, remettidos da côrte do Imperio pela Agencia official de colonisação".

O Presidente esclarece que solicitou informações das Câmaras Municipais sobre a situação de terras próprias para a colonização, em atendimento à solicitação do aviso circular do Ministério da Agricultura de 28.12.1874, recebendo como propostas favoráveis as de Currealinho e Moju e como respostas de não disponibilidade de terras para esse fim as das Câmaras de Muaná e Cametá.

Em seu próximo Relatório, de 15.02.1876, ele declara sobre a imigração que resolveu estimular núcleos coloniais na área concedida pelo governo imperial para a construção da estrada de Bragança, sob a alegação de que a imigração estava se orientando para o comércio. Informa que foi concluída a medição, demarcação, divisão e descrição das terras na citada área onde já se estabeleceram colonos franceses em lotes de 150X300 braças. O local escolhido, na estrada de Bragança, para o estabelecimento de colonos fica a sete léguas de Belém com estrada de rodagem e porto de Benfica, Marituba e Taiassuby.

O Presidente Benevides informa ainda que nesse local foi inaugurada uma colônia com 20 colonos, e que depois a mesma colônia recebeu 161 colonos, ficando reduzida a 43 sem se saber o motivo. Na avaliação do Presidente essa iniciativa constitui "a semente da colonização da estrada de Bragança" e as deserções se devem aos não-agricultores. Com a divulgação da existência da colônia em Nova York, recebeu de lá a notícia da vinda de 250 migrantes, que receberão o mesmo tratamento. O Presidente cita o nome da colônia: Benevides, e informa que a 19 de janeiro de 1876 havia na colônia: 24 franceses, 04 belgas, 02 argentinos,

02 italianos, 08 espanhóis, 01 prussiano e 02 brasileiros.

Do Relatório do Presidente Sá e Benevides se apreende a experiência da colonização iniciando, o núcleo ou colônia homenageando o seu fundador com o nome Benevides, e as deserções atribuídas à má seleção dos colonos. O Presidente não refere qual o tratamento dado aos primeiros, e que será mantido para os americanos que vierem.

Além da medição, demarcação, divisão e descrição das terras e da existência de estrada de rodagem e portos próximos à colônia, não dá para saber, pelo Relatório, que condições esses colonos tinham, por si, pela assistência do governo, e pelas condições locais, para desenvolver a agricultura. As deserções, - se eram de não-agricultores, precisariam ser confirmadas por informações mais detalhadas.

O que se nota, contudo é a decisão de iniciar a colonização, e talvez o otimismo de acreditar que seria promissora a experiência: dos 161 colonos recebidos, ficaram 43 sem se saber o motivo, mesmo assim a argumentação do Presidente aponta para causas que estão fora do alcance dele, nos critérios de quem acolheu e encaminhou os migrantes estrangeiros.

O Presidente Sá e Benevides inicia a colonização na estrada de Bragança, mas não refere nada sobre a construção da estrada de ferro que o seu antecessor propôs em Edital. Também deixa de referir Bragança como ponto atraente para a colonização e faz a opção por Benevides, a 3 léguas de Belém, (quando Bragança estava a aproximadamente 30 léguas) valorizando as facilidades de comunicação já existentes (estrada e portos).

Seu sucessor foi João Capistrano Bandeira de Mello Filho, que em seu Relatório de 10.07.1876 dá notícias sobre o andamento da colonização, sob sua administração. Ele refere a nomeação de comissão para atender interesses da colônia de Santarém, com americanos. Cita financiamento feito a agricultores franceses para a instalação de fábrica de telhas em Benevides, e concessão de recursos para construir pontilhão nessa colônia e na estrada de Bragança. Informa o Presidente que teve prosseguimento a demarcação de lotes de terra na colônia de Benevides, reservadas as 600 braças prometidas, em linhas paralelas à estrada de Bragança e divisão em lotes de todo o terreno compreendido no território. Sobre os colonos vindos dos EEUU na barca "Panola" estabeleceram-se na colônia 129 e 76 pediram passagem para o sul do Império.

Informa o Presidente a construção de cinco barracões para abrigo provisório de colonos em Benevides, com verba do Ministério da Agricultura, atendendo 199 imigrantes, sendo 106 franceses. Como providências a serem adotadas o Presidente sugere a criação de escola mista e manifesta otimismo com as plantações e roçados que viu na colônia. Finalmente ele refere a estrada de ferro, nos seguintes termos:

"Está autorizada a construção de uma linha férrea para Benevides, caducada a concessão da estrada de Bragança. Vencida a questão de transporte, progredirá a colônia"...

Bandeira de Mello, em Relatório de 15.02.1877, informa que não tendo os concessionários da estrada, Cicero Pon-

tes o Dr. Antonio Gonçalves da Justa Araújo, apresentado plantas, perfis e outras normas de contrato nem pago a multa, resolveu rescindir o contrato e mandar abrir concorrência para o prazo de quatro meses, nos termos da Lei nº 861 de 20.04.1876, para construção e exploração da estrada de ferro entre o marco de légua patrimonial da Câmara Municipal e o Igarapé Cupuassú, na extensão de seis léguas. Ele informa ainda que até aquela data nenhuma proposta foi apresentada.

No ítem Terras Públicas de seu Relatório ele reclama da falta de discriminação que permite extensões de terras sem títulos, sobre áreas devolutas. Registra anulações de processos, por falta de preparo de juizes, e reclama nomeação de engenheiros e agrimensores, sobretudo para os municípios de Bragança, Breves e Vigia. Sobre a colonização, analisa a pequena procura de imigrantes para o Pará, argumentando que não é o clima, como analisou Agassiz, mas a falta de centros coloniais que impede a maior procura. Lembra que o Pará só dispõe de Santarém e estrada de Bragança, para atrair imigrantes. Para ele o êxito da colonização depende de pessoas aptas para essa atividade, e da facilidade de transporte e meios para desenvolver as atividades.

Sobre a situação da Colônia Benevides, Bandeira de Mello reconhece o pouco progresso, e o associa com a condição de não-agricultores dos colonos, que abandonam a colônia, sempre que cessam os subsídios ou o fornecimento de víveres. Reconhece a dificuldade de transporte e menciona a ida para os seringais por parte de colonos, que lá contraem moléstias que os dizimam. Refere 117 pessoas sendo 78 homens, 15 mulheres e 24 crianças. Entra-

ram 364 pessoas, e saíram 247, ficando os 117 referidos. Resolve atuar na colonização escolhendo indivíduos aptos para a lavoura e criando um núcleo dentro das seis léguas.

Bandeira de Mello, pelo que manifesta em seu Relatório, está analisando a experiência incipiente com base em algum suposto modelo onde as condições objetivas de transporte e de outros meios poderiam garantir um progresso maior à colonização. Mas a pouca aptidão dos colonos parece ter um peso exagerado nessa avaliação, sem considerar as condições de adaptação que eles tiveram na região Amazônica, sendo agricultores ou não. É como se a habilidade do agricultor pudesse ser uma condição absoluta de êxito, válida para qualquer lugar.

Tal avaliação leva o Presidente a interferir na seleção dos colonos, segundo ele informa. Se a experiência de colonização no Pará está iniciando, com base em que modelo está sendo feita a avaliação? Nas experiências brasileiras, de outros estados? Na idéia que se divulgava no Brasil, em decorrência da Lei de Terras de 1850? Está claro no tratamento da questão que há um modelo, ou uma idealização do que se queria, que não coincide com o que vai acontecendo. Como Bandeira de Mello refere uma visita à Colônia de Benevides, sua análise tem a força de um depoimento, mas sua permanência no governo foi curta, para o envolvimento com a colonização: há um Relatório, já citado, de 15.02.1877 e outro, mencionando o final da administração, de 16.02.1878, onde ele menciona providências sobre a construção da estrada de ferro, nas seguintes palavras:

"Para dar cumprimento à Lei Provincial 809, de 6 de abril do anno findo, chamei por editais da Secretaria concernentes à construcção desta estrada(...) foram apresentadas tres propostas(...) Para melhor deliberar encarreguei cinco engenheiros da Provincia de estudarem essas propostas, dando-lhe as bases que julguei indispensáveis para o contrato, a fim de que sobre elas tambem emitissem o seu parecer, e concluindo aquella commissão pela preferéncia da última das propostas referidas, como a de mais vantagens para a provincia (...). Levrou-se o contrato(...).

A introdução de immigrants na estrada de Bragança é da maior conveniência. Basta que os concessionários consigam povoar esse rico e fertilíssimo solo de trabalhadores industriosos e capazes de dar impulso, sobretudo à agricultura, para que os sacrificios da Provincia sejam de pronto compensados com extraordinario proveito(...)

(...)No lugar onde foi a colônia de Benevides vai-se formando importante núcleo colonial de immigrants cearenses aos quais o flagelo da secca da sua Provincia tem obrigado a procurar este solo de tanta uberidade. Ali estão cerca de 800 immigrants, aos quais foram distribuidos lotes de terra, instrumentos agricolas e algum auxilio em dinheiro, sementes, etc. este núcleo está sob a immediata inspecção da Commissão de Colonisacção desta capital(...)"

As providências sobre a construcção da estrada de ferro, definindo a proposta escolhida entre as três apresentadas, e a referéncia à colônia Benevides como local de acolhida aos imigrantes nordestinos que comecam a chegar são indicativos dos fatos que marcarão fortemente a vida da Provincia dali em diante, como veremos.

O relatório do Presidente que assume o governo da Provincia em 18.03.1878, Dr. José Joaquim de Castro, está marcado pelo acontecimento da grande secca no Nordeste, da qual decorre a corrente migratória que se intensifica para a Amazônia. Em seu primeiro Relatório, a 22.04.1878 há eloquência e drama:

"De certo não estranhareis que occupe a vossa attenção com este facto oriundo da sêcca que esterilizou a terra e empobreceu e lançou na miséria o homem, que primeiro repelio de seu seio o braço escravo.

Facto lamentável que gera a dor e suscita affetos de commiseração no espirito de quem o observa; mas que também oferece ao Pará o ensejo de alliar seus legitimos interesses aos sentimentos humanitários que elle desperta.

Si o immigrante cearense procura terras que lhe retribuam o trabalho, o Pará precisa de braços que lhe fecundem a terra; receba pois esta Provincia o Cearense que foge ao solo ingrato que o repelle, dê-lhe bom gasalhado, mitigue-lhe as dores, conforte-o em sua desgraça, e o beneficio do presente, longe de empobrecê-la hade firmar as bases de sua opulência futura.

Estudei o factio da immigração Cearense para esta Provincia, reconheci a necessidade de organizar o serviço que a elle se refere, dando-lhe uma certa organização e n'esse intuito tomei a resolução que encontrareis entre os annexos, para o serviço do recebimento, alimentação e accommodation dos retirantes, o que de certo não podia corresponder a extenção de meus desejos, mas era o que cabia nos limites de minhas attribuições.

Pareceu-me e parece de incontestável proveito, para os immigrantes e para o Pará, o estabelecimento de núcleos colonias formados de Cearenses em differentes pontos agrícolas da Provincia, e a esse respeito o Engenheiro Martinho Domiense Pinto Braga apresentou-me o bem elaborado parecer que também encontrareis entre os annexos e que me parece digno de vossa attenção.

Mas, porque tão vasto plano não podia ser levado a effeito de momento e por mim só, procurei acudir à necessidade que mais urgente se me affigurava, e sem esquecer o futuro, tentei aplainar e preparar o terreno para medidas de maior alcance, em que vos cumpra cogitar.

Afim de que pudessem convenientemente ser executadas as instruções que se contem na resolução a que me refiro, abri sob minha responsabilidade, à verba - Socorros Públicos - do Orcamento Geral, um crédito de 40.000\$000; solicitei do Ministério da Agricultura providências para que o número de retirantes que houvessem de ser transportados para esta Provincia em cada vapor não excedesse a certo limite; pedi à Presidência do Ceará fizesse acompanhar os retirantes de uma relação circunstanciada, em que se declarasse idade, sexo, estudo, profissão e pessoas de família, além das observações que fossem úteis; expedi ordem para aumento do barracão do Castelo, destinado a acolher os immigrantes, e nomeei em differentes pontos da Provincia Comissões encarregadas de ahí os socorrer e encaminhar.

Além destas providências encarreguei o Engº Pinto Braga de fazer que fossem executadas pelos Cearenses residentes em Benevides, ou que para ahí se dirigissem; os seguintes trabalhos mediante o salário, e nas condições da tabella, junto às citadas instruções: Construir na área destinada ao povoado, séde do districto da ex-colônia Benevides barracões com as necessárias accomodações para os retirantes que para ahí se dirigem.

Estabelecer vias de comunicação por mar e por terra ante a sede d'aquelle districto e esta cidade.

Demarcar, de accôrdo com a comissão de Colonisação, lotes de terras urbanas com a área que for conveniente, sendo taes lotes destinados a n'ele se estabelecerem immigrants Cearenses;

Empregar n'estas obras somente os referidos immigrants providenciando de modo que não sejam prejudicados nos serviços de suas lavouras;

Recomendei mais ao mesmo Engenheiro que enviasse mensalmente à Presidência um relatório circunstanciado dos trabalhos executados, das quantias com elles despendidas e de tudo o mais que occorresse com relação ao serviço à seu cargo" (...)

A fala do Presidente Joaquim do Carmo parece mesmo querer convencer a Assembléia a quem se dirige, pelo tom de convicção patriótica e de definições, com relação ao fato determinante com que ele mostra a seca do Nordeste. Não há o que discutir: diante do fato da seca que assola o Nordeste, só cabe ao Pará preparar-se para receber a nova corrente imigratória. A Colônia Benevides não é a única alternativa para acolher os cearenses, e são distribuídas 16 Comissões pela Província com a finalidade de estudar a forma de receber os novos colonos.

A respeito da importância da imigração nordestina para a Amazônia, intensa nesse período, devido a seca de 1877-80, tem-se estimativas, mas nenhum dado preciso. Devido às suas dimensões, Celso Furtado (Furtado, 1986, p 129) denominou-a de "transumância amazônica" e comparou-a com a imigração estrangeira para o Sul e Sudeste do Brasil. A estimativa de Furtado, usando os Censos de 1872 e 1900, é de que o fluxo migratório teria sido de 260 000 pessoas nesse período (sendo 200 000 só entre 1890 e 1900) e outro tanto entre 1900 e 1910, num total estimado de 500 000 pessoas. O autor refere problemas estruturais na

economia de subsistência nordestina, além da pressão demográfica sobre a terra, que transformaram a citada seca numa calamidade "durante a qual desapareceu quase todo o rebanho, e pereceram de cem a duzentas mil pessoas". Como atração à corrente imigratória funcionaram as propagandas e o subsídio ao transporte feitos pelos governos dos Estados amazônicos, interessados na mão-de-obra para o extrativismo da borracha.

Não é fácil identificar as motivações dos governos amazônicos. Os Relatórios Provinciais insistem nas medidas que objetivam a imigração estrangeira. A aceitação do imigrante nacional vai demorar a ser feita. Além disso, Furtado considerou um período que corresponde ao auge da borracha, para o qual a contribuição do imigrante nordestino tornou-se indiscutível. E esse período compreende imigração espontânea provocada pela idéia do enriquecimento rápido, com atividade autônoma; imigração forçada pela calamidade da seca, e, finalmente, o subsídio à vinda de trabalhadores diretamente para os seringais. Convém lembrar que os períodos de seca se sucederam e a corrente imigratória, que no Pará foi orientada para a Bragantina, teve vários estímulos. Entretanto, a respeito da ação do governo da Província do Pará, Santos (Santos, 1967, p. 104) fundamenta-se nos objetivos agrícolas, que a colonização da Bragantina expressa, para lembrar que não houve empenho oficial para a vinda de imigrantes nordestinos.

O Relatório ora observado mostra providências que estão sendo tomadas diante de um fato concreto: a Província deveria receber os irmãos afligidos pela seca. Impossível saber

neste momento qual a extensão e o volume da corrente imigratória que começa a intensificar. Vejamos o seu desdobramento.

Em seu Relatório o Presidente declina os nomes dos componentes das Comissões e, em anexo, apresenta a legislação que regulamenta essa atividade. As circunstâncias exigem e o Relatório é claro nas definições e providências frente ao fato; não mais análises sobre a colonização, mas as medidas práticas que a implementam. Seria interessante atentar para o resultado do trabalho dessas comissões, já que, há alguns anos antes, poucos eram os municípios da Província que se mostravam com disponibilidade de terras para colonização (apenas as câmaras municipais de Curralinho e Moju responderam afirmativamente sobre isso ao Presidente Sá e Benevides, em 1876). As condições já existentes em Benevides, somadas às providências determinadas por Joaquim do Carmo, e as proximidades com Belém iriam orientar o fluxo migratório para essa Colônia, mas pela fala do Presidente a possibilidade de receber imigrantes está aberta para toda a Província.

Seu sucessor é o Dr. José Coelho da Gama e Abreu, que apresenta seu Relatório em 16.06.1879. Sua fala é a de quem já tem elementos para avaliar as providências do antecessor, e em sua avaliação aparecem críticas ao processo, e medidas que reorientam a colonização, coerentemente com suas críticas. Ele lamenta o drama dos "compatriotas cearenses" tangidos pela seca, que persiste. Reconhece que a benevolência do governo federal para com eles tem feito com que a Província ganhe prosperidade. Uns tem sobrevivido às suas custas enquanto outros tem ido para os núcleos de Benevides, Tentugal (município de Bragança), Santarém,

Santa Izabel e Vigia. Considera um erro que muitos tenham ido para Benevides, pois a dependência da ajuda pública estimulou um número grande de desocupados, de funcionários administrativos, além de muita insubordinação. Procurou reduzir gastos com o núcleo e ter mais controle sobre o mesmo. Suas decisões mais marcantes, nesse sentido, são:

"Tendo em vista o estabelecimento de uma via férrea até Bragança, tenho ordenado que de três léguas, mais ou menos, conforme as condições locais o aconselharem, vão sendo estabelecidos novos núcleos de mil emigrantes, ao passo que iguaes ordens dei ao Diretor do núcleo de Bragança para caminhar de lá em direcção à capital; formando também novos núcleos, todos na direcção tomada pelo Engenheiro Joaquim Gomes de Oliveira para a estrada férrea".

Com essa medida o Presidente evitava a concentração dos recursos na Colônia Benevides, que na sua opinião padecia de erros administrativos, e apontava como direcção para a colonização os novos núcleos, que seriam estabelecidos ao longo da estrada de ferro. O presidente refere em seu Relatório os núcleos em formação, que aproveitam grupos e atividades já existentes, no sentido Bragança-Belem, e que são: São José de Tentugal onde foram distribuidos lotes a todos os moradores (em número de 2.500) e indicados Quatipuru e Almoço como novos núcleos. Esses núcleos irão antecipar a estrada de ferro tornando realidade a proposta original que pretendia estender a experiência de Bragança no sentido Belem, aproveitando o que era um mérito da cidade: a possibilidade de aglutinar pessoas com diferentes atividades em torno do comércio fluvial e terrestre, possibilitado pelos rios Caeté e Guamá, e seus acessos.

Um conjunto de condicionantes físicos como rios navegáveis e caminhos já existentes conectados a eles, fertilidade do solo, favorável ao cultivo e produção de fumo, à pecuária, à lavoura, e amplas condições de pesca, e de captura de caranguejo permitiram que Bragança se tornasse o centro portuário onde seus moradores e de regiões vizinhas, no Maranhão, se integrassem num comércio bastante dinâmico e conseqüente. Por seu porto passavam variedades de peixes frescos e salgados, camarão do Maranhão, aves, frutos, farinha, mel de cana, fumo, produtos da lavoura e o gado. O transporte para Belém desses produtos era demorado e difícil. Com a estrada de ferro, porém, tornava-se fácil.

Mas não era suficiente, para o abastecimento da Província, a aproximação com Bragança, através da estrada de ferro. As atividades que Bragança já nuclealizava deveriam ser antes expandidas, reproduzidas, direcionadas para Belém. Por isso Tentugal, Quatipuru e Almoco vão receber colonos nordestinos, conforme decisão do Presidente Gama e Abreu.

Em 15.02.1880, o mesmo Presidente Gama e Abreu, em novo Relatório, alerta para o problema administrativo da Colônia de Benevides, face à decisão federal de diminuir as despesas excessivas com a mesma. Informa que foram despedidos 200 trabalhadores mal-intencionados, e fortalecida a administração para vencer as insubordinações. Apesar disso, conforme suas informações, a Colônia marcha, e já possui 468 lotes cultivados, com produção de 6.600 alqueires de farinha. Na sua avaliação o problema de comunicação está encarecendo os fretes, enquanto a solução que a estrada de ferro representa, está muito demorada.

O Presidente lembra a importância da única Colônia, apta a abastecer o mercado da capital, o que justifica o pedido à Assembléia de autorização para desapropriar terrenos e implantar trilhos, com ajuda do governo federal, ou com recursos economizados da administração da colônia. Compara a situação da Colônia Benevides com as de Tentugal e Almoco, onde as dificuldades com febres palustre e com os abandonos por parte dos colonos, explicados pela tendência do cearense retornar à sua terra, quando reverte a seca; Em Benevides, segundo ele, talvez não ocorram essas dificuldades pela proximidade da Capital. Para o núcleo de Pinheiro, às proximidades de Belém, na direcção no litoral, também foram enviados nordestinos, em número de 90, mas o Presidente está decidido a não manter a ajuda do governo para esses, desconfiado de que eles não tem a intenção de permanecer lá, senão pela ajuda do governo.

Apesar das críticas que Gama e Abreu faz à forma como se conduziu a colonização em Benevides, ele acaba reconhecendo que o núcleo tem um trabalho iniciado, que poderá ser potencializado com a implantação da estrada de ferro, inclusive utilizando esse argumento para conseguir apressar a implantação desse melhoramento. Esse argumento aparece claro quando ele se manifesta sobre a Estrada de Ferro de Bragança:

"Sobre este importante assumpto, nada vos posso dizer além do que achasse no meu último relatório, senão que a assembleia provincial passada, comprehendendo a importância d'este melhoramento tanto quanto à Provincia, como quanto à capital, sem alteração alguma approvou o contracto que submeti a sua elevada consideração, e eu, dando immediatamente conhecimento d'este acto, solicitei na forma do mesmo contracto, a concessão por parte do governo geral

de sua caução à garantia de juros de 7% dada pela província. Infelizmente, porém, o governo não tem atendido aos meus pedidos em favor da primeira estrada férrea que teria a província, e que iria vivificar um núcleo colonial importante com o qual o governo tem dispendido avultadas sommas.

Eis tudo quanto posso vos dizer sobre este assumpto que com tanta esperança e fé apresentei à assembléa provincial, que por sua unânime approvação reconheceu a importância de tal obra para o Pará".

Em 15.02.1881, ainda no governo, Gama e Abreu, em novo Relatório, fala de sua administração à Assembléa Legislativa Provincial. Entre outros assuntos ele avalia o núcleo colonial de Benevides, justificando os gastos e "o pouco progresso da colônia". Na sua avaliação, inúmeros habitantes do núcleo abandonaram a Província devido

"as chuvas em abundância no Ceará, além do natural apêgo à terra natal", e a "cessação dos socorros" além do que "grande número de retirantes nunca quiz cuidar em lotes, e quando elles lhes eram entregues, os recusavam, fiando-se nos socorros do governo"

O socorro do governo, na Província, era dado sob a forma de retribuição do trabalho contratado na colônia, a 600 ou 700 reis por pessoa, o que era insufficiente para uma família, mesmo que duas pessoas trabalhassem. Por isso muitos colonos dedicavam-se a outros trabalhos fora dos lotes, como a extracção da borracha, em pequena quantidade, em outros municípios.

Informa Gama e Abreu que o governo geral e o provincial investiram na construção da estrada Benevides-Benfica, de onde o transporte pelo rio já se fazia regularmente, com duas viagens semanais a Belém. A estrada para Belém, em outro percurso e já em construção, prometia mais vitalidade ao núcleo. As ativi-

dades desenvolvidas em Benevides segundo o relatório eram: pequenos engenhos a vapor para a fabricação de cachaça e açúcar, por colonos franceses, além de vários estabelecimentos comerciais

Convém destacar um pleito dos comerciantes locais ao Presidente, que pode representar um primeiro momento em que os colonos surgem na fala dos presidentes aqui destacados, como se o diálogo entre colonos e governo já estivesse ocorrendo na prática das políticas implementadas e não apenas figurassem nos planos e discussões; diz o Presidente, no relatório:

"Ultimamente me foi presente um requerimento, assignado por todos os que têm estabelecimentos comerciais na colônia Benevides, pedindo que os isemptasse dos impostos provinciaes e municipaes.

Não estando isto nas minhas attribuições, entretanto quiz ouvir a opinião do thesouro provincial, que por empregado seu procedera ao lançamento e a opinião d'este é que, com excepção do estabelecimento do colono italiano Monte Fosco, os outros, pelo seu pequeno giro commercial e rendimento que dão a seus donos, deviam ser isemptos de impostos; eu penso da mesma forma e fundo-me em que, concedendo vós uma verba para ser sustentada a colônia, é contradictório com isto o lançar-lhe imposto, vou mais longe ainda: o próprio Monte Fosco deve ser isempto, pois se este colono tem um estabelecimento melhor do que os outros, e é elle o fructo de um trabalho incessante, insano, de vários annos; este homem é o symbolo do emigrante útil ao paiz a que se acolhe, pois no comércio e na agricultura, elle, com vigor dos seus bracos, tem, além dos próprios haveres augmentados, com o exemplo animado outros a seguir o seu exemplo, fazendo fructificar o sólo, e em pouco pretende montar machinas para a sua industria agricola".

Além da observação de que os colonos se manifestam em favor de medidas políticas que os favoreça, pode-se começar a pensar em quem são os colonos prósperos nesse momento; parecem ser os que lograram associar à agricultura o comércio local. Monte Fosco aparece como um modelo digno de menção pelo Presidente,

apto a animar os demais, e a dinamizar atividades produtivas. Não há dúvida de que o comércio de base extrativista é a principal atividade da Província, mas agora trata-se de estimular o comércio que terá por base a agricultura utilizadora de máquinas, o que ele chama de "indústria agrícola". Por enquanto os comerciantes são colonos, oriundos da colonização, e certamente estabelecerão o intercâmbio entre a colônia e Belém.

No relatório do Presidente, esse assunto é tratado sob o item "Núcleos Coloniaes", sub-título "Dispensa de impostos à colônia Benevides", indicando, pelo destaque, que a dispensa dos impostos não estava prevista, ela vai ocorrer em decorrência do pleito dos colonos, e da avaliação que o governo faz da colonização em Benevides, que pela importância que ganha no Relatório, parece estar merecendo atenção também no debate governamental. Em anexo Gama e Abreu vai mostrar um relatório exclusivo sobre a colônia de Benevides, assinado pelo seu diretor Antonio Bernardino Jorge Sobrinho, e constando de muitos aspectos, como lotes, população, estado sanitário, instrução pública, dispêndios, estradas (obras), comércio, agricultura e engenhos.

O Diretor Bernardo Sobrinho analisa e dá conta ao Presidente de aspectos referentes ao andamento da colonização, no período que vai da fundação da colônia, a 05.04.1878 até 31.08.1880. Os lotes todos já são 572, somente na colônia, e mais 100 na direção de Apéu, na estrada de Bragança. A avaliação do diretor sobre o uso dos lotes, é importante pelos elementos analíticos utilizados, como se pode ver:

Embora os terrenos da 8ª transversal e especialmente os do Apéu sejam magníficos para a lavoura, a longitude em que se acham esmorece o cultivo dos mesmos, razão porque os não querem pela falta de fáceis transportes aos productos. No entretanto consta-me que com a abertura de uma estrada de pouco menos de uma légua, encontra-se um igarapé ou rio que vae ao Guamá, por onde podem ser transportados os productos do Apéu com mais commodo do que levando-os ao povoado de Santa Izabel a embarcá-los em pequenas montarias no igarapé que existe entre a 7ª e 8ª transversal com direcção ao Caraparú até o Guamá, por onde a gente do povoado de Santa Izabel faz algum commercio, sendo maior o de madeira.

Se entre os emigrantes, aos quaes provisoriamente se tem distribuido lotes, muitos o procuram augmentar no cultivo, não poucos não ligam importância ao trabalho, ou por serem essencialmente vadios, ou porque nunca souberam o que foi lavoura, querendo apenas os lotes para os negociar, passando-os e repassando-os por qualquer insignificante quantia e sem que d'isto tenha conhecimento esta directoria, que não annua a taes negociações, considerando quando sabe d'essas transacções, esses lotes como abandonados, e cedendo-os a outros que melhor os trate e que os não tenha".

A accusação de que não eram agricultores já havia apparecido em outros relatórios, mas agora apparece clara a accusação de vadiagem e de utilização do lote para negociar. Sobre a vadiagem, já havia essa attribuição ao índio, ao nativo em geral, e ela vem sempre mesclada com a constatação de que algumas categorias não se enquadram bem no afã de lucrar e acumular. Em Kowarich (Kowarich, 1987) pode-se ver que desde os tempos coloniais, no Brasil, foi sedimentando-se a noção do trabalho em associação com as condições impostas à escravidão, e os que não se enquadravam nela recebiam a accusação de vadios, que significava cuidar da sobrevivência, sem propriedade, estigmatizado pela sociedade dos senhores.

Na Amazônia o colonizador quis que o indígena e os mestiços se dedicassem ao extrativismo penoso de inúmeros productos, com o mesmo ímpeto dele, colonizador, que auferia lucros e

vantagens com o comércio daquele produto. Foi preciso torná-los cativos, para obter o trabalho necessário. Ser vadio era viver da cacá e da pesca, quando fosse possível escapar ao cativoiro, ou recusar essas formas de trabalho. De longas datas vinha a pecha de "vadio" para os que se recusavam a essas tarefas, e preferiam a simples sobrevivência. Os imigrantes nordestinos, por serem nacionais, são os mais recentes "vadios" da Província.

Ao iniciar a implantação do trabalho livre no Pará, um observador privilegiado como o diretor da primeira colônia, atribui a alguns a acusação de vadiagem, mas não fala nas condições em que se precisava desenvolver a agricultura, em regiões recentemente desbravadas. Por outro lado, ele registra o interesse pela venda dos lotes, que merece reflexão. Se nessa época a terra na Amazônia não constituía mercadoria, como já foi citado aqui, por que os lotes das colônias eram negociados? Provavelmente porque se tratavam de lotes desmatados, prontos para desenvolver a agricultura, e valorizados pelos novos colonos. O que se vendia talvez fosse o preparo do lote, o trabalho investido nisso.

Não há menção sobre a dificuldade de iniciar lavouras utilizando somente a força dos braços, em área de mata, por pessoas, fossem estrangeiros ou nacionais, que não conheciam a mata amazônica. E os pagamentos feitos para essas tarefas, pela direção da colônia, são considerados gastos excessivos, e não fica claro que seja uma estratégia regular no projeto, mas uma medida que ora se mantém, ora é cortada, gerando assim a valorização do lote preparado, e um interesse por preparar novos lotes,

para vendê-los. Se o interesse em negociar lotes é um resultado perverso da colonização, as causas disso, contudo, não são analisadas por quem está à frente do empreendimento como o diretor, que no caso prefere usar o conhecido argumento da vadiagem.

O diretor informa que a população "não tem declinado do que era", e que de julho de 1879 em diante "princípios em grande escala a diminuir a emigração" e, contadas as pessoas de 05.04.1878 a 30.06.1880 eram 5.148 adultos, 2.338 menores, num total de 7.486 pessoas. Os comentários do Diretor sobre a população e seu estado sanitário são um indicador importante das condições de vida na Colônia. Diz ele:

"D'esse número não poucos falleceram, e os entrados de julho em diante estou certo que fizeram face aos que se retiraram para o Ceará e o povoado do Pinheiro. O que, levados pela ambição de lucros com a extracção da seringa, seguiram para o Anajás e outros pontos, estão regressando e muito mais pobres do que foram"... (Sobre o estado sanitário) Não é possível desejar-se melhor. Os que vieram moribundo e cobertos de chagas em que aqui chegaram em quasi sua totalidade os nossos infelizes compatriotas, flagellados pela secca e peste, e os virem hoje sadios e nutridos, não poderão deixar de bem dizer a salubridade d'este solo. De presente as moléstias que reinam são ainda algumas feridas e febres intermitentes, próprias da estação, mas não em geral e nem perniciosas".

O relatório do Diretor refere a existência de duas escolas públicas de ensino elementar no povoado de Nã. Senhora do Carmo e duas no povoado de Santa Izabel, sendo em cada povoado, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino. Parte substancial do Relatório é dedicada à demonstração do dispêndio com a Colônia, desde 05.04.1878 até 31.08.1880, quando foi suspensa a verba "Secorros Públicos". A razão dessa importância é

que o Diretor assume a colônia como administrador que vai implementar as medidas propostas pelo presidente em acordo com as críticas desse à administração do núcleo. Essas medidas são do tipo: fiscalização de armazém de alimentos do governo, contratação mais eficiente de obras e serviços e um levantamento global dos dispêndios com a colônia. Vale ressaltar que do total de gastos no período, de 752.716\$163 réis, foram recebidos da comissão de colonização de 05.04 a 21.12.1878 a quantia de 209.781\$860 réis, e da tesouraria da fazenda de 28.12.1878 a 31.08.1880, a quantia de 514.417\$800, lembrando o diretor que essas mesmas fontes tiveram dispêndios adicionais com a Colônia na remessa de gêneros e objetos. A respeito do armazém de gêneros mantidos pelo governo é necessário saber o destino dos gêneros enviados, ou do resultado de suas vendas, cuja ausência de comprovantes de todo tipo, inclusive da chegada de gêneros remetidos, determinou o fechamento do armazém pelo Diretor. Informa o Relatório que extinta a verba "Socorros Públicos" em abril, e depois autorizada a continuar até 08.08.1880, passaram as despesas a ser feitas pela Província.

Sobre as melhorias efetuadas na colônia, cuja sede é o povoado de Nã. Sa. do Carmo, e que vem sendo chamada de Núcleo, consta início das obras de uma estrada de ferro entre o povoado e a freguesia de Benfica, de onde partem duas viagens a vapor para a capital, enquanto não se pode ter a estrada de ferro da capital até o povoado de Santa Izabel, trecho maior que inclui o trecho Benevides a Belém. Além dessa obra continuam os trabalhos de apoio a colonização: abertura de transversais, derrubada

e encoivramento de lotes, limpeza e conservação de transversais, construção de pontes, etc. Sobre o comércio o Diretor refere fechamento de casas comerciais e ausência de lucros para outros, com a retirada da verba "Socorros Públicos". Sobre a agricultura, as dificuldades maiores são com as comunicações entre os lotes e o povoado, e entre este e a Capital. Há plantio de mandioca e cana de açúcar, mas o preço da farinha de mandioca está baixo, e não há engenhos suficientes para moer toda a cana. Alguns colonos plantam cacau e café, além de árvores frutíferas e legumes.

A avaliação do Diretor apresenta um tom otimista, com base na animação verificada entre os colonos diante das viagens a vapor normalizadas entre Benfica e Belém, e da perspectiva de se ter em breve funcionando a estrada de ferro, que vai da sede da colônia até Benfica. Quando essa melhoria de transporte estiver funcionando haverá mais dinamismo na colônia. Quanto aos engenhos, a colônia pode contar com os seguintes: um bom engenho a vapor do colono italiano Monte Fosco, um engenho de ferro movido a animal, e por um pequeno vapor, do colono francês A. J. Narcise Viens, pioneiro nessa tecnologia na colônia, produzindo aguardente e planejando produzir açúcar; o brasileiro João Francisco S. Leão, com um engenho de ferro puxado a animais, e dois "soffríveis" engenhos de madeira dos emigrantes Rufino José de Barros e Ignácio Alves Façanha, além de outros colonos que possuem engenhocas de madeira, com as quais produzem rapadura e mel.

Com essas informações, e principalmente com a sua própria avaliação, o Diretor fornece importantes elementos sobre como a colonização ia sendo pensada pelos seus formuladores. Há

uma perspectiva de inovar os métodos da agricultura na menção a esses instrumentos, que não por acaso, tem na liderança do processo, os estrangeiros e um "compatriota" (seria um português?), e só no final aparecem os "emigrantes", responsáveis pela tecnologia mais tradicional, mas mesmo assim, lado a lado com os mais dinâmicos da colônia ao menos na citação do relatório do Diretor. O modelo de colonização pensado vai-se explicitando nas marchas e contra-marchas do processo. A noção que se explicita nas falas dos governantes, aos poucos revela também a imagem do colono, ou do trabalhador livre que se quer. Antes de terminar seu relatório, lembrando a importância da estrada de ferro para fazer progredir as colônias (não apenas em Benevides e Benfica, mas também na direção de Santa Izabel e Apéu, na estrada de Bragança), ele tem ocasião de avaliar os resultados obtidos com a agricultura nos lotes, e a causa de não se terem melhor desenvolvido:

"Todas essas ponderações, a par de exagerados lucros na extracção do leite de seringa, fez com que alguns especuladores convidassem os emigrantes para esse trabalho, seguindo não pequeno número para o interior da Província, especialmente para o Anajás. Infelizmente, se os especuladores tiraram alguma vantagem, outro tanto não aconteceu ao inexperiente emigrante, não ganhando alguns nem para o seu regresso à colônia. A maioria já tem voltado, mais pobres do que foram e outros prejudicados na saúde e bem arrependidos de não terem preferido o trabalho em seus lotes. É sempre o resultado que vem aos que não firmam uma residência certa, e mudam quotidianamente de profissão. Servirá ao menos o que aconteceu para muitos não serem mais enganados".

Abandonar os hábitos de vadiagem, criar residência e trabalho certo, desenvolver novas formas de viver e produzir, eis alguns dos objetivos da colonização que vão-se explicitando. O Diretor refere relatórios anteriores, que provavelmente não foram anexados pelo Presidente em sua fala, como este, ora analisado. O relatório de Jorge S. Sobrinho, circunstanciado, constitui importante documento para pensar a colonização do final do século passado, no Pará.

A julgar pelas datas dos Relatórios Provinciais, Gama e Abreu terá ficado à frente do governo, de 16.02.1879, aproximadamente, até 15.02.1881, data de seu último pronunciamento à assembléia provincial. Foi um período relativamente longo, comparado ao tempo de outros Presidentes, daí sua atuação marcante em prol da colonização, pela reorientação que dá ao processo, se for considerado que à essa época a Província vivia a fase da euforia com o "látex". Talvez por essa razão, os Presidentes que sucederam Gama e Abreu sequer mencionaram a Colônia ou Núcleo Benevides.

Foi o caso do Vice-Presidente Gama Malcher, em Relatório de 27.04.1881 (publicado como anexo da fala de 23.04.1882), do Presidente João José Pedrosa, em Relatório de 23.04.1882 (que inclui relatório de Pimenta Bueno sobre a borraça), do Vice-Presidente Rodrigues Chaves em 15.08.1882, do Presidente Ferreira Carneiro em 06.12.1882, do Vice-Presidente Rodrigues Chaves, em 16.12.1882, do Visconde de Maracujá em 07.01.1884, do Presidente Gustavo Galvão, em 24.06.1884, e do Vice-Presidente Roso Danin.

Somente no governo de Gustavo Galvão, em 24.06.1884, ou seja, 3 anos e 4 meses após a administração de Gama e Abreu é que vai aparecer alguma menção ao assunto, num período em que os Presidentes da Província são substituídos rapidamente, alguns permanecendo no poder por seis meses, ou menos.

O presidente Gustavo Galvão informa sobre o andamento da construção da Estrada de Ferro de Bragança, com base no relatório do Eng^o Fiscal A.J.O. Campos dizendo que foram aprovados os planos das plantas da linha de Belém e Benevides, implantada e em construção; que foi concluída, em extensão de 12.800 mt. inclusive pontilhão, bueiros, a Estação de São Braz (em Belém); que a companhia recebeu da Europa: trilhos (1988 t) acessórios (107 t), locomotivas, tender(2), wagons cobertos para lastre(4), "tróleys"(4), aparelhos "merse" para linha telegráfica 29(2), pilares, colunas de ferro e fio de arame para cercas; que acham-se em viagem outros materiais idênticos, e mais carros para passageiros, tendo chegado fios telegráficos; que os dormentes são de acapú, mata-matá preto e jarana, e que ele resolve prorrogar por quatro meses a contar daquela data o prazo marcado no contrato adicional de 16.06.83 para concluir e abrir ao tráfego a Estrada de Ferro até o Apehú.

Informa ainda o Presidente de sua satisfação em ter feito, ele próprio essa viagem, em extensão de 7 Km, no percurso citado.

A construção da estrada de ferro entra nos temas dos Relatórios e a situação dos colonos deixa de constar; o próximo Presidente também falará somente do andamento da construção

da Estrada de Ferro de Bragança que havia sido decidida em 1874, no governo de Pedro Vicente de Azevedo.

O Vice-Presidente Roso Danin, à frente do governo, em Relatório de 04.08.1884, ocasião em que passa o governo para João Silveira de Souza, fala sobre a estrada de ferro:

"Por acto de 28.06 concedi a permissão que solicitou o representante d'esta empresa para levantar o capital de réis 110:000\$000.

Em 1907 último autorisei a referida companhia a transferir a B. Cayamari, ou à companhia que elle organizar, o respectivo contracto nos termos da seguinte portaria:

(O vice-presidente da Provincia, attendendo ao que requereu a companhia da estrada de ferro de Bragança em 6 de maio e 28 de junho último, e tendo em vista não só as razões allegadas pela supplicante quanto à difficuldade de levantar capitaes bem como a informação do Procurador fiscal do Thesouro publico provincial, resolve conceder à referida companhia, autorisação para transferir a B. Cayamari ou a companhia que elle organizar dentro ou fora do império, o contracto de 21 de maio de 1879 e seu adicional de 16 de junho de 1883, com todos os seus direitos e obrigações, depois que foi aberta ao tráfego a estrada até Benevides, com tanto que o pagamento da garantia de juros será sempre feito em moeda do paiz sem alteração de cambio, ainda que o capital seja levantado no estrangeiro, devendo effetuar-se a transferência por termo da secretaria d'esta presidencia, antes de lavrada a escriptura no livro de notas, como solicita o dr. procurador fiscal.)

Por não me terem sido apresentados em tempo os esclarecimentos que solicitei, deixei de attender uma reclamação da mesma companhia sobre o local da estação central.

Em minha opinião a actual estação está muito distante da cidade, o que não só prejudica o commercio como os passageiros por tornar-se o transporte muito oneroso."

O governo parece ter flexibilidade na concessão da exploração da estrada de ferro, numa situação de poucos recursos disponíveis para o empreendimento, mesmo com garantias de financiamento. Sendo uma época de grande acumulação de capitais com

os rendimentos obtidos com os negócios da borracha, pode-se imaginar um certo desinteresse desses capitais recém-acumulados com a estrada de ferro, talvez associado com a alta rentabilidade do extrativismo, e seu retorno mais imediato, se comparado com a construção de uma estrada de ferro na Amazônia, investimento de mais longo retorno, ao qual estavam pouco afeitos os homens do comércio e do extrativismo.

Cerca de dois meses depois, o Presidente Silveira de Souza fala à Assembléia Provincial, em 15.10.1884. Ele informa que está concluído o assentamento da via férrea entre a estação do Largo de São Braz e a povoação de Benevides, na extensão de 33 Kms, que será inaugurada em breve. Solicita à Assembléia autorização para verba de juros, atendendo extensão da estrada até o rio Guamá, pela Mundurucús, na capital, e Bom Jardim até Atalaia.

O mesmo Presidente Silveira de Souza, em novo relatório de 18.04.1885, dá informações sobre a via férrea. Diz ele que foi substituído o gerente geral encarregado dos negócios da empresa na cidade, passando a ser o Sr. W. Thomson, no lugar do Eng^o Manoel Rodrigues Batista; que foram aprovados o regulamento e as tarifas para transporte de cargas e passageiros, e telégrafo elétrico da estrada, em conformidade com o contrato de 16 de junho; que em 09.11 último foi aberto ao tráfego o 1^o trecho de São Braz a Benevides, com 29 Km de extensão com o seguinte movimento de passageiros: 1 172 passageiros em novembro e 1 452 em dezembro; que a renda nos dois meses foi 8:385\$020, despesa de 18:405\$740, déficit de 10:020\$620; que no dia 15.03 foi aberto ao tráfego o segundo trecho de Benevides ao povoado de Santa Izabel,

com extensão de 27 Km.; anuncia requerimento da empresa solicitando contratos adicionais, que alteram alguns itens do contrato anterior; nos anexos informa ainda que não sabe calcular a importância que tem de pagar como garantia de juros à Estrada de Ferro, e que a empresa, por sua vez não requereu pagamento algum.

Portanto, a Estrada de Ferro começou a funcionar em novembro de 1884. Mas sobre a colonização, a Assembleia, dependendo das informações dos Presidentes, continua desinformada, como se nada estivesse acontecendo. Somente o próximo Presidente quebrará esse silêncio. É o Presidente Augusto de Carvalho que, em Relatório de 16.09.1885 dá notícias sobre a estrada de ferro e sobre a colonização.

Sobre a primeira ele junta 14 folhas de comunicação documentada entre a empresa construtora e o governo da Província, que inclui, entre outros assuntos, a nomeação de uma comissão para avaliar o trecho construído da ferrovia, até Apeú, uma vez que não foram construídas valetas, portos e armazem de cargas em São Braz, conforme os contratos de 21.05.1879 e adicional de 16.06.1883; a empresa alega que as obras faltantes não prejudicam o tráfego e pede prorrogação do prazo até novembro pra conclusão; são apresentadas prestações de contas para acerto dos juros, e se discute interpretações sobre itens do contrato. Finalmente, sobre colonização, o documento diz:

"fica eliminada de acordo com o artigo 4º da lei nº 1190 de 1º de novembro do anno próximo passado, a cláusula do contracto de 11 de junho de 1883 relativa à introdução de colonos".

Por essa lei o governo estava dispensando a empresa ferroviária dos compromissos com a colonização, em termos da "introdução de colonos". No mesmo relatório, o Presidente Augusto de Carvalho analisa finalmente a colonização, dizendo:

"Parece que n'estes ultimos tempos não se tem cogitado d'este assumpto senão para com condemnal-o. É assim que pelo accordo de 6 de junho d'este anno entre o governo Provincial e a Companhia Estrada de Ferro de Bragança, foi esta, sem compensação alguma, dispensada, em virtude da autorização concedida pela Lei nº 1190 de 3 de novembro do anno passado, da obrigação de colocar 10.000 colonos à margem da linha férrea, nos terrenos patrimoniais da provincia, pagando esta as passagens.

Há necessidade de dar algum desenvolvimento à agricultura, à pequena lavoura, que se acha reduzida à mais simples expressão.

A população nacional que poderia dedicar-se à indústria agrícola entrega-se à extracção da borracha.

Do elemento estrangeiro não se pode prescindir.

Aos nacionais que procurão adquirir terras tem sido oppostos embarços.

Continua a administração a ceder lotes de terra na Colônia Benevides e nas povoações de Santa Izabel e São João do Pinheiro. Esta última situada à entrada da barra, é servida por navegação à vapor subvencionada, a povoação de Santa Izabel e a colônia de Benevides são cortadas pela Estrada de Ferro de Bragança. Parece-me que as tarifas da Estrada de Ferro e o horário não servem ao desenvolvimento da colônia por exaggerados umas e deficiente o outro.

Sobre a occupação dos terrenos de São João do Pinheiro, tratão as leis nº 598 de 8 de outubro de 1867, nº 927 de 11 de junho de 1877 e nº 1077 de 8 de novembro de 1882.

Na distribuição de lotes da colônia Benevides dão-se alguns abusos, como consta dos Annæes da Assembléia Provincial da 1ª sessão da 22ª legislatura (1880) paginas 29, 46 e 187.

O clima da provincia do Pará não se opõe à colonisação estrangeira. As causas que alterão a saúde pública podem ser modificadas e não é só o norte do Brazil que obedece à sua influencia.

Perseverando os poderes públicos no esforço para corrigil-as, a riqueza pública muito póde esperar do trabalho dos estrangeiros."

Não se cogita de apoiar com recursos e medidas específicas a colonização, e parece se considerar que os meios de transporte, nos quais o governo provincial investiu (subvenzionando as viagens a vapor, e financiando a empresa construtora da estrada de ferro) são suficientes. O empenho é pouco e o interesse na vinda de migrantes estrangeiros continua prevalecendo, já que os nacionais ocupam-se com o extrativismo. Continua a necessidade de desenvolver a agricultura. Ele lembra à Assembléia a responsabilidade dessa na dispensa da obrigação da empresa ferroviária em trazer colonos para as margens da estrada; ele se exime assim de assumir responsabilidades sobre isso. Talvez na avaliação do Presidente a forma de condução desse assunto, que vem sendo alvo de críticas, seja mesmo criticável. Que grupos estão criticando? Qual a posição do Presidente enquanto representante do poder Imperial? Quais as posições em choque na Assembléia, evidenciando as posições de grupos influentes em meio à classe dominante em Belém? Os gastos são excessivos na avaliação da Assembléia, ou só deveriam ser aplicados na colonização com os estrangeiros?

O Presidente Alencar Araripe, que assumiu o governo em 16.09.1885, apresenta seu Relatório à Assembléia em 05.11.1885. Sobre a construção da Estrada de Ferro de Bragança, ele aborda a questão dos juros, informando que deferiu a pretensão da companhia mandando processar sua conta dos juros para ser paga em ouro, nos termos do contrato. Sobre a colônia de Benevides, ele também vai fazer considerações em tom de cobrança:

"É preciso a Assembléa Provincial determinar a presidencia da provincia a promulgar um bom regulamento com multas e desapropriações, commissos (casos) etc para a colonia Benevides extincta, cujos terrenos podem ser acau-tellados para o dominio da provincia ou no seu interesse.

Bom seria até, que em lugar de vender se se aforasse simplesmente; o que garantiria uma renda certa".

O Presidente fala da extinção da colonia como assunto consumado, sem nenhuma avaliação, principalmente se for considerado que a estrada de ferro estava em funcionamento, um dos fatores que, segundo opinião de presidentes anteriores, dinamizaria as atividades em implantação na colônia Benevides, e nas demais. Ele cobra juros da empresa ferroviária, tanto quanto quer reaver os gastos com as melhorias na colônia, na forma de aforamento dos terrenos. É um tipo de saneamento das finanças que passa ao largo dos objetivos da colonização, que estavam se delineado anos atrás, para a Provincia.

Apesar dessa abordagem, e do relatório conter longa documentação e debate (da pag 42 à pag 76) ainda sobre a questão dos juros da empresa ferroviária, fiscalização de contas, censura da assembléa ao procedimento da empresa ter tomado dinheiro no exterior e afirmar o contrário, recusando-se a pagar em ouro o financiamento, o assunto da colonização retorna sob a forma da "Creação da Sociedade Paraense de Immigração".

A Sociedade é criada em 17.11.1885 ; a convite do próprio Presidente Alencar Araripe, por nomes expressivos da Provincia que se manifestam favoráveis ao estímulo à colonização, através da imigração estrangeira. Ao fazer a proposta da criação da Sociedade aos demais interessados na reunião, ele se manifesta sobre a colonização reconhecendo essa atividade, juntamente com

as comunicações, como indispensáveis para "o incremento da província do Pará"; alerta para o engano de confiar apenas nas riquezas naturais de um país, pois só há um meio de fazê-las frutificar, é a "população proporcionada à extensão do território", sendo no Pará a população irrisória para a extensão de seu território - não mais que "500 mil almas" - necessitando, pois, "desenvolver a sua população como elemento essencial de sua grandeza".

O Presidente prossegue em seu discurso, e vale a pena ver a maneira como a colonização é tratada face a política imperial que deve contentar a todas as regiões do país, no que tange aos recursos disponíveis para desenvolver a imigração européia. Ele diz:

"Assim é de suprema importancia incetar a colonisação das nossas terras, promovendo a immigração estrangeira, que nos traz braços laboriosos e úteis.

Bem sei que levantou-se entre nós uma opinião, ao meu ver erronea, determinada pelas palavras de um estadista nosso, que escrevendo em 1843 uma memoria sobre colonisação disse, que o Brazil devia colonisar o sul, e o sul colonisar o norte.

Estas palavras fundiram-se em um axioma, que assás prejudica o norte do império; e esta opinião baseava-se no pressuposto de que as nossas terras equatoriais não podem admittir o colono europeu em razão do clima ardente.

Não entrarei na exposição circumstanciada de argumentos para combater este erro; e baste-me offerecer-vos uma consideração

D'onde provém a população que hoje temos ao norte do império?

Essa população nos veio da colonisação europea, que se fez principalmente no principio do século passado; e si então, quando as nossas terras apenas tinham breznhas e pantanos, essa colonisação pode tomar assento no sólo e desenvolver-se, porque o mesmo não podera hoje alcançar a colonisação, que nos vier?

O que pôde outr'ora conseguir uma immigração diminuta, agora obterá uma immigração mais numerosa, que aliás já acha as nossas terras em parte desbravadas. Agora

mesmo apparece uma ou outra familia européia; estabelece-se, e prospera; e o que fazem poucas, muitas igualmente o farão.

Não há pois razão para assegurar, que o norte do Brazil é intenso à colonisação estrangeira.

Ao norte cabe protestar contra este erro, que lhe é fatalissimo; por quanto ao passo que o sul recebe colonisação européia, mediante auxilios dos supremos poderes da nação, e assim cresce em população e riqueza, o norte fica n'esta parte estacionario, e vê-se fraco diante da força, que augmenta no sul.

D'ahi vem grande desigualdade, que convém fazer desaparecer no nosso sistema politico; mas si o norte cala-se implicitamente consente no erro, e o estado continuará a favorecer a colonisação do sul, e a deixar a do norte exposta a sua propria fraqueza.

Não; convém reclamar para que a igualdade se restabeleça, e o sul e o norte prosperem conjuntamente, desaparecendo assim um grave mal economico e politico.

Ninguém veja nas minhas palavras ressaibo de ciúme entre um e outro lado do império; porque Brasileiro algum tem mais intima convicção da imprescindível necessidade da união do imperio, que nos faz grandes hoje e nos fará poderosissimos e felizes no futuro.

Mas por isso mesmo que tenho como idéa capital politica a união nacional, desejo, que nenhum facto social concorra para gerar desgostos no centro d'essa unidade; e a desigual distribuição dos favores publicos pode despertar prevenções e dissidências.

O Fará ainda não tentou a colonisação por meios apropriados, e com animo de persistência proporcione meios, persista, e a colonisação obterá no norte o que consegue no sul, isto é, aumento rapido de população, e incremento sensível de riqueza" (...)

Os participantes da reunião se manifestaram, concordando com as palavras do Presidente e lembrando questões como as condições em que os colonos são seleccionados na Europa; alertando para os cuidados em procurá-los no campo; sobre a melhor forma de se fazer divulgação das condições oferecidas pela Amazônia, se através da imprensa, de um serviço de estatística ou através do agente; referem as condições em que a colonização devia ser realizada: que se deviam dar passagens, alimentação, instrumentos aratórios, sementes e títulos definitivos dos lotes concedidos; comentam as condições em que são realizados os últi-

mos contratos no sul e as bases lá empregadas para a colonização, e finalmente lembram que o "negócio da imigração" deveria estar acima das rivalidades partidárias.

Criam a Sociedade Paraense de Imigração 63 pessoas "das diversas classes sociais", que assinam a Ata de fundação (ANEXO III) e solicitam, na mesma ocasião, que o presidente da Província com a Assembléia Provincial pecam que se aplique uma parte da verba de 3.000 contos de réis do orçamento geral, consignados para a colonização do sul, em colonização na Amazônia.

O Presidente Alencar Araripe apresenta novo Relatório em 25.03.1886 e anuncia a encampação da Estrada de Ferro de Bragança, após negociação com a empresa. Informa que as obras da estrada de ferro estão concluídas no trecho São Braz (Belém) até Apehu, em distancia de 61 Km, incluindo 1 Km e 3/4 de desvios, tendo sido a obra entregue à província em fevereiro de 1886, informa ainda que os trechos foram sendo entregues ao público à medida que ficaram prontos: o trecho São Braz-Benevides a 10.02.1885 (29 Km), o trecho Benevides-Santa Izabel a 10.03.1886 (42 Km até Belém) e o trecho Santa Izabel-Apehú a 17.03.1886 (totalizando os 61 Km).

O presidente não informa quem é o público da Estrada de Ferro, agora encampada pela Província, nem o movimento de passageiros. Não há referências sobre as colônias ao longo da estrada ou o que restou delas após o corte de verbas e o abandono do entusiasmo inicial.

O interesse da Província parece ser o da imigração estrangeira e o Presidente anuncia em seu Relatório a criação

da "Sociedade Paraense de Imigração", fato "bem recebido em toda parte", citando nomes dos que a criaram e enaltecendo o "patriotismo dos cidadãos que com espontaneidade querem ver próspera a terra". Sobre a imigração informa ainda que autorizou a 2 de janeiro aos comerciantes locais Calheiros & Oliveira a promoverem a vinda de 25 a 30 famílias de imigrantes açorianos, e que acertou com o escocês Roberto Niell a vinda de 15 famílias escocesas, e que autorizou a medição de lotes e a construção de barracões e de casas nos lotes na estrada de Bragança, para receber esses imigrantes.

Ainda sobre as providências em favor da imigração estrangeira, o Presidente anexa carta recebida de Paulo Porto Alegre, Consul Geral do Brasil em Portugal, e agente da Provincia para os fins de imigração, que em 26.01.1886 adverte para a necessidade de certos cuidados tanto na seleção de colonos como nos preparativos para acolher os imigrantes; pede informações detalhadas para fazer constar nos folhetos de propaganda a serem divulgados na Europa, e recomenda boa recepção e zelo com a colônia.

Uma outra carta também é anexada ao Relatório, de Frederico José de Sant'Anna Nery, proprietário da "Revue du Monde Latin" e fundador da Sociedade Honorária de Estudos Brasileiros. De Paris, a 08.01.1886, ele alerta para as diferenças de condições entre o norte e o sul, onde as culturas já estão instaladas, e para os cuidados com a seleção dos colonos e a especulação em torno da agenciamento, e para as condições de transporte e abrigo dos colonos que chegam.

As duas cartas tem o mesmo empenho, o de alertar os administradores sobre as providências necessárias para bem conduzir a colonização. Teriam eles conhecimento do abandono em que a Província deixou a nascente colonia de Benevides? Ou apenas estavam conscientes, por residirem na Europa, que o Norte concorreria com o Sul na conquista de imigrantes, e deveria definir o que, de fato, oferecia para eles, além de que, os primeiros resultados poderiam determinar os rumos da colonização intentada.

De que maneira a abolição da escravatura e a proclamação da República vão repercutir no Pará? Sobre a escravidão parece certo que o decreto de 1888 já encontrou a Província do Pará comprometida com as idéias de liberdade do negro, fazendo cumprir as leis que prepararam a abolição. Isso porém não transformou nenhum ex-escravo em proprietário de lotes nas áreas da colonização, apesar dos discursos presidenciais terem repetido muito a idéia de que faltavam braços laboriosos para desenvolver a Província, e de ter a "estrada de Bragança" atravessado governos aguardando povoamento.

A existência de escravos nos povoados mais antigos da Bragantina conformou-se às condições históricas que marcaram os primórdios desse povoamento, sob o modelo das sesmarias, às margens dos principais rios comunicantes. É um período cujas características confundem-se com as de Belém, no que toca à ação do colonizador português: acesso a pontos estratégicos, garantia de povoamento, possibilidade de incrementar o extrativismo e a exploração canavieira, utilizando trabalho escravo e outras formas de trabalho compulsório, como aldeamento indígena e trabalho servil.

Dessa experiência histórica resultou, para os núcleos da Bragantina, a existência de escravos, entre outras marcas daquele período. A existência de quilombos em alguns pontos da Bragantina como Pitimandeuá (município de Inhangapi) é o registro da fuga de escravos para as terras "do Santo" - terras cedidas por algum devoto para uso dos escravos, para serem ocupadas e exploradas comunitariamente.

A construção da via férrea e as tentativas de implantar a colonização são os indicadores do novo período histórico, com novas características que se delineariam muito timidamente, mas de qualquer modo oferecendo as marcas de um novo tempo.

Esse novo tempo, contudo, prossegue na busca de soluções para a "falta de braços", aglutinando outros objetivos como o povoamento de uma província geograficamente extensa e com dificuldades de comunicações, e o estabelecimento da "indústria agrícola", que no caso significava atender o desafio da produção de alimentos, para continuar a explorar o extrativismo. Tornava-se necessário conquistar pessoas aptas para o trabalho agrícola, sob novas bases técnicas, renovadoras, disseminadoras de uma nova forma de viver e produzir. Mas buscava-se algo que não existia na Província.

Por isso o ex-escravo não foi cogitado para a colonização. É possível, porém, que o processo de colonização, na sua continuidade, haja incorporado ex-escravos remanescentes das sesmarias, e de quilombos. Mas, tal processo, caso tenha ocorrido como se supõe aqui, terá sido alheio às intenções políticas, nacionalistas ou não.

A discriminação dos negros existentes em vários pontos da Província do Pará, aparece no relatório do presidente Gama e Abreu, em 15.02.1881; constando de um quadro demonstrativo da distribuição de quota do Ministério da Agricultura, segundo número de escravos, que cada município dispunha. São 40 municípios, incluindo a capital, apresentando 28.633 escravos. No que se refere à Bragantina, convém destacar:

<i>Belém</i>	10.928	<i>escravos</i>
<i>São Miguel do Guamá</i>	731	<i>escravos</i>
<i>Bragança</i>	556	<i>escravos</i>
<i>Vizeu</i>	105	<i>escravos</i>
<i>Ourém</i>	151	<i>escravos</i>
<i>Cintra</i>	184	<i>escravos</i>
<i>Demais Municípios</i>	15.938	<i>escravos</i>
<i>Total da Província</i>	28.633	

Esses dados podem ser comparados com os de 30.06.1885, registrados em Relatório Provincial, também dando conta dos escravos existentes, e referindo entrega de cartas de liberdade.

<i>Belém</i>	6.231	<i>escravos</i>
<i>São Miguel do Guamá</i>	363	<i>escravos</i>
<i>Bragança</i>	362	<i>escravos</i>
<i>Vizeu</i>	137	<i>escravos</i>
<i>Ourém</i>	116	<i>escravos</i>
<i>Quatipuru (Bragança)</i>	37	<i>escravos</i>
<i>Demais Municípios</i>	344	<i>escravos</i>
<i>Total da Província</i>	7.561	

A existência de escravos nos municípios mais antigos da Bragantina é referida, mas jamais associada com a colonização, pelos Presidentes, em seus Relatórios. A Província do Pará não se mostrou diferente do país na forma de incorporar o negro, após a abolição, empenhando-se bem pouco na idealização de uma sociedade onde o ex-escravo pudesse vir a ser um cidadão, com efetiva possibilidade de tornar-se proprietário, apto a desenvolver iniciativas privadas.

A abolição aparece como um passo que se dava, pondo fim a algo que já estava extinto, passo que precisava ser dado antes de se definirem as novas alternativas. No caso, o trabalho livre que se avizinhava como solução, interessava muito

para garantir as novas possibilidades de trabalho e de produção. Mas a Província envolvia-se mais e mais com o extrativismo.

O período visto até agora (3), na fala dos governantes, mostra as políticas do governo Imperial da forma como foram ajustados aos interesses da Província. De 1875, com Pedro Vicente de Azevedo a 16.03.1886, com Tristão de Alencar Araripe, a Província ora se empenha, ora se omite, nos esforços que manifesta estar fazendo em prol da colonização. Em todo o período, os administradores, sucessivamente, tiveram que dar respostas aos dois grandes projetos da Província, a colonização estrangeira e a construção da via férrea. Para isso tiveram como interlocutores, o governo Imperial, e os grupos locais.

Marcando o período, repetem-se em todas as administrações os pleitos ao governo central, buscando os meios oficiais para a colonização estrangeira e para a construção da via férrea, com a marca do improvisado e das incertezas. Um ambicioso projeto é executado ao longo de um período, mas alguns Presidentes de Província sequer o percebem. Ou então, diante de objetivos tão obstinadamente perseguidos, a indefinição das ações prevalece marcando de incertezas o projeto, ou demonstrando mesmo que não se sabia como atingir os objetivos.

III.2 - 1889 A 1930: REPERCUSSÕES DA POLÍTICA REPUBLICANA DE COLONIZAÇÃO

A República, ao ser proclamada, herda inúmeros projetos e outros tantos compromissos. A colonização será um deles.

O primeiro administrador republicano no Pará foi o Capitão Tenente Duarte Haet de Bacellar Pinto Guedes, que fica dois anos à frente da Província e em 24.06.91 presta conta de sua administração ao governador Lauro Sodré. Sobre a Estrada de Ferro de Bragança, o administrador se manifesta:

"Com o auxílio das verbas concedidas pelo Governo Federal nas leis orçamentárias dos exercícios de 1889 e 1890, foi prolongada a estrada de ferro até o ponto denominado "Chermont" compreendendo três quilômetros, a partir do "Apehu", sendo o trecho inaugurado e aberto ao tráfego em 26 de dezembro do anno passado.

Tendo sido applicado a última consignação, mandei suspender as obras por não ser prudente cobrecarregar o thezouro com uma despesa tão avultada como a que teria de fazer-se, se por conta d'elle, fossem custeadas.

Achando-se imprestaveis algumas locomotivas, o meu digno antecessor autorizou a aquisição de mais duas que se acham em serviço, funcionando regularmente.

Resentindo-se as officinas da estação do Largo de S. Braz da falta de machinas e ferramentas indispensáveis ao serviço das ditas officinas foram adquiridas algumas entre ellas um forno de patente para a fundição de ferro(...)"(Obs:cita material fixo e rodante da EFB).

"(...) A receita da Estrada durante o anno passado foi de 86:122\$508, e a despesa attingio a somma de 163:359\$057, resultando um deficit de 77:236\$057, que foi supprido pelo thezouro. A receita do mez de Abril ultimo, foi de 7:309\$738 e a despesa de 14:970\$140.

No intuito de conhecer do estado da estrada e dos meios de desenvolver as suas rendas, resolvi por acto de 16 de maio, nomear uma comissão composta do Capitão En-

engenheiro Gabriel Salgado dos Santos, do Bacharel José Henrique Cordeiro de Castro, para examinar a referida estrada e prestar informações minuciosas principalmente sobre os seguintes pontos: Escripção e applicação das quantias abonadas pelo thezouro para o suprimento da estrada; Serviço de fiscalização da via permanente e da cobrança das passagens e fretes; e finalmente, quaes as medidas que devem ser tomadas para o desenvolvimento da renda e deducção da despesa. (...)

Parece-me também conveniente estudar seriamente os meios de desenvolver a industria agricola na zona atravessada pela dita estrada e de utilizar proveitosamente os encargos e sacrificios do Estado na colonisação e cultura das terras compreendidas na mesma zona, por isso recommendei igualmente a referida commissão que percorrendo os núcleos coloniaes verificasse qual o valor e desenvolvimento da lavoura existente, e qual a quantidade das terras cultivadas, bem como suas propriedades e recursos agricolas".

Os sinais da República se manifestam no Pará, no que diz respeito à implantação da via férrea e da colonização, com a idéia da correção administrativa, e da avaliação do que vinha sendo feito, implícita a idéia ou a suspeita de que continha erros. A República parece buscar a competência administrativa, novo modelo de racionalidade, e talvez, num futuro qualquer, uma via férrea lucrativa, uma colonização produtiva, a "industria agricola" promissora sendo a base da riqueza da provincia. A criação de uma commissão para examinar "o estado da estrada" e "os meios de desenvolver a industria agricola" na zona atravessada pela dita estrada não deixa de provocar algumas questões: não teria a Provincia, a seu dispor, as informações necessarias para atender a esses questionamentos, sendo tais projetos, de grande custo e decididos a nível de governo Imperial, Presidente da Provincia e Assembléa Provincial? Ou será que a República está recusando as formas de agir do Império, criticando-as e buscando novas informações e diferentes avaliações?

O Governador Lauro Sodré, primeiro governador eleito pelo Congresso Constituinte, em 23.06.1891, apresenta sua primeira Mensagem ao Congresso do Estado do Pará em 30.10.1891, destacando os preceitos institucionais da República, como lei eleitoral, que cabe ao Congresso elaborar, e a existência de câmaras municipais constituídas.

Em Mensagem apresentada em 01.07.1892, o Governador Lauro Sodré faz análise da situação da ex-província, suas riquezas e dificuldades, citando especialistas em questões econômicas e políticas, e exemplos de outros países na solução de idênticas questões, como a França com o modelo de sindicatos agrícolas e os EEUU, com a experiência da imigração estrangeira. Em relação à agricultura, colonização e construção da E.F. de Bragança, ele assim se manifesta:

"Si não temos razão para amaldiçoar como muitos essa industria extractiva, que tantos beneficios tem trazido ao nosso Estado, contudo é força confessar que a attracção de braços para esse ramo de actividade n'um paiz como é o nosso, de escassa população, tem gerado uma situação de lamentável e visível decadência para a Agricultura. (...)

No parecer unânime dos interessados e dos competentes a primeira necessidade, para produzir o ressurgimento da nossa produção agrícola, é a de braços, que só pode provir de uma corrente de immigração bem e racionalmente dirigida. De tal quilate é este problema, cuja solução impõe-se-nos por modo inniludível, que desafia a attenção e o estudo de quantos possam interessar-se sinceramente pelas causas publicas e pelo futuro do nosso Estado.

Nem devemos desanimar diante das varias e infructiferas tentativas feitas até aqui para resolver essa questão que é primordial para nós.

Muito acertadamente escreveu o actual Director da Repartição de Obras Publicas, Terras e Colonisação deste Estado em seu relatório: (A questão da immigração e colonisação aqui no Pará é uma questão que considero ainda não resolvida, porquanto não se pode considerar como tal os empreendimentos desordenados que tem sido feitos em tal sentido.

Um dos maiores obstáculos que se offerece à tal questão é a falta de comunicação directa do mesmo Estado com os paizes do meio-dia da Europa. Como sabeis os contractos feitos para transporte de emigrantes europeus por conta da Inspectoria Geral de Terras e Colonisação federal, referem-se somente aos Estados do sul do paiz.

Para este Estado sómente são enviados, ou os que, rebeldes para se sujeitarem ao trabalho nas colonias do sul, procuram viver em continua mudança de Estado a Estado, afim de gozarem em cada uim delles dos favores prestados pelo governo, ou os que ja se achavam relacionados por grau de parentesco a outros estrangeiros aqui residentes, e que servem-se da passagem que lhes fornece o governo para fazerem a mudança ou a visita aos parentes, o que não lhes permitia o estado de pobreza).

Entendo que deveis autorizar a internação de 10.000 immigrants, armando o governo dos meios necessarios para realizal-a, pelo mais vantajoso aos cofres publicos, ou adaptando medidas completas que dêem como resultado seguro a aquisição d'aquelle ou de maior numero de braços. Há regiões fertilíssimas onde a fundação de nucleos coloniaes, como o do Castanhal, hoje em via de prosperar, fornecerá collocação prompta e immediata aos trabalhadores que demandem o nosso sólo, hoje que a Constituição politica da Republica lhes assegura viver sob um regimen mais liberal que os da maioria dos paizes da Europa. sem que possa a lei tolher-lhes o exercicio e pratica de suas crenças, religiões e costumes" (...)

Prossegue o Governador afirmando a necessidade de combater a campanha de descrédito movida contra o Pará, mais por ignorância, que mostra essa região inóspita e desfavorável à imigração estrangeira, pelo clima equatorial e condições de insalubridade. Lembra a importância do ensino agrícola, de caráter prático (técnico), e anuncia a extensão da E.F.B. até Salinas, no litoral, para integrar povoados, estimular a agricultura e dar à população uma "excellente cidade balneária".

Em mensagem de 01.02.1893 ao Congresso do Estado do Pará, Lauro Sodré lembra os compromissos da República com o direito do voto, o processo eleitoral, e manifesta-se confiante na imigração estrangeira, em trecho de sua fala:

"Por ventura o maximo entre os maiores problemas, que desafiam a atençaõ de quantos sinceramente interessam-se pelo futuro d'esta terra, é o do povoamento do nosso imenso território em sua quazi totalidade desaproveitado e inculto. São extensas zonas de terrenos feracissimos, que à mingua de braços estão voltados ao abandono.

Sem poder contar com os escassos e incertos auxilios dos cofres federais, devemos tomar a iniciativa louvável de encaminhar para este Estado a incessante corrente emigratória, que de anno a anno vai crescendo, carregando o excesso da população adensada dos paizes da Europa, e com cujo auxilio tem progredido assombrozamente as nações do novo continente

(...)Só quando a superabundancia de braços atirar para a agricultura as grandes sobras dos que vivem da industria extractiva; só então devemos dormir tranquilos sobre o nosso futuro grande e feliz".

Analisando a agricultura do Estado ele lamenta o declínio da exportação do cacau, cuja causa é a mesma do declínio em geral da indústria agrícola. Mais uma vez ele aponta para a colonização estrangeira:

"Se não é um mal esse enorme desenvolvimento que tem tido a industria de borracha, e que tanto tem concorrido para a riqueza publica, é de certo grandemente para lamentar que tal crescimento tenha sido feito com prejuizo da agricultura em estado evidente de pobreza.

E se a falta de braços é a principal das causas productoras de tamanho desalento, cumpre-nos (...) creando por conta do Estado, o serviço de colonização e favorecendo por modo efficaz a introduccão de trabalhadores estrangeiros, especialmente destinados ao serviço da lavoura"

Lauro Sodré manifesta sua convicção no Estado liberal sem interferências nas atividades econômicas, mas lembra que no Pará a falta de capitais leva os poderes públicos a ter que "desenvolver e criar mananciaes de bens economicos". Defende os sindicatos agrícolas, refere as dificuldades de abatecimento e propõe medidas punitivas ao roubo de gado, prática comum na Ilha

de Marajó, local que poderia ser o celeiro do Estado. Sobre a E.F.B., ele anuncia a conclusão do trecho do Apehú a Castanhal, de 7 quilômetros, atingindo a extensão total de 75 quilômetros.

Em Mensagem de 07.04.1894, o Governador discute as dificuldades da sua administração em resgatar a dívida pública, e equilibrar as finanças, lembrando a escassa população existente (total de 600 000 habitantes) e o despovoamento dos núcleos, em face do extrativismo. Esclarece que a lei de terras adotada pelo governo republicano (Lei de 28.10.1891) continua a ser executada, legitimando posses e permitindo a aquisição de terras a baixo preço. Sobre a E.F.B., diz:

"Do Relatório do Director da Estrada de Ferro de Bragança vereis o estado em que está a mesma estrada, a qual si continua a pesar sobre o thesouro com os seus deficites constantes, vae contudo prestando bons serviços, e concorrendo poderosamente para o crescente desenvolvimento que vão tendo as regiões que ella abriu a atividade humana"

Em Mensagem de 07.04.1895, Lauro Sodré volta a se manifestar a favor da imigração estrangeira, a ser alocada em diversos núcleos planejados, além da Bragantina, mas sua fala vai transmitindo o debate que ele mesmo trava com a ciência econômica e política da época. Defensor dos princípios do Estado liberal, ele quer a imigração, porém, baseada na iniciativa individual, e agricultores encaminhando soluções de amplos problemas, como crédito agrícola, através de associações ou sindicatos. Como isso ainda não existisse, na prática, ele não vê outra saída senão na iniciativa do Estado. Continua a lamentar a corrida de trabalhadores (e dos capitais) para a "indústria extractiva", ficando a "indústria agrícola" aguardando a imigração estrangeira.

Na mesma Mensagem ele analisa a decadência da agricultura face ao extrativismo da borracha, citando autoridades e estudiosos. Novamente manifesta sua convicção de que a iniciativa particular, com liberdade e sem a tutela do Estado, poderia voltar a dinamizar as atividades produtivas. Por isso, ele refere a Lei nº 223 de 30.06.1894, que autorizou o governo a promover a introdução de estrangeiros, como um "mal necessário". Sobre a ação do governo federal, ele denuncia:

"Como não ignoraes em relação á immigração tudo aqui está por fazer. Nós temos que começar a obra ali-cerceando-a desde a pedra fundamental.

Dos muitos milhares de contos, que durante tantos annos o Governo central tem gasto nesse serviço, até nós, nunca chegou o menor esforço nem o minimo centil.

E ainda hoje a grande verba escripturada no orçamento da despesa da União sob a rubrica - Immigração - é toda ella despendida a beneficio dos Estados do Sul. Contra o Pará moveu-se essa campanha de descrédito, graças á qual passou em julgado, em opposição ao depoimento eloquente dos factos e de tantos homens de saber, que não se compadece com a ingratição do nosso clima ardente a tentativa de encaminhar gentes europeas ou asiáticas para estas paragens".

Dõe ouvir esses injustos conceitos sobre as nossas condições de salubridade e de clima, até no Senado da Republica. E mais doloroso ainda é pedir a estrangeiros argumentos de defeza para rebater essa corrente de descrédito com que, por ventura inconscientemente, conspira-se a nossa ruina. Para não falar em Bates, em Agassiz, em Wallace, em H. Smith, que todos disseram tantas verdades acerca da benignidade do nosso clima e dos grandes elementos de riqueza desta zona(...)"

Em Mensagem de 01.02.1896, Lauro Sodré anuncia contrato para vinda de 35 000 imigrantes europeus, e 3 000 imigrantes japoneses; informa que está preparada a hospedaria de imigrantes de Outeiro, e que novos núcleos coloniais (Monte-Alegre, Marapanim e Piriá) estão sendo preparados, sendo impossível ao governo criar dez núcleos desses (Lei nº284 de 15 de junho de

1895). Relata acertos diplomáticos com o Governo da Itália, que estava proibindo a vinda de seus emigrantes para o Pará, devido a cláusula do artigo 4º da sua lei de imigração que exige declaração expressa do imigrante que permanecerá por três anos na terra.

Continua achando um "mal necessário" a ingerência dos poderes públicos nos assuntos de imigração e cita o Senador Campos Sales, em argumento de que não existe a imigração espontânea, a não ser no sentido de que ela é feita sem constrangimento, e que a vinda de imigrantes em massa, para povoamento e trabalho, só pode acontecer com oferta de transporte grátis. Lauro Sodré parece buscar argumentos que justifiquem a interferência do Estado na imigração, que ele considera não ser função do Estado, ao menos do Estado do Pará, já que ele reclama verbas do Governo Federal para isso.

Sobre a E.F.B. ele refere a construção do ramal para Salinas, melhoramentos no material fixo e rodante e defende o prosseguimento da sua construção, em benefício das populações e suas atividades agrícolas, principalmente fazendo a ligação com a Zona do Salgado. Refere avaliação do seu Diretor sobre a eliminação do deficit da E.F.B., através do aumento do tráfego, e a justificativa de que uma estrada de ferro num país novo, diferentemente das implantadas na Europa, tem função de divulgar a fertilidade dos solos, para em seguida, com a ocupação, ter a indústria e a lavoura implantadas. Sobre o assunto, Lauro Sodré opina:

"Aos que costumam combater as despesas feitas com a Estrada de Ferro de Bragança, e especialmente extranhar a verba destinada a cobrir-lhe o deficit annual, convém lembrar que o Estado larga somma vota para subvencio-

nar linhas de navegação (...)

O que é certo, no meu entender, é que a Estrada de Bragança, com os seus ramaes para vários pontos, que serão no futuro outros tantos centros produtores, não pode ser levada a cabo sem os auxílios do Estado, e que estes não devem ser regateados á essa obra de incontestável valor".

Ao expirar seu mandato, a 01.02.1897, Lauro Sodré presta contas de sua administração ao Congresso. Ele ressalta como as obras que exigiram maior soma de recursos, a imigração, a construção da estrada de ferro, e o serviço de águas. Apresenta a imigração estrangeira e a colonização nacional como medidas empenhadas em reverter a corrida dos trabalhadores para o extrativismo, pela diversificação de atividades produtivas. Apesar da firmeza com que se dedicou à imigração, reconhece que os contratos para a vinda de imigrantes foram de pouco resultado; lembra as boas condições da hospedaria de Outeiro e refere a criação de núcleos coloniais como um modo dispendioso para o Estado de alocar imigrantes, já que no Pará não havia, como em outros lugares, a disponibilidade de estabelecimentos agrícolas.

O Governador menciona a colonização nacional, reconhecendo que ela existe no Pará. Continua adepto do Estado não-intervencionista, mas não vê como aplicar esse princípio ao Pará. Destaca aquilo que ele acha ser função do Estado: o ensino técnico agrícola, que ele não conseguiu realizar, e as condições de acesso à terra. Sobre isso ele afirma:

"No Pará encontra-se realizada essa providencia salutar da instituição da pequena propriedade territorial, repartido o solo pelas mãos de grande número. É entre nós excepcional o latifundium. E desde 1891, que ao assumir o governo do Estado, regulando a alienação das terras devolutas e a legitimação de posses, eu me confessara anima-

do pelo desejo de facilitar a democratização(...)"

Sobre a E.F.B., com base em minucioso relatório do seu Diretor, passa a mostrar que o deficit foi corrigido através da melhoria do material rodante, do atendimento mais regular ao público, e sem acréscimo de tarifas. Entre dados e análises do Diretor da E.F.B., exibidos por Lauro Sodré para o período 1891 a 1896, vale destacar o seguinte:

Anos.....	Receita.....	Mercadorias (valor)
1891(2ºsem)...	61:538\$961....	16:809\$880
1892.....	124:678\$196....	22:422\$627
1893.....	154:581\$577....	28:838\$391
1894.....	189:113\$124....	39:628\$020
1895.....	278:641\$653....	42:866\$362
1896(1ºsem)...	154:297\$879	-----

No mesmo período foram transportados 88 506 passageiros, sendo 25 512 de 1ª classe, e de 2ª classe 62 994, 2 330 toneladas de mercadorias, 49 toneladas de bagagens, 42 817 de cargas em carros fretados por inteiro, e 40 toneladas de animais.

O Relatório do Secretário do Estado, anexado ao do Governador que entrega o cargo, há detalhes de atividades realizadas, e sobre a imigração e colonização refere que a hospedaria de Outeiro tem capacidade para receber 500 imigrantes, e tem comunicação com Belém através da lancharia a vapor "Lauro Sodré", que os quatro núcleos fundados são: Marapanim (à margem da E.F.B.),

Monte-Alegre (município do mesmo nome), Benjamin Constant (município de Bragança) e Jambuassu (ramal de Salinas, da E.F.B). Portanto, apenas um não ficava na Bragantina.

Refere ainda sobre a entrada de imigrantes estrangeiros que chegaram 3 123 espanhóis (dos contratos já referidos), todos recebidos na hospedaria Outeiro, e depois alocados nos núcleos de Monte Alegre, Benjamin Constant e Jambuassu

Essas informações ajudam a compor a origem da Colônia Benjamin Constant, em Bragança, iniciada quase que exclusivamente com os espanhóis, que puderam encontrar um núcleo preparado, bem antes da construção da EFB, no governo de Lauro Sodré.

O Governador José Paes de Carvalho assume nessa mesma data, 01.02.1897, e em seu discurso enaltece tanto os imigrantes estrangeiros, quanto os trabalhadores nacionais, estes vítimas de campanha de descrédito que assinalam seus defeitos, "que aliás não lhe são intrínsecos, mas resultantes da situação precária em que vivem, privados de todos os meios indispensáveis ao desenvolvimento do civismo, á cultura moral e á compreensão das utilidades multiplas, a que o devotamento ao trabalho sabe conduzir".

Sobre a E.F.B ele propõe o seu arrendamento a particulares:

"É verdade que a Estrada de ferro de Bragança é a creadora da colonisação e desbravamento de uma vasta região do Estado, a ella deve-se o desenvolvimento de importantes nucleos, de pequena cultura que muito uteis têm sido.

No entretanto é lícito suppor-se que dirigida de outra forma, seus beneficios seriam mais abundantes, ella teria ha muito attingido seu ponto terminal e os sacrificios do Estado seriam de menor importancia.

Possue ella hoje 105 kilometros em tráfego: pelos dados que tenho em mão sua receita (ouro) por kil,ome-

tro attingirá apenas 1 142\$857; sua despesa (ouro) subirá a 3 120\$952

Estes algarismos auctorisam-me a suppôr que o regimen da garantia applicado á Estrada de Ferro seria menos oneroso para o Estado, do que o actual

Por isso não hesito em pedir-vos que me auctoriseis a arrendar a Estrada, de modo a conseguirmos, sem tantos onnus para o thesouro, que ella em breve chegue aos seus pontos terminaes em Salinas e Bragança. No contracto devem ser tomadas todas as precauções no sentido de serem acautelados os interesses da pequena lavoura, que hoje é servida pela Estrada e que tanto concorre para o regular e abundante abastecimento desta capital" (...)

Sobre a imigração ele vai reconhecer as dificuldades para trazer trabalhadores estrangeiros e vai contar decididamente com os trabalhadores nacionais:

"Datam do Imperio os primeiros ensaios de colonisação que se fizeram quasi exclusivamente com elementos nacionaes e as florescentes povoações á margem da Estrada de ferro de Bragança attestam que não foram perdidos os sacrificios do governo.

Estabelecido com a pungente catastrophe de 1876 a 1879 o fluxo da immigração nacional, que se faz hoje ininterrupta e espantosamente, convinha associar-a a elementos europeus, ainda á custa de grandes dispendios.

Obedecendo a esta necessidade promou-se a lei actual e, unico entre os estados do Norte, conseguimos fundar quatro nucleos coloniaes, desviar do extremo Sul para o nosso ineulto e despovoado territorio parte da immigração que de preferencia para ali se dirigia. (...)

(...) Bem que não exista até hoje um systema perfeito e completo, que possa servir de norma invariavel, a experiencia dos ultimos tempos e dos outros paizes obriganos a uma larga reforma da lei vigente e de todo o serviço administrativo colonial, que a meu ver deverá ser reorganizado de accordo com o regimen de longos annos adoptado pela União Americana, e vantagosamente applicado na Australia e Canada.

Eis os pontos capitaes da reforma que tenho em vista realisar com o vosso decidido apoio e consenso :

1.º A propaganda na Europa não pôde continuar á mercê de agentes e sub-agentes dos contractantes da immigração, cujos interesses nem sempre estão de accordo com os do Estado. Penso que esta propaganda deverá fazer-se exclusivamente com o auxilio da auctoridades locais e consulados, por agentes idoneos de nomeação e demissão do Governo.

2.º Dos contractos celebrados pelo meu illustre antecessor para a introdução de immigrants, só dous vigoram actualmente e julgo conveniente rescindi-los, desde que a situação cambial o permitta, mediante indemnisação razoavel, pelos seguintes motivos :

(a)-São onerosos ao Estado;
 (b)-Dão lugar a continuas reclamações difficéis muitas vezes de resolver com equidade;

(c)-Porque a experiencia nos tem demonstrado, que mais de 60% dos immigrants são inteiramente alheios aos trabalhos da agricultura;

(d)-Porque sendo impossivel a fiscalisação rigorosa por parte dos agentes consulares, ha muitas vezes intituladas familias que se desagregam apenas desembarcam na capital;

(e)-Porque está demonstrado que alguns colonos contrahem dividas com os agentes de immigração, a pretexto de ser-lhes facilitada a sahida dos paizes respectivos;

(f)-Porque estes contractos difficultam e embaraçam a iniciativa das sociedades e companhias colonisadoras, que desejarem na Europa, ou aqui, promover a immigração sem grandes onus para o Estado;

(g)-Porque o Governo, estabelecidas as suas agencias na Europa, poderá contractar com muito menos dispendio com as companhias de navegação, que mais vantagens offereçam, simplesmente o transporte de colonos;

(h)-Porque os governos europeus têm sérias e fundadas prevenções contra os contractantes de immigração, que nem sempre escrupulisam nos expedientes, de que lançam mão, e por todos os meios procuram embaraçal-os;

3.º Alem de outras medidas economicas, que o vosso esclarecido espirito tenha de adoptar em auxilio da nossa agricultura rotineira e quasi aniquilada, da industria pastoril bastante atrasada e decadente, penso que devemos crear desde já uma escola pratica de agricultura e um instituto zootechnico ; "(...)"

Paes de Carvalho em Mensagem de 07.04.1899 faz referência ao Presidente da República Prudente de Moraes que passa o cargo para Campos Sales, e cita trecho do discurso de posse do Presidente eleito, falando de colonização:

"(...)é preciso produzir. O problema da produção nos países novos está intimamente ligado ao problem
 Mas a Constituição transferiu aos Estados as terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios.

Quer isto dizer que os dous problemas se acham constitucionalmente affectos à competência do poder estadual na sua parte essencial. Ahi desenha-se, portanto, na sua maior nitidez, o vasto campo em que pode desenvolver-se a actividade administrativa dos Estados, na mais fecunda colaboração pela prosperidade da República"...

A questão do povoamento continua a ser, no Estado do Pará, a preocupação do governo, que se respalda aí, na fala do Presidente da Republica.

Seu sucessor é Augusto Montenegro (1901 a 1908) que prossegue o trabalho de medidas pragmáticas em favor da agricultura, criando a Estação Experimental de Agricultura Prática em Traquateua e empenhando-se na conclusão da construção da E.F.B., finalmente inaugurada em 03.05.1908, atingindo seu ponto terminal, Bragança, com 249 km de extensão.

Quantos aos resultados da colonização, embora lentos, prosseguem seguindo o plano inicial de acompanhar a E.F.B. O registro desse esforço, segundo dados de loteamento de terras nas colônias, foi elaborado por Penteado (Penteado, 1967) e revela sucintamente os resultados de um longo período de colonização (ANEXO III-B).

Em sua Mensagem de 10.09.1901, há um memorial apresentado ao Governador por plantadores de cana: eles solicitam a objeção a um aludido Memorial que pede a abolição dos impostos de entrada, pagos pelos gêneros nacionais importados de outros estados da União. E argumenta o Memorial que com tal abolição, a lavoura de cana do Pará teria a morte, e a cachaça do Pará não poderia ser produzida.

Em pleno período de extração da borracha, a manifestação de plantadores de cana incluída em Mensagem governamental sugere atividade agrícola e, por detrás dela, grupos apresentando demandas por políticas específicas ao Governo. Como lavoura de cana nessa época impossível não incluir os espanhóis em Bragança, junto aos demais imigrantes com seus engenhos em funcionamento.

O período visto aqui sobre os governadores republicanos (4) revela duas concepções sobre o papel do Estado: Lauro Sodré (1891 a 1897) vacilando entre a não-intervenção liberal e a inadequação desse preceito às exigências do Estado do Pará e José Paes de Carvalho (1897 a 1901) mais decidido com relação à ação estatal toma decisões importantes com relação à Bragantina: cria escola técnica agrícola, e cancela os onerosos contratos de imigração. São decisões importantes que afetam a Bragantina e põem um final na inconstância e insucesso dos esforços da Província com a imigração estrangeira.

Sobre os Governadores, convém lembrar o tempo de sua permanência no poder, cinco anos, que guarda bastante diferença com os Presidentes de Província, substituídos rapidamente. Isso resulta na possibilidade de melhor implementar políticas, quando elas existem, havendo um tempo para submeter as ações políticas ao cidadão, agora eleitor, se o sistema eleitoral pudesse expressar essas respostas

III.3 - 1930: ESCOLAS E EMANCIPAÇÃO DE VILAS COM MAGALHAES BARATA.

A Revolução de 1930 dá ao Pará, como interventor federal, o Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que governa o Estado de 1930 até 1937, quando ele não consegue se reeleger pelo Colégio Eleitoral. Em 1943 o Coronel volta ao poder afirmando a continuidade da obra revolucionária que iniciara, de "reformas dos costumes políticos e construção da grandeza do país".

No Relatório apresentado ao então Presidente Getúlio Vargas, ele dá conta de sua administração no ano de 1944, referindo-se constantemente aos atos do período 1930-1937, daí seu Relatório de 1944 (5) ganhar maior abrangência. Em um relatório de 238 páginas aparece, além do administrador, o estadista, cujo projeto político alcança o homem do interior, em suas atividades econômicas, naquilo que elas apresentavam de potencial de crescimento. Algumas dificuldades administrativas e políticas são referidas, respaldadas no longo tempo em que Magalhães Barata governou o Pará, com liderança carismática e forte tendência populista, sob os ideais da Revolução de 1930.

Barata inicia referindo as dificuldades de abastecimento do Estado face ao bloqueio da costa brasileira durante a II Guerra Mundial, que determinou a "situação de carência alimentar sem precedentes na nossa história", associada às difi-

culdades com o comércio marítimo, a situação em que encontrou a:

"produção pecuária e agrícola, aquela esgotada e deprimida e esta insuficiente para atender as nossas dificuldades internas, com exceção de um ou dois produtos [arroz e mandioca] que ainda permitiam pequena exportação. Por outro lado o aumento do consumo de gêneros alimentícios pelo afluxo de trabalhadores que eram encaminhados para o trabalho dos seringais ou para as obras de defesa nacional, em cooperação com nossos aliados americanos, e pela capacidade aquisitiva resultante da elevação inevitável de salários, concorriam para a exacerbação da crise e o encarecimento da vida".

Essa situação coloca o abastecimento como atividade prioritária em sua administração.

No capítulo econômico, Magalhães Barata destaca as dificuldades inerentes ao povoamento do Pará, restrito às margens dos grandes rios, determinando rarefação populacional, além do grande colapso com a exploração da borracha. Quer apoio para decisivos projetos de transportes que possam superar as dificuldades com o povoamento e com as condições naturais adversas. Critica a forma como foi feita a exploração da borracha, sem a ação planificadora do Estado, entregue às próprias forças, que tornou o colapso financeiro com o produto uma situação crítica para a população. Defende a colonização planejada. Em sua fala:

"A fixação do homem à terra havia que envolver um programa de colonização, tendo em vista todos esses fatores e peculiaridades do meio, no sentido de uma adaptação conveniente para que a ocupação não viesse a sofrer o retrocesso que teve, quando o colapso da nossa borracha, depois da primeira década deste século, deu em consequência o êxodo dos trabalhadores dos seringais e o abandono destes. O seringueiro nordestino que em regra deixa sua família na gleba nativa, não era um colono radicado ao seringal. Quando secou a fonte que alimentava as esperanças que o tinha impedido à aventura da selva, voltou à sua terra de origem sozi-

nho, como tinha vindo.

O despovoamento era o resultado da falta de organização da economia extrativa da borracha, deixada ao livre jogo dos agentes e fatores de exploração, sem planificação ou controle. Éramos vítimas de um Estado que proibia qualquer ingerência na ordem econômica pelo preconceito de um liberalismo que não admitia essa intervenção nem mesma para assegurar a conservação e a sobrevivência do patrimônio de nossas próprias riquezas deixadas ao abandono. Por isso é que estamos certos que com o novo ciclo, que se poderá denominar com justiça de (ciclo Getúlio Vargas), abriu-se para nosso hinterland depois que V. Excia. traçou o Programa de Recuperação do Vale Amazônico, que teve sua primeira expressão no discurso do Amazonas de 10/10/1940.

A colonização das nossas terras é um problema que foge às possibilidades financeiras atuais do Estado, toda vez que ela tenha de ser feita com a técnica rigorosa a que deve obedecer, pela localização de famílias de imigrantes que venham a encontrar desde logo condições de adaptação, de bem-estar e conforto que as radiquem ao solo que vão fecundar com o seu trabalho.

Certamente que não seria possível exigir para os trabalhadores da borracha, na emergência da Guerra, que essa imigração provocada atendesse desde logo a todos os requisitos necessários à aceitação do imigrante(...)

A defesa da população tem de ser feita para preservação de seu desenvolvimento e a elevação do seu padrão de vida, pela saúde e pela produção econômica".(...)

Magalhães Barata crê na ação do Estado como implantador das condições básicas que possam estimular o crescimento das atividades produtivas em meio à população: transporte, saúde, colonização, etc. Nesse sentido tudo está por fazer, além do que foi feito sem controle, a exploração da borracha, no momento de maior possibilidade de riqueza para o Estado. Sobre a produção agrícola, ele sugere a associação da atividade extrativista com a agricultura, antes de deter-se na Bragantina, como uma das zonas agrícolas do Pará. Ele diz:

"A nossa produção agrícola está aquém do que podíamos produzir com a população disponível que temos e a imensa reserva do nosso patrimônio a explorar. (...) Só a atividade agrícola fixa o homem à terra. A maior densidade de povoamento está nas zonas agrícolas do Estado, isto é na

Guajarina, na Bragantina, e no Baixo Amazonas. (...)

Isto porque a nossa agricultura e nossa pecuária não tiveram ainda o fomento necessário ao seu desenvolvimento, a altura das nossas possibilidades, quer quanto ao crédito rural, à educação agrícola do trabalhador e a assistência técnica conveniente às nossas condições peculiares de vida e de meio, bem assim quanto à colonização de nossas terras, que têm sido deixadas quase que à livre penetração do imigrante nordestino, ou à exploração rotineira do pequeno agricultor local, sem orientação e sem método.

A própria legislação de terras do Estado, que está exigindo uma revisão, não tem permitido o aproveitamento das glebas em culturas estáveis, e de rendimento econômico, porque os lotes coloniais, as mais das vezes são deixados ao abandono, depois de exauridos pelas queima das matas e capoeiras abatidas em anos sucessivos, sem a intercalação de culturas rotativas ou emprego de qualquer meio de recuperação da fertilidade perdida. (...)

Não temos o crédito agrícola, e não pude ainda [implantá-lo], de modo a dar estabilidade à produção e permitir a expansão desta. Nosso agricultor vive, em regra, em condições precárias por falta de assistência financeira, que permita sua libertação dos que são os maiores beneficiários do esforço de produção.

O comércio das nossas zonas agrícolas, que se alimenta da pequena produção individual, não tem capacidade para ser instrumento desse fomento, ou fator de crédito, devido também à defeituosa organização do nosso sistema bancário, que não tem a capacidade necessária para adaptar-se à nossa agricultura, certamente pela dificuldade técnica de financiar lavradores em pequenos contratos, sem cadastro imobiliário ou outros elementos que sirvam de base à organização do crédito rural. (...)

Sofremos a deficiência de transporte abundante e barato, para escoamento dos produtos agrícolas, e a falta de equipamento para beneficiamento dos mesmos nos centros de produção (...).

Isso se verifica principalmente na grande zona agrícola da Estrada de Ferro de Bragança, em que o desparelhamento dessa via férrea tem concorrido para a redução dessa produção, para o desânimo de muitas iniciativas (...). São ainda insuficientes as usinas instaladas às margens dessa via férrea, para beneficiar os produtos dessa vasta zona agrícola".

E Magalhães Barata anuncia aqui um plano de recuperação agrícola para a Bragantina baseado no fornecimento de crédito e de instrumentos de trabalho através de cooperativas de crédito e mistas, ligadas a um instituto central, que implantaria em todos os núcleos agrícolas, ao longo da EFB, armazéns gerais e

usinas de beneficiamento, onde os produtos poderiam ser armazenados ou transformados antes do embarque, evitando a ação dos intermediários

Sobre a E.F. de Bragança ele faz uma avaliação, antes de propor que o governo federal incluía a ampliação e melhoramento daquela linha no Plano de Viação Nacional. Sua avaliação valoriza os esforços de governos anteriores e reconhece a importância da mesma. Ele diz:

"Foi a Estrada de Ferro de Bragança integralmente construída pelo Estado em seus 249 Km de extensão, constituindo-se, sem contar as obras do porto do Pará a de maior importância econômica que nos deu a borracha, em seu período áureo, ao lado das construções suntuárias e artísticas que são o orgulho da Capital. Em 1921 foi encampada pela União e pagou o empréstimo que havia sido contraído especialmente para construção e em seguida arrendada ao próprio Estado. Em minha primeira Interventoria obtive que o governo federal tornasse à administração dessa Estrada, em vista das condições precárias em que a havia encontrado, e não permitirem as condições financeiras do Estado de então que este levasse a cabo as reformas que se impunham em seu material fixo e rodante.

Vim, neste meu segundo governo, encontrar essa via férrea em condições de não atender as necessidades da grande zona agrícola a que deve servir, daí a minha constante preocupação de suprir a insuficiência do tráfego, melhorando as condições rodoviárias que servem paralelamente à mesma.

Entretanto o prolongamento da Estrada de Ferro de Bragança obedecendo ao traçado já estudado atende a uma necessidade vital, não só dessa zona agrícola, a mais populosa do Estado, que se supre em parte de gêneros alimentícios do Maranhão, como ainda desta própria capital que poderia encontrar no sertão maranhense o suprimento de gado de corte de que precisa para seu abastecimento. Esse prolongamento cortaria o rio Gurupi em seu ponto conveniente e se dirigiria a Codó-MA, onde faria ligação com o sistema São Luís-Teresina. É indiscutível o valor econômico dessa construção assim como a sua importância estratégica. Nos planos do Dr. Augusto Montenegro estava essa realização até os confins do Pará. Quarenta anos depois continuamos na mesma situação em que ele a deixou. Duso pedir a atenção de V. Excia. para este problema que só pode ser resolvido com o concurso da União, dentro do Plano da Viação Nacional."

Magalhães Barata não parece assumir a Bragantina como projeto de colonização, entendendo como tal um conjunto de ações integradas num plano. Mesmo porque em seu governo o funcionamento da E.F.B e a expansão dos núcleos já permitia ver uma situação implantada.

A visão que ele manifesta sobre a importância da E.F.B. como instrumento de estímulo às atividades produtivas e com função desbravadora que antecede e orienta a ocupação (na sua preocupação de expandir a linha), é uma visão assemelhada à de alguns Presidentes de Província que o antecederam, reforçada pela visão do Estado que a Revolução de 30 expressou. Além disso tem a marca do líder carismático e populista que caracterizou Barata na intenção de atender o povo.

Se a Bragantina não se configurava para ele com uma questão de colonização, ele demonstra, contudo, reconhecer naquela micro-região sua expressão demográfica e agrícola, ou seja, parece estar sensibilizado à existência de famílias de agricultores, a quem o Estado deve algumas ações. Mas sua concepção de um Estado Provedor resulta, nas intenções declaradas no Relatório, em planos ambiciosos que não se concretizaram. Nos planos, é percebida a ação dos intermediários, a falta do crédito rural, de instrumentos de trabalho, de assistência técnica. Na prática, conseguiu apenas marcar a presença do Estado, em ações globais, não exatamente voltadas para a agricultura.

As medidas de Magalhães Barata que repercutem entre os colonos, presentes ainda na memória e no relato deles, associam-se com criação de escolas rurais, espalhadas pelas Colô-

nias, e melhoria das condições urbanas das vilas, povoados e cidades com construção de praças, mercados, Grupos Escolares, etc. Através das Prefeituras deve ter havido também fácil comunicação entre os moradores das Colônias e o Governo, pois são referidas para o período abertura de ramais, loteamentos, formação de novos núcleos.

Assim, se para Magalhães Barata, a situação da Bragantina não é de colonização, mas de assistência a agricultores desassistidos, sua política de acesso facilitado à terra, através das Prefeituras, repercute favoravelmente na Bragantina, no sentido de estimular mais ainda a corrente migratória do Nordeste para o Norte, que já se fazia. O transporte ferroviário e a proximidade com a Capital cuidavam de tornar a Bragantina uma área de atração. Além do que, as várias gerações de imigrantes nordestinos, já permitiam contatos entre parentes e a troca de informações sobre as condições de vida.

Soma-se assim, ao projeto de colonização, que já se instalara com o acesso facilitado ao lote, a política de acesso à terra de Magalhães Barata, fundamentada, em seu discurso, na necessidade de reverter o quadro de colapso em que a crise do extrativismo da borracha deixa o Pará.

Sobre as práticas agrícolas observadas, Magalhães Barata parece iniciar as análises ditas científicas da falta de conhecimento técnico do agricultor como determinante do atraso na agricultura, com o mau uso do solo, etc. Contraditório isso com o reconhecimento que Barata faz de condicionantes básicos à vida dos colonos da Bragantina, como a carência de transportes e as

dificuldades com a comercialização

Ou seja, se era possível perceber que os agricultores estavam condicionados a produzir sem crédito, sem transporte adequado, e com dificuldades de comercialização, e que a alteração desses condicionantes era atribuição do Estado, como é possível, ao mesmo tempo, atribuir as deficiências agrícolas observadas à incapacidade do colono?

O crescimento demográfico da Bragantina já se mostra expressivo no período em que Barata fica no poder (ANEXOS II), a julgar pelos dados do Censo de 1940 (o Censo de 1920 superestimou a população do Pará, dando para a Bragantina um total superior ao de 1940; além disso, sem possibilidades de comparação pela inclusão de Benevides, que depois passou a fazer parte de Belém, como um distrito) e com participação importante no total da população do Pará (15,62 %), participação que decresceu no período 1940/80. Alguns fatores interligados podem explicar o crescimento, como a crise do extrativismo da borracha, o acesso facilitado aos lotes agrícolas, a expansão das colônias, o crescimento das vilas e a proximidade com a capital.

Para o chefe de governo populista, a Bragantina oferece interessantes condições de exercer sua liderança através de visitas, interferências pessoais, etc. A memória dos colonos refere a presença do Governador Magalhães Barata em visitas a pontos bastante isolados, além de medidas políticas de repercussão como construção de ramal da E.F.B., criação de escolas rurais, emancipação de vilas, etc.

O crescimento demográfico e a concentração de núcleos e vilas numa reduzida área vão conferindo à Bragantina um perfil peculiar em relação ao Estado do Pará, numa afirmação da validade do esforço imigratório nordestino, o mais expressivo dentre as formas de ocupação verificadas na Amazônia (Tupias-sú, 1968), crescimento demográfico esse, que terá desdobramentos.

Um deles se manifesta ainda no governo de Magalhães Barata, na expressão própria da Bragantina enquanto realidade social (presença demográfica, agrícola, comercial, etc) que não condiz mais com um projeto de colonização, e sim com a própria composição do estado em vilas, núcleos, municípios e cidades. Muito embora a base da colonização permanecesse na estrutura fundiária, na forma de praticar a agricultura, e na continuada corrente migratória do Nordeste, sempre renovada.

O outro desdobramento, em consonância com a própria manifestação da presença histórica dos colonos, é a sua expressão enquanto concentração de eleitores. A normalização democrática do país em 1945 vai permitir a oportunidade de testar o potencial eleitoral da Bragantina: todos os candidatos que dependem de votos, a partir daí, não desprezam a Bragantina, como base eleitoral importante. O próprio líder Magalhães Barata, eleito Governador pelo voto direto em 1955, depois de ter sido interventor durante 9 anos, deve ter conquistado muitos votos a partir de sua ação em prol de colonos, pois sua base eleitoral foi o homem do interior.

De 1945 em diante o interesse de candidatos em obter votos de colonos foi incessante. Durante a ditadura militar

as eleições municipais e para os cargos legislativos garantiram o ímpeto de caça aos votos. Por isso a memória dos colonos refere insistentemente a presença dos políticos. É uma referência que não expressa identificação nem confiança, mas é feita de modo zombeteira, um tanto bizarra, aos políticos, vistos como pessoas de fora que chegam nas colônias em véspera de eleições, fazendo promessas, em meio ao descrédito.

III.4 - 1965 a 1988: EXTINÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA E POLÍTICAS DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

III.4.1 - 1966: Extinção da Estrada de Ferro de Bragança.

O Decreto nº 58.992 de 4 de agosto de 1966 (ANEXO IV), assinado pelo Presidente H. Castello Branco e seu Ministro de Viação e Obras Públicas, Juarez Távora, extingue a E.F.B. A justificativa acha-se no Decreto que "dispõe sobre a implementação da política governamental de supressão de trechos ferroviários antieconômicos de que trata a Lei Nº 4.452 de 1964, de 5 de novembro de 1964". A E.F.B, com seus 289 Km, faz parte dos 2.803 km incluídos na relação II, anexa ao Decreto, intitulada: "Ferrovias e Ramais cujas rodovias substitutivas se acham em construção ou estão programadas para 1966".

Por ser antieconômica e por dispor de rodovias substitutivas, em construção ou programadas, a E.F.B é eliminada por decreto, sob um governo autoritário. O planejamento centralizado dos transportes no país apresentou sua justificativa. Alguma avaliação poderia ser feita das rodovias substitutivas, que a zona Bragantina recebeu em troca.

Sob um regime autoritário, não houve manifestação da sociedade civil, e o governo estadual, ou expressões políticas que tinham voz nesse momento, caso se manifestaram, não obtiveram

qualquer êxito: em pouco tempo os trilhos foram arrancados, material rodante transferido para outras ferrovias federais, pessoal aposentado, transferido ou realocado em repartições federais. Ficaram as estações por mais algum tempo, sendo utilizadas como sede de repartições; a maior parte delas, aos poucos foram sendo demolidas, para dar lugar aos novos equipamentos urbanos. Em Belém, a Estação Central deu lugar ao Terminal Rodoviário e nas demais cidades a ampliação de ruas e rodovias ocupou o lugar de trilhos e estações, renovando a feição urbana.

Nenhum sinal, no espaço urbano, sequer como memória histórica, da estrada de ferro que levou 25 anos para ser construída, consumindo esforços, trabalho e recursos de sucessivos governos provinciais. O Prefeito de Castanhal à época, Pedro Coelho da Mota, solicitou a permanência de uma locomotiva para criar um museu do imigrante, na Praça que inaugurou com uma estátua reproduzindo a figura do colono nordestino. O museu não chegou a ser criado e a locomotiva ficou exposta à ação do tempo. Em algumas cidades como Igarapé-Açu ou na Colônia Benjamin Constant ainda se pode ver as antigas estações. Na memória dos colonos, entretanto a estrada de ferro não desapareceria tão rapidamente, quanto desapareceu da paisagem da Bragantina.

Quanto às "estradas substitutivas", a principal delas, a rodovia Belém-Brasília, utilizou-se do trecho estadual já existente, desde o início, sem evitar a passagem pelas cidades, introduzindo pesado trânsito no espaço urbano de muitas delas. E os demais trechos, principalmente Santa Maria do Pará até Bragança (ANEXO I) continuam sendo rodovias estaduais, que possi-

velmente coexistiriam com a estrada de ferro.

O interventor Magalhães Barata, ao conseguir a total alienação da E.F.B. ao governo federal justifica seu ato com a intenção de ampliar e conectar aquele trecho ao sistema ferroviário nacional. Não deixa de ser uma característica da Revolução de 30, a crença no planejamento central. O governo militar de 64, expressando a centralização e a racionalidade extingue trechos de ferrovias anti-econômicas por decreto, e com isso define a política de transportes basicamente apoiada nas rodovias, deixando de investir em opções complementares como o transporte fluvial (que na Amazônia seria expressão de racionalidade), e ferroviário (mais adequado às grandes distâncias). Governos autoritários e decisões racionais chocando-se com esforços locais e história regional. O complexo tema do transporte ferroviário, decidido em gabinetes, não parece encontrar a melhor solução. Sobretudo quando o argumento econômico, que se impõe graças a poderosos decretos, não precisa ser discutido com os cidadãos e grupos interessados.

Construída por iniciativa e esforço dos governos provinciais e estaduais, ao longo de 25 anos (6), teve uma vida útil de 55 anos. Todos os governos estaduais reconheceram sua utilidade e defenderam o seu prolongamento e integração a um conjunto maior, jamais conseguindo isso. O projeto da E.F.B junto à colonização recebeu sempre muitas críticas, mas nenhuma outra iniciativa terá mais historicidade do que essa: passado e presente unidos em integração de esforços e de críticas, num debate constante, com resultados surpreendentes e inesperados.

III.4.2 - 1966 a 1988 : Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

As políticas que repercutem na Bragantina , no período são : ações do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com base no Estatuto da Terra, cadastrando e loteando terras de herança; as políticas de Incentivos Fiscais extensiva a projetos agropecuários na Amazônia que causam a procura de terras para implantação de fazendas por pessoas de fora da região; e a ação do órgão extensionista, Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR-PA, depois Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, que implementa as políticas próprias. Em seguida, uma tentativa de compor essas políticas, na forma como elas vêm se expressando frente aos colonos.

A visão dos técnicos que vêm trabalhando nos serviços de extensão sediados nos municípios, revela não apenas o próprio trabalho sistemático de implantação das políticas agrícolas. Como representação é também a visão deles sobre o mundo dos agricultores familiares, seu comportamento e possibilidades. Implantadores das políticas, mas em relação constante com os agricultores, eles falam com envolvimento sobre os cultivos, tanto quanto sobre sucessos e fracassos com os cultivos. Têm a atitude de quem vê nas práticas a possibilidade das comunidades atingirem outro estágio econômico através dos cultivos.

Geralmente eles separam com nitidez as etapas marcantes do trabalho desenvolvido pela sua instituição: a primeira fase, em que o SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural favoreceu amplamente o crédito rural (1967 a 1976), ocasião em que essas políticas - a de crédito e a de assistência técnica e extensão rural - atuaram conjuntamente, cabendo ao serviço de extensão a elaboração de projetos de financiamento bancário para médios e grandes agricultores, e o período posterior (após 1980), quando o serviço de extensão adotou a estratégia do estímulo ao trabalho comunitário, junto a grupos de agricultores familiares, como forma de redirecionar o trabalho, já que não podiam contar com o crédito rural.

A mudança de perspectiva permitiu novas experiências e a possibilidade de reflexão sobre o próprio trabalho. Essa atitude avaliativa está presente nas falas, aqui propositadamente ressaltada no que elas mostram de políticas implementadas na Bragança. A fala dos técnicos ajuda a compor o quadro das políticas, com a peculiaridade de que, implícita na descrição das políticas, aparece a avaliação deles sobre o resultado dessas políticas junto aos agricultores, ou sobre o resultado por eles esperado quanto ao próprio trabalho.

O depoimento dos técnicos dos municípios de Bragança, Capanema e Santa Izabel do Pará foi dado em grupo, permitindo complementação dos assuntos, recomposição de etapas de trabalho, reflexão de práticas. Essa contribuição de conjunto foi mantida como expressão de equipe de trabalho, porém, selecionada em termos de políticas. Para Igarapé-Açu e Castanhal foram depoi-

mentos isolados, que não deixam de estar referidos a continuado trabalho de equipes.

O depoimento dos técnicos desses Escritórios Regionais que abrangem toda a Bragantina evidencia uma grande diversidade de atuação. São diversos os cultivos, tanto quanto as práticas definidas pelo próprio desenvolvimento do trabalho extensionista, ou as respostas dos grupos atendidos. Diversas são também as condições de solo e clima, com destaque para algumas peculiaridades muito próprias, como o fumo nos campos de Bragança, ou o arroz de várzea, ou mesmo lugares mais apropriados para o cultivo do feijão; do maracujá, etc.

A equipe de técnicos de Bragança relata seu trabalho de implementador de políticas, que já tem uma história:

"(...) Quando nós começamos a trabalhar em extensão... a cultura que a gente já encontrou, foi a mandioca. Existia também produtores cultivando a pimenta-do-reino, mas a pimenta logo foi extinguida devida a doença, a... Fusariose. E... como era o pequeno produtor, não tinha condições de buscar recurso para combater essa doença e quando ela dá, acaba com tudo. Tinha a mandioca... e o gado e o búfalo dos campos.

O fumo exige mão-de-obra muito grande, e é uma cultura bem rudimentar, houve um tempo em que o preço decaiu muito, então eles acharam por bem... deixar de plantar o fumo, dar lugar para o feijão; ainda existe o fumo, mas em pequena área.

Quando foi iniciado o trabalho aqui em Bragança, na região dos campos... o único trabalho deles lá era o fumo (...) foi daí que foi iniciado o trabalho com o feijão Caupi. Pros lados da Colonia Augusto Montenegro, pra lá que existia a pimenta, pro lado dos campos, nunca existiu.

Esse... projeto de pimenta, foi um incentivo do Banco do Brasil, através do Sindicato Rural, e também do Governo Federal fazendo uma divulgação, então essa primeira pimenta sofreu problema, porque o recurso chegou, o gerente fez uma divulgação muito grande, quase sem a participação dos técnicos da área, então, era quem tinha terra, quem não tinha terra, todo mundo tinha direito.

Era um módulo bem acessível a todos, mas não partindo para a realidade de solo: no inverno o pimental se acabava, no verão pior, e muitos produtores abandonaram seus lotes, a maior decadência da pimenta! Nessa região - Bragança, Capanema - são poucos os produtores que têm pimental hoje, o solo não é muito apropriado. Foi por volta de 80, 81. Os produtores não tinham uma infraestrutura, não estavam educados para implantação do projeto, então isso fez com que eles vendessem os seus lotes, porque ficaram sem nada. Nós temos produtores que venderam seus lotes por nada... Incentivada a monocultura [pra pequeno produtor] daí começou a desagregar.

(...) Acredito que o milho, apesar de pequena escala, e o arroz sequeiro, faz parte dessas culturas tradicionais....

(...) se discutiu muito essa questão do fumo nas regiões dos campos de Bragança, que... além de ser um beneficiamento rudimentar, existe um problema de (...) melhoria de variedade, porque aqui, a Embrapa não pesquisa nada de fumo, não tem conhecimento técnico.

Há uma queda brutal na produtividade de fumo devido não ter um melhoramento de semente ou coisa dessa natureza. (...) E a pimenta-do-reino em todos os seus altos e baixos continua com um problema sério, o sujeito vai plantar um pimental, só pensa em arrumar os estacões, arranjar dinheiro pra plantar, adubar, mas não pensa nos cinco, seis meses de verão, que ela vai sofrer e que morre muita pimenta. Então, se você vai plantar um pimental você tem que pensar primeiro no sistema de irrigação, porque todo ano o produtor tem prejuízo nessa região, isso é sério (...)

Aqui, em Bragança, toda a comunidade, vamos supor 90%, 95% dos produtores cultivam o feijão, sendo que umas em áreas maiores, pra comercialização, e área menor só pra o consumo alimentar.

O BR3 é muito preferido, porque o feijão do Sul tá muito caro, ele chega aqui e nós compramos quase se- tezentos cruzados novos o quilo do feijão e aqui nós consumimos o BR3 a duzentos e cinquenta cruzados novos (...) Agora, é um feijão, comprovadamente de uma produtividade excelente, enquanto o feijão comum, o "quarentinha", o "mantei- guinha", produz 700 g/ha, o BR3 produz 1300 kg/ha, na mesma área, com a mesma adubação... e é um feijão de excelente aceitação comercial, sai todinho aqui.

é da CPATU, aqui de Traquateua (o BR3), e de Bragança (o BR2). A CPATU... agora, está mais ligada a extensão, fazendo um trabalho mais integrado. Ela sempre foi um órgão de pesquisa fechado, que visava mais o setor em- presarial (...) Agora... todos estão envolvidos na produção do feijão.

Quando a extensão começou a trabalhar lá, eles não tinham o hábito de se grupalizar, o trabalho era individual, então com as nossas reuniões, sistema de convi- vência, convivendo lá com eles, debatendo, olhando, sentindo o problema deles... é, programando com eles, porque a progra-

mação é participativa, foi feito um estudo de realidade, foi discutido com eles e foram verificando quais os problemas prioritários, as necessidades básicas, e foi feito então um planejamento, tá, e daí então partiu pra organização grupal, o trabalho de grupo, né. E nós começamos a trabalhar com cinco elementos, porque você sabe o produtor ele é um pouco desconfiado né, e mesmo porque houve uns órgão lá e não deu muito resultado, e eles já estão um pouco assim desconfiado e ficamos, começamos o trabalho com esses cinco elementos.

A LBA deu uma ajuda financeira. Não dava pra resolver todos os problemas, (...), a LBA apenas dá uma ajuda. Se unem as forças, e buscam mais recurso na comunidade pra conseguir realizar aquilo que eles realmente querem (...). Isso foi em 86.

(...) Todo trabalho da Emater sempre se fundamentou no experimento. Ela sempre se importou com isso, fazer uma pequena experiência junto aos produtores e ele vai buscando as alternativas. Isso sempre foi fundamental junto a empresa, tanto no sistema antigo, quanto no presente.

Agora, além disso, tem havido aquele diálogo, aquele confronto entre os saberes. Valorizando aquilo que eles conhecem, a gente está tentando com que eles descubram e sintam que eles também têm valor. Acho que o trabalho está sendo muito melhor.

É uma auto-crítica, uma análise do que está certo, do que está errado, a gente tem procurado trabalhar nesta linha. Nós temos procurado também fazer todo o trabalho na linha da educação popular, não aquela da linha popular revolucionária, brigona, não, aquela educação popular de consciência daquilo que eles querem, daquilo que eles podem conseguir através de organização (...).

Isso não quer dizer que se ele trabalhar em grupo, ele vai deixar o trabalho individual, não; trabalho grupal vai extrapolar para sua propriedade, esse conhecimento. (...) Nós temos observado que a medida que eles vão passando a aplicar na sua propriedade, eles começam a se organizar melhor, e têm um melhor desenvolvimento na sua comunidade.

(...) Tem outra cultura aí, que [eles] vem fazendo por conta própria, é o café. (...) tem região que a terra é boa, é propícia para essa cultura, e não tem o apoio do governo, pelo menos aqui, a região dos campos, você encontra é grande quantidade de pés de café, mas tudo assim fora de técnica, sem uma orientação, é quase como nativo.

Não se considera como cultura expressiva, apesar de que as famílias produzem café em quantidade suficiente para o consumo e alguns já o comercializa. Aqui, ninguém toma aquele cafezinho misturado com milho, é o café mesmo, puro.

Tem outra cultura que é tradição aqui... é o arroz de várzea (...) é uma tecnologia nova. E ela já foi introduzida não sei há quantos anos (...). Do Jutai até comunidade de Bacuriteua se produz bastante arroz de várzea. É uma produção natural, em função do húmus do próprio rio, es-

se pessoal da região ribeirinha plantaram naturalmente. Têm maior poder aquisitivo e se apoderou de maior parte (...) Ai que surgiu o trabalho da EMATER para que pequenos produtores deixem de ser mão-de-obra para ser também um produtor.

A gente que vive com público pode até pensar que eles são resistentes às mudanças, o que a gente nota é angústia deles em querer melhorar, em querer buscar conhecimentos, botar sua lavoura, mas infelizmente tá faltando muito apoio ...

A extensão já trabalha nesse período todo, acredita-se que eles mesmo declaram que já tenha conhecimento tecnológico;... apenas eles não têm condições de aplicar por falta de apoio financeiro, o pequeno produtor, muito especialmente. A gente não atinge uns dez por cento, de zona rural, essa é a verdade.

(...)E em relação ao solo ... é a mesma questão: se houver maior apoio, educação e sistema de trabalho programado, integrado, participativo, a questão de reflorestamento, de aproveitamento das áreas, aquela coisa que vai recuperar o solo, então eles têm condições de melhorar.

[Ao dizer] que está faltando apoio, não queremos dizer que falta paternalismo, é... uma assistência sistemática ... você sabe que a EMATER está passando por uma crise, ninguém sabe se para o ano nós estamos juntos com eles. A EMATER é o único órgão ... que penetra no meio rural; se a Emater sair, quem é que vai dar esse apoio pra eles? Nós temos atualmente uma melhora nas organizações rurais que são: os grupos de produtores, grupos de donas-de-casa, grupos de jovens, desenvolvendo um trabalho grupal. (...)

Tem atividades que já estão dando renda para os elementos do grupo, mas o nosso público não está ... consciente, de se conduzir sozinho, ser um grupo autônomo. Ainda precisa de uma assistência técnica, principalmente na parte de agricultura, né.

Tem outra questão... sem o apoio financeiro eles têm vontade de trabalhar, mas o juro está altíssimo (...) e ele não tem acesso (...). (Entrev. 054, técnicos da EMATER, município de Bragança)

As experiências acumuladas na tradição agrícola, pecuária e extrativista dos moradores de Bragança desafiam a ação dos técnicos, tornando complexa sua intervenção e difícil a reflexão sobre o próprio trabalho.

O fumo, praticado pelos bisavós e com origem perdida na memória dos moradores dos campos de Bragança seria uma experiência vantajosa pra eles, caso a decadência econômica do

produto não o tivesse inviabilizado quase totalmente. Os técnicos conseguiram substituir com êxito pelo feijão Caupi, produto de pesquisa local, e que evidencia a possibilidade de articulação entre órgãos de pesquisa e de extensão.

O fumo orientou a ocupação dos campos, sem titulação de terras, antes da colonização, e assim se manteve já que a distribuição de lotes se restringiu às terras firmes, ainda não ocupadas na época. Qual a perspectiva de produtores de feijão confinados em ilhotas, em campos alagadiços, sem dispor de mais terra?

O outro desafio é a várzea, de fertilidade comprovada para a produção do arroz, mas exposta às disputas descontroladas dos agricultores de diversas categorias, dedicados a esse cultivo.

Sobram os proprietários das terras concedidas pela colonização, os colonos, descendentes ou não dos primeiros imigrantes, frente aos quais as políticas de assistência técnica encontram dois obstáculos.

Em um lado o trabalho educativo continuado obteve suficientes resultados, mas o conhecimento adquirido sobre cultivos novos pelos colonos esbarra na dificuldade financeira de implementá-los, sem qualquer financiamento.

Em outro, a incapacidade física dos extensionistas trabalharem com um público mais amplo, deixa grande proporção dos colonos sem qualquer assistência técnica, inviabilizando práticas mínimas que dispensam financiamentos como, por exemplo, técnicas de adubação orgânica, aproveitamento de resíduos orgânicos acumu-

ladas na propriedade, evitando a prática tradicional de usar o fogo para eliminar lixos, sobras, etc.

Em ambos os casos o desafio se mantém: como ajustar aos interesses econômicos dos colonos (agora vistos como comunidades pelo serviço de extensão), os cultivos que melhor se adequam ao tipo de solo de que eles dispõem?

Há uma história dos colonos, e há uma história das políticas. Os extensionistas ajudam a contar uma parte dessa última. O relato daqueles permite ver o quanto são diversas as experiências possíveis na Bragantina, mesmo quando elas ocorrem em municípios vizinhos, sob a ação da mesma instituição, e implementando as mesmas políticas. Isso parece evidenciar as especificidades próprias que a experiência histórica permitiu acumular. O relato dos técnicos de Capanema mostra outras possibilidades, em meio à mesma proposta de trabalho da EMATER:

(...) Com esse sistema participativo, que é o que nós fazemos em Capanema, a gente tem condições de conhecer mais a realidade do produtor. (...) Você convivendo com ele, você descobre muitas coisas que naquele antigo sistema você não sabia, e, ... com essa nova linha de alguns órgãos se introduzindo, não diretamente no meio rural, mas pelo menos através de recurso financeiro, como é o caso da SUDAM, a gente tem alternativas de dar um choquezinho de estímulo, pra eles voltarem a trabalhar em termo de melhora, é, mudança (...) embora que lenta, não deixa de ser mudança.

(...) Era todo vertical, de cima pra baixo, esse trabalho [da EMATER] no primeiro momento; a gente passava na comunidade, mas continuava vertical sem aquela valorização do produtor. A gente partiu pra um trabalho assim mais sério, que é esse participativo ... que a gente pode dizer que é o segundo momento, essa convivência que a gente tem com a Comunidade.

Outro ponto que é levado muito em consideração é a valorização do produtor nesse confronto de experiências, do saber científico com o popular, tanto a gente aprende com eles, como eles aprendem com a gente, há essa valorização, um respeito por aquilo que existe na Comunida-

de, aqueles valores (...)

Nesse momento, de que maneira a gente pode trabalhar? ...Existem recursos que vêm de fora [SUDAM, LBA], mas que têm exigências, em cima dessas exigências que esses órgãos têm, o quê que nós podemos fazer? Eles é que decidem. É difícil, é uma coisa muito lenta, por exemplo: essa Comunidade aí, a gente já está há quase oito anos na Comunidade, pra chegar no estágio que ela já está agora; eles já estão conversando, mas antes, era uma dificuldade tremenda, houve mudança nesse sentido. (Entrev. 056, equipe de técnicos da EMATER, município de Capanema).

O redirecionamento dos objetivos da EMATER exigiu uma alteração das práticas: para os técnicos dos escritórios locais o confronto entre as políticas disponíveis e as expectativas dos colonos reforçou a necessidade da discussão, tanto na identificação das prioridades, quanto das alternativas disponíveis.

É preciso pensar no que realmente interessa, e a assistência técnica começa a não apresentar opções prontas. Há que assumir conjuntamente as escolhas, pois a opção entre avicultura e suíno não envolve apenas aspectos técnicos, há riscos financeiros por parte de quem produz, que precisam ser considerados.

Para o município de Igarapé-Açu a chegada de fazendas tem eliminado os usuários da extensão rural, apesar disso, a oferta de cultivos comerciais tem se ampliado. A equipe tem presenciado, junto com a implantação de seu trabalho, a sucessão de políticas. A mais influente delas, a política de incentivos fiscais, é federal, administrada pela SUDAM e BASA e conhecida do órgão de extensão rural pelos seus efeitos, quando aplicada à implantação de fazendas. A equipe de Igarapé Açu fala das políticas:

(...)O pequeno produtor, há cerca de cinco anos, ele tinha uma certa vantagem em termo de melhoria (...) de condições para trabalhar no campo, porque tinha ...materiais, insumo, fomentado pelo governo através da SAGRI, tinha incentivo ...de agente financeiro...Atualmente, nas condições em que nós estamos, todas as vantagens praticamente ficaram em nada. Os Bancos não têm condições de...de atender as necessidades do pequeno produtor, em termo de credito rural.

Então o pequeno produtor (...) ele está cada vez mais ... diminuindo sua produção, porque ele deixa... de trabalhar em áreas maiores, passando a trabalhar em áreas menores. Em torno de 50% dos nossos produtores (de Igarapé-Açu) já venderam suas propriedades para grandes produtores, pessoas capitalizadas, que vêm formar fazenda, então o pequeno produtor ...é...forçado a vender, já que eles têm capital, eles põem o preço absurdo nos lotes de terra, e o pequeno produtor é, bem dizer, praticamente obrigado a vender.

(...)é um problema muito sério, a gente não vê como resolver isso ... Com a atuação da EMATER, pra gente conseguir mais público, tivemos que aumentar nossa área de abrangência pra outros municípios, a fim de se conseguir público para desenvolver trabalhos comunitários....

(...)A gente está tentando fazer com que ele mude ...daquela costume dele plantar só cultura de subsistência e passar pro plantio do urucu...maracujá...citros...murici...e também a pimenta do reino, pra ...ver se com isso a gente consegue fixar mais ele, no campo, na propriedade. Está sendo muito bom esse trabalho, inclusive já conseguimos muita coisa com isso. A gente tá orientando esse pessoal direitinho, inclusive conseguimos uns projetos através da SUDAM, de financiamento dessas culturas, pra ver se muda né?

(...)Não é...plantio em grande escala, não... desde que ele plante o mínimo que for, é negócio. Por exemplo de 50, 100, até 200 pés de pimenta, essa é a faixa do pequeno produtor(...). porque aí ele aproveita a casca de mandioca, resto de beneficiamento da própria cultura dele pra fazer a adubação dessa pouca pimenta.E, assim ele vai... não pode fazer muita coisa, porque ele é totalmente descapitalizado. O máximo que ele consegue é isso.

...Esse plantio de urucu, aqui, na nossa região, a gente já vem desenvolvendo há uns oito anos(...)de formas que já estamos com uma área em torno de 600 ha de urucu plantado...a comercialização é feita com os intermediários (...) porque é produto considerado de exportação. [Por ser] uma planta rústica, se adapta bem na nossa região, não requer muitos gastos. Não existe problemas ...de pragas, e doenças, tudo isso facilita. Para o pequeno produtor é uma das opções...Mas sempre ele planta um pouco de arroz, um pouco de milho, um pouco de feijão pra subsistência da família. Plantando essas culturas semi-perenes e perenes, ele aproveita a área já beneficiada e logicamente tem uma renda pro futuro,né? (...)Sem ir ao Banco, porque Banco, hoje em dia....

(...) Maracujá tá sendo praticamente implantado... de dois anos pra cá (...) por causa do incentivo da AMAFRUTA que faz o contrato com o pessoal, pra garantir a compra. Nós estamos começando, em torno de 10% desses pessoal já plantam maracujá.

Agora, pimenta-do-reino... 40% desse pessoal já planta pimenta, em pequena escala, em Igarapé-Açu... A gente já trabalha com pimenta-do-reino [há uns] doze anos. Os citros, também, nós estamos começando, 15% das famílias já possui pomarzinho de citros...

Murici, é uma cultura que (...) nós sempre plantamos, em pequena escala. Daí uns... quatro anos atrás, nós tivemos início de incentivo, através de financiamento pelo Banco do Brasil. Então, começou a se fazer plantio... em grande escala. O murici é comercializado... diretamente com as feiras de Castanhal e Belém.

A cultura do algodão é uma cultura de ciclo curto; Igarapé Açu já foi um dos maiores plantadores de algodão. Devido problemas com a comercialização, nós reduzimos a nossa área. Chegamos a plantar até 6 000 ha de algodão. Agora tamos plantando na faixa de 2 000 (...) Nós estamos retomando a cultura do algodão, é uma das culturas que mais beneficia o pequeno produtor. Porque ele emprega, principalmente a mão-de-obra familiar, é uma cultura que mais vem rendendo, dando condições de... melhoria da família. O algodão... tem uma grande ajuda da CIANEI... ela fomenta, financia a parte de insumos, de defensivos para o pequeno produtor, para ser pago na época da comercialização, (...) e nós entramos com a parte de assistência técnica. Cerca de 50% do nosso produtor planta algodão(...)

O sistema é de rotação de cultura, a gente planta arroz, milho, no inverno, no início das chuvas, e quando colhe o arroz, o milho, aí, aproveita área e planta o algodão ou feijão. (...) é único meio [do agricultor] cobrir o período anual, de ter no final do ano uma melhoria de renda. (Entrev 004, técnicos da EMATER, município de Igarapé-Açu).

O trabalho de assistência técnica sediado em Igarapé-Açu estimula o plantio de culturas perenes e semi-perenes, em meio a roça de subsistência, com bons resultados há mais de dez anos. Mas isso não garante a permanência dos colonos no local: lotes são vendidos para formação de fazendas, obrigando a empresa de assistência técnica a mudar sua área de atuação, abrangendo mais municípios, para obter mais público.

A opção pelo produtor familiar por parte do principal órgão extensionista chegou tarde demais, ou a chegada das fazendas na Bragantina seguiu um ritmo muito intenso, e avassalador, resultado de uma política muito mais influente, como a dos incentivos fiscais?

O dinamismo comercial demonstrado no caso do maracujá e do algodão, é devido, basicamente, à demanda de duas indústrias, as quais, pelo fácil acesso rodoviário proporcionado pela Bragantina, alcançam os colonos, estimulando-os a produzir. Não se tratam em si de políticas. No caso, as políticas estão referidas à assistência técnica e extensão rural, conforme são desenvolvidas pela EMATER, que permitem o acesso ao colono e informações sobre as propriedades. Além disso, a uma certa infra-estrutura de estradas, já implantada na Bragantina.

De qualquer maneira, esse dinamismo observado para determinados cultivos, que se valem do trabalho de extensão para chegar aos colonos, deve ser visto no contexto das peculiaridades da Bragantina. É evidente que são procedimentos comuns ao sistema do produtor integrado, que se viabilizam através de produtores familiares, e que, por isso mesmo, explique o fato dessas indústrias estarem sendo atraídas para a Bragantina: para disporem da articulação com os produtores familiares. Não se tratam de políticas estatais diretas, mas indiretas.

No município de Santa Isabel, os extensionistas falam:

"Dá para fazer muita coisa num lote de 25ha. ...a realidade daqui da região... de Santa Isabel. É uma região ...onde vários órgãos incentivam o pequeno produtor: a SUDAM, com o Programa de Produção de Alimentos, a

LBA, com o Programa de Apoio às Iniciativas Informais... juntamente com Prefeitura e EMATER Isso faz com que os agricultores tenham várias opções.

(...)Uma das razões de estarem cultivando ainda mandioca...além do consumo familiar, é esse incentivo de melhoramento de casa de farinha, e suporte alimentar pra criação de suínos... O maracujá, é a cultura básica atualmente daqui da região...a gente vê produtor que trabalha com mandioca há dez anos e nunca melhorou de vida...e [com o] maracujá, produtor que tem um, dois anos já melhorou de vida...Em virtude da AMAFRUTA, uma empresa que nós temos aqui, que dá todos os incentivos...fornecimento de mudas...a EMATER entra com assistência técnica.

(...)O importante para o produtor é a comercialização e a AMAFRUTA facilita isso, indo buscar a produção na propriedade do produtor. E atualmente, o maracujá é a cultura que ...mais renda traz ao produtor.

Então, todos esses tipos de incentivos fazem com que o produtor esteja abandonando o arroz... feijão, milho...a produção é muito pouca atualmente... [e se dedicando] à parte de frutas, do maracujá, do mamão, né, ...da hortaliça...em virtude desse apoio que têm de vários órgãos. A gente fala atualmente, porque... amanhã a AMAFRUTA pode deixar de incentivar.

A pimenta-do-reino...Santa Izabel já foi o município que mais produziu pimenta do reino...há uns dez anos. Em virtude do ataque da fusariose, as áreas foram todas eliminadas...agora, tá retornando esse plantio.

Hoje em dia o pequeno produtor é prioritário [pra EMATER]. Os agricultores começam a despertar, para o trabalho em grupo, o trabalho e o desenvolvimento de comunidades. Antes, eles não pensavam em termos de organização da comunidade, e hoje em dia já pensam nisso. ...tem plantio de três mil pés de maracujá, tudo em grupo!

Como dificuldade ...que a extensão enfrenta, é que os produtores da área, não têm terra própria. Então eles não têm por onde expandir a agricultura. Essa área daqui, de vila do Carmo é assim: o pessoal não têm seus lotes. Porque as grandes fazendas vieram por trás, até que se aproximaram, chegaram ao ponto de o pessoal daqui, da vila, ficarem sem suas áreas de terra. Uns venderam e outros... quando foram acordar, já estavam sem as terras. Já tava tudo loteado!

Aqui mesmo na área de Vila do Carmo, só com trabalho comunitário, já tem plantado 3 000 pés de maracujá; tem avicultura; iniciaram um trabalho com pimenta-do-reino, e já têm três mil pés de pimenta-do-reino, com financiamento da SUDAM e LBA. Tem esse Centro Comunitário aí, que foi um financiamento do FUNDEC (Banco do Brasil). Aqui funciona já o Projeto Casulo, que é a creche rural, tudo através desse trabalho comunitário.

Acontece muito [do lote de 25ha] ser dividido]. Em Benevides, tem produtor que ficou com 6ha de área... Mesmo assim, não tá toda plantada. Por isso acho que... vin-

te e cinco hectares é mais do que o suficiente para o pequeno produtor... Ele não chega a cultivar nem a metade... Talvez quatro, cinco hectares no máximo, que cada família cultivava. O problema é a mão-de-obra, que não tem... sendo mão-de-obra familiar, não tem condições de trabalhar diretamente com uma área maior(...)

O maracujá... incentivado pela AMAFRUTA, começou por nós, através de um trabalho de grupo com doze famílias, atualmente já tem uma média de... de 10ha plantados, e famílias de pequenos produtores que plantam... 500, 800 pés.

Existe uma preocupação nossa de diversificação nas culturas. Os produtores já viram muita divulgação sobre o urucum, devido a associação que foi criada, e eles já estão perguntando... porque aqui nessa área, ninguém trabalha com isso. É uma preocupação nossa, de não deixar que o produtor deixe de plantar pro consumo, a mandioca, o feijão, o arroz, na área onde têm condições de plantar

Antigamente, o nosso agricultor era muito (...) mais resistente à aceitação da orientação técnica. A gente chegava lá com alguma inovação, naquela cultura que eles plantam: mandioca, arroz... eles achavam que... eles mesmos sabiam melhor, então eles esperavam alguém fazer, iniciar, pra ter um resultado, pra depois ele aplicar.

Atualmente... com os produtores antigos, aqueles mais velhos, ainda existe essa resistência. Na nossa região, pra introduzir o maracujá, nós tivemos que fazer um trabalho de grupo, pra ele ver que realmente o maracujá produzia, pra ele aceitar. Então esse trabalho começou... há uns três anos. Agora, no fim do ano passado, eles já... começaram a plantar, mas existe resistência.

Hortaliças, na região aqui da Areia Branca, na beira da estrada, é a maior produção de hortaliças, talvez daqui do Estado. Tem a facilidade de comercialização, pois eles vendem pras feiras dos municípios de Santo Antônio, de Benevides, Belém, Ceasa... No início a colônia japonesa veio e se instalou justamente ali. Então esses agricultores que atualmente trabalham com hortaliças, já foram empregados... desses produtores japoneses. Ganharam experiência no cultivo e... depois que eles deixaram a mandioca, o milho, arroz, eles passaram a cultivar hortaliças.

Não existia [trabalho comunitário] a não ser aquele feito pela Igreja Católica, sabe? Aqui em Santa Isabel, o "Voltando a ver" da Cáritas tinha um trabalho de voluntários nas colônias. Cada colônia tinha um grupo com uma coordenadora e grupos de senhoras... toda dona de casa participava... e recebia alimentos. Ao mesmo tempo, a Cáritas também dava orientação sobre nutrição. Na EMATER... a gente era muito solicitado para participar, pra dar curso sobre... nutrição e saúde.

Hoje tá se tornando mais fácil a gente organizar um trabalho comunitário. No Programa de Produção de Alimentos, da SUDAN, a gente já tá... encontrando mais facilidade de organizar um grupo de doze, pra trabalhar em conjunto...

Na nossa região...eles vivem muito...do extrativismo. Por exemplo, do carvão, da venda da lenha, e muitos deles são empregados. Normalmente o pai, é empregado da DENPASA e das fazendas. E quem trabalha na agricultura hoje em dia, é a dona-de-casa, com os filhos.

Tem uma questão muito importante aí. A gente tem uma missão: a Extensão Rural. O quê a Extensão Rural vai fazer, como agente de mudanças? É...orientar a comunidade. Agora, a gente...sempre questionou: a gente tá ali pra orientar, dar assistência técnica, mas muitas vezes o próprio produtor não tinha os instrumentos pra realizar aquilo. E o governo não dava, em contrapartida, condição dele desenvolver aquela prática, que a extensão orientava... Hoje, você vê o governo complementando essa outra parte.

Mas, se o governo der recursos pra...aplicar numa casa de farinha comunitária, e se eles não tiverem o espírito comunitário desenvolvido, pode mandar dez milhões de recursos aí, prá um, que não tem jeito

E em Santa Isabel, o Prefeito desenvolve um trabalho voltado pra agricultura. Ele tem adquirido áreas, pela Prefeitura, pra desenvolver os Centros Comunitários. E tem se preocupado em incentivar o pessoal a ficar nas comunidades, dando-lhes infra-estrutura: água, luz, educação. E na agricultura ele incentiva... todos os programas, inclusive esses programas que chegam ao município, pra agricultura, da SUDAM, da LBA, etc." (Entrev. nº 022, técnicos do Escritório Local de Santa Isabel da EMATER)

As inovações aparecem fragilizadas, num equilíbrio precário. Desde o comportamento da empresa compradora do maracujá ("...amanhã a EMAFRUTA pode deixar de incentivar") e o risco de novas pragas, até as reações dos colonos. Se os moradores da beira do rio, mais apegados ao cultivo exclusivo da mandioca e às tradições, resistem às inovações incorporadas na proposta extensionista, os que estão mais relacionados com vilas e cidades mostram-se bem mais atentos às inovações e ao dinamismo da comercialização. Uns e outros compõem o público da EMATER. Tanto em termos de inovações, quanto de relações com o mercado, nenhum teve ação mais renovada que os colonos ex-assalariados de agricultores japoneses: assimilando as práticas do cultivo de hortaliças, eles integraram-se ao mercado, através desse culti-

vo. Para isso não houve qualquer política, de financiamento ou assistência técnica.

Se diversos fatores parecem dificultar a ação da assistência técnica, é possível reconhecer que, sem o crédito rural, os técnicos parecem estar mais próximos dos colonos, em suas diversas experiências de vida e trabalho. Estão propondo o maracujá, as hortaliças, casas de farinha comunitárias, mamão, mas estão percebendo que das experiências passadas dos colonos brotam as desconfianças, as incertezas, tanto quanto as práticas de associabilidade e trabalho comunitário.

A atuação ininterrupta de órgãos não é garantia de adesão imediata dos colonos às novas propostas. Mas para a EMATER, pioneira no trabalho e permanência no meio rural, é uma oportunidade de somar esforços, assumir a própria proposta, avaliar-se.

A chegada das fazendas significa a expulsão de colonos, pois seus lotes são comprados pelos fazendeiros, geralmente pessoas de fora da região. Os extensionistas testemunharam esse processo e o vêm como ameaça à manutenção do produtor familiar. Mas tanto a política de assistência técnica quanto a política de incentivos fiscais para atividades agro-pecuárias foram definidas pelo governo federal, no mesmo período (1965 e 1968, respectivamente). Ao destacar esse aspecto, na área de influência do município de Castanhal, o técnico vê uma saída para o colono proprietário de terra, a defesa de seus interesses através de associações. Processo irreversível, a chegada das fazendas segue políticas, e se não há políticas específicas para o pequeno produ-

tor, ele não consegue, isoladamente enfrentar esse tipo de concorrência. Eis a análise do técnico:

"Castanhal é um município que centraliza tudo e os moradores de hoje vieram de outros municípios vizinhos. O crescimento da agricultura acompanhou o crescimento urbano, que foi muito grande nos últimos anos. Só que aumentou o tamanho médio das áreas e diminuiu o número de proprietários. É que alguns cultivos necessitam de pouca área. Mas quando passou para a pecuária de sistema extensivo, aí começou a surgir o interesse em áreas maiores.

Agora só se vê fazendas... e há oito anos ainda se via a roça! Hoje, quem planta mamão em Castanhal? O agricultor que já está saindo da situação de pequeno produtor....

Poderia haver um trabalho, em termos de políticas agrícolas, no sentido do pequeno produtor abastecer o mercado interno. Mas não há políticas adequadas: querem tratar o pequeno, como quem trata o grande!

É grande a dificuldade de levar propostas de apoio ao pequeno produtor para outras instituições. Quando a EMATER estava iniciando as discussões com a CEASA, com a Prefeitura, e com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, para a criação da Feira do Produtor de Castanhal, deu para sentir muito bem isso: não há conhecimento das particularidades do trabalho do pequeno produtor. E a Feira do Produtor foi uma proposta que surgiu com base nas dificuldades de comercialização que atingiam seriamente o pequeno produtor.

Por isso acho que o pequeno produtor precisa de organização para competir, de associações representativas. A questão mais séria da pequena produção está na falta de organização de quem produz: ela poderia competir de forma organizada, principalmente na comercialização. Ela tem a prática do mutirão...mas o mutirão, eles fazem para a produção, não para a venda.

Com a chegada dessas fazendas ao município viu-se a desorganização do colono, ele sentia-se impotente, sozinho, sem apoio, e vendia o lote. Alguém pesquisou isso e mostrou que os moradores da periferia da cidade são os colonos que perderam terra. Mas já existe a experiência da resistência, eles já não estão vendendo terra assim fácil, não..." (Escritório Regional da EMATER de Castanhal)

Os técnicos tem às vezes oito, ou dez anos de prática, podem contar a história da assistência técnica, mas não se mostram confiantes nem animados com o próprio trabalho. Compartilham com as políticas agrícolas, na medida em que as imple-

mentam, mas não as formulam. Frente ao colono eles são a voz e a prática dessas políticas, mas muito antes deles as políticas se expressaram por outras vozes. As políticas extensionistas são a expressão das intenções governamentais de um tempo frente aos agricultores. Que intenções são essas?

Definidas pelo governo autoritário do pós-64, a política extensionista foi centralizada no órgão federal EMBRATER, criado para articular as EMATER estaduais (denominada inicialmente ACAR), e essas implementavam as práticas de assistência técnica e extensão rural. A perspectiva da modernização agrícola, associada ao crédito rural, orientava essas práticas. Politicamente, o objetivo era seletivo, de identificação do "produtor modelo", e de financiamento dos produtores aptos para o crédito, no objetivo de criar uma classe média no campo.

Com a transição democrática, o trabalho extensionista tornou-se mais sensível às comunidades de agricultores, suas demandas e possibilidades. Essa reorientação foi decorrente da retração do crédito rural, e da redefinição de atuação de órgãos como a SUDAM e LBA. Ao longo do período, essas distintas e sucessivas feições da política extensionista podem ser vistas como decorrentes das distintas intenções governamentais.

Técnicos do Banco do Brasil da Carteira de Crédito Rural apresentam sua proposta específica para comunidades rurais, em reunião na Colônia Macapazinho, em Castanhal. Num segundo momento, na agência do Banco, em entrevista mais direcionada para o próprio trabalho, eles falam do pequeno produtor como cliente, e da atuação do Banco frente ao agricultor.

Nós estamos aqui, na Agrovila de Macapazinho, pra tentar expor as condições de financiamento do FUNDEC. É um programa que o Banco tem de ... auxílio às comunidades carentes de todo esse país. O Banco do Brasil, ... observando as grandes dificuldades que o pequeno produtor rural tem, nas pequenas comunidades, ele criou esse programa do FUNDEC destinando 2% do lucro líquido de cada semestre do Banco para aplicar nas comunidades rurais.

Ele visa com isso evitar que os pequenos produtores se desloquem para outros... grandes centros. Então isso aí é uma preocupação grande pra nós, porque o pequeno produtor ao sair de sua propriedade, ele sente dificuldade de encontrar emprego nesses grandes centros, e as vezes volta...

Então o Banco do Brasil... recolhendo encargos financeiros do produtor rural, achou achou melhor devolver esses recursos aos pequenos produtores para que eles produzam na sua comunidade e venham alimentar os centros.

Aqui, nessa micro região Bragantina e também do Salgado nos temos o... nosso primeiro financiamento do FUNDEC, feito na comunidade de Vila Terra Alta, município de Curucá, onde nós partimos do início; lá não tinha associação... praticamente, a comunidade era desmotivada para qualquer trabalho comunitário. Nós chegamos com o FUNDEC, e conseguimos com muito esforço, criar associação e tentamos motivá-los a que eles construíssem, trabalhassem, em regime de mutirão, que aqui no norte do país é uma situação bastante difícil pra gente, principalmente quando a gente tenta iniciar um trabalho dessa natureza.

Nós conseguimos fundar a associação, o pessoal construiu um mercado comunitário que é uma beleza, nem na própria sede do município tem um mercado igual ao de Terra Alta, construído com quinhentos e vinte mil cruzados. O Banco do Brasil financiou o material, e a comunidade no seu trabalho de mutirão, muitas vezes o pessoal deixava seu lazer, e ia pra lá à noite toda trabalhar. E todo mundo ficou satisfeito.

Os financiamentos, geralmente são feitos as Associações Comunitárias, já regularizadas, ou a regularizar, (nesse caso nós também, nos encarregamos de providenciar toda documentação) e são feitos, os financiamentos, justamente com a associação. Tem muita gente que fica com receio porque ocorrem problemas de falta de pagamento nas operações rurais... mas a gente não pode misturar operações rurais, estas operações normais que o Banco faz com estes recursos do FUNDEC.

Esses recursos do FUNDEC são financiamentos altamente subsidiados, com juros de 6% ao ano, e... correção de 30% da OTN.

Outra coisa também, é... tem muita gente que pensa que um projeto dessa natureza se vier a dar problema, o banco vai tomar a casa de um determinado membro da diretoria, vai tomar o terreno, não, absolutamente não, isto aí

não acontece porque o Banco faz financiamento com a diretoria da associação e não é unicamente com a pessoa física, uma única pessoa.

É... nós temos também, os prazos de financiamento que vão até de um ano até vinte anos que é o prazo máximo pra que seja pago esse financiamento. Nós temos carências que pode variar até dois anos, quatro anos de acordo com o rendimento do projeto que se

Na parte de financiamento dos projetos, o Banco do Brasil se prende mais, a construção de obras, porque ele vai marcar a presença de todos os órgãos, a gente vai fixar uma placa aí, isso permanece por muito tempo. Os técnicos que analisam não gostam de financiar caminhões, tratores, embora a gente com um bom choro, consiga este financiamento.

Se o Banco ajudar a construir uma situação que dê um pouco de comodidade nas pequenas vilas, logicamente ele irá ajudar que o produtor fique no seu local de trabalho e, melhorar desde a alimentação da família, a educação, a própria saúde dele e de seus familiares...

Essa preocupação é que levou o Banco a tirar uma parcela do seu lucro, semestralmente, pra essas comunidades. Agora vai depender de demonstrar interesse, escolher o que achar que é prioritário. Não adianta fazer cinquenta pedidos de uma vez, se a gente ainda não trabalhou com vocês. Então, só pede o que for estritamente necessário.

Ultimamente com os altos encargos financeiros que o banco vem cobrando dos pequenos agricultores, eles se afastaram um pouco dos financiamentos junto aos estabelecimentos de crédito. Devido esses altos encargos financeiros, basicamente agora os financiamentos estão afetos mais aos grandes e médios produtores, principalmente em cultura de pimenta-do-reino, dendê, que vem tendo uma expansão muito grande na região. Os pequenos produtores, basicamente cultivam mais a cultura de subsistência: arroz, milho, mandioca. Ultimamente as empresas de assistência, no caso, a EMATER, vem dando uma importância toda especial a essas classe de produtores. Não só a EMATER como também o Banco do Brasil, que observando o afastamento dessa classe, desenvolveu um programa que tem o apoio de outros órgãos, (inclusive da EMATER, e EMBRAPA) no sentido de promover uma ação integrada de apoio ao desenvolvimento à agricultura do nordeste paraense."

As propostas de financiamento subsidiado, como o programa FUNDEC, precisam de muito esclarecimento e do empenho pessoal de gerentes e técnicos da Carteira de Crédito Rural, pois são confundidas com financiamentos prejudiciais ao agricultor. Num momento de total afastamento dos agricultores familiares do

Banco, pelos juros altos, é difícil convencê-los a fazerem uso de recursos bancários. Daí a fala clara, didática, animadora dos técnicos, frente ao público comunitário.

Mas a reação desconfiada deles pode fazer lembrar que eles ainda têm, como referências, os prejuízos que muitos tiveram, quando experimentaram a condição de clientes do Banco. Pode lembrar mesmo que, como clientes do Banco, os colonos são uma ficção, já que há tempos eles se encontram impedidos, pelos altos juros de arriscar qualquer financiamento. Além disso, envolver-se com financiamento bancário traz a idéia de arriscar-se a perder o que conseguiram por herança, a terra.

Financiamento para associações comunitárias, pode ser uma política bastante expressiva dos tempos de transição democrática, mas como alternativa, ainda não convenientemente assimilada pelos potenciais destinatários. Mais uma vez o diálogo se mostra difícil, um desencontro entre políticas e colonos:

NOTAS DO CAPÍTULO 3.

(1) Importante movimento de reivindicação e protesto ocorrido de 1835 a 1840, analisado recentemente como revolução popular por Pasquale Di Paolo (Paolo, 1986), divergindo ao tratamento de motim político dado por Rayol (Rayol, 1970), contemporâneo aos acontecimentos. Os "cabanos" - em alusão às cabanas, onde viviam no interior paraense - eram nativos, legítimos representantes da miscigenação que conferiu, na Amazônia, forte marca cultural indígena à população. A revolta partiu dos nativos, contra a forte opressão do colonizador português. Teve o caráter de luta armada intensa que se originou no interior e chegou a tomar o poder, na capital da Província, por duas vezes.

A repressão do Governo Imperial foi brutal, e, somada à violência e repetição dos confrontos, atingiu o impressionante número total aproximado de mortos: 30 000 cabanos e 10 000 legalistas, para uma população de 112 109 hab em 1827 e 109 960 hab. em 1940 no Pará (Santos, 1980, 317), referindo controvérsia e escassez de dados.

Para Pasquale Di Paolo, uma das derrotas da própria revolução foi o clima de "terra arrasada" após os confrontos: lavouras abandonadas, lavradores transformados em aguerridos revolucionários armados, a vida social restrita, durante vários anos, aos esforços e rotinas de guerra, disseminados pelo vasto interior. Esse clima prejudicou os próprios revolucionários, na manutenção do poder tão duramente conquistado, e configurou a grande perda para a Província, no momento da revolução e mesmo nas décadas seguintes, que interessam a esta pesquisa.

De fato, as mortes do período, junto à derrota da revolução cabana, foram uma grande perda. Se for considerado, por exemplo, o conjunto dos esforços seculares de ocupação da Província, através das tentativas de disseminação de atividades produtivas, de conquista do território, que culminam com a "terra arrasada" de 1835-40, verifica-se o revés histórico: nem o audacioso sonho cabano de eliminar a tirania dos colonizadores e garantir espaço social, econômico e político para os pobres, nem o êxito na ocupação buscado pelos colonizadores. Os impasses sociais, econômicos e políticos perduraram, apesar da "ordem" imperial duramente implantada.

O registro desse período, através da memória popular (Thorlby, 1987) é um indicio do enraizamento social dessa experiência, apesar de todo o esforço repressivo tanto na eliminação efetiva dos cabanos, quanto na omissão da historiografia oficial e do ensino de História em ocultar os fatos da avaliação das gerações imediatamente posteriores. O esforço de Pasquale certamente evidenciou um tempo de novas interpretações sobre a história e política regional.

(2) Sobre as consequências da Lei de Terras de 1850 na Amazônia, convém acompanhar uma passagem de Roberto Santos (Santos, 1981:8): "Foi assim que veio à luz a Lei 601, de 18 de setembro de 1850, do Governo Imperial. A vigência dessa lei iria possibilitar, pela primeira vez na história da Amazônia, uma moderada ascensão social do posseiro extrator, à proporção que lhe legitimava juridicamente a posse e num momento em que as condições econômicas eram excepcionalmente estimulantes para a atividade extrativa de base familiar: formara-se externamente um mercado mundial de borracha, e eram de início as classes populares da Amazônia que se dedicavam a produzi-la (o Autor refere aqui Spix-Martius). Enquanto os grandes proprietários, afetados após a Cabanagem e a cessação do tráfico de escravos por um agravamento da escassez de mão-de-obra, desejavam atrair produtores do setor de subsistência através de contratos salariais ou de parceria, esses trabalhadores preferiam a produção de borracha em terrenos mais distantes. Barbara Weinstein descreveu cabalmente esse processo e mostrou a razão pela qual a elite da Amazônia, antes do auge do "ciclo da borracha", criticava uniformemente o extrativismo e exaltava a agricultura, inclusive a pequena agricultura de base familiar - uma posição relativamente progressista e que, antes dessa autora, parecia difícil de compreender numa classe dirigente que convivia com a escravatura (o Autor refere Barbara Weinstein)".

É curioso acompanhar o tema do surgimento e expansão do camponato na Amazônia, com o Autor, vendo na Lei de Terras o instrumento que permitiu tanto a legitimação dos latifundiários, quanto a posse dos camponeses. A citação que destaca as ligações da elite paraense com a agricultura reforçam, ou instigam questionamentos aqui perseguidos no caso da colonização, que se por um lado a vêm abrigada e estimulada pela Lei de Terras, por outro a percebem ajustada às propostas da elite na Província. Não foi possível conhecer o trabalho de Barbara Sue Weinstein, referido pelo autor (Prosperity without Development: the Paraense Elite and the Amazon Rubber Boom, 1850-1920. Tese de Ph.D., Universidade de Yale, maio, 1980, xerox), a não ser o artigo: Pará "versus" Amazonas, extraído do capítulo 7 do livro: The Amazon Rubber Boom, 1850-1920, Stanford University Press, 1983 e publicado na Revista Estudos Econômicos, IPE/USP, vol 15, nº 2, 1985.

(3) - A pesquisa referente ao período nov/1886 até 18/09/1889 foi feita nos Relatórios micro-filmados da Biblioteca Nacional, mas as cópiass foram omitidas de um conjunto maior; solicitadas outra vez, não foi possível obtê-las pelo mesmo motivo das demais: falta de papel para cópiass eletrostáticas, etc.

(4) - A partir do início do governo de Paes de Carvalho e até a Revolução de 1930, o material pesquisado não pôde ser mais copiado, por falta de recursos na Biblioteca Nacional para fornecer cópiass de micro-filmes, como era rotina. A alternativa de aguardar para que isso fosse resolvido como a Biblioteca esperava resultou até aqui insatisfatória.

(5) - O Relatório do Governador Magalhães Barata constitui-se num dos raros documentos de sua administração, além de discursos. Foi localizado na Biblioteca Nacional, entre documentos raros aguardando micro-filmagem (BN,RJ,nº 353.913 R 382). É um documento importante por expressar um pouco das políticas de Magalhães Barata que, por ter sido um interventor e ter ficado no poder o tempo que nenhum outro governante ficou, ao todo, mais de 10 anos (como interventor, de 1930 a 1937, depois, de 1944 a 1945, retornando em 1955 como governador eleito, não concluindo o mandato pela sua morte em 1958). Sua vida política é marcada pelo ímpeto da liderança carismática, com atitudes bastante registradas no folclore político a seu respeito, que impedem o exame de ações e de políticas, em seu conteúdo. Uma fonte importante que poderia complementar este Relatório é o conjunto de leis, decretos, etc da época.

(6) Construída por particulares com financiamento do governo provincial, a E.F.B. foi encampada pela Província em 1886, antes de sua conclusão, que só se daria em 03.05.1908. Em 1900 o Governador Paes de Carvalho tenta arrendá-la como forma de melhor administrá-la. Em 1901, seu sucessor, Augusto Montenegro consegue financiamento para terminá-la e mantê-la sob o governo do Estado. Em seu segundo mandato, em 1921, o Governador Lauro Sodré propõe a encampação da E.F.B. pelo governo federal. Nessa ocasião, segundo o já citado Relatório de Magalhães Barata, "foi encampada pela União e pagou o empréstimo que havia sido contratado especialmente para construção e em seguida arrendada ao próprio Estado". Em 1936 o interventor Magalhães Barata consegue a alienação dela ao Governo federal, ou em suas próprias palavras "obtive que o governo federal tornasse à administração dessa estrada, em vista das condições precárias em que a havia encontrado, e não permitirem as condições financeiras do Estado de então que este levasse a cabo as reformas que se impunham em seu material fixo e rodante". O governo federal manteve a E.F.B. por 29 anos, sem ampliar, e a extinguiu em 1965.

IV - OS COLONOS CONTAM SUA HISTORIA.

IV.1- A CHEGADA DOS IMIGRANTES.

Os colonos mais velhos das antigas colônias da Bragantina relatam as experiências de seus pais e avós, muitos deles imigrantes de primeira geração. Por esses relatos é possível saber que os desbravamentos e a ocupação da "estrada", como era chamada a região em torno da Estrada de Ferro de Bragança, passaram por movimentos, seguindo os rumos das políticas implantadas no Pará e de acontecimentos exteriores ao estado e à região, como as cíclicas secas no Nordeste.

Se os franceses chegaram em Benevides em 1875 e os espanhóis, em Bragança, em 1894, a chegada dos nordestinos teve vários fluxos, reforçando a mesma corrente migratória.

MM narra episódios da vida de seu pai que veio do Ceará para o Amazonas, e depois para a Bragantina, onde se fixou. Ele lembra que, por volta de 1920, seu pai ganhou terra no local onde seria criada a Colônia Iracema, onde foi morar e trabalhar com mulher e filhos pequenos, um dos quais o informante. Seu relato sobre a aventura do pai lembra os desbravadores solitários em regiões inóspitas, apesar deles terem residido a menos de 30 km da Estação de Castanhal, na Estrada de Ferro de Bragança:

"A agricultura de antigamente... eu já encontrei só uma ponta. Mas os mais antigos do que eu, esses encontraram, pegaram foi no grosso mesmo... Era a maior dificuldade do mundo, aqui não existia estrada de rodagem. Era só um caminhozinho do cavalo andar. O camarada trazia a carguinha de farinha ou de arroz, ou de milho, botava em cima do cavalo, tocava pra Castanhal, outra hora ia pra Santo Antônio, outra hora ia pra Apedú, ou pra Americano, tinha deles que ia até pra Santa Isabel... E todo canto que chegava era ruim, não valia nada!

"O trajeto de nós não foi esquisito? ... Só se plantava com dificuldade na vida. As pontes pros animais trevessar: aqui, acolá, um animal caía com a carga de cima. Ixe! era um tormento pior da vida! Tempo chuvoso, que nem agora, tinha deles que nem encerado pra cobrir a carga podia comprar.

Eu vim de Castanhal pra cá. Quando eu cheguei aqui, isso aqui de um lado e do outro era só legume novo! Na beira da rodagem, mais para dentro um bocadinho, era só mata... mata mesmo! Nós morava ali na Travessa do Seis. Meu pai não tinha recurso, então ele fez uma rocinha com os menino, na mata, e de noite não dormia, fazendo fogo e pastoreando nós e a onça resmungando em redor da barraca... Quando era de manhã, ele ia pro selvíço morto de sono, porque ele não podia dormir não, a bicha fazia um resmungo mais desgraçado do mundo no aceiro do roçado, mas o roçado bem pequenino... A barraquinha no meio, era só rodeada de pau, não tinha parede, não tinha porta, não tinha nada, era nós e era todo mundo desse jeito". (M.M., entrev. nº 009, Col Iracema, município de Castanhal-Pa)

ABS, também morador da colônia Iracema, procura reconstituir a história de seu pai e a predominância da mata pre-enche o relato.

"Bom, meu pai contava que quando eles chegaram, eles moraram em Castanhal. Começaram surgir essas terras pra cá, né? Tudo era mata. Ele contava que vinha de Castanhal, ele com o irmão, saíam de lá dia de segunda-feira de madrugada, só na mata, até aqui. E aqui tava demarcado justamente pra fazer a... a Colônia de Iracema. Eles se assituaram num terreno que tinha, logo aqui próximo à vila. Ai começaram a trabalhar, foi o tempo que cada qual foi alocando suas terras, foram... acabando com as matas, só com esse negócio de roçado pra plantar mandioca, arroz, essas coisas.

Ai depois ele casou-se, voltou de novo pra Castanhal. De Castanhal ele voltou pras Quatro Bocas de Curuçá, e de lá ele veio pra Iracema de novo. Justamente foi donde nós acabamos de se criar, trabalhando junto com ele."

(ABS, 57 anos, entrev. nº011, Colônia Itacema, município de Castanhal-Pa)

O que mais o projeto de colonização oferecia, a não ser a "terra cortada"? Ramais e travessas medidos e abertos na mata, pelos funcionários do governo; a distribuição feita aos interessados para a exploração, conforme as próprias condições. E essas condições, para muitos, restringia-se à força dos próprios braços, com a ajuda da família, frente à mata.

A mata era tão desconhecida quanto atraente: árvores e chuva abundante davam idéia de potencialidades e prometiam fartura. Vencer a mata, porém, era o primeiro e grande desafio. A fartura das promessas e dos sonhos dos imigrantes viria após o domínio da floresta?

Ao longo da Bragantina os procedimentos mínimos de apoio à colonização não foram regulares. Se os lotes estavam disponíveis, as condições de transporte para as cidades não passavam de simples caminhos para os comboios de animais. Aos colonos se ofereciam possibilidades a serem trabalhadas: mata a vencer, lotes e caminhos a abrir.

Mas, a colonização prossegue na construção da estrada-de-ferro, no preenchimento das ocupações na própria EFB, e na implantação da infra-estrutura urbana, atendendo ao crescimento das vilas.

Um dinamismo vai se estabelecendo nos núcleos decorrente do próprio ideal de reconstrução social e econômica que acompanha os imigrantes - recomeçar, com o que se traz e nas condições encontradas. E aí recriam-se funções, transplantam-se profissões agrícolas e terciárias do Nordeste para a Amazônia.

No depoimento de C.A.C.F. o dinamismo das colônias Anita Garibaldi, Parada Setenta e Dois e da vila de Castanhal. Os parentes empregados como guarda-chaves, trolista e feitor e a atividade dos comerciantes.

"Vicente Amâncio, meu avô, veio do Rio Grande do Norte. Ele veio pra cá... trazendo quatro filhas moças, e um filho só, justamente o meu pai. Ele se localizou... na colônia Anita Garibaldi. As filhas casaram aqui, com nordestino, tudinho nordestino... Meu pai foi embora para o Acre, ainda solteiro. Veio um tio dele, um coronelzão, Coriolano do Carmo não sei de que, aí levou ele pro Acre, ele foi trabalhar em seringal. Depois ele baixou, em 1916 e aqui veio, casou-se, e voltou novamente em 1917 já levando a mamãe. Nessa ida ele não foi mais pro seringal, ele foi trabalhar por conta própria na agricultura. Aí ele faleceu, passou só três anos lá e mamãe voltou comigo, veio pro meio da família.

Minha tia Maria Gomes também casou com um riograndense, o tio Pedro Lopes, eles se conheceram aqui no Setenta e Dois (parada de trem). O começo do meu tio Pedro foi trabalhando em carroça, era carroceiro e depois, quando foi fundada a Estrada de Ferro de Bragança, ele conseguiu emprego de guarda-chave... porque eles chegaram antes da construção da ferrovia, muito antes!

Minha tia Maria José era casada com Antônio Francisco, que trabalhou [na construção] da estrada de ferro, ele era... feitor da estrada de ferro. O meu pai foi trolista, [foi esse tio] Antônio Francisco que arrumou esse emprego pra ele de trolista, a estrada de ferro já tava aqui na Anhangá (atual município de São Francisco do Pará).

...Então vinha os "bichão" de Belém e... iam com o feitor, pra ver se eles conseguiam levar ele, aí nos ponto que eles queriam. Aí o feitor dizia: "bem, isso aí é com eles, se eles quiserem ir" e meu pai então fazia os biscatezinhos dele, ele mais o outro trolista... Era o feitor que andava nos troles... corrigindo os serviços, e carregando os... cassaco. Cassaco era o que cuidava do serviço ali da escavação, botar trilho, botar dormente, tudo.

No Setenta e Dois nessa época tinha a fábrica de arroz do seu Nino Oliverti, ele era italiano... Castanhal começou lá com a estrada de ferro, fizeram uma parada, então era lá... vige! Lá... já tava tudo cheio de famílias, tudo nordestino... é só o que veio! Vieram esses Flor... o velho João Correia, vieram tudo lá pra essa colônia Anita Garibaldi. Todos nordestinos, a zona aqui é toda nordestina, é riograndense e cearense, muito pouco pernambucano, um alagoano e um paraibano, o resto tudo é cearense e riograndense. Depois vieram tudinho pra Castanhal.

Meu tio Pedro ficou aqui em Castanhal com a família, mas os nossos avós foi na Anita Garibaldi. Meu avô era seleiro. Fazia sela, ele vivia disso, dessa profissão; lá no Nordeste, ele já era seleiro. Conheci ele sempre nesse ofício. Usei muita alpercatinha feita por ele, enfiada no dedo. Alpercata "de rabicho" que chamavam. Como meu avô... era seleiro, não ia se envolver com roca, né, [mas os outros] viviam lá mesmo na colônia, [botando] roca.

Era só mandioca que eles produziam, só farinha mesmo. Feijão, essas coisas só pro gasto. Nada, [de assistência do governo] nada, nesse tempo não tinha nada disso não, era "cada qual se faça"!

Os primeiros que vieram pra cá, eu não posso dizer nada. Mas sei que teve um Governador... que dava desde o talher [durante] seis meses pro camarada. Dava terra, dava comida, dava tudo pro camarada se fazer; isso eu sei, porque quando começou a estrada de ferro, foram construir aquela ponte do Marapanim, veio um operário que era casado com a tia da mamãe, e o governo deu a ele tudo, desde o talher. Ele foi convidado pra vir trabalhar na ponte, ele era serralheiro, ele teve tudo. [Era] cearense.

Agora, o meu padrinho Norberto, que é o pai dos Nagalhães, ele veio pra cá... por conta própria, ele era homem que tinha seus recursos, quando ele veio trouxe até gado! Ele montou um comércio lá... onde hoje é o Vigiência, ali era um comércio do meu padrinho Norberto. O meu avô tinha profissão, que era irmão desse Norberto, e portanto deles não posso dizer nada, porque eles vieram pra cá com recurso. Mas muitos vinham sem recurso algum e metiam-se nessas colônias e fizeram alguma coisa né? Só na roca, é!

[E as cargas trazidas] na costa do cavalo... os comboios chamado... trazia farinha pras vilas, pros armazéns, pros camaradas que compravam, tinham comércio aqui, então... os que vieram pra cá, que tinha dinheiro, chegaram aqui e começaram a negociar. O Maximino Porpino chegou aqui e começou a negociar (...). Eles eram paraibano! O velho Lemos também veio negociando, comprava cereais... e ia buscar a farinha nas colônias, tinha aqueles comboios de quinze, vinte cavalos, tudo com carga (...).

Vinham com algum recurso. Tinham de tudo. [E eram acostumados] a negociar, já tinham prática do negócio. O meu padrinho Norberto, ele tinha prática, ele... depois que ele veio pra cá, ele foi pro Ceará duas vezes. Chegava lá, se estabelecia, vendia tudo de novo, tudinho e voltava, era assim. Só quem nunca foi e voltou foi meu avô.

O primeiro prefeito de Castanhal foi o comandante Assis... quando Castanhal foi elevado a categoria de cidade... na época do Barata [interventor estadual em 1930]. A primeira vez que ele veio pra cá, foi fundado o Mercado, a eletricidade... e as escolas municipais, muitas delas aí pelas colônias, onde eu e muitas moças fomos lecionar... Pra mim foi bom prefeito! E ele foi prefeito de Castanhal duas vezes. A segunda vez por eleição, é uma prova que ele foi um bom prefeito, não?

Ele criou muitas escolas, e se interessava pelo colono, ele andava nas casas de farinha exigindo dos colonos que lavassem a mandioca, que zelassem, que fizessem tudo bem-feito. Então, deram o apelido pra ele de "Prefeito da Mandioca Lavada". Ele foi bom prefeito, foi!" (C.A.C.F., 75 anos, entrev. nº 121, Castanhal-Pa)

O dinamismo, na fase inicial, parece ter vindo das políticas - a construção da EFB e as ações governamentais em apoio aos núcleos. A Estrada de Ferro de Bragança proporcionou empregos tanto na fase de construção, que durou vinte e cinco anos, quanto no seu funcionamento. Cassacos, fornecedores de lenha para as máquinas do trem, maquinistas, guardas, etc foram recrutados entre os imigrantes, ou entre moradores da Capital. O depoimento de RCSS também fala desse início, em que as oportunidades são buscadas em meio às iniciativas públicas:

"Meus pais eram nordestinos. Meu pai veio casado com a primeira esposa. Ai ela faleceu; eu sou a mais velha do segundo matrimônio do meu pai. E minha mãe também era dessas ambiciosas no trabalho, casou com ele, ai formaram uma turma de ambiciosos pra trabalhar. Por isso que nós hoje temos onde morar.

Eles vieram de imigração - a seca que era ingrata no Nordeste. E ... foram forçado a vir. O Governador deu a passagem, eles vieram parar aqui onde nós estamos. Tudo foi aqui onde nós estamos conversando. O meu testemunho, eu dou aqui onde eu nasci, terra dos meus pais. E ai nunca ninguém saiu da agricultura. Minha mãe não sabia ler. Os pais dela tinham recurso no Nordeste, mas não era fácil de educar os filhos. E ela não queria que os filhos dela ficassem que nem ela. Ela ia pro roçado e mandava nós pra aula. Quando a gente chegava da aula, ia trabalhar. Nós nunca concluímos o curso primário, por causa da falta de condições. Então tudo trabalhava em casa. Nós nunca soubemos o que foi necessidade de nada. De nada. Nós não tínhamos luxo. Que o papai era assim prevenido.

Quando meu pai chegou, fazia pouco tempo que tinha sido inaugurado [o trem], em Castanhal, foi no dia 15 de novembro de 1904. Ai seguiu [a construção]. Era tudo feito a braco. Meu pai não trabalhou na estrada de ferro. Já tinha trem, ele tirava lenha pra fornecer pras máquinas do trem.

O Pará foi construído pelos nordestinos. Isso começou em 1908, quando papai veio pro Pará. Ai, traba-

Ihanduito... sempre tinha recurso pra se locomover, pra procurar as melhoras (...). Semi-analfabeto, que o meu pai era. Ele chegou, era braçal, foi puxar água pra tirar a goma, pra fazer a goma, pra vender, e tirar lenha pra fornecer pra estrada de ferro... Quando ele começou foi assim. Mamãe era testemunhá.

E aí depois, ele conseguiu as terras, o governo dava. Quando foi 1943 ou 42... ele comprou três lotes de terra por sessenta centavos. Fazia pouco tempo que tinha passado de Mil-Réis pra Cruzeiro." (RCSB, 64 anos, entrev nº 047, Vila de Americano, município de Santa Izabel do Pará).

DRQ narra episódios sobre a colônia Benjamim Constant, município de Bragança, onde ele nasceu, em 1939. Proprietário de muitos lotes, uns herdados e outros comprados de alguns parentes que saíram da colônia, ele narra esses episódios como um observador curioso frente às muitas transformações que sua vida lhe permitiu testemunhar. Seu avô foi imigrante espanhol, da geração que implantou e deu dinamismo à colônia Benjamim Constant, a partir de 1894.

A colônia teve a marca cultural dos espanhóis, e conheceu períodos de animação intensa e de fartura, a ponto de merecer um ramal da estrada de ferro, por volta de 1930, época em que seu tio dedicava-se ao comércio, comprando a produção local para vender em Belém. As atividades dessas duas gerações - a de seu avô espanhol e seu tio e pai de criação - são lembradas por DRQ:

"O primeiro proprietário desse lote foi o finado meu avô, Angelo Risuenho, dos dois, deste aqui e aquele lá... Ele era espanhol, essa colônia aqui foi aberta pelos espanhóis, é conhecida por "colônia dos espanhóis", eu sou neto deles... Começo deles aqui era plantar cana, e fumo também. Todos eles tinham casa de engenho, plantavam cana, alambicavam cachaca, faziam mel, rapadura, teve deles que também fabricava açúcar, não eram todos... Só tenho um avô que não era espanhol, mas era casado com uma espanhola. São

três avós meus, todos três espanhóis,, e desse avô por parte de mãe ainda conheci a casa de engenho deles.

Quando a finada mamãe adoeceu, que eles moravam aqui, na estrada do Cacual, no Urumajó, fica longe - daqui lá dá umas quatro léguas - ela teve pra lá, e eu era garotinho...tava com uns oito anos, mais ou menos, o engenho era tanguido a cavalo, puxado a boi, não era motorizado não, eu ajudava a tanger o cavalo no engenho, boi, me lembro bem...

Sempre as casas de engenho tinha trabalhador. Sempre teve esse pessoal que trabalhava assim, pros outros... o fumo também, viração de terra, naquele tempo não tinha maquinário, sempre era na enxada mesmo que virava terra, aliás, se eu não me engano, nesse tempo era mais fácil trabalhador do que agora.

Tudo era terra queimada, que nem ainda é; pouca gente aqui nessas colônias trabalha em terra mecanizada, maior parte é terra queimada. A roça aqui é muito fraca.

O trem... facilitou a vida dos primeiros, do tempo deles! Depois, com o carro, melhorou. Eu conheci o trem aí, ele vinha até o Vinte e Nove, aqui morava um tio meu, por nome Manuel Risuenho, ele negociava aqui, comprava muito gênero, essa safrzinha de farinha, o arroz, ele comprava tudo! Eu me criei aqui com ele, desde que o meu finado pai morreu. Nós carreava em pescoço de boi pr'ali pr'aquela estação do trem: aquela casa que tem bem na beira da estrada!... Tem uma placa que reformaram pra ser um Grupo, depois abandonaram... Nós carriava carga pra lá, botava, enchia aquela estação de arroz, farinha, ficava esperando o trem... O trem só dava conta de carregar a carga dos comerciantes, os colonos vendiam tudo aqui(...). Era até aí!

No tempo dos espanhóis, eles contavam, isso não foi do meu tempo, o Governador Barata aumentou a estrada de ferro mais uma légua pra frente, daí da Benjamim até o Vinte e Nove, era o trenzinho, a maquinazita, bitola estreitinha, depois eles mudaram pra bitola larga, era máquina grande(...)

A produção saía toda pelo trem, o pessoal botava aqui nessa Estação e daí do Vinte e Nove vinha, com mais de quatro léguas...vinha carro... tudo: era puxado em pescoço de boi, em costa de burro, cavalo, botava aí pra parada, e o trem levava..." (D.R.O., 49 anos, entrev.nº 75, col. Benjamim Constant, município de Bragança-Pa)

Nem todos, porém, dispunham apenas das próprias forças. Na medida em que possuíam algum bem, como terra, gado, casa, instrumentos, etc, que pudesse ser vendido no lugar de origem antes da migração, a situação inicial, como colono, já seria melhor. Por isso os espanhóis referidos podiam contratar traba-

lhador, e por isso também a cessão de lote, de um para outro colono, desde o tempo da Colônia Benevides, tornando difícil o controle da ocupação dos lotes, por parte da administração. Os que chegavam antes tentavam obter vantagens sobre quem chegava depois com alguma posse utilizando-se de recursos da colonização, que não propriamente a agricultura mas o trabalho de limpeza, ou preparo do lote para os cultivos. Em lotes de 25 ha de mata, isso talvez significasse apenas preparo do terreno para moradia e primeiros cultivos, numa pequena proporção do mesmo.

FMB, morador da sede do município de Capanema, ajuda a compor a narrativa sobre a colônia Benjamin Constant, ao falar de seu pai, que nasceu no Ceará em 1899, emigrou com a família aos 16 anos para o Pará, onde viveu até morrer, com 87 anos. Eis o que ele narra:

"Meu pai, JBS, veio do estado do Ceará. Quando ele chegou no Pará, em 1915, ele foi pra colônia de Benjamin Constant, no município de Bragança. Em 1930, ele veio pro município de Peixe-Boi, aí viveu até oitenta e sete anos de idade.

Quando ele chegou do Ceará, no primeiro ano, trabalhou pra família Risuenho, que ainda hoje conheço. ... isso foi coisa de um ano ou dois... Depois ele foi trabalhar por conta própria... no município de Peixe-Boi [onde ele comprou terra]. Ele chegou a ter dezesseis lotes. Nos últimos anos ele vendeu doze, pro grupo da fazenda Bonfim.

Ele comprava um gadinho, tinha um engenho, fazia rapadura, plantava arroz, malva, essa coisa toda. (...) No Ceará o pai dele já tinha engenho na Serra de Baturité, aí quando ele chegou aqui foi trabalhar com os espanhóis que lidavam com engenho, cachaça, e ele sempre teve essa mania de engenho. [Minha mãe] era cearense também, ela faleceu eu tinha três anos de idade. Eles vieram tudo ... numa fase de seca, se encontraram aqui e casaram." (F.M.B., 64 anos, entrevista nº 091, município de Capanema).

A narrativa permite supor que era possível alguém chegar em 1915, aos 16 anos, como imigrante nordestino, trabalhar por dois anos aproximadamente para os imigrantes espanhóis que já estavam instalados, e nos anos seguintes começar a ser proprietário, chegando a ter dezesseis lotes de 25 ha, por volta de 1937. É a viúva de J.B.S quem complementa a narrativa do filho

"Era quatorze lotes de terra [que ele tinha quando casei com ele]. Ele casou três vezes, então... trabalhava com os filhos, produzia. Tinha gado, tinha legume à vontade, porco, tudo isso a gente mexia, ele era um homem muito trabalhador. ... Teve muito bem, deu bom resultado, os filhos foram casando e foram todos saindo, foi ficando só a gente, só nós, ele já velho, já estava com muita idade, e vendeu." (M.H.B., 67 anos, entrev nº 108, município de Capanema)

A viúva mora e trabalha na antiga propriedade do casal, reduzida agora a dois lotes, vendidos os outros pelo próprio marido em vida, depois que os filhos tornaram-se independentes. Portanto, ele manteve-se produzindo, com os filhos de três casamentos, nos dezesseis lotes, durante mais de cinquenta anos. Filhos criados, nenhum ficou na terra, sendo alguns proprietários na rodovia Pará-Maranhão, outro em Capanema, outros em Belém. A viúva conta que nasceu e viveu ali perto, onde ficava outra parada do trem, a Parada Bezerra, pois seus pais aí se instalaram em dois lotes, quando chegaram ao Pará, em 1915.

"Meu pai era cearense. [Chegou aqui] em 1915, com os pais. Minha mãe era filha de cearense... já estava aqui... Ele não tinha parente aqui, só veio ele com os pais dela. Aí ele chegou aqui, se encontrou com a minha mãe e casaram... Ficou sempre em Parada Bezerra.

Os pais dele vieram direto pra Parada Bezerra, não tinha quem orientasse pra ir pra outro canto, onde chegava ficava e assim aconteceu. Eles chegaram, acharam que era bom aquele lugar, ficaram ali. (...) Compraram um pedaço de terra e começaram a trabalhar.

Porque houve uma seca em 1915, e eles vieram embora. Eles tinham fazenda, tinham tudo, mas a seca de 1915 foi acabando com tudo e eles vieram embora.

Aqui eles compraram dois lotes... eles trouxeram algum dinheirinho e já foi comprando terra, foram trabalhando. O velho trabalhou até morrer, e o papai, foi o tempo que casou também, já cuidou da terra dele, foi trabalhando..." (M.M.B., 67 anos, entrev nº 100, município de Capaneema)

A possibilidade de ter acesso a muitos lotes de 25ha estava dada pelo projeto de colonização, ou isso esteve na dependência dos recursos trazidos pelo imigrante?

A.M.A e A.T.A narram a experiência de seus pais, imigrantes cearenses que chegaram na colônia em 1900, já adultos.

Conta A.M.A.:

"[Nossos pais eram cearenses] vieram direto pra cá(...) No tempo de solteiro, mais o pai dele, foi em 1900 que eles vieram pra cá. Aqui foi que se casaram. (...) Da primeira família era nove filho e da segunda família, sete filhos. Tudo trabalhou com a agricultura.

Trabalhava com cana, aí depois ele não se deu bem... aí começou a trabalhar com mandioca. Era só pra prejuízo, naquele tempo não valia nada...

Tinha trabalhador, trabalhava com lavoura grande... mandioca. Dava muito arroz nesse tempo, tinha terras novas. O quadro era 22 lotes. Dividido pelos quatro irmãos. ...Tinha os terrenos das morada, né? Era pra fora dos quadro de terra que trabalhava, era distante dois quilômetros. É lá onde trabalha esses dois aí. Uma parte que era nossa, não é? A outra parte já foi dividida. As outras foi vendida..." (AMA, 78 anos, entrev nº 110, Colônia Três de Outubro, município de Castanhais)

O pai e mais três irmãos possuíam juntos 22 lotes que foram sendo repartidos pelos filhos, de sorte que os entrevistados e seus irmãos (dez, ao todo) tiveram acesso cada um a cinco lotes. Dos dez irmãos nem todos reclamaram a herança, ficando a utilização para os que permaneceram com atividade agrícola. Além da herança, o pai em vida deu terra para os filhos ini-

ciarem o trabalho, e os que ficaram na Colônia puderam comprar mais terra, como narra ATA.

"(...)Eu já tinha comprado outro terreno de partia, né? que meu pai ficou viúvo, fez partia e deu pra cada um dos filhos, um lote, um terreno. Nós fomos casando e fomos pros terreno trabalhar. Lá, eu trabalhei e morei ... quarenta e oito anos [desde a idade de 22 anos], nessas terra, né?

Comprei mais terra, fiquei trabalhando, criei meus filhos, ficaram rapazes, ficaram moças, casaram, aí eles foram pra Pará-Maranhão. Meus filhos tão tudo pra lá. Aí fiquei só, o tempo que eu fiquei viúvo, também antes deles ir pra lá. Aí e ele veio me dá conselho: papai, é melhor o senhor vender isso - era uma fazendinha, já tinha uma fazendinha - é melhor o senhor vender isso. O senhor já tá velho, se perturbar com esse negócio. Aí eu fui e vendi, e comprei uma propriedadezinha aqui, fiz uma casa até boa e morei aqui na beira do rio. Fiz um sítio [na vila], é bonitinho." (A.T.A., 52 anos, entrev nº 109, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal.)

Terá sido diferenciado o acesso à terra conforme as colônias? Não parece. A questão parece estar mais nas condições que cada proprietário tinha de desenvolver seus cultivos. Se produzir era garantir a sobrevivência da família, era também desafiador a possibilidade de comercializar. E é A. quem conta um pouco sobre as condições em que se deu o trabalho de seu pai:

"Ah...o papai, na época que ele trabalhou era diferente a agricultura, né? Ele lutava com cana, tinha canaviais grande, casa de engenho, tinha muitos animais, né?...compravam muito arroz...era diferente a agricultura dele...trabalhava com cachaca.Farinha naquela época, não faziam. Perdia a roça. Plantavam, perdiam. Não tinha pra onde vender. A estrada não existia, o movimento deles era por água, era por esse rio Inhangapi. A carga deles ia pra Belém. Era tudo diferente né! Quando ele faleceu, já tinha estrada, mas o movimento era pequeno. Tinha carro uma vez na vida.

(Tinha) a cachaca, algodão,...rapadura. Era o produto dele...Era diferente. Agora já pra nós a capoeira tá fraca, aí já só a mandioca." (A.M.A., 78 anos, entrev nº 110, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal)

Os colonos da "Três de Outubro" estavam distantes da estação de trem uns 17 km e o transporte da produção, feito pelo rio Inhangapi, ou em comboio de animais até a linha de ferro, foi sempre difícil. Mesmo assim, a Colônia foi próspera.

J.H.O. não lembra muito sobre a vida do pai, migrante cearense que veio em criança para o Pará, diretamente para colônias do município. Filho do terceiro casamento, ele lembra bem a atividade produtiva do pai, quando já estava consolidada. E a idéia é de fartura, e de êxito na agricultura, que permitiu a passagem para o comércio:

"(...) Papai, quando ele vivia na agricultura, ele tinha uma porção de terra, que eu não sei ... a importância. Mas era grande a área. E ele trabalhava com engenho, cana ... fazia rapadura. Criação de gado também. Inclusive quando ele vendeu a área lá, ainda tinha uma porção de umas cento e poucas cabeças de gado. De lá veio pra Feixe-Boi. Foi comerciante e morreu nessa vida mesmo, de comércio. E eu fiquei ... também trabalhando no comércio, até hoje.

Na época do velho a agricultura era boa, nós tínhamos tudo, o arroz, o feijão, o algodão, a fibra e o fumo." (J.H.O., 56 anos, entrev nº102, cidade de Feixe-Boi, município de Feixe-Boi)

Como J.H.O. nasceu em 1933, a época de fartura lembrada se remete a 1944 aproximadamente, quando ele tinha 10 anos. Nessa ocasião, enquanto tantos pioneiros produziam tantas coisas, outros migrantes tiveram experiência diferente com a fartura. É o caso de J., cujo depoimento revela a condição do pai de não-proprietário, em pleno projeto de colonização, numa migração constante pelas localidades, em busca de melhorias. De apanhador de frutas, nos matos, em criança, a cortador de lenha "pros outros", em adulto, a sobrevivência foi tentada em meio às oportu-

nidades

"...eu nasci em São Luís, [município de Igarapé-Açu], e eu não soube nem quando saí, muito criança né? Meu pai viajou pra um lugarzinho aí pro lado... do Guamã, chamado São João da Mata, pra lá nós moramos uns três anos. Aí nós voltamos. Aí apareceu o pai dele, que morava aqui na estrada de Santo Antônio de Tauá. Fazia muitos anos que não via ele, então saiu no mundo procurando o filho. Aí foi dar já com ele casado, com filhos e... aí foi por intermédio do...velho meu avô que nós viemos pra cá. O velho iludiu que tinha terreno tinha tudo, aí a gente veio, nós morava no terreno dos outros lá, ...é...agregado, aí nós viemos pra Santo Antônio do Tauá, naquela travessa que chamam Terceira. (...) Pois pra lá nós passamos uns anos de novo, aí não se demo bem, aí veio pra Santa Isabel...

Santa Isabel nesse tempo era uma vilazinha, tinha uma estaçãozinha, era ali donde é o Chaguinha agora, primeira estação. (...) Bem aí eu me criei, fiquei lá dentro de Santa Isabel. Meu pai trabalhava pra fora, trabalhava alugado pros outros, cortava lenha e eu ficava em casa. Era uma vida, de sofrimento pra mim, porque... o velho saía, eu era pequeno, ficava me virando, pra arrumar o pão de cada dia né? Eu ia pelos matos tirava açaí, vendia, eu tinha uns freguês aí... o finado Hilário, pai do Dr. Vitor, que era freguês de eu vender açaí pra ele. Eu era garoto, tirava aquelas latas de açaí, levava com sacrifício, vendia aquilo baratinho, era muito barato, duzentos réis a lata.

Depois, eu já tava maior, aí viemos pra cá pra colônia, trabalhar no terreno do finado José Tavares, (...) era um colono muito folgado, ele tinha engenho, tinha muitos animais, tinha doze animais, aí... eu fiquei lutando com os animais dele.

Trabalhando todo tempo né, capinando, derrubando, brocando, plantando arroz, milho, mandioca, capinando, isso foi minha luta... até essa data que estou agora. É trabalhar na roça. Mas de roça nós nunca... tivemos lucro, dizer que podemos ficar bem, né? Porque o que fazia, vendia tudo baratinho... não tinha saída, naquele tempo.

O engenho era... tocado por uma bolandeira; aí... tangia aquele animal, aquele gorro... aquela bolandeira, ia rodando, ia virando lá aquelas engrenagens, que tinha de moer a cana... é moenda, né? e ali, ia... ia aparando a garapa e depois ia lá pra uma fornalha com aqueles tachos grandes pra ferver, pra apurar, fazer o mel e dali fazer a rapadura.

Também era só mel e rapadura, que... eles fabricavam. Nesse tempo, eu trabalhava como cambiteiro, que atrela os animais, levando carga de cana... assim... da plantação pro engenho. Não tinha transporte, não existia essa estrada aqui que vem de Santa Isabel, isso não existia. (...) Essa estrada, só vinha até aí no Porto de Minas, pra cá não passava; a gente trabalhava aqui, travessava com legume daqui pra lá. Fazia farinha, tinha um forno e daqui nós

transportava (...)na cabeça, ou no animal... pra levar pro porto, maior sacrifício, numa estiva lisa, com um saco de farinha na... costa e...se segurar n'uns pauzinhos até chegar donde tava a canoa no rio. De lá, botava na canoa, travessava, empurrando com vara, com remo, lá pro Porto de Minas, ali pegava o carro pra ir pra feira." (J., entrev. 024, Colônia Conceição de Itá, município de Santa Isabel do Pará).

J. filho de trabalhador "alugado pros outros" no projeto de colonização, também ele trabalhador pra "colono folgado" durante a juventude, revela experiência de trabalhar para os outros. Seu contato com a fartura dos engenhos, sua participação na produção alheia na condição de trabalhador, revela as possibilidades oferecidas pelas políticas: uns lograram a condição de proprietários de empreendimentos produtivos, outros perambulavam pelos núcleos como mão-de-obra. O menino de Igarapé-Açu passou por São João da Mata, no Guamá e Sto. Antônio de Tauá, região do Salgado, vizinha a Bragantina, antes de chegar em Santa Isabel "vilazinha" com a sua "estaçãozinha". J. não conheceu o pai verdadeiro, o cearense que voltou p'ra terra natal deixando mulher e filho pequeno. Mas seu pai adotivo era também filho de imigrante nordestino: pai cearense e mãe riograndense. A mãe também era filha de cearenses, fixados em Igarapé-Açu. Filho e neto adotivo, porém, esteve profundamente ligado à experiência de vida do pai e avô ilegítimos: experimentou como eles, pelo menos em sua juventude, as dificuldades de trabalhar para outros colonos, em um projeto de colonização, sem uma perspectiva clara do futuro.

Assim, se era possível ter acesso a muitos lotes, era possível também não ter acesso a nenhum, embora isso dependesse mais das condições de cada colono produzir. E a contínua

migração pelos diversos municípios da Brágartina pode ser indicador da busca de oportunidades, que não estavam muito definidas e certamente não dependiam somente da terra.

A "estrada" foi talvez um movimentado caminho de muitas idas e vindas, todas elas sujeitas às contingências das políticas. "Onde estão as oportunidades?" parece ser a indagação que orienta esses percursos. E as oportunidades nesse momento, se não podiam ser atendidas diretamente pelas políticas, como no caso do acesso à terra, eram tentadas em meio às atividades produtivas - no caso os engenhos que, possivelmente, em Santa Isabel do Pará, foram anteriores à colonização, pela proximidade com as margens do rio Guamá, local de antigas sesmarias.

O projeto de colonização, porém, abrigou engenhos em toda sua extensão. O depoimento de P.A.N., mostra a trajetória dos pais, a mãe maranhense e o pai cearense, que chegaram, já adultos, no município de Capanema, onde já tinham parentes. Ali eles se casaram. O informante é um dos nove filhos do casal. Ele lembra a chegada dos imigrantes nordestinos, pobres e com poucas chances, frente aos que já estavam instalados, com engenhos produtivos.

"O cearense chegava aqui e se amontoava ali na Estação, que o cearense, todo canto para ele é casa. Ai o povo tinha pena, sabe? E ia dando um... trabalho para eles. E eles iam ficando por ai, mas ninguém nunca teve um cearense aqui que viesse pra comprar terra. Só trabalhando na terra do outro por ai. Cansei de tá no engenho [de meu pai], nós trabalhava no engenho ali, e eles chegavam lá, tomavam de conta da gamela de rapadura pra comer doce. Que cearense é bicho bom pra comer açúcar...

Ah, naquela tempo tinha muita laranja, banana, essas coisas tudo tinha. Tinha garapa, tinha o doce pra gente comer... Tudo plantado; meu pai plantava negócio de coco, banana, e cana, mandioca, ele plantava muito. Fazia

farinha. Ele vendia... negócio de rapadura, e coco, às vezes o caboclo vinha comprar. Fazia [aguardente] e vendia, mas a perseguição naquele tempo era maior do que hoje! Os da coletoria não saía, fiscalizava lá.

(...)No tempo do trem, era muito farto, porque todo mundo botava os gêneros pra beira da estrada para ir no trem, pra ir vender fora. Vinha nas costas do cavalo, comboio de animal. Quando chegava lá, botava na Estação, despachava, né, [pra] embarcar." (P.A.N., 56 anos, entrev. nº 092, vila de Tauari, município de Capanema)

A narrativa sobre o pai proprietário em meio a fartura dos engenhos, parece uma lembrança apenas. No entanto cabe indagar: quais condições deixaram de existir, marcando tantas diferenças entre essas gerações?

É curioso que o pai do informante, cearense, tornou-se proprietário de lotes e de engenho; mas no depoimento o filho diz que "nunca teve um cearense aqui que viesse pra comprar terra". Possivelmente, quando ele era garoto, com seus dez anos, por volta de 1942, testemunhou chegada de imigrantes muito pobres, sofridos pela seca. Tal situação é diferente da situação do seu pai, que chegou por volta de 1915.

Nas terras aforadas dos campos de Bragança, era possível criar e educar sete filhos, produzindo fumo, sem propriedade da terra e sem financiamento bancário, entre 1910 e 1920.

"Nós éramos sete filhos. [Nossos pais] trabalhavam miseravelmente, porque não tinham condições. Só com a agricultura. Era o tabaco, o fumo; naquele tempo o fumo ajudava mais, dava um bom preço. Ajudava por demais o agricultor, especialmente na área Bragantina que era o maior produtor do fumo, do tabaco, tabaquinho em arroba... Eles trabalhavam aqui em Bragança, nos campos, em terras aforadas, eles não tinham propriedade. Os filhos estudaram aqui em Bragança, e em Belém." (J.B.S.M., 67 anos, entrev. nº 098, Miraselva, Capanema)

Outros depoimentos conduzem a narrativa para longe da fartura dos engenhos, e dos empregos, centralizando a questão no isolamento e na falta de oportunidade.

MR., 72 anos, veio do Ceará para a Bragançina com a idade de 15 anos, em companhia da mãe:

"Vim pra cá com a idade de 15 anos, com mãe só... papai ficou lá... Da família veio mamãe... e irmã, e co-madre Clara, compadre Pedro, Dedé meu irmão, José... e Maria Amélia. Nós vínhamo por causa da seca, que deu no Ceará, em 32. [Não tinha terra lá, trabalhava...] No terreno do irmão dela, aí a seca bateu, nós viemo s'embora. [Produzia]... milho, arroz, feijão e roça... era tudo! A seca bateu... em cima, nós corremo pro Pará e não voltemo mais.

O governo de lá mandou, nós embarquemo no navio e ele mandou uma pessoa pra tomarem conta do pessoal. Só era pra voltar na derradeira família que ele soltasse... Trem, era trem... Deixava em cada... travessa, ele deixava duas, três, quatro família, saiu soltando cearense daqui até Bragança! O governo do Ceará... deu de um tudo pra nós vir comendo, e onde ele deixava três, quatro família, ali deixava jabá, feijão, deixava de tudo... Aquele ali que saía, pai de família, saía munido de um tudo, com feira toda completa... até saltar o derradeiro... em Bragança.

Nós saltamos no "Noventa e Cinco". Agora aí, cada qual que se dividisse... Dedé, meu irmão, comprou o terreno, aí fomos morar nele, e... a pisa era assim mesmo: prantando e comendo num ano e acabando no outro... Foi!

Quando entremo aqui, já tava tudo dividido. Os lotes tudo com seus donos. [Ele] já comprou de outros donos, aqui ninguém abriu, tava tudo já cada qual no seu lugar. Ele já comprou de outro isso, mas aqui... tudo já era capoeira. Alguns terrenos tinha [mata].

Algumas pessoas... [vendia produção] ali em São Francisco mesmo, pros comerciantes (...) uns levavam pra Belém. Trem só lá. Aqui era animal. Levava na costa do animal. Ei, era devagar, eita!" (M.R., 72 anos, entrev. 043, Travessa "Noventa e Quatro", município de São Francisco do Pará)

As circunstâncias em que chegaram ao Pará os imigrantes representados nesse depoimento, completamente dependentes dos favores do Estado, parece imprimir uma marca de fatalismo: o governo do Ceará traz, o governo do Pará recebe e as vidas se

consumirão nas circunstâncias oferecidas. Na mesma travessa "Noventa e Quatro" do município de São Francisco do Pará, no mesmo lote, no mesmo isolamento, deu-se a reprodução da miséria e da desconfiança. Nem engenho de colono "folgado" para empregar colono como trabalhador, nem outra atividade dinâmica qualquer. Ao contrário, as terras divididas e ocupadas, já desmatadas em 1932 sendo vendidas para os que chegaram. Ali o Estado vai comparecer com estradas, escolas e alguma assistência médica. Mas eles, como cidadãos que o Pará acolheu, em 1932, e como agricultores que queriam condições para produzir, aguardam alguma providência mais eficaz.

Mas não é tranquila essa espera, nem há confiança nas oportunidades possíveis. Há um grande receio de que tudo possa piorar ainda mais, causado pela desinformação e isolamento social. Nem a lembrança do passado oferece um referencial animador, nem a perspectiva do futuro. Para eles foi oferecido um lugar de espera. Uma parada. E eles aceitaram parar e esperar.

Os colonos em seus relatos lembram os personagens da colonização: o técnico que "cortou" as terras, o funcionário do governo do Ceará que trouxe os imigrantes e os deixou nos lotes com provisões para um mês ou dois, os funcionários da EFB, muitos recrutados entre os moradores para serem cassacos e feitores na época da construção, e, depois guarda-chaves, foguistas, fiscais, maquinistas, etc quando do funcionamento da estrada de ferro, os fiscais da Coletoria, os Prefeitos nas cidades. São a presença, às vezes só ocasional, do Estado, na época da implantação de colonização.

Outros personagens não ligados ao Estado tiveram presença marcante na colonização, e são citados em situações de cotidiano, de maior presença social - são os comerciantes. Pela liderança que exerciam, decorrente da natureza do trabalho, eles aglutinaram os moradores, evitando isolamento. A ação desses líderes, também imigrantes, revela neles um projeto de sociedade pleno de perspectivas. Que perspectivas eram e o que tinham em comum com as perspectivas do Estado face à colonização da Bragançtina? O papel social conferido aos comerciantes não o é a nenhum personagem oficial da colonização

Os comerciantes, talvez pela ausência de qualquer fonte de financiamento aos agricultores, ou garantia de compra de produção pelo Estado, exerceram o papel de prover necessidades, comprar a produção e ser contato com as vilas maiores. Não deixaram de estimular laços sociais de compadrio, reforçadores da dependência, de resto já assegurada pela escassa existência deles em cada núcleo ou povoado.

A ação dos comerciantes não se confunde com a dos intermediários, e ela vai perdendo importância com o tempo. É possível que na fase de implantação dos núcleos o papel dos comerciantes estabelecidos em cada local tenha sido mais importante. Quanto aos comerciantes das cidades maiores eles exerciam a função de articulação entre a Capital, a vila, e os povoados. Quem foram esses comerciantes, qual a participação deles na colonização, eis aí uma importante linha de questionamentos, que esta pesquisa contudo, não pôde desenvolver.

III. 2 - O ACESSO À TERRA

A política governamental de maior impacto entre os colonos terá sido certamente, a própria decisão de trazer imigrantes para a Bragantina. Essa decisão, como pano de fundo, conserva a marca da política Imperial e sobrevive enquanto política a todos os percalços, enfrentando imprevistos, avaliações de fracassos, e repetição de tentativas pelos diferentes governos, desde o final do século. Se repetição de tentativas significasse aperfeiçoamento de propostas, poder-se-ia pensar que o início do séc XX traria para a sociedade paraense novas perspectivas pela

implantação de uma colonização arrojada, com bases seguras, fruto da experiência histórica.

Se os fatos confirmam repetição quase exaustiva de improvisos, caracterizando um projeto tão arrojado, é preciso reconhecer que o objetivo maior continuou a prevalecer. O obstinado discurso de prosseguir com a imigração conforma-se com o trabalhador nacional mas a oferta de lotes de 25 ha. jamais foi questionada. Nesses dois pontos de consenso ficou assegurada a colonização. Se eram precárias essas ofertas para a época, o olhar do presente pode argumentar que foram determinantes.

Mas para quem é imigrante, a questão precisa ser vista de outra maneira. Para eles a política governamental mais decisiva, em meio à colonização, foi a disponibilidade de terra e recursos oferecidos, em seus aspectos práticos, isto é, a regulamentação jurídico-administrativa que preside a isso. Na Bragançtina que regulamentos o Estado definiu para a cessão da terra, e de que maneira os migrantes experimentavam a acessibilidade de terras?

J., neto de imigrante cearense, lembra que o avô teve terra, mas o pai foi sempre trabalhador alugado. Ele só teve acesso à terra depois de adulto por peculiar atuação da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Pará que, na década de 80 trabalhou pela regularização de terras de agricultores junto ao ITERPA - Instituto de Terras do Estado do Pará. Além disso, o acesso à terra foi facilitado pelo seu casamento, pois as terras que ele ocupava eram terras de herança da esposa. Eis o seu relato:

"[Minha mãe] me contava... como ela lutou, como ela sofreu por causa de terreno quando era moça nova. Morreu o pai e a mãe, aí ficou o terreno, um terreno de herdeiro. Aí foi um sofrimento... Então me criou assim, eu não tinha terreno também, adespóis que eu... me casei, foi que fiquei trabalhando aqui na posse, já da parte da minha senhora. A terra é minha, tô aguardando o... o título de posse... Eu arrequiri agora... foi em 88, esse pedaço foi loteado, isso era um terreno grande aqui né? era do avô desta minha esposa, adespóis se reuniram, nós mandamos cortá, lotear tudo, cada qual o seu.

Antes eu trabalhei [em outro terreno], lá tinha uma água muito boa, mas tinha... um herdeiro que dizia que o terreno era dele... que lá eu morando já tava, eu morei lá 28 anos, sitio grande, de toda plantação tinha... Mas ele tentou que era dele, e eu pra evitar certas coisas dei direito pra ele, saí. Aí vim pra cá.

Agora, aqui nós tamos com quatro anos... então fiz essa casa, nem terminei... Eu não tinha terreno, ela que tinha uma herança do avô dela. Era uma légua de terra aqui, fazia frente pro rio ali, Porto de Minas. Agora já depois de eu velho que eu peguei esse pedaço, que eu arrequiri. Legalizado não tá ainda, porque ainda não recebi o título de posse definitivo... tá a caminho." (J., 56 anos, entrev. 024, estrada de Bujaru, município de Santa Isabel).

Obter terra regularizada aos 56 anos não é propriamente um mérito, em se tratando de uma área de colonização. Muito pelo contrário, indica obstáculos fundamentais. No relato de J. esses obstáculos aparecem em três momentos referidos à herança de terra: no avô que teve terreno, e não conseguiu assegurá-lo para o pai; na mãe que tendo ficado órfã muito jovem, perdeu a terra tomada por outros; e na própria trajetória dele que sempre trabalhou na terra, no mesmo município, ali criou os filhos, e somente quando já está sozinho com a mulher, e aos 55 anos, é que finalmente tem acesso à terra.

Apesar das três gerações de familiares do relato terem perdido terra, ou sequer chegado a recebê-la, pode-se pensar também, que essas gerações sobreviveram na área, com trabalho agrícola: desde o avô, que só teve o terreno, passando pelo

pai "trabalhador alugado" sem terra e pela mãe que, órfã, perdeu a terra de herança ainda em Igarapé-Açu. Sem sair da Bragantina, e sem abandonar a agricultura, mas sem terra regularizada, a experiência deles deixa curioso o observador sobre o acesso à terra na Bragantina: que chances havia para os que não chegavam a possuir terra e o que estava garantido, em termos de cessão de terra no projeto de colonização?

P. se considera herdeiro de uma terra que foi do pai, mas não tem documento de tal situação. Ao dizer que a terra "é do Estado" ele parece confiar na garantia de um direito, o de quem mora há 53 anos numa terra que foi do pai, sob um Estado protetor:

"[Meu pai] tinha uma terra, que até hoje está lá. Essa terra, de primeiro exigiu que era deles, mas até aqui não... ainda não é nossa. Eu digo que é do Estado, né? Eu moro lá, eu estou com cinquenta e cinco anos, fui nascido e criado lá, e ainda não apareceu ninguém como dono lá. E nós moro lá... desde criança! Fui nascido e criado lá. Teve quatro anos fora, que eu fui pra Santa Isabel, comprei um terreno, tenho uma casa lá, um filho meu mora lá. O resto, é lá, trabalhando." (P., 55 anos, entrev 031, município de Santa Isabel).

D. M. S. veio do Km 77 da rodovia Pará-Maranhão, para o município de Peixe-Boi, onde comprou terreno e iniciou o plantio de pimenta-do-reino, em pequena quantidades (cerca de 300 pés). Ali mora e produz há cinco anos, sem regularizar a propriedade. Ao dizer: "ninguém me abriu a memória", ele destaca a não necessidade desse documento no círculo das relações onde ele comprou a terra:

"Meu terreno não dá um lote, só com cinquenta e poucos metros de fundo. Ai não dá... também não tem docu-

mento...é problema de terra de governo...Não [procurei regularizar] porque aí também não sabia de nada e ninguém me abriu a memória pra procurar..."(D.M.S. 44 anos, entrev nº 046, município de Peixe-Boi)

E.F.C., tem um relato de regularização tardia da terra, mesmo sendo a terra herança dos pais e trabalhada pelos filhos: ele próprio e seus irmãos:

"Meu pai era de Taciateua e veio pra Caraparu em solteiro...novo, ainda. Casou aí no Caraparu e primeiro trabalhou no terreno da sogra dele. Eram cinco herdeiros...esse terreno aqui. Aí ele trabalhou a vida toda... se aposentou, voltou pra vila de Caraparu, parou de trabalhar na roça.

Eu arrumei família, continuei trabalhando no mesmo terreno. Depois de muitos anos, aí foi loteada as terras entre os posseiros, os mesmos herdeiros. Nós se reunimos pra repartir o terreno em lote, entre a família. Aí eu fiquei trabalhando já aqui no meu. Foi o ITERPA [que loteou, não faz muito tempo]. Este terreno aqui atravessava a estrada, ficamos...três do lado de lá e três do lado daqui." (EFC, 53 anos, entrev nº038, estrada de Bujaru, município de Santa Isabel)

A.G.B conta a ocupação tradicional de terras de herdeiro ameaçada pelas disputas "modernas", e dos fazendeiros, que chegam favorecidos pela política de Incentivos Fiscais.

Mamãe me criou, num terreno que nesse tempo se tratava como se fosse de...herdeiro, e agora não. Acabou com esse negócio de herdeiro. Era...uma área de terra muito grande...mil e duzentos metros de largura, com seis mil metros de fundo. O terreno era grande e muitas família dentro, aí, apareceu esse... negócio de fazendeiro, de querer se apoderar da terra, uma terra que não tinha documento, né?

Nós fomos crescendo, meu pai morreu e sempre nessa luta, que meu pai não chegou a ver a terra organizada. Agora, depois de nós tudo com família, os fazendeiros queriam tomar!

Nessa época, quando o Adê foi Prefeito, o negócio ainda era embolado pro nosso lado, os fazendeiros ali, queriam por fina força tirar nós dali, na marra, e de ver nós na rua (...) bem umas dezessete ou dezoito famílias pra ficar desagregado, pelo fazendeiro. Aí, o Prefeito, o Presidente do Sindicato, que se virou muito por nós, aí foi...foi ajudando pra nós, até que, conclusão chegou esse loteamento de terra. Foi requerido tudo, as áreas de terra, pras dezessete

sete pessoas...

O título da terra nós já recebemos, tem muitos que ainda não receberam, mas pra nós tá bom, porque... a gente vivia no sufoco, não tinha certeza nem de terra pra trabalhar, e agora a gente tá muito melhor." (AGB, 43 anos, entrev nº 031)

A política de Incentivos Fiscais, decidida pelo governo federal para a Amazônia Legal, em 1965, e estendida em 1966 às empresas agropecuárias, detona o interesse súbito por terras para implantação de fazendas. Como todas as terras situadas às proximidades da rodovia Belém- Brasília, os lotes da Bragantina passam a ser cobiçados. A ação do Prefeito, em dado momento, arrefece esse interesse, apoiando seus munícipes na busca de legitimação da propriedade. Essa ação consegue articular os colonos com o ITERPA - Instituto de Terras do Pará e muitas questões são resolvidas juridicamente.

São duas ações estatais que chegam ao morador: uma o expropria e outra o defende; uma usurpa-lhe o direito de ocupação e propriedade da terra, a outro defende esse direito. Apesar de serem poucos os relatos, nesta pesquisa, de ações da Prefeitura em favor de colonos, é curioso observar que isso foi registrado num município em que a proximidade de Belém, e as margens da rodovia federal valorizaram muito suas terras.

A mesma intervenção da Prefeitura ajudou W., e seus vizinhos da comunidade de Meruin, município de Santa Isabel do Pará. Ele narra a situação do grupo:

"[Essas terras] não têm título. Sempre teve dificuldade nessa questão da terra. Os velhos, os antigos aí, mais atrás, venderam essa área de terra, ficou já a filiação... então eles me venderam. Pelo fim um homem comprou essas terras, quis apertar aí o pessoal, aí corremos lá com o Prefeito, ele nos apoiou e até aqui nós temos vivendo as-

sim, mas não tá resolvido, totalmente, não." (W., entrev n^o15, município de Santa Isabel do Pará).

T.B.C.R. também conta história de heranças usurpadas:

"(Meu pai tinha terra). Quando nós morávamos no Catumbi, ele tinha parte lá num terreno, mas meu pai morreu já faz muitos anos, nós ficamos todos criança... Teve um problema lá, o dono do terreno vendeu o terreno e... por isso ficou. A mamãe mora aqui no Pupunhateua mesmo, mas é filha de São Miguel do Guamá. Ficou sem nada, que a mamãe não era mesmo casada com ele; nós que somos os filhos não tivemos grande direito..." (T.B.C.R., 31 anos, entrev n^o19, município de Santa Isabel do Pará.)

O pai, migrante e proprietário, decidiu não deixar terra de herança para os filhos. Mas as chances que ele teve de se tornar proprietário não se repetiriam para os filhos.

"...Para [meus pais] foi bom vir pra cá, porque todo o pessoal que vem de fora se dá bem aqui. Mas, foi o tempo que eles morreram e... ficou nós tudo por aí. Sei que os irmãos é tudo espalhado por aí. Deixou nós sem terra, porque diz que não deixava encrenca pra filho. Vendeu pra não deixar encrenca! Pra cada qual cuidar da sua vida, como ele quando veio do Ceará! Era uma área grande, era bem uns catorze lotes. Deu, naquele tempo. Hoje quem tá lá é um japonês." (P.A.N., 56 anos, entrev n^o92, vila de Tauari, município de Capanema).

Se o pai teve acesso a catorze lotes aproximadamente e preferiu vendê-los a deixar para os nove filhos, é possível supor que na avaliação do pai não seria difícil para os filhos terem acesso à terra, com seus próprios recursos. Isso não aconteceu. Nem o informante, com 56 anos tem terra, nem seus irmãos que saíram em busca de emprego, em meio ao dinamismo novo que marcaria a vida da Bragantina na década de 50 em diante: as estradas de rodagem, com seus postos de combustível, oficinas de reparo, lojas de autopeças.

P.R., migrante cearense que chegou em 1955 e mora desde então no município de Castanhais, lembra o modo como seu cunhado perdeu a terra, enquanto ele mesmo, que migrou com base em informações desse cunhado, conserva os cinco lotes, sendo três que comprou ao chegar e dois que foram comprados depois por seu filho, também agricultor:

"Ele possuiu terra, mas vendeu tudinho por "pouco mais ou nada" e no fim ficou sem nada. Eu tenho cinco (lotes): três que tá titulado e tem dois que não tá titulado, não.

Pois é, no tempo que começaram a vender terra, se eu fosse vender a minha tinha vendido por uma miarria, já tinha se acabado... não tinha hoje nada. Já agora, já botaram até duzentos mil [cruzados] num lote. Tenho achado muito quem queira comprar. Vender, eu não vendo mais, não! Handel é quem vende, mas eles querem comprar bem baratinho."
(P.R., 84 anos, entrev. n.º 01, município de Castanhais)

A referência de P.R. ao "tempo em que começaram a vender" é a época da busca de terras por parte de empresários para implantar fazendas, aproveitando a política de Incentivos Fiscais, a partir de 1967. Aos 84 anos, P.R. tem muito orgulho em deixar para o filho esses cinco lotes, pois resistiu a um movimento em que vizinhos e até o cunhado venderam seus lotes. Por isso ele diz que ao filho cabe a decisão de vender: ele resistiu em seu tempo, para o filho resta um novo tempo, e a ele caberá decidir.

Quem vendeu, porque ficou "desorientado", não consegue recuperar o patrimônio, e convive com familiares que passaram pela mesma experiência de vender ou não conseguir manter a terra de herança, como relata M.C.S.F.:

"Eu morava num lugarzinho aqui pra trás chamado Boa Vista; casei e vim morar na Colônia Americana, porque meu marido tirou um lote aí. Foi o tempo que eu adoeci

... muito, ele ficou desorientado, aí ele vendeu justamente o terreno que nós morávamos!

Comprou um pontozinho e ficou vendendo, mas não deu certo. Ele fez a nossa casa perto do Grupo e trabalha de empreita... O pai dele tem terra, mas é assim de herança, eu acho que já está quase tomada... pra mim, não tem! Não pagou imposto, não pagou nada! Meu pai tinha terra, mas vendeu tudo antes de morrer (M.C.S.F., 45 anos, entrev n.º 049, município de Santa Isabel)

A situação narrada por O.M.F., mostra uma expectativa de propriedade de vinte e oito lotes, que ao final de narrativa não chega sequer a um lote, garantido numa questão jurídica que parece se complicar pela noção de herança que os colonos têm. Sem passar pelos cartórios, a idéia de herança fica indefinida. Na prática as propriedades ficaram expostas a todo tipo de disputa, pelos próprios herdeiros, ou pelos estranhos. O Sr. O. é produtor de farinha de mandioca e feirante desde a época do pai e sempre dispôs de terra para produção, mas a falta de regularização fundiária começa a se apresentar como uma dificuldade.

"Então a sobra de terra que eu moro, era uma terra do Estado. Minha sogra que me colocou lá. Eu tô cum... mais de doze anos que moro lá. Então agora foi cortada essa terra. Os engenheiros foram lá essa semana. Vieram cortar todas terras de lá do povoado.

Tem um que comprou, faz muitos anos, uma colocaçãozinha lá. Mas lá só tá as árvores. Nunca moraram pro lado de lá, de jeito nenhum, e só morava lá dentro eu, minha sogra e meu cunhado. E requereram essa terra e aí foi rachado uma tira de terra (...) ainda hoje eu reclamei pra ele que onde é que a gente vai trabalhar? Foi dividido só entre eles dois, eu estou lá dentro e não teve nada pra mim.

Agora eles já cortaram, os engenheiros já dividiu o terreno, já mediu o terreno tudinho... Eu acho uma coisa que não pode ser! Porque é um terreno grande [vinte e oito lotes], mas está... imprensado, já tem um fazendeiro daqui, já tem outro com fazenda pra cá e o seu Mandico aqui, um terreno pra mim lá não dá mais. É, mas isso tá porque vai sair o direito deles e o resto tá tudo um angú, tudo... em confusão. Pra todo canto já tem, quase, fazendeiro. A gente tá... ficando em ilha." (O.M.F., 39 anos, entrev n.º 051, colônia de Patauateua, município de Inhangapi)

L.L., narra as dificuldades de um colono dirigir-se sozinho ao Iterpa, na Capital, para defender o direito de herança à terra deixada pelo pai. No caso, ele teve a ajuda dos cinco irmãos, também herdeiros, e moradores em Belém.

Segundo o relato, até que o pronunciamento da Juíza, em Belém, chegasse a Bragança, os desentendimentos dele com a madrasta já atingiam a forma de ofensas ao funcionário do Iterpa, que solicitou do Delegado de Polícia a prisão do reclamante por algumas horas. Tudo esclarecido com a repartição da propriedade entre os dois pela Juíza, fica a indicação, pelo relato, de que a instância maior, da Juíza de Belém só pôde ser acionada pelo fato dos irmãos morarem na capital. Para Lou, uma viagem de Bragança a Belém torna-se um sacrifício: por ele ter problemas de saúde e por não estar habituado a esse tipo de relacionamento com o aparato judiciário. A situação de ameaça agrava essas razões. O apoio oferecido pelos irmãos foi, pois, decisivo para Lou resolver a questão da partilha da terra herdada do pai.

"E aí papai morreu, deixou um terreno pra nós, a minha madrasta quis tomar, nós tivemos no ITERPA, em Belém, eu nunca tinha ido a Belém... fui... falar com a Juíza de Belém, e quando eu contei que era a minha madastra que queria tomar o terreno, ela disse não, madrasta não pode ter mais direito de que o filho, quem tem direito é o filho.

Eu tenho só o ... formulário, o papel dessa área, porque a Juíza fez assim pra ela ficar com a metade, eu com a metade da área, porque lá também é terra do Estado, Eu dei graças a Deus. Que ela queria tomar todinho, senão...

(...) Graças a Deus, que eu escrevi pro meu irmão (...). Aí meu irmão falou lá com a doutora, quando a carta bateu lá, ele bateu aqui..." (L, 50 anos, entrev. nº 073, morador de Hocabuba, Colônia Augusto Montenegro, Bragança)

J.P.L. narra sua situação de não ter herdado terra, por questões familiares, mas de ter conseguido adquirir sua própria terra, no mesmo município. Manteve-se como agricultor, como conta, pelo apoio dos familiares da mãe, que o criaram no trabalho agrícola. Se a família não o ajudou a herdar a terra, pôde ajudá-lo através do trabalho conjunto no ofício de agricultor, que permite-lhe agora sobreviver do trabalho agrícola.

"Meus avós maternos eram cearenses. É... eu só me lembro do meu avô. Agora quando... eu tive entendimento ele era casado já a segunda vez. Bem... a minha mãe era paraense mas tinha uns dois [irmãos] que vieram [do Ceará] no vinho. Daí, eles acabaram de criar pra cá. Ai, [meu avô] casou a segunda vez, já tem outra família mas é tudo daqui. Ele era Manoel Pismel.

Meu pai tinha terra. Quando ele morreu, eu fiquei com seis anos. Era tudo difícil, era dentro das matas, mamãe ficou só... com nós três. Daí o pai dela morava aí no "17", e disse: "é melhor tu venderes pra lá e vem pra cá morar com nós" Dito e feito. Ela veio. Daí, viram ela com dinheiro, começaram a querer negócio de casamento com ela, ela foi e casou. Mas só que ele num tinha interesse de viver com ela. Ele acabou tudo que ela tinha, aí foi embora.

Eu tenho pouca lembrança, mas... ele deixou nós aí pra banda de Tacioteva; daí um cunhado foi buscar, e nós ficamos trabalhando aí tudo junto, com o irmão dele, primo e tudo, ficamos na batalha. [O terreno que tenho]... foi comprado. Tenho três lotes, dois ao pegado e um de frente." (J.P.L., 83 anos, entrev nº052, município de Castanhai)

F.F.S., neta de imigrantes espanhóis que se estabeleceram no município de Bragança, lembra da propriedade da avó e dos cultivos e refere a própria situação, de trabalhar em terra do cunhado.

"Faz muito tempo que sou agricultora. Tá com uns... quando nada... uns vinte e poucos anos. Meus pais são daqui mesmo, eles tudo são paraense. Os avós também eram, uns diz que eram... a minha avó, que era mãe de meu pai, ela era espanhola.

[Eles tinham terra]. Eu sei, que tava tudo nos papéis. Eles plantavam de tudo... de tudo! Os movimentos que a gente trabalhava, era negócio de cana, mandioca, feijão; milho, algodão... Agora não existe mais, porque venderam. Depois que a mãe dele morreu, aí venderam, acabaram... Eu trabalho no terreno dele, do meu cunhado." (F.F.S., 39 anos, entrev n.º 76, vila de Mocajuba, município de Bragança)

B., filha de bragantinos, lembra a situação de trabalhar em terra de fazendeiro, como hóspede. É uma situação nova, atrelada às modificações que a política de Incentivos Fiscais introduziu na região, que, contudo, não acrescenta nenhuma segurança à situação dos colonos. Política que regulariza e apóia o acesso à terra para uns, os fazendeiros, aumentando ameaças para outros, os colonos que já estavam lá.

"[Sou da] Colônia de Arimbu. ... Com doze anos eu já estava ajudando meus pais. Meus pais nasceram aqui... no Aldebar de Bragança. Faz nove anos que meu marido morreu. Estou só eu, com um filho. Eu fiquei com nove filhos, mas todos são senhor casado, já tão disparados, eu só tenho um solteiro comigo, o derradeiro é que trabalha comigo (...)
A terra não é nossa não! Nós trabalha, nós mora lá, se hospeda lá na terra, mas aquela terra não é nossa, aquela terra é do Sr. Osvaldo, um fazendeiro que tem lá. (...) Nós trabalha assim, no terreno dele, mas o serviço que nós faz, é nosso." (B., 52 anos, entrev n.º 875, vila de Mocajuba, município de Bragança-Pa)

D.R.A., moradora do município de Bragança e feirante nessa cidade nos dias de sábado, fala de uma situação em que a inexistência de documento parece ainda não ameaçar o uso e posse da terra. Ela e o marido, descendentes em terceira geração de imigrantes cearenses, não demonstram receios pela posse da terra, sentem-se assegurados por uma política de concessão de terras que valeu para a geração de seus avós, imigrantes cearenses, mas que não lhes dá muitas garantias.

"Os meus pais eram cearenses. Quando eles vieram do Ceará eles eram miúdo. Eu nasci e me criei no Pará. [Tenho] só dois lotezinhos, é ... num é nem uma ... cortada, ninguém sabe nem se dá dois. [Não tenho] documento da terra. (...) Era do pai do meu esposo. Porque quando eu me casei com ele, ele ... deu um terreno e vendeu o outro, pro filho, isso aí não pertence às terras que era do meu pai, não(...).

As terras que eram do meu pai, meus irmãos moram ... fica no Fiquiá do Peritoró. Nós somos quatro. Três mulheres e um homem(...). Eles plantam maniva, arroz, feijão, milho... eles tem até um pé de pimentazinha por lá." (O. R.A., 50 anos, entrev nº 074, Macajuba, Colônia Augusto Montenegro, município de Bragança)

O relato de J.M.P., descendente de colonos nativos, parece mostrar uma situação de pouca disputa por terra, ao lado da insuficiente regularização jurídica:

"O meu terreno, que a gente trabalha é uma faixa de 20 lotes. É herança nossa, dos doze irmãos. Então nós somos só cinco que mora lá dentro. É... [terra titulada], do avô do meu pai. É, aí morreu, foi ficando a gente. Já os tios, mais velhos, já morreram, tá a família mais nova, mas graças a Deus a gente... continua sem problema, trabalhando lá." (J.M.P., 47 anos, entrev nº 050, colônia Patauateua, município de Inhangapi)

Em quase dois lotes de terra comprada ainda pelo velho pai e regularizada, os quatro filhos trabalham, sem dividir a propriedade.

"Essas terras... é assim: eu considero, por enquanto, de meu pai. Nós somos quatro irmãos que trabalham na terra; mas meu pai ainda é vivo e é dele até morrer. Ele comprou baratinho. Falta coisa pouca pra dois lotes, era assim uma área... uma sobra de terra. (PNB, 43 anos, entrev nº 039, morador do Km 7, município de São Francisco do Pará)

J. diz que não tem terra, porque não dispõe de documento sobre a terra onde vive e trabalha. Não procura esse documento porque atribui essa função "ao Governador", ou aos poderes públicos. Sua frase expressa a confiança nos direitos adqui-

ridos pela tradição: "O documento que eu tenho lá é minha casa coberta com telha, e novecentos pés de pimenta".

"Tenho [terra] não ! Minha terra dá duzentos e cinquenta metros de enquadro. É meu terreno que eu tenho. É minha, mas eu não tenho nenhum documento. O documento que eu tenho lá é minha casa coberta com telha, e novecentos pés de pimenta. Plantei da livre e espontânea vontade, com coragem de fazer o serviço.

Eu acho que o Governador devia prestar atenção...regularizar a terra e me entregar um documento. Em duzentos e cinquenta metros quadrado de terra, tenho cento e cinquenta metros de terra firme e o resto com pedra. Na pedra eu não gosto de trabalhar."(J.S.A., 37anos, entrev nº 103, município de Feixe-Bol).

Mudar de localidade buscando maior proximidade com a cidade de Bragança, e escola para os filhos, significou vender a terra para comprar terreno de moradia, e produzir em terra de fazendeiro, em troca de plantar capim.

"[Onde eu morava] tinha um terrenozinho, mas a gente saiu de lá, porque era muito distante pra gente trabalhar. Tinha que sair de madrugada pra levar uma carguinha pra Bragança. E as crianças crescendo sem ter estudo. Lá, é tudo longe. Esse foi o motivo da gente sair de lá. Maior dificuldade pra ver se as crianças aprende alguma coisa. A gente vendeu o terreno de lá e ficou trabalhando aqui, em terra alugada, mais próximo de onde a gente mora.

[O fazendeiro] faz questão da gente plantar o capim, pra ficar. A gente coloca o roçado, planta o que quiser e colhe. Deixa o capim plantado pra ele, só isso que ele exige. Tá com... três ano, que a gente tá trabalhando com ele.

Se a gente adquirisse uma terra, era melhor do que tá trabalhando na terra dos outros. Ah, era uma bênção!" (I.S.P., 42 anos, entrev nº 072, Mocajuba, Colônia Augusto Montenegro, município de Bragança).

Em alguns casos, a trajetória restringiu-se em deixar de ser posseiro em um lugar, para ser posseiro em outro, sem jamais ter acesso à propriedade. Na antiga colônia Augusto Montenegro, município de Bragança, o relato é de quem foi sempre

posseiro na área da colonização:

"As terras... os donos venderam tudo, acabaram com tudo. Venderam pra outras pessoas que se mandaram pra lá. Saimos de lá, porque a gente não tinha terra. A minha gente se acabou, morreram tudo. Aí fiquei sem nada. Filho pequeno, aí pronto! Agora que eu estou pelejando aqui com uma rocinha, aí eu vou começar de novo.

Meus filhos todos já tão por sua conta. Eles tão trabalhando p'ras bandas daqui, no Rancho Grande, Curi, metido aí por esse mundo.

Só eu que vivo aqui, mais o meu companheiro. [Não temos terra] porque saímos daqui. Sabe que quando a gente começa a andar assim, com quem a gente mora... Mora aqui, mora acolá, se manda pr'ali, manda pr'acolá e assim vai indo. Ando, ando, ando. Quem anda, vê muito e nada adquire." (M.A.R., 61 anos, entrev nº071, Mocajuba, Colônia Augusto Montenegro, Bragança)

Os filhos de imigrantes, muitas vezes tiveram que iniciar sua vida sem contar com herança de terra, pela precária propriedade dos pais. Isso fica claro no relato de R. e seu marido. Eles são proprietários de 500 metros quadrados, onde moram e trabalham. A terra foi comprada pelo marido quando ainda era solteiro.

"Meu pai é riograndense e minha mãe é filha de cearense. Eu me entendi direito eles já tavam morando aí, o meu pai faleceu faz uns oito anos. Minha mãe vendeu as terras, depois que ele morreu, e ficou morando em Timboteua. Quer dizer, ela vendeu a benfeitoria, ela não tinha título definitivo da terra, a casinha que era a benfeitoria. Meu pai também comprou a benfeitoria, só tinha o título de ocupação.

Eu não fiz questão [de herança], ela vendeu por pouco e nós, filhos, aconselhamos ela que comprasse uma casinha, então ela tem essa casa... é uma lembrança do terreno, da moradia onde nós morava. Nós somos dez irmãos." (R, entrev nº 107, município de Nova Timboteua)

A.M.A. conta uma situação em que a propriedade se mantém com a herança, pois a situação jurídica não está propriamente regularizada: o título está em nome do pai que morreu há trinta anos. Os herdeiros usam a terra sem preocupações com a re-

gularização jurídica, como se isso não pudesse ser ameaçado a qualquer momento.

"[Uma parte de terra é minha, outra eu herdei]. ... A parte que eu herdei de papai é minha e dos meus irmãos, são cinco terrenos. Nós somos dez irmãos. Nem todos herdaram essa terra. Uma parte foi pra Belém, pr'aqui, pr'acólá... O título de propriedade tá com o nome do velho, ainda. Mas ele faleceu há trinta anos. Não [tenho preocupação] porque eu não sou dos mais velhos... é legalizadazinha. Todo ano se paga o imposto!" (A.M.A., 78 anos, entrev nº 110, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal)

O depoimento de P.A.N. destaca a situação da vila de Tauari, segundo ele, cercada de fazendas. Filho de imigrante cearense, não herdou terra. A esposa M., 52 anos, filha de agricultores paraenses, de Tauari, também não herdou terra. Eles tem casa na vila. P.A.N. fala de Tauari:

"Essa terra aqui, se o governo cortasse, pra dividir pra pobreza, fazia mais vantagem. Mas uma terra toda cercada, toda feita uns mangue, tudo fazendeiro! Tem delas que não tem documento, camarada se apossa, onde é que os pobres vai trabalhar?"

... São uns onze lote! Se dividisse, mesmo pouco, que quatro tarefa a gente vive a vida inteira, drobandando e diubando, todo tempo! Mas o pessoal toma, como é que o povo trabalha?"

Hoje, quem tem terra por aqui é esses barão que vem de fora, como os paulistas, chegam aí, caboclo é bicho besta, um pedaço de terra que às vezes tá ocupando, cobra pega dá uns [vintén] pra ele, vai embora e ele fica de nada.

[Como essa terra aqui] tá desse jeito, porque ele (o comerciante) deu pra um paulista aradar, pra plantar feijão, disque pra amaciar a terra. Os herdeiros nunca reclamaram, nunca pagaram os direitos da terra, aí caducou, e pronto, ficou terra do Estado. Esse comerciante disse que tinha comprado e tal, passou esse arame... Sei lá se comprou coisa nenhuma!" (P.A.N., 56 anos, entrev nº 072, município de Peixe-Doi.)

Ainda sobre Tauari, P.G. complementa, numa avaliação espacial da própria vila, onde o crescimento demográfico não

encontrou medidas urbanizadoras simples como a abertura de ruas que facilitassem a expansão. A omissão nas questões da propriedade dos lotes de terra aí parecem ter se associado com as omissões dos sucessivos governos municipais, que não olharam sequer para a vila como espaço urbano, local de concentração de moradores.

"As pessoas localizadas aqui nessa região de Tauari e vizinhança, não tiveram lotes de terra, não teve loteamento. Nós temos terras aqui que deviam ser liberadas, e estão dentro da vila, com cercado. Faltou até a possibilidade de abrir ruas, tem centenas de pessoas precisando de moradia, e nós não temos terra, porque as pessoas vieram e cercaram." (P.M.L., 60 anos, entrev nº 093, município de Peixe-Boi.)

D.R.Q. arrisca uma análise sobre a inexistência de documentos de propriedade de terra, tão comum entre os proprietários da Bragantina. Ao dizer "a terra não tinha nenhum valor" ele está comparando com o tempo em que a terra tem valor:

(...)"O pessoal pensava que a terra nunca havia de valer nada. A terra não tinha nenhum valor, o governo dava a terra documentada, eles iam, às vezes vendiam e às vezes entregavam aquele documento, mas não passava escritura. Aconteceu muito isso.

Depois eles iam morrendo, aquele título caducava, e também os impostos, abandonava de pagar os impostos e foi ficando assim... Com o tempo foi-se tornando terra do Estado, porque esses terrenos, os meus, foi tudo terra documentada antigamente, mas eu já documentei novamente, eu tenho os títulos definitivos." (D.R.Q., 49 anos, entrev nº 079, Colônia Benjamin Constant, município de Bragança)

IV . 3 - OS CULTIVOS PRATICADOS NAS COLÔNIAS.

A atividade central dos colonos foi e continua sendo a roça. Pela tradição, já que os primeiros imigrantes se dedicaram principalmente aos cultivos de sobrevivência, e pelas incertezas, que marcaram a experiência dos descendentes, quando o dinamismo da vida econômica conferiu à comercialização a importância maior.

Se no primeiro momento não havia escolha e era fundamental cuidar da sobrevivência garantindo a produção do arroz, feijão, farinha de mandioca, etc. para o consumo da família, num segundo momento já era possível produzir apenas um desses produtos em escala maior para a venda, e comprar os demais para consumo próprio. Tanto num como noutro caso a roça foi a atividade principal.

Por isso a roça preside os relatos. Ela está na origem e na base das atividades dos colonos.

Ponto de partida e de chegada, sobrevivência para muitos, nos mais diferentes momentos, às vezes razão da miséria mas às vezes, também, razão da acumulação inicial. Não há uma política para implementar a roça. Se ela estava implícita no plano inicial da colonização, pois essa seria a forma de sobreviver dos colonos a serem recebidos, não constituiu porém o seu objetivo, ao contrário o plano intentava uma transformação da agricultura, o que significava reduzir a roça ou substituí-la por novas

práticas. Nada disso aconteceu.

Os relatos sobre os cultivos compõem a real história da agricultura praticada: complexa, tortuosa, cheia de esforços e incertezas, distanciada das intenções e nem sempre articulada com as políticas implementadas.

Conhecimento compartilhado em geral pelos colonos, seja no nível informativo, seja na experiência do cotidiano, a roça está presente nas representações. Por ela se chega ao universo do trabalho dos colonos - cultivos praticados, extrativismo, comercialização. E sendo os conhecimentos e as experiências sobre a roça comuns a todos, o que difere é o tamanho da exploração, aí incluído não só as "tarefas" de mandioca plantadas, mas o tamanho da família e a possibilidade de contratar trabalhadores adicionais.

Para além do que pode ser realizado pela família, eles passam já para uma outra escala de produção, sem precisar de novas experiências. O que permite essa passagem é sempre a possibilidade de contratar trabalhador, e as informações acumuladas sobre as demandas do mercado. Sem fazer negócios, sem conhecer as demandas do mercado, o colono terá sua produção restrita às roças pequenas, ao alcance da capacidade de trabalho da família ou, às vezes, unicamente do casal, quando os filhos se emanciparam, ou são pequenos.

Muitas vezes a mandioca é plantada, mas a colheita e a produção de farinha só acontecem se houver a decisão orientada pelas demandas do mercado, ou por necessidade adicional da família. Plantar nem sempre significa colher. Plantar, às ve-

zes, é se prevenir para a possível colheita.

A roca é sempre combinada com outros cultivos, tanto assim que é possível estabelecer as várias combinações existentes, embora, os agricultores mais pobres sejam mais dependentes de roca.

Na época da chegada dos primeiros colonos foram o cultivo da cana-de-açúcar e os engenhos (início do século) acompanhados de bons resultados de roca pela fertilidade da terra, mas com fraca comercialização; depois a malva, que começou a ter importância na Bragantina a partir de 1940 (Penteado, 1967), tendo sido introduzida na região de Capanema por um colono japonês; o carvão vegetal, às proximidades dos centros urbanos (Belém e algumas cidades) à medida que o crescimento populacional foi impondo esse consumo (doméstico); na década de 1950, com a chegada de imigrantes japoneses (primeira corrente migratória sem passar por Tomé-Açu) houve a introdução de produtos hortigranjeiros, e na década de 60, a implantação dos pimentais, principalmente pelos agricultores japoneses, que buscaram nas terras da Bragantina, fugir aos ataques da fusariose, ocorrido com o monocultivo da pimenta-do-reino em Tomé Açu; e finalmente, na mesma década, com a política de Crédito Rural, através do trabalho de extensão e assistência técnica, foi possível a passagem para inúmeros cultivos novos na região, com adoção de insumos modernos, principalmente o adubo químico.

Essa política permitiu aos colonos adquirirem as experiências com os cultivos como mamão (tipo Haway), melão, maracujá, sem poderem contudo, se manter nesse patamar tecnológico

devido ao preço inacessível do adubo químico. Por isso, mesmo hoje, tem sentido o retorno à roça, ou a combinação roça com maracujá, ou com mamão, ou com pimenta do reino, ou com verduras, ou com malva. Tanto quanto teve sentido a combinação com engenhos, produção de carvão vegetal, extrativismo.

Não faltaram experiências com novos cultivos, ou aparecimento de algum produto de bom resultado comercial. No entanto, a roça se manteve. Por que as diversas experiências não substituíram a roça? Os produtos da roça, principalmente a farinha de mandioca, tornaram-se bastante comercializáveis pela abertura de novos mercados, e pelo próprio crescimento da população na Bragantina, que determinou o aumento da demanda por alimentos.

A mandioca pode ser cultivada em solos depauperados e adapta-se às características gerais do solo da Bragantina (Valverde & Dias, 1967 e Albuquerque, 1962], além de atender aos hábitos alimentares tanto de paraenses quanto de nordestinos, compondo sua dieta básica.

Se a roça não estava nos objetivos explícitos da colonização, estava, porém, sugerida nas próprias condições oferecidas pela colonização: a experiência dos colonos vai se apoiar nos conhecimentos trazidos da região de origem, e nas condições objetivas encontradas na Bragantina.

Nessas condições objetivas, as políticas interferem, em vários níveis. No mais geral e decisivo, que foi trazer colonos e oferecer-lhe a terra, até no sistema produtivo, isto é, nos cultivos praticados.

Que formas de cultivo se desenvolveram na Bragançatina, e que influências podem ser vistas aí, advindas das políticas de Estado? Júlio e Edemir, de Santa Isabel do Pará, descrevem a roça:

"Nós roçamos a capoeira, entramos aí com terçado no mato, roçamos aquela área, depois derrubamos... e vamos esperar o sol pra queimar. Quando seca a gente toca fogo, depois se... não queimar bem, nós temos... um trabalho pra fazer a coivara, tocar fogo, ajuntar aquilo tudo, cortar, fazer aquelas coivara, tocar fogo. É assim que é trabalho do agricultor !

Depois de alimpado a terra, só não destocado, a gente planta no meio dos tocos mesmo... O fogo quem queima a metade dos tocos, e a gente planta o milho, o arroz, querendo, e a mandioca." (J., 56 anos, entrev nº 024, estrada de Bujarú, Santa Isabel do Pará).

"Eu achei muito cansado a lavoura que nós tava enfrentando, aí foi abandonando... porque pra gente fazer uma saca de farinha, duas... tinha que botar mandioca na água hoje, com quatro dias é que a gente ia descascar aquela mandioca, botar a mistura e ir pro ralo, ralar essa mandioca. É ralada na mão. Não é a máquina, não. É esfregando a mão no ralo... se arriscando... se cortar.

Pra fazer uma saca, duas, de farinha, era duas pessoas, três... trabalhava o dia inteiro! As vez, pra vender uma saca de farinha a 1 000 cruzados... pagando a diária de uma pessoa a 200, ou 250 cruzados. Hoje a saca de farinha já está a 3 500... até 4 000 cruzados tem dado, se for vendido aqui em Santa Isabel. Se for vender em Belém dá mais, mas se torna mais difícil e vem dar no mesmo. Porque a gente vai pra Belém, paga o frete, tem a viagem da gente. Chega lá ainda tem alguma "pontinha" que tem de dar pra um (gafanhoto)... " (E.F.C., 53 anos, entrev nº 038, estrada de Bujaru, município de Santa Isabel).

Pequenos agricultores como R. e B. do município de Bragança plantam roças de mandioca, milho, feijão, arroz, adquirindo sementes, e vendendo a produção para comerciantes, donos de armazéns na cidade. Pela proximidade da pesca (peixe, caranguejo) alguns combinam essa atividade, com os plantios nas colônias. Nesses casos a dependência dos recursos naturais, principalmente a fertilidade natural do solo, é quase exclusiva. O pre-

domínio do saber tradicional e a falta de acesso às informações do mercado, completam o quadro de condicionamento a uma dada situação.

"(...) na roça se colhe o milho, jerimum, batata e outros cereais. Agora, pesca só alguma vez que a gente vai no rio, logo aqui perto, o Caeté, pesca mesmo, mas só pouco pra gente almoçar ou jantar, não dá pra vender." (R, 60 anos, entrev nº 077, Colônia Augusto Montenegro, município de Bragança).

Mesmo sob esse quadro de condicionamento, se a fertilidade natural do solo ainda permite, ocorrem os cultivos tradicionais, associados com frutas, sem utilização de adubo. No depoimento de B., é essa a situação demonstrada :

"Compro a semente do feijão, do arroz, pra plantar. Nem faz dias que eu comprei quase meio saco de arroz pra nós plantar, esperamos que chovesse pra plantar, na terra mesmo, não carece nenhum adubo.

Na minha casa eu tenho uma porção de plantação, agora na roça é maniva, arroz, é o que mais tem pra colônia. Das plantas frutivas, é só banana... que se vende. As outras plantas, laranja, lima, laranja, abacate, os netos come tudo". (B., 52 anos, entrev nº 075, município de Bragança)

Plantar mandioca em terreno de fazendeiro, e, em troca, deixar capim plantado, eis a atividade legada a colonos, que há muitas gerações moram no interior do município de Bragança. A estrada que leva à cidade de Bragança, em condições precárias, e um posto médico, são a presença do Estado.

"Mandioca é que tá dando um futurozinho pra nós pobre. Apesar de ninguém ter terreno aqui, há oito anos que nós mora aqui, nós trabalha em terreno alugado do vizinho, planta a mandioca e planta o capim pro fazendeiro. Colhe a mandioca pra nós, o milho, feijão a gente não tem plantado, porque não tem o adubo. Mandioca tá ajudando um pouquinho.

Eu sou dum lugarzinho ali, distrito de Almoço. Ninguém planta fruta, porque não tem assim uma saída, aqui eu acho que um maracujazal dava bem, mas Bragança não tem condição de comprar todo esse maracujá que a gente levar daqui. Vão comprar pela uma coisa de nada, então a gente só planta mesmo pro custo da gente, três ou quatro pés de maracujá. Mas a terra ajuda pro maracujá... [pra] manga, cajú

Muruci, não... pupunha dá pouca também, açaí é pouco, cupuaçu, também. A gente planta mas não vai pra frente, morre, um café que a gente planta, morre, pejejo pra fazer um cafezal, não sei, a terra que não presta...

Tinha [café aqui] e muito! Que aqui é Moca porque tomavam café em Mocajuba. Deixa está, que a terra era mais forte nesse tempo, o que plantava, dava." (Grupo de senhoras em Bragança, Mocajuba, Colônia Augusto Montenegro, entrev nº 069)

Nas comunidades mais pobres o trabalho da mulher é fundamental, em todas as etapas do fabrico da farinha. Por isso a novidade das hortas pode ser interessante a elas, como alternativa.

"[Meu serviço na roça era] capinar, plantar, da coivara pra frente. Tirar mandioca, fazer a farinha... Entra a família toda, tanto as crianças, os velhos mexiam. As mulheres apertam massa e os homem sempre é que vão torrar. As vezes tem mulher que torra também. Eu nunca me prestei pra torrar farinha, que eu sempre fui fraca. Eu era mesmo pra espremer a massa.

Nunca nós pudemos pagar [trabalhador]. Só a família. Todos [os meus filhos estão na agricultura]. Agora já tem uma que trabalha com uma horta pequena, tá começando na horta.

Naquele tempo não tinha uma pessoa pra orientar outras coisa. Era só aquilo. Todo mundo lá fazia só um serviço. Só a mandioca. Não tinha outra coisa. Agora já apareceu goma, já apareceu horta, apareceu vários trabalhos agora, né?" (MSD, 66 anos, entrev nº 048, Colônia do Carmo, Santa Isabel do Pará)

O solo depauperado e a repetição dos mesmos métodos de exploração parecem ter alcançado um limite, em algumas localidades. Esse limite é a baixa produção, e a sobrevivência mantida com muito esforço.

"Eu acho que aqui no nosso lugar é um pouco atrasado... a gente trabalha com pequenas tarefas de roça, é pouco serviço; os locais já não ajudam mais a agricultura.

São as mesmas terras de antigamente, que já estão muito cansadas, eu acho que com isso a produção não sai bem... Precisa de duas ou três capinas para poder limpar, por exemplo a mandioca não dá muito como era antigamente.

Eu não sou daqui e acho muito fracas essas terras... Se é o feijão tem que ter o adubo, quando não há o adubo, não colhe feijão.

Eu sou ... da banda de Almoço, faz pouco tempo que eu moro também por aqui, mas o tempo que eu tô aqui, não vejo vantagem, as terras tão fraquinha, capoeirinha tudo baixinha.

Só quem usa adubo são esses fazendeiro que tem condições... agora pessoa pobre não tem condição... adubo é caro. Ninguém não usa esterco de vaca, de ave. É pouco o gado e o pouco que eles têm, eles vendem pros pimentais." (grupo de senhoras, entrev nº 069, Mocajuba, Colônia Augusto Montenegro, município de Bragança)

Fazer carvão foi outra atividade comercial associada com a roça, de rendimento mais imediato que esta, possível somente aos colonos localizados em proximidades urbanas, como, no caso, o morador é de Santa Isabel, próximo à Belém. Manter-se na roça parece ser uma estratégia básica, complementada por outras atividades.

" Todo tempo vivi da roça. Pouca, botava roça conforme eu podia trabalhar. Pobre, não tinha dinheiro, capital, tinha que fazer o carvão também que era mais fácil, pra ganhar o dinheiro, pra comprar o alimento. E a roça, fazia a roça e esperava um ano, até amadurecer... Mais fácil nós ganhar dinheiro era o calvão." (J. entrev nº 024, estrada de Bujaru, município de Santa Isabel)

Botar a roça é atividade comum, principalmente para os que não têm terra e se restringem a botar pequena roça em terra alheia. Há mesmo a justificativa de que em terra alheia só dá para botar roça.

"Eu acabo de vir de lá, inda'gorinha, eu mais a velha, se arrastando aí por esse meio de caminho, pra

plantar uma tarefa de maniva! (...) Pra ter uma mandioquinha mais na frente! Minha luta é... botar um pedacinho de roça ali. Às vezes mato um porco pra ganhar uma (bóia), e vou levando a vida devagar." (P.A.H., 56 anos, entrev. n.º 092, município de Capanema)

A roça como experiência que continua sendo a mais vantajosa para o colono, mesmo quando os cultivos considerados mais rentáveis são experimentados, leva a pensar na importância da adaptação do cultivo, ou na "aclimatação", expressão usada no depoimento. Se os novos cultivos têm suas dificuldades, como por exemplo, a doença da pimenta-do-reino ("fusariose") melhor ficar com a farinha, cujo processo produtivo o colono domina há várias gerações. Por isso A.E.B. continua a produzir farinha e a vender pro comerciante.

Por outro lado A.E.B. está fazendo perguntas sobre procedimentos agrícolas. Tanto para a banana, quanto para a pimenta-do-reino, ele não tem respostas. Porém muitas dessas respostas existem a nível de conhecimento técnico, mas não chegaram até ele.

"A novidade mesmo que eu tô aclimatado só na roça mesmo. Só arrancando e plantando.

Eu comecei com o maracujá... Eu já tirei um pouco, mas num tô achando essas vantagens, não. Já produzi um pouquinho de mamão, mas também não achei muita vantagem no mamão. Eu produzi um bocadinho de pimenta, mas deu aquele mal, morreu tudo. Então a gente não deve animar muito. A pimenta é... um ano, três ano no máximo e ela já tá morrendo. Tem delas que não dá nem a primeira carga.

Quando eu vim morar ali naquelas terras, tinha touceira de banana de eu conferir doze cachos de banana numa touceira, e hoje a gente procura uma folha de banana branca, pra fazer um chá e não existe, porque morre tudo. Já procurei remédio pra combater, mas não achei. Será difícil a gente achar?" (A.E.B., 48 anos, entrev. n.º 112, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal)

L. esclarece sobre a reduzida utilização de defensivos nas hortaliças, pela impossibilidade de adquiri-los.

"A gente tá economizando o máximo que pode. Se você vai comprar qualquer um litrozinho de inseticida, de fungicida, tá um preço absurdo. Então todo mundo tá usando pouquinho. Eu me lembro, eu tinha estoque em casa, agora não tenho nada. Nem ditiane eu tenho em casa... porque tá caro demais." (L.A., entre.nº 053, município de Castanhal)

As carências do solo corrigidas com adubo químico, numa prática já assimilada, e um comportamento inovador na tentativa de deixar o solo em repouso com plantio de árvores frutíferas.

"[A terra] não ajuda muito não. Só através de muito adubo químico, a uréia e o 18-18. Eu crio um pouco de galinha pra produzir o adubo. Eu acho que tem que ter os dois [o adubo químico e o orgânico]. Tem diferença, eu acho que melhor é o químico, porque não produz muito inseto.

[A semente] é comprada; algumas vezes a EMATER dá um pouquinho de semente. Eu tô usando uma idéia, trabalho um ano ou dois naquela área, depois eu planto couve, laranja. Estou fazendo outro serviço, plantando limão e laranja, vou pra outra área, já deixo muruci, laranja, cajú; é idéia minha mesmo." (F.N.B., entrev.nº 039, município de São Francisco do Pará)

A decisão sobre a quantidade a produzir é uma decisão pessoal que leva em conta as necessidades da família, mas principalmente as contingências do mercado, indicadas pelo ritmo dos negócios, como mostra J.M.P.:

"[Faço farinha] toda semana... Tem semana que eu faço dez sacos, tem semana que eu faço cinco, também quando eu não estou precisado de fazer nenhuma, eu faço três, quatro, sabe? Conforme o meu negócio. Se eu tenho um negócio, por exemplo de cinquenta mil, aí eu aumento a produção. Porque pra gente fazer pra tá perdendo dinheiro, não adianta, certo? "J.M.P., 47 anos, entrev.nº 050, município de Inhangapi)

Plantar com os próprios recursos, desconhecendo mesmo formas de adubo aproveitando alguma fertilidade da terra, parece ser o procedimento adequado. A comercialização na sede do município, Bragança, é o objetivo, ficando algumas vendas na localidade, que no limite, pode comprometer como possibilidade o consumo próprio.

"Tenho mais de cinquenta pés de coco plantado, macaxeira, mandioca, tudo isso eu tenho agora. Eu tenho roça queimada, já plantei cento e tantos olho de cana, de novo nas terra, e já tenho dois mil pés de abacaxi plantado. (...) De adubo, eu nunca adubei. Porque eu nunca adubei mesmo, nunca; eu não sei nem a vantagem do adubo (...) O pessoal é que fala que dá mais. No meu serviço... nunca foi preciso.

Planto mais é mandioca... Só vai lá com a enxada, capinou, pronto. Uma plantação ligeira. Com aquele dinheiro da farinha já compra o feijão, o tabaco... Não tá produzindo muito porque... a capoeira, fica fraca.

Mas, tá dando sempre a mandioca, macaxeira, cana; mamão é só pra... bôia. Às vezes nós damos pros vizinhos. Banana, sempre tem, pra nós comer, sabe?" (L., 50 anos, entrev nº 073, Mocajuba, Colônia Augusto Montenegro, município de Bragança)

A roça fica sendo, na experiência de muitos, a origem e o constante retorno: a cada novidade mal sucedida ela aparece como o único apoio, a não-política que permanece.

Escapando a qualquer plano, a farinha de mandioca continua sendo o produto sempre comercializável, de larga utilização de mão-de-obra, com baixo custo financeiro e adequação ao solo empobrecido.

Experimentar cultivos financiados, como o algodão, pode esbarrar no isolamento, que impede o acesso à informação mesmo quando já foi ultrapassada a fase de um primeiro financiamento bancário, e do primeiro cultivo do produto. Mesmo assim

as experiências com os cultivos novos se fazem associadas com a roça.

"Trabalho por conta própria... na agricultura. A roça é jurumum, mandioca, banana, essas coisas assim. Às vezes a gente experimenta [outro produto] mas as condições da gente não dá pra fazer certos trabalhos, e a gente vai pra mandioca mesmo.

Só experimentei o algodão mesmo. Também só plantei um ano... aí não plantei mais. Quando chegava no tempo... da gente contratar pra plantar, eu moro mais arretirado e quando eu sei já... esgotou o tempo. Graças a Deus eu, no banco foi limpo, não devo nenhum tostão." (O.M.F., 37 anos, entrev. nº 051, Patauateua, município de Inhangapi)

Produzir para o consumo da família, para manter criações de animais domésticos, e para comercialização é uma combinação permanentemente em construção: impossível definir com antecipação quanto trabalho será dispendido nisso ou naquilo.

"Desde que comecei a trabalhar, a nossa produção era só isso, negócio de mandioca, milho, arroz, e pimenta. Daí foi aquela época que a pimenta fracassou, continuemo novamente só naquilo. Nós vendia aqui em Castanhal... pros marreteiro mesmo. Nessa época tinha esses armazéns: o seu Euclides Porpino, Altevi Correa. Era pra esses que a gente vendia. O milho a gente continua plantando pra criação [de galinha]. Agora, arroz, a gente também parou, aí compra, (...) Temos criação de porco. A gente planta o feijão, na época, a mandioca, faz a farinha e tem também alguma criação. O resto a gente compra; todo tipo de verdura quase, nós temos. Só não tomate, é porque o tomate não dá nessa região." (J.P.L., 63 anos, entrev. nº 052, município de Castanhal)

As frutas mais comercializáveis e a criação de gado se somam aos produtos da roça.

"Ultimamente é farinha, [que produzimos]. Por época, né? Por exemplo, a partir do fim de ano a gente colhe laranja... eu tenho trezentos pés de laranja já frutiva. Temos pimenta. Feijão, dá pra despesa, ainda ontem debulhei uma saca de feijão... Fica pro consumo de casa... O milho que a gente tira, guarda pra galinha, ninguém não vende. Tem gado em casa, umas vinte cabeças de gado. Ultimamente não

estamos vendendo leite. Aqui também, é por época, quando aquele gado tá de cria, vende, depois levanta. Ultimamente não tem. Porco não tem. Aves só de pena, que é a galinha. Coqueiro, Iaranjeira, tudo tem." (A.T.A., 52 anos, entrev nº 109, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal.)

Uma política de Estado dos anos sessenta se explicita nas tentativas da CEPLAC em difundir o cultivo do cacau, conforme narra Júlio. A experiência parece indicar, porém, que a orientação foi dada e assimilada, mas, pelas suas condições, o agricultor não pode segui-las. Parece-se tornar difícil para um colono, sem contratar trabalhador, cuidar ao mesmo tempo de maracujá, mamão e cacau. Além disso, a dificuldade financeira em depender de adubo químico, para os três cultivos, é muito grande.

"Ultimamente eu tenho plantado milho e arroz que não deu bom, deu tudo baixinho...mas deu pra comer duma canjica...milho assado...Frutas, tem muita fruteiras, eu tenho plantado também. Agora estou plantando cacau, um bocado de mudas que a CEPLAC me deu. Já tô pelejando com cacau, dentro dos três anos, mas é muito serviço... O cacau morre muito, todo ano tem que tá... replantando, e é sacrificoso o cacau; o primeiro não adubei, morreu quase todo: duzentos pés, escapou trinta. Ano passado eu plantei uns quatrocentos pés, no verão morreu um bocado, agora tô fazendo um novo plantio, nessa área daqui.

O cacau nós abrimos um buraco assim quarenta por quarenta, e agora a gente aduba, puxa aquelas folhas velhas, com aquela terra preta, põe ali naquela cova, e ali se tiver adubo, aduba pra por o cacau; eles recomendaram esterco de gado ou de galinha, dizendo que da galinha era melhor. O adubo químico pode por. Então é assim que nós plantamos o cacau aqui... a distância, nós plantamos de três em três metros (...). Tudo foi [ensinado] por gente da CEPLAC, que eles conhecem. Então por isso que ainda estou com esse plantio, mas eu quero abandonar o cacau porque dá muito trabalho, custa muito, morre demais, e quando dá um tal de fungo, mata.

Essa nossa terra, só com muito adubo, e eu não tenho dinheiro pra ter o adubo, pra tá adubando todo tempo essas três partes de plantio, o maracujá, o mamão e o plantio de cacau. E tenho a roça também!" (J., 56 anos, entrev nº 024, estrada de Bujaru, município de Santa Isabel)

é o mesmo informante quem descreve a falta d'água no lote, como uma dificuldade para os cultivos. Se o que falta é uma bomba d'água, estamos diante de uma situação semelhante à do adubo - a impossibilidade financeira de ter acesso a uma solução tecnológica. Quanto à expectativa de obter ajuda do Prefeito, isso é singular e bem pouco narrado pelos colonos da Bragantina.

"...eu tenho vontade de trabalhar com verdura mas não tem água. Nós servimos aí numa... cabeceira aqui dum vizinho nosso. Mas quando é no verão seca tudo. Fica aquele buraquinho de retirar água, só dá mesmo pra eles lá. Então nós tiramos água aqui no terreno do fazendeiro num igarapé-zinho que tem.

Tenho vontade de trabalhar com horta, porque já estou com idade mais de trabalhar com essas coisas que dá ligeiro, mas me falta água. Não tenho recurso pra...cavar um poço. Eu apelei pro Prefeito; ele me prometeu...mas até aqui ainda não alcancei. Este ano acho que...estou com essa esperança de eles fazerem o poço pra mim..." (J., 56 anos, entrev. nº 024, estrada de Bujaru, município de Santa Isabel)

Somam-se às condições de solo e clima como condicionamentos fortes, as ocorrências de fogo acidental, nos períodos de estiagem.

(...)"Os mato grande, a capoeira mais grossa, tá tudo pouco, e esse ano tá um ano (ralado) pra nós, porque o fogo queimou essa região aqui, quase toda. É difícil dizer assim... essa área de mato aqui não queimou. O [fogo] atravessava até igarapé. Mas é o seguinte: de qualquer maneira Deus vai dar jeito pra gente continuar a lavoura da gente!" (J.M.P., 47 anos, Entrev. nº 050, Colônia Patauateua, município de Inhangapi).

As condições naturais de solo e clima podem ameaçar os plantios mesmo de quem utiliza adubos e parece conhecer as práticas dos novos cultivos, como no depoimento de L.A. sobre alagação do terreno, nos períodos de cheias intensas.

"Eu vou vender meu terreno porque tá dando problema de alagação. A terra tá muito boa, mas eu estou pensando em comprar outra. Por sinal o serviço não parou. Já estou fazendo o serviço noutro terreno, de um amigo meu. No instante que eu vender aí, que está disposta à venda, eu estou comprando outro. Aí talvez a mulher e o garoto até venha pra cidade, por causa do estudo dele. Mas isso vai depender. Se eu vender, e o dinheiro der pra comprar outro, e poder fazer a casa no terreno que tenho na cidade.

(...)Eu estou nesse terreno desde 70, e até 85 eu nunca tinha perdido nada. Eu tinha uma pimenta até boa. Mamão, hortaliças, maracujá... ia, tudo bem! Quando foi em 85 foi um inverno dos mais pesados que eu já vi, depois que eu estou no Pará. Encheu de água lá, matou tudo. Acabou minha pimenta todinha... acabou tudo. Eu não devia a ninguém nesse tempo, era pouca pimenta mas eu tirava cento e vinte sacos. De mamão, que eu tirava todo tempo, dava pras despesas. Tinha hortaliças. Dinheiro da pimenta não precisava. Então acabou tudo. Pra não dizer que eu não tirei pimenta, tirei dez sacos. Então fiquei com o carro e a casa.

Quando foi em 86, de novo! Eu tinha plantado pimenta, estragou. O mamão morreu de novo. Puxa, fiquei naquela de novo...! Quando foi em 87, foi um ano bom pra mim. Aí não morreu nada. Verão grande e o inverno foi maneiro. Não chegou a morrer nada. Fiquei animado. Comprei mourão, encostei mourão que era pra plantar mais maracujá, plantei mais mamão. "Puxa, acho que dá até pra plantar pimenta" pensei assim. Quando foi esse ano, encheu tudo de novo que me deu uma dor de cabeça...

A pimenta não morreu. Ficou feia, baqueada, mas até que escapou. O mamão tá quase acabado, não tem condições. O maracujá sofreu muito com a água. Hortaliças não tenho mais condições de fazer por duas coisas: uma por causa da mão-de-obra e outra que o terreno não oferece condições. Então fui e falei pra mulher: "Olha, eu acho que vou parar com isso aqui. Não vou mais investir aqui dentro, que eu já estou com o terceiro prejuízo". É minha área de terra que é meio baixa. Por isso quero vender.

Só eu trabalho na agricultura numa família de oito irmãos. Acho que eu gosto. Eu levei esses três prejuízos e ainda continuo lá." (L.A., 40 anos, entrev nº 053, município de Castanhal)

A produção para o consumo da família é um objetivo muito valorizado, na medida em que nem todos os bens almejados podem ser adquiridos: a fartura de alimentos em casa é obtida mais pela produção própria do que pela compra.

"A gente sempre come muitas comidas, muita fruta, quando a gente tem planta da gente mesmo. Nós tem cebola de planta, tomate, coco, laranja, verdura. É difícil faltar pra gente. Fruta mesmo é difícil eu comprar, a gente tem. Mas graças a Deus já tá dando bastante laranja, abacate, banana..." (J.M.P., 47 anos, Colônia Patauateua, município de Inhangapi.)

Ter árvores frutíferas no próprio terreno é algo que pode vir com a terra herdada dos pais, ou com a idéia de um patrimônio que vai sendo construído. Pode também não ocorrer, quando o imediatismo dos cultivos de pequena duração supera a noção de formação de um patrimônio.

"[Meu pai] plantou, lá pro fundo [do terreno], na beira do rio Caraparu, vários tipos de fruta: era pupunheira, uxizeiro, cupuaçu, coqueiro... várias frutas. Aqui, por enquanto, tem essa verdura, tem cana, pupunheira, mamoeiro, laranjeiras, limoeiros e já tenho um cacualzinho aí... tenho até quatrocentas mudas, que eu vou plantar a semana que vem. Já tenho um princípio de cacual plantado. Banana... aqui, a terra é ingrata pra banana. Não dá melancia, dá... eu plantei ano passado, colhi muita melancia." (E.F.C., 53 anos, entrev. nº 038, estrada de Dujaru, município de Santa Isabel)

Produzir malva é outra possibilidade de complementar os ganhos obtidos com a roça. No depoimento de P.G. aparecem duas políticas: a de crédito rural, experimentado pelo agricultor, sem continuidade, e a do preço mínimo para a malva, que não chega a ser garantia ou estímulo para o produtor. A falta de condições para armazenamento e a susceptibilidade ao risco do fogo completam o quadro de insegurança do produto, deslocando as possíveis vantagens para o atravessador.

"Fui financiado pelo Banco do Brasil pra trabalhar, mas só fiz me dar mal. Isso foi em 87, pra plantar malva. Mas os juros foram muito altos, terminei na estaca zero. A gente ficou sem condições, não só eu como todos que

se meteram com o Banco. A malva não dá nenhum resultado... sempre quem compra aqui é o atravessador!

Preço mínimo do governo chegou agora, depois que ninguém tem malva. Aqui a gente tem ocasião que tem deficiência até da própria água, você pra colher malva boa tem que ter água boa! Então, do momento que chega outubro, novembro, que as águas começam a desaparecer... Por exemplo, de onde eu tinha malva, pra conduzir pra onde eu tinha água boa, a despesa dobrava. Eis o motivo das pessoas tirarem a malva antes da época de bons preços.

Então se você vai guardar malva seca dentro de casa, há problema de fogo, uma série de coisas... além da gente não ter condições de guardar pra esperar preço mínimo.

A malva sempre dá prejuízo para o produtor. As pessoas que plantam malva aqui, sempre por causa de utilizar a terra na plantação de feijão, mas que esperar a malva ajudar alguém, não ajuda não.

Paga trabalhador, paga uma parte e trabalha outra, que se fosse só pagar, aí que não tem nada. Trabalho é difícil, dentro da água. Muito chegado a doença." (P.B., 60 anos, entre 063, vila de Tauari, município de Capanema)

Próximo à cidade de Nova Timboteua, na propriedade onde moram e produzem, um terreno de quinhentos metros quadrados, o casal fala das tentativas de se iniciarem nos cultivos mais comercializáveis na região: pimenta, urucum e castanha de caju. O preço obtido na venda é o único estímulo a prosseguir. Nenhuma certeza acompanha essas tentativas, todas sujeitas à venda para o atravessador.

"Muitos atravessadores vêm aqui na porta, pelo menos urucum tenho vendido aqui, a pimenta também, o que a gente tiver, vêm... O preço é a mesma coisa. Sendo volume maior, eles vem buscar na porta. [O urucum tá] cem cruzados agora, não tá valendo nada. Agora que eu tenho vinte quilos pronto. Mas eu acho que tirando tudo, possa ser que dê cem quilos. A pimenta nós tem plantado só um pouco.

Além do urucum e da pimenta, a gente produz pra vender caju. Eu tenho em quantidade, parece que é três tarefas de caju, mas vende só a castanha; o fruto não tem saída, o pessoal vem buscar, a gente dá caju, se estraga à vontade. Banana acabou-se, o bananal morreu." (R. e D., entrev nº 105, município de Nova Timboteua)

M.C., a esposa, fala pelo casal, os dois trabalham sós, pois os filhos são pequenos. O relato dela expressa diferentes alternativas como: produzir para comercializar numa Feira específica, o que permite a diversificação de produtos em pequena quantidade, o cultivar algodão com financiamento da empresa algodoeira e assistência técnica da EMATER. Porém, a dificuldade do custo alto do adubo não pode ser solucionada.

"O adubo é o químico, e tá muito difícil a gente comprar agora ele. É o 10/28/20, é o composto. A gente usa uma tampinha assim de (guarasuco) em cada pezinho de feijão... às vezes a gente usa também jogar ele... cum pezinho e outro... A gente já faz isso pra regar mais.

O ano passado a gente plantamos foi só o algodão... plantei batata-doce também, mas não teve rendimento, porque eu não adubei bem. O ano passado eu plantei uma tarafa, deu bastante batata, porque eu adubei e esse ano eu não tive condições de adubar

Plantamos o algodão ano passado e vamos plantar esse ano também. (...) Eu já trabalhei muito com horta, mas eu tive foi muito prejuízo, aí eu abandonei. O nosso sítio lá tem muito é pupunha... é abil, na safra, laranja, esse ano vai ser o ano da laranja, chega tá carregado!

Essas frutas é plantada pelo pai dele, agora a gente mora na colocação desse, que é dois lotes de terra titulado, passa Igarapé em todos dois, tem uma parte de capim, uma base de umas nove ou dez tarefas. Nós começamos a criar gado, mas não teve condição, aí a gente parou." (J.F. e M.C., entrev. nº 026, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal).

Apoiar-se em uma estratégia de financiamento ao produtor, por parte de empresas, como é o caso do algodão, é uma opção para muitos agricultores em termos financeiros, e uma oportunidade para inteirar-se de novos cultivos e tecnologias implícitas. M.C., descreve essa experiência:

"O algodão, por uma parte favorece muito a gente, porque a gente recebe a semente e o adubo, só paga na colheita. A gente tira aí no depósito, pela EMATER, aí eles

financiam o adubo e a semente. Achei muito bom, esse ano nós vamos plantar de novo.

E o rendimento, na parte que nós plantemo que nem o técnico falou, achamos melhor produção. No ano passado compensou, agora esse ano eles tão falando parece que vai ser cinquenta ou é sessenta [por quilo], não sei se vai compensar, né?" (H.C., 34 anos, entrev nº 027, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal.)

Produzir inteiramente a mercê das condições do solo e clima, resulta em muitas perdas: para a família que se inicia no cultivo do mamão uma seca pode ser desastrosa. Nesse caso não há procedimento ao alcance da família para enfrentar as alterações do clima. Mas há agricultores japoneses na região que frente à mesma seca puderam evitar a perda do mamão, utilizando método de irrigação.

"...O ano passado nós plantamos cem pés de mamão só pra aprender a trabalhar. Aí foi a época do verão forte e... não teve condição. Foi a primeira vez, mas tava lindo e cada mamão dava quase um quilo, e foi só produção nossa, sem técnico nenhum... Foi a seca! Porque a nossa terra lá parece que é um terreno muito arenoso... não sei nem que plantio nós possa plantar, no verão." (J.F. e H.C., entrev nº 026, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal.)

Fazer experiências pela própria iniciativa também é comum, sem que isso seja compartilhado, seja pelos demais agricultores, seja pelos serviços de assistência técnica. São experiências que podem ficar restritas ao uso do próprio autor do experimento.

"Agora eu plantei uns duzentos e poucos filhinhos de banana, dessa banana prata. Dá bastante! A gente aduba bem, com casca de mandioca. Nós vem comendo banana um bocadinho de dias atrás, boa. E eu plantei também uns filhinhos de banana branca e dessa maçã.

Quando foi com um mês, mais ou menos, aí eu fui lá... a bananeira ficou, quem visse diria que tinha botado fogo, arriou o cacho! Pronto, num tem jeito!

Já essa outra banana, a maçã, essa soltou o cacho, bonito que só! E eu animado com ela, porque eu adubei

com o carvão do forno. Eu tirei carvão do forno, cavei a covinha assim quadrada, enchi de carvão de forno, sentei o filhote de banana em cima e cobri com carvão de forno. Pois tá lá, nós já tiramos um cacho de banana... Já comemos e tá bonita a touca.

Agora eu tenho que plantar um outro pé de banana branca, e fazer o mesmo serviço que eu fiz na maçã, que é pra ver se tem alguma ciência... Se der certo, posso até participar para os meus amigos, que tá dando certo o carvão de forno." (A.E.B., 48 anos, fita 49).

Adotar experiências novas é possível em meio à tradição. Os aprendizados realizados em meio a custos e incertezas, mesmo quando decorriam de política de crédito e assistência técnica do Estado, e não puderam prosseguir. A.B.S. chegou a ser "agricultor-modelo" sob a ação da ACAR, e manteve-se assistido pela ACAR e EMATER desde 1965. Para beneficiar-se do crédito agrícola, enfrentou resistências do pai, e correu riscos, os riscos que muitos de seus companheiros não quiseram correr. Atualmente A.B.S. experimenta, com alguns companheiros, o trabalho comunitário com financiamento da SUDAM, e assistência da EMATER. São políticas do momento que A.B.S. segue mais uma vez, sem nenhuma certeza ou garantia, na busca de alternativas. O que significou para ele o sucesso? No seu depoimento está a aprendizagem, a reorientação das práticas e a adoção dos novos cultivos, com vantagem. Mas são frágeis as relações com o mercado e com as políticas, e é preciso readaptar-se continuamente.

"[O pessoal da ACAR] ... dava aquela orientação, a gente ficava fazendo, no fim de semana eles voltavam. Mesmo as próprias casas que vendiam os adubos pra gente, que nem no caso do seu Okajima... é um japonês muito antigo, ele mesmo ensinava como a gente devia fazer no caso do melão, da melancia e a gente já trazia aquilo tudo gravado na cabeça. Tornou-se muito prático a gente fazer.

(...) Meu pai não se admirava com essas coisas não, porque eu cheguei a debater com ele, no tempo que eu fiz o primeiro financiamento no Banco do Brasil. Eu tinha

comprado meu primeiro terreno, e ia fazer um financiamento-zinho no Banco pra colocar um roçado maior, pra ver se melhorava a situação. Eu me lembro como se fosse agora, ele disse: "Meu filho tenha cuidado que o Banco pra deixar um na saudade, é daqui pr'ali. Quando dá fé, você faz esse roçado, não se dá bem, pode até perder o seu terreno". Eu digo: "Mas isso tudo é jogo da vida, eu vou tentar".

Teve muita vantagem pra gente mudar ... de mandioca pra outro tipo de agricultura. Depois que comecei a trabalhar com mamão, com maracujá, pelo menos a gente não tem mais aquele sofrimento que quando a gente trabalhava com farinha... Farinhada, se tem que começar dia de segunda-feira, arrancar mandioca pela parte da manhã e aí aquilo vai à noite. Se tiver dez pessoas pra trabalhar na casa, todas dez trabalham... Quando é de madrugada precisa levantar, uns pra torrar, outros pra imprensar e é aquele corre-corre danado! Pra ficar pronta no final da semana!

E esse outro tipo de agricultura, não; esse eu saio de manhã cedo, tranquilo, pra cuidar de fazer aquela limpeza nas frutas. E quando chega tempo de safra de mamão, só tem trabalho de tirar aquele mamão, tem que tratar bem daquele produto, lavar, secar, porque é pra mandar pra São Paulo. O carro apanha aqui as caixas e leva direto. A gente manda pelas firmas que tem em Castanhal. E aquilo é pago por quinzena. É pouco mas... dá pra ir levando.

Quando se trabalhava só com mandioca, todo ano tem que fazer um roçado... e agora com esse outro tipo de produção, não. Se a gente faz uma área, por exemplo: broca uma capoeira, queima, destoca ela e planta-se no primeiro ano o mamão, aquele mamão tira três, quatro anos... naquela área. Quando ele não presta mais, a gente derruba aquilo, mexe aquela terra, incorpora aquele bagulho velho todo e aí planta feijão. Pode preparar a área de novo e plantar o mamão, que aí é que dá bom mesmo! Quer dizer que a gente trabalha dez a doze anos numa mesma área de terra.

Nesse tempo era aquela... Acar-Pardé, depois veio a Emater, e os técnicos estão por aqui, quase toda semana, eles estão no meio da gente orientando, e a gente já vai plantando uma laranja, outras coisas pelo meio, tudo...

Na época de melão a gente pagava trabalhador. Só aquela época do serviço mais pesado, mas tirando daí ficava só o pessoal de casa, entre tudo são quinze filho. Mas na época do serviço mesmo, nós tem uma base de três, quatro homens trabalhando, mas só filho. Pagava algum trabalhador quando o serviço tava muito apertado.

Melão é serviço que a gente não dá conta! Com 75 dias, se ele tiver de lhe dar um resultado, ele já deu. Mas também se tiver de (quebrar) mesmo, deixar sem capital, ele já deixou. Mas dentro dos 75 dias o sujeito tem que ter um cuidado como quem tá criando um filho. Tem que tá todo dia fazendo limpeza, pulverizando, olhando se não tá entrando mal... Não tem nem comparação com o mamão." (ABS, 56 anos, entrev. nº 011, Colônia Iracema, município de Castanhal)

O aprendizado tradicional do plantio e preparação do tabaco não tem mais aplicação. L. sabe fazer, a esposa também, mas ele mesmo prefere comprar. A falta do estrumo, e os trabalhos necessários estão nos argumentos, mas o que aconteceu com a produção de tabaco dos campos de Bragança?

"Não tendo o estrumo pro tabaco, que nem o estrumo do gado, não adianta a gente plantar, só dá uma besteirinha. Papai plantava, não dava muito, eu também não li-guei de plantar.

Eu fumo, mas eu compro. Dá muito trabalho pra fazer... porque à noite, é que vai destalar ele, vai entrar pela noite destalando, dez, doze pessoas, arrumando... [É à noite] devido o vento, aquilo enxuga rápido.

Então, quando é de manhã vai fazer um molho de tabaco, daquele molho assim... E passa assim." (L., 50 anos, entrev nº 073, Mocajuba, município de Bragança)

Como foi feito o aprendizado necessário às criações de gado? A.M.A., filho de imigrante que trabalhou toda a vida com reba, dedicou-se à pecuária já adulto, valendo-se da convivência com pessoas de fora, inclusive trabalhadores seus.

"Meu pai não [cuidava de gado]. ... Foi por mim mesmo [que eu aprendi]. Ai pegou a chegar gente do Ceará, e a gente botava em casa pra ajudar e aí a gente foi introduzindo. Eu fui vendo, já tinha outros fazendeiros também, aí eu fui trabalhando" (A.M.A., 76 anos, entrev 110, Colônia Tres de Outubro, município de Castanhal)

O plantio de frutas sempre complementa a atividade principal. Mas pode ser também, como no depoimento de J.H.O., comerciante, o objetivo central, junto à criação de abelhas. A Bragantina continua a experimentar cultivos, ou a tradição de produtor familiar já vem apontando para frutas e mel de abelhas?

"Eu tenho uma áreazinha pequena,....é meio lote, e eu estou fazendo uma criação de abelha, de abelha italiana e fazendo um plantio só de frutas."(J.H.D., 56 anos, entrev nº 052, município de Peixe-Boi)

E.F.C., ligado ao Centro Comunitário da Prefeitura de Santa Isabel, planta mamão, cebolinha, cheiro verde, jambú, utilizando sementes fornecidas pelo Centro. Vende a produção para o atravessador, e planeja aumentar a quantidade. Animado com a experiência do Centro, de pouco mais de um ano, ele narra suas práticas, ora inovadas pela assistência do Centro, ora inovada por suas próprias idéias, diante das dificuldades de adquirir adubo. O trabalho comunitário no mesmo Centro estimulou a iniciar novos cultivos, e a desenvolver novas práticas:

"Esse tipo de plantivo, eu comecei já depois que eu tava no Centro. Já depois de muitos dias...de eu trabalhar, foi que eu comecei...porque o Itamar mandou que eu beneficiasse a terra, que ele me dava a semente. Ele me incentivou e eu cheguei aqui, trabalhava era dia de domingo, era até de noite.

Aí, eles sempre entrando aqui, me incentivaram...foi a causa d'eu encaminhar. Estou me dando bastante bem. Não estou melhor, porque está pouco...

Eu já fez pelos meus cuidados, na seguinte forma: que eu fui trabalhar lá...espiando meus companheiros trabalhadores, já os práticos, os técnicos...Principalmente aqui com o Itamar, ele já tem experiência, ele me ensinava como era pra fazer, como não era...O que eu aprendia lá, eu vim plantando no meu terreno. E muitas coisas que eu também não aprendi lá, já tou tirando da minha cabeça, vou fazendo e vai dando certo pela minha experiência.

Eu ia fazer as leiras pr'ali...Eu digo: não, eu vou fazer esse leirão no pé do mamão, porque o adubo da verdura já vai servir pro mamão...Praticamente o adubo químico tá demais, e não temos condições...Tá muito caro.Tá caro demais." (E.F.C., 53 anos, entrev nº 038, Conceição do Itá, município de Santa Isabel).

Para quem, como J. M. P, produz farinha-de-mandioca em grande quantidade, torna-se imprescindível a contratação de trabalhador para "capinz, broca e derruba".

"...Aqui e acolá acontece de eu botar um trabalhador assim de empreitada. Sempre é sobre capina, broca, derruba; pelo menos agora eu vou botar duas turmas pra trabalhar lá, pra ajudar, porque o serviço é muito e se a gente pôr pra perder, é prejuízo." (J.H.P., 47 anos, entrev nº 050, colônia Patauateua, município de Inhangapi)

Outras vezes o produtor de farinha de mandioca em grande quantidade depende da contratação do "forno", trabalhador que torra a farinha, como é o caso de A.T.A.:

"[Dos onze filhos] ainda tem oito em casa. Quatro trabalham comigo, três são pequenos. Contrato [trabalhador]. Pelo menos, forno de farinha, sempre é uma pessoa particular. Ele vem só torrar a massa, e vai embora. Por exemplo, ele vem torrar a massa hoje e amanhã, se depois eu não tiver farinha, ele também não vem mais! Ele torra a farinha uma vez, três, quatro semanas... se já não vem mais torrar, a gente arruma outro, e assim vai trocando de idéia." (A.T.A., 52 anos, entrev nº 108, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal)

A contratação de trabalhador complementa o trabalho familiar de quem contrata. Mesmo nas famílias numerosas, como a de A.M.A., que teve dezenove filhos em dois casamentos, e sempre pagou trabalhador.

"[Os meus filhos] trabalhavam também; ainda mesmo com os meninos, mas ainda tinha trabalhador." (A.M.A., 78 anos, entrev nº 110, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal)

A participação dos filhos homens no trabalho agrícola é comum. Principalmente enquanto eles estão sob o domínio dos pais. O trabalho familiar está na tradição cultural dos colonos.

"Tenho oito filhos, sendo três moças, uma moça e duas chegando... Estão na colônia! Tem um que casou mas

mora lá. Sempre [trabalharam comigo]! Sempre! Toda a vida. Vêm comigo... Estão nos acompanhando, na luta." (J.P.L., 63 anos, entrev 052, município de Castanhal)

Há necessidade da contratação de trabalhador, mas ela fica restrita aos momentos imprescindíveis, pela dificuldade financeira que isso representa para o pequeno proprietário, como narra J.:

"Tem uma pessoa aí, trabalhando comigo, tem trabalho pra uma semana, duas, comigo no serviço, mas não posso continuar, porque não tenho com que pagar eles. A minha família agora, são dois filhos, eu e a esposa. E agora uma nora, cinco, né? E um sobrinho que está comigo.

Só quem trabalha na lavoura sou eu. Um filho trabalha como servente de pedreiro, não gosta de roça. O outro trabalha comigo, esse tem me ajudado bastante, mas ele estava empregado, agora que foi desempregado.

Quando estou apertado arrumo uma pessoa pra botar pra me dá uma ajuda, é assim..." (J., 56 anos, entrev 024, estrada de Bujaru, município de Santa Isabel)

Para o colono que adotou os cultivos novos da região, em combinação com a exploração do transporte de carga das colônias para a feira, a roça tornou-se dispensável. A segurança em abandonar a roça parece estar associada com o domínio das práticas necessárias aos novos cultivos, e com o acesso às informações sobre o comércio. O trabalho de transporte de carga facilita o acesso às informações. Mas a impossibilidade de contratar trabalhador determinou a mudança de cultivos: de hortaliças para mamão, maracujá e pimenta.

"[A verdura] depende muito da mão-de-obra, e eu não tenho mão-de-obra em casa. É muito difícil empregado, pra gente pagar pra verdura, sai muito caro e não compensa.

Minha família é eu, a mulher e uma garota, e pra trabalhar com verdura, não é fácil, não. Que verdura, é uma coisa que chega rápida, mas depende muito de estar cuidando, tratando. Quando é no dia de tirar, precisa quatro, cinco pessoas...

Por isso parei com o negócio da verdura. Eu estou mexendo só com mamão, maracujá e um pouco de pimenta. O meu mamão está indo direto pro Maranhão. Eu entrego em casa, direto pro Maranhão. Maracujá, agora que está pouco, eu estou vendendo na feira. Mas pra semana eu vou entregar pra Amafruta. Ninguém tem compromisso. Ninguém é obrigado a vender... Eu nunca sei como é que está a Amafruta. Eu ouvi falar que ela já aumentou." (L.A., 40 anos, entrev nº 053, município de Castanhal)

Se há proprietários contratando trabalhadores, quem são esses trabalhadores? Tanto no início da colonização quanto agora, colono contrata colono, ou dito de outra forma, proprietários são, em determinados períodos do ano, trabalhadores contratados por outros proprietários. Vender dias de serviços pode ser estratégia vantajosa para o vendedor da mão-de-obra, em alguma fase do seu próprio trabalho de agricultor.

"Quando o meu serviço está adiantado, negócio de plantação, aí eu estou dando uma diária pra um, uma diária pra outro, ganhando aquele dinheirinho." (L., 50 anos, entrev nº 073, Mocajuba, município de Dragança)

P.B. faz cuidadosa narrativa sobre a chegada das famílias de agricultores japoneses em Castanhal, e a forma como ele e seus irmãos, na condição de assalariados, aprenderam com essas famílias as técnicas do cultivo da pimenta-do-reino. O depoimento resalta também as dificuldades financeiras para quem dedica-se à pimenta-do-reino, sem contar com qualquer financiamento bancário, ou política de governo para esse cultivo:

"A única novidade [no tempo do meu pai] era a pimenta-do-reino. Porque de 61 pra 62 foi quando os japoneses começaram a chegar em Castanhal. Quer dizer, onde o japonês primeiro entrou, no Pará, foi Tomé-Açu. E depois, a chegar a se expandir nas colônias de Castanhal, foi depois de 60. Até 60 tinha aqui em Castanhal os três japoneses, com suas famílias: Toshio, Kazuo e Minoru, os três irmãos. Praticamente eram só eles que tinham pimenta.

De 61 pra 62 chegou o japonês que foi morar bem vizinho conosco, o Mitio. Comprou o terreno do nosso vizinho e daí foi que nós começamos a conhecer a pimenta-do-reino.

A mãe dele que era já velha, japonesa, ela plantava tomate, dentro do pimental, e melancia. Mas o acesso ao mercado com esses produtos não era muito fácil. A venda era besteirinha. Agora, pimenta é que era a produção delas. Que já tavam vindo de Tomé-Açu.

O papai é uma pessoa analfabeta, muito trabalhador; mas ele nunca foi de acreditar em uma coisinha a mais. Parece que o papai sempre gostou muito de (dar murro), de trabalhar muito, e parece que ele não visava, pela formação dele, nunca visou muito lucro. Ele visou mais o trabalho, desenvolver o trabalho, usar a força que ele tinha. Então, quem chegou a plantar pimenta no terreno do meu pai, fui eu. Eu fiz quinhentos pés de pimenta frutivo.

Quando houve em 64 essa alagação todinha, houve um desgosto dos próprios colonos. Trabalhar com a roça, como que ele ia começar, se tinha acabado tudo? Então, a maioria dos colonos, àquela época, recorreu a trabalhar com o japonês, que era nosso vizinho. Praticamente a família toda passou a trabalhar com o japonês. Eu trabalhei quase dez anos com o japonês.

Mas quando eu saía do japonês, cinco horas da tarde, tinha vez que eu trabalhava até sete ou oito horas da noite, tentando fazer alguma coisa pra mim. E o que eu tentava fazer naquela época era o pimental.

Eu morava com papai, e no dia de sábado, a gente sempre largava ao meio dia. Prestava conta, vinha pra casa e enquanto os outros irmãos, eles achavam que não deveriam fazer mais nada, e tiravam pra descansar, eu sempre ficava trabalhando até sete, oito horas, quando dava. E domingo, eu ia trabalhar às vezes até meio-dia.

Papai nunca concordou. Eu, por achar que eu tinha necessidade de fazer aquilo, queria fazer, que eu sempre pensei num dia à frente. Como eu sabia trabalhar com pimenta, eu fui tentar fazer um pimentalzinho. Quer dizer: com muita dificuldade!

A técnica nós tínhamos pelo seguinte: no mesmo japonês eu consegui fazer tudo, só numa área. Porque eu passei lá quase dez anos trabalhando com ele. Em termos de técnica, eu sei tudo de pimenta. Dar pulverização, capação, amarração, plantação, adubação, tudo!

Então, ficou fácil a parte técnica. Mas pra mim conseguir a madeira, os terrenos de lá quase não tinham. Eu tinha que andar por tudo quanto era canto. Aqueles paus velhos, quando estavam enterrados no mato, a gente ia lá arrancar, serrar e fazia algum mourão. Depois que eu fiz os primeiros, os segundos eu já consegui comprar carradas de mourão. Até que eu tive oportunidade de poder conseguir [curso] na feira, pra pagar alguém pra me ajudar a fazer. (P. B., 43 anos, entrev 054, município de Castanhal)

Os cultivos de D.M.S. mostram a chegada do produtor familiar ao cultivo da pimenta-do-reino, associado aos produtos da roça para subsistência; faz farinha só para consumo:

"Lá no meu setorzinho, só negócio de pimenta mesmo e outras plantação maior! Também planto uma macaxeirinha, milho pros bichos, só. Horta, não tem." (D.M.S., 44 anos, município de Peixe-Boi)

R.S.O. conta a sua vida e a de seus filhos já adultos: as filhas casaram, só os três filhos ficaram na agricultura, trabalhando juntos. Eles cultivam o melão, mamão, melancia e pimenta-do-reino, usando adubo químico e trator. A experiência iniciou com um dos filhos que trabalhou para um agricultor japonês, e agora segundo ele, todos trabalham "de um jeito certo", seguindo novas técnicas, com produtos rentáveis.

"Meu filho tem trator, carro e terreno. Ele comprou do japonês. Ele trabalhava pro japonês, depois ele comprou tudo dele. Meu filho aprendeu com o japonês. Ele trabalha [do jeito que aprendeu], todos os três sabe trabalhar de um jeito certo." (R.S.O., 64 anos, entrev nº 040, Taboal, município de São Miguel do Guamá)

L. avalia a agricultura destacando as mudanças ocorridas, e vê a presença dos japoneses, com práticas agrícolas novas, como a razão das transformações. Para ele os colonos aprenderam com os japoneses as técnicas necessárias aos cultivos novos, no caso, a pimenta-do-reino e a horticultura.

"Quem provocou mudança na nossa agricultura foi o japonês. Veja só: o japonês entrou com agricultura no meio da colonhada! Então, o colono foi vendo aquilo e aqueles que tinham mais inteligência, mais coragem, foi aprendendo um pouquinho. Foi o meu caso. Fui aprendendo um pouco

e fui trocando, de roça para coisa melhor." (L.A., 40 anos, entrev nº 053, município de Castanhal)

P.N.B. lembra que o pai, atualmente com 81 anos, mudou de Maracanã para Igarapé-Açu e há quinze anos está em Castanhal, onde possui dois lotes de terra. O informante, seus quatro irmãos, e seus seis filhos trabalham nos terrenos do pai e do sogro, e vendem a produção na Feira do Produtor. A experiência de trabalho de P.N.B., de produtor de hortaliças, foi marcada pelo contato com agricultores japoneses. Sem contar com qualquer outra assistência técnica, a iniciativa própria pesou muito.

"Eu trabalho com roçado, trabalho com hortaliças. Estou plantando mandioca, plantas diversas, tomate, pouco mas planta, cheiro verde, pertence a horta, né? Tiro goma, tucupi, molho [de pimenta], mastruz e jerimum. Farinha não vendo. Deixei de vender farinha. Eu me saí da roça, de farinha. Achei melhor a venda de verdura. A gente faz farinha e come, pro consumo, dá pro porco..."

Essa experiência [de hortaliça], peguei com japoneses, trabalhando com o japonês. Até hoje, eu não tenho assistência de ninguém. Aliás, essa Feira aqui, é assessorada pela EMATER, mas eu até agora, só tenho promessa que vou ter assistência da EMATER, mas no que faço lá, é prática com japonês. Trabalhando com japonês." (P.N.B., 43 anos, morador do km 7 da rodovia Castanhal-São Francisco do Pará).

III.4 - OS COLONOS AVALIAM SUA EXPERIÊNCIA

Submetidos à ação das diferentes políticas, e contando com os próprios resultados e dos vizinhos e companheiros para avaliar essas políticas, os colonos vivem a experiência a seu modo. As políticas, da forma como atingem a eles, em sua experiência, são ações do cotidiano, para as quais há explicações de todo tipo, menos a de que as políticas não são acaso, ou fenômenos da natureza, nas decisões tomadas em algum sentido. Para quem perde a terra irremediavelmente, pensando que está fazendo um bom negócio ao vendê-la, talvez não ocorra que a terra herdada resultou de uma singular política de apoio ao agricultor pobre. Mas para quem acompanhou o episódio, resultou a certeza de que essa terra de herança começa a adquirir valor, com base em novos acontecimentos. Solos empobrecidos podem ser recuperados. Em meio aos acontecimentos e às reflexões sobre os acontecimentos, dá-se a experiência.

Da avaliação de A.B.S. vê na renovação das práticas agrícolas a melhoria alcançada. A comparação é feita com o esforço de seu velho pai, imigrante que sobreviveu plantando roça, e com os companheiros de mesma colônia que não alcançaram a melhoria dos cultivos novos. O depoimento é de quem acompanhou as políticas: de crédito rural, de uso de insumos modernos, de adoção dos cultivos novos, e, mais recentemente, do trabalho comuni-

tário incentivado pela SUDAM.

Acompanhou as políticas, mas a seu modo: sem poder mais usar o crédito, produz um pouco de cada cultivo novo, e, precavido, não abandonou a roça. Receptivo ao pessoal da assistência técnica, ganhou título de "agricultor modelo" no tempo da ACAP-Pa, e, na qualidade de líder tenta convencer os companheiros a adotarem orientações dos técnicos, atualmente sob a forma do trabalho comunitário. Sua avaliação considera tudo isso.

"Fui nascido e criado aqui nessa Colônia Iracema. Toda a vida trabalhei na agricultura. Só que a agricultura que eu fui criado é muito diferente dessa que eu estou usando hoje em dia. No tempo que eu me decidi trabalhar com o meu velho pai, nesse tempo a gente só trabalhava com mandioca, arroz e milho. Hoje, não!

Tá com uns dez a doze anos que a nossa agricultura, pelo menos nessa nossa região aqui, mudou muito. Eu mesmo com minha família, tá com uns quinze anos que nós mudamos a nossa agricultura. Nós ficamos sempre no mesmo ritmo, planta só a roçazinha, mas ninguém vive mais da roça. Nossa produção aqui é feijão, quando chega a época, maio pra junho; mamão, maracujá e melancia. Mas a maior parte dos agricultores aqui, principalmente os mais baixos de que eu, na produção, é só naquele ritmo de mandioca. Porque eles não tiveram assim uma certa... orientação.

Eu comecei a trabalhar com Banco do Brasil, financiado, com roça no primeiro ano. Depois eu melhorei o capital e achei que a roça só tava dando pra tirar uma e fazer outra. Os companheiros começaram a me orientar, que eu podia experimentar um pouco de outra agricultura. Digo: vou fazer o teste!

Comecei plantar uns mamãozinho, negócio foi melhorando, comecei plantar melão, maracujá, melancia e sei que praticamente mudamos a nossa agricultura; a gente ainda usa mandioca mas não é mais como a gente usava. Então de cada um a gente faz um pouco; nós temos um pouquinho de gado também, tudo dá pra ir ajudando... o serviço. Nós ficamos agora nessa base, e paramos o movimento de Banco, com Banco ninguém aguenta mais trabalhar.

Este ano estamos já trabalhando com um grupo de dezessete a dezoito produtores. Somos financiados pela SUDAM, pra fazer plantio de maracujá. Nós fizemos um financiamento pra quatro mil pés de maracujá, só numa área, é

conjunta, uma parte no meu terreno e outra no do irmão meu, são sete hectare de terra, mas tudo é uma área só. A gente vai tentando pra ver se melhora; os outros, que não tão bem orientado, e a gente também..." (A.B.S., 57 anos, entrev nº 011, Colônia Iracema, município de Castanhal)

Se a Bragantina não é marcada pelos conflitos de terra, a indefinição das propriedades tem sido causa de questões fundiárias. Alguns depoimentos ressaltam claramente o problema fundiário como o mais grave. É o caso do depoimento de P.A.N.

"Se o governo olhar, melhora depressa. Tem que dá uma [revisão], saber quem tem documento dessas terras, e os que não tiver documentos, é dividir pro povo, aí pronto, só isso!... Isso é que nós exige. O governo botar pra assinar: cadê o documento da terra? Não tem? Então, corta! Aí entrega, loteia, se não der um lote para cada um, dá meio que o sujeito vive em duas tarefas, a vida inteira." (P.A.N., 56 anos, entrev nº 092, vila de Tauari, município de Capanea)

Para L.A. as dificuldades maiores se devem à falta de poder aquisitivo para aumentar a produção, utilizando insumos modernos e contratando trabalhador. Além disso a instabilidade dos recursos naturais, ou a impossibilidade de dispor de técnicas que enfrentem melhor a escassez ou excesso de chuva:

"A carestia vem ficando muito grande. O adubo vem ficando muito caro. O inseticida, fungicida, o trabalhador, como nós chamamos o empregado, não quer mais trabalhar! Esse ano, foi um inverno muito forte, muito violento, que atrapalhou muito o negócio de hortaliças. E ninguém conseguia... pelo menos na Colônia do Doze, eu tirava oito a dez carradas de hortaliças por semana, ano passado. Esse ano passou mais de dois meses sem tirar uma carrada por semana. Agora que eu comecei devido o mamão que chegou, e estou tirando uma carrada dia de sábado.

Eu tinha três trabalhadores e fui reduzindo pra dois, pra um, com pouco mais não pode ficar com nenhum, porque o salário sobe o todo tempo e a nossa mercadoria não sobe, pra compensar. Eu acho que isso é quase nacional, todo

mundo tá falando isso aí. Que nem eu vejo os agricultores... tá todo mundo reduzindo a produção. Hoje aumentou os produtores, diminuiu a produção." (L.A., 40 anos, entrev nº 053, município de Castanhal)

Para A.E.B. as dificuldades estão na falta de adubo, e de máquinas. E o parâmetro de comparação é a experiência com o algodão, estimulado e financiado pela empresa algodoeira na Bragantina.

"Saída pra nós, eu acredito que seja na parte do adubo, mesmo financiado. Eu acredito que o colono que tira adubo e pega trator...afinal quase todo ele, tem condição de pagar o adubo. Porque veja, esse pessoal do algodão, eles financiam o algodão, o caroco e o adubo. O caroco é dado, o adubo vem, e depois que o algodão entra, é descontado, na Casa do Agricultor. Desconta o adubo, e tem vantagem.

Então na parte agrícola podia ser a mesma coisa. Porque com o adubo a gente tira o feijão, tira o arroz, tira o milho, agora sem adubo a gente não tira nada. É besteira meter a cara!

Nós estamos tendo uma vantagem na colônia: um sindicato que tem em Castanhal; que adoeca uma pessoa, corre lá, aí tem um hospitalzinho. Nós pagamos uma contribuiçãozinha, três mil por mês.

Dia desse eu levei esse meu rapaz lá. Cheguei lá, falei com o presidente, o ... Rosemiro, né? E ele: "É na hora!" Aí preparou, levou ele pro hospital, ele passou uns cinco dias lá, foi bem tratado. Ainda é a vantagem que está tendo! Eu não sei como ainda tá tendo isso, porque o resto não tem nada." (A.E.B., 40 anos, entrev nº 112, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal)

O casal J. e D., em sua avaliação destaca a impossibilidade de arcar com os custos do adubo químico, imprescindível para a produção.

"Se tivesse um financiamento, alguma coisa, pra gente trabalhar mais, botar um roçado maior. Porque a gente não pode levantar coisa grande, não tem condição de tratar, né? Se tivesse um negócio de financiamento, tipo a EMATER, pra pegar um adubo financiado...A gente botava mais terra e mais produção!"

Só dá com adubo nossas terra... Quando a gente aduba, dá um feijão maravilhoso, dá mandioca. Já foi muito explorada [essa terra]. Se numa terra dessas der dez sacos de feijão, ele adubado dá vinte! É, dá o dobro!" (J.E.D., entrevista nº 107, município de Nova Timboteua)

A terra fraca, sem possibilidade de renovação mesmo para quem dispõe de três lotes, a produção servindo só para o consumo dos animais, eis o relato de A.E.B., que descreve a situação como se estivesse num limite, em que a luta pela sobrevivência, em condições precárias, ao expor homens e pássaros na disputa pelos cereais plantados, termina dando aos pássaros a vitória.

"As terras são tudo fraca. Tudo é capim de estrepe, vassoura de botão. Camarada planta, roça aquilo e não tem mais nem o que o fogo queimar, porque quando a terra é forte o fogo queima, deixa aquela cinza, fica uma terra mais ou menos forte. Mas não tem mais nada disso...

Eu estou com três lotes de terra, já corrigi os quatro cantos desses terreno. Antigamente, quando eu entrei pra lá, eu tirava o milho mais avultado, agora o milho dá mal pros bichos: porco, galinha. Arroz, plantei um arrozinho esse ano, quando eu terminei de catar, acabou-se de moer, quem venceu mais foi o pássaro! O passarinho, a gente chegava lá fazia nuvem... e deu um negócio dum chupão. Eu não vou perder semente, porque guardei um pouquinho, pro modo o ano que vem ter a planta, pra não ir atrás do vizinho". (A.E.B., 48 anos, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal)

Para L.A., as opções dos cultivos novos significaram, na Bragantina, a saída para a agricultura. Para ele a roça não é mais alternativa, porque em comparação com a rentabilidade dos novos cultivos, é desvantajosa. Por isso os colonos estariam mais alertados para o valor das próprias terras. Os que saíram, vendendo o lote por preço baixo, deram-se mal, e serviram de exemplo para os demais.

"Pra muitos dos colonos faltou coragem. Eles lutam desde criança e não passam, como chamam eles, de "pau da roça" ... Hoje está até melhor o ramo da roça, mas no passado era péssimo. Então, coitados, eles se desanimavam; eles viam aqueles outros com o ramo diferente, comprar um carro, uma coisa, e eles nunca compravam nada, que a roça nunca dava pra nada, então eles foram desanimando e foram vendendo suas terras.

O japonês chegava, botava um dinheiro, eles vendiam e vinham embora pra cidade. Muitas vezes voltavam a trabalhar pro japonês, na terra que foi deles. Isso eu vi acontecer. Onde moro, teve um que vendeu um terreno, porque coitado, ele trazia farinha pra cá, não valia nada, mal dava pra ele comer... Ele vendeu o terreno, veio embora pra cidade e ia trabalhar pro cara lá; ia daqui de bicicleta, eu via ele passar em frente de casa. Hoje, ele trabalha por aí, parece que é de vigia.

Hoje, um colono pode vender suas terras por ignorância, mas ele pode escolher, porque entrou muitos ramos na agricultura. Até a roça, hoje está melhor. Naquela época ninguém descobria nada, era só roça, roça... a pessoa tinha que ter sua roça. Hoje, não. Agora esse caso de comprar mais terra, sempre ocorre. Da parte do japonês, que é pra agricultura, e da parte do empresário que é pra fazenda.

Hoje tem muito mais colono. Não existe mais essa venda assim, como existia. No passado, se um vendesse um lote aqui, e contasse pro outro, o outro dizia: "diz pa ele que eu vou vender o meu também". Então o cara comprava por mixaria, quanto quisesse. Hoje, não. Na minha região ali, você não encontra um lote de terra pra vender! (L.A., 40 anos, entrev nº 053, município de Castanhal).

III.5 - SER COLONO: A BUSCA DE IDENTIDADE.

Dar-se bem no trabalho agrícola, usufruir com satisfação de seus resultados, do auto-consumo obtido daí é um argumento caro a P., 55 anos. Mas há outro argumento forte: o de não ser empregado de ninguém. Pesa nesta avaliação o fato da experiência própria: P. foi empregado quatro vezes, e quatro vezes voltou para a colônia.

"Fui criado na lavoura. E é trabalhoso! é difícil! Mas, a gente plantando de tudo, tudo dá. A mandioca a gente espera um ano, mas não é só da mandioca que a gente pode viver. Tem a macaxeira, o milho, o arroz, a banana, tudo isso eu planto... A mandioca é uma ano, mas a banana é nove meses, o feijão é quarenta dias. Não vai esperar só pela mandioca, tem esses outros legumes, que dá pra gente viver.

Eu não acho tão aperriado. Eu tive quatro anos em Santa Isabel, empregado, e não me acostumei. Tive quatro vezes empregado, toda as quatro vezes eu entreguei o lugar, porque não me acostumo a ser mandado por ninguém. Gosto de trabalhar eu mesmo no meu serviço, ali, e não me acostumo empregado. Eu gosto de (dar murrada) mesmo, porque eu sinto que me dou bem.

É trabalhoso, mas é bonito a gente ter as coisas, casa da gente farta, né? A hora que a gente quiser, beijú, tapioca, canjica, tudo que a mulher da gente entende de fazer, é cuscut, o milho dá muitas coisas boas! É por isso que eu me acostumo na lavoura!" (P., 55 anos, entrev n.º 031, Conceição do Itá, município de Santa Isabel)

A idealização da vida de colono inclui desde a independência obtida pela produção para auto-consumo, até a fabricação de alimentos, quando ela existe.

"Meus irmãos estão tudo empregado em Belém. Eu tenho o Gregório, o Jânio, o Casemiro, o Luís, tudo empregado lá, e já vieram me buscar, eu digo: (Ah, estou me dando bem aqui, na casa do meu vizinho eu bebo café, chego na casa do outro, ele me dá uma água de coco... Eu vou pra minha roça, durmo meu sono, lá tenho casa. Venho pra cá, eu estou em casa!)

Eu tenho três casinhas de telha, tenho umas cem árvore de coco plantada, mas frutiva mesmo, eu tenho umas doze árvore. Quando eu estava em Belém, deu vontade de beber água de coco... Vixe, sessenta cruzeiro um coco verde! Passou a vontade de beber! Eu tenho até medo de sair daqui pra cidade." (L., 50 anos, entrev nº 073, Rocajuba, município de Braganca)

A satisfação de dispor de plantios que evitam a compra é uma das vantagens de ser agricultor, como demonstra E.F.C.:

"Pra mim, o que tá mais pesado, é a comida, carne, o peixe, o feijão... Porque cebola, essas coisas é mais barato a gente comprar... Aqui é na verdura: eu mando botar verdura no feijão. Depois que eu passei a esse cultivo aqui, já não compro mais pimentão, alface, cheiro verde, a cebolinha... várias verduras eu já tiro daqui. Um caruruzinho, maxixe, quiabo... tudo eu tenho. Agora já não compro." (E. F. C., 53 anos, Conceição do Itá, município de Sta. Isabel do Pará)

Dar-se bem no meio rural é motivação para trabalhar na agricultura, na condição de colono.

"Temos título definitivo [dessa terra], são quinhentos metros quadrado.

Meu marido comprou desde solteiro, quando eu me casei com ele, ele já tinha a terra e a gente morou na rua uns tempos. Eu não me dava muito na cidade, fui nascida e criada no interior, assim na colônia, gostava de trabalho de roça, meu pai criou nós trabalhando na roça, aí eu que puxei ele pra cá: (você tem terreno, morando aqui na rua, vamos pra lá), aí puxei ele pra cá." (R., entrev 107, município de Nova Timboteua)

A autonomia de trabalho, de horário e rotina de trabalho, na expressão "somos libertos", tem um significado muito forte, de oposição ao trabalho para um patrão. Além disso, a fartura da alimentação, e a adaptação já conseguida.

"Minha vida na colônia foi uma vida trabalhosa! A colônia é muito boa porque a gente tem fartura. Nós pode dizer que somos libertos numa parte, porque trabalhamos a hora

que queremos, se nós quiser largar meio dia nós larga, se não quiser, larga uma hora; se não quiser trabalhar, faz outra coisa, por ali. Então eu falo liberto nessa parte.

Às vez eu digo pra minha esposa : vamos vender esse terreno, vamo s'embora daqui, que a gente tá mais velho, não arranja mais nada na colônia, ela diz: eu mesmo não, daqui pro cemitério! A gente na colônia tem uma fruta pra comer... Na cidade, tudo é fácil, mas se não tiver o dinheiro na hora... e aqui na colônia, não, a gente come o que plantar, nós comemos do melhor..." (J., entrev nº 024, município de Santa Isabel)

III.6 - TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS DE COLONOS

A trajetória de E.F.C segue a do pai na aposentadoria como derradeira política de amparo pessoal. A diferença aparece um pouco na assistência técnica do Centro Comunitário, que oferece a E.F.C. alternativas ao plantio da roça, além da participação comunitária em experimentos agrícolas. Como trajetória, bem poucas mudanças. Mas ser proprietário de terra hoje, na Bragantina, significa mais para ele, do que significava para seu pai.

" [Meu pai trabalhou na agricultura a vida toda], trabalhando esforcado e nunca arrumou nada. Só trabalhando em roça de farinha, plantando maniva, milho, arroz, fava, cana, jerimum, era essa a lavoura dele. Nunca arrumou nada. Já veio possuir alguma coisa, depois que foi aposentado: comprou um radizinho, mandou fazer uma casinha na vila, se equilibrou melhor. Mas da roça só dava pra comer e pagar os trabalhadores. Tinha ano que ele não comprava duas mudas de roupa... Nunca deu lucro, pra ele, a roça de mandioca...

Nos princípios ele fazia mutirão, aí depois ele passou a pagar trabalhador. Uma semana sim, outra não. Tinha semana dele ter cinco, seis trabalhadores. Mas ele botava roçado grande... trinta, quarenta tarefas de roçado.

E eu fiquei na mesma. Apanhei muito também. Fiquei enfrentando, mas não gostei. Quando foi o ano passado, eu digo: não, eu tô apanhando muito, eu vou deixar disso... facilitar minha força, que daqui eu não acabo de criar meus filhos.

Foi por intermédio do Centro Comunitário da Prefeitura, que eu abandonei a roça... Fiquei plantando, só pra comer, e mudei pra esse tipo de lavoura que estou usando agora. (...) Eu pego uma empreitada por aí, pra fazer desmatção, cerca, pra ir ajudando. Mas esse tipo de lavoura tá me ajudando bastante." (E.F.C., 53 anos, entrev n°038, Conceição do Itá, município de Sta. Isabel do Pará)

J.A.S. foi produtor de farinha até se aposentar. Filhos criados, vendeu a propriedade, para morar mais perto da cidade. Viúvo, ele vive em companhia de um filho casado, na nova propriedade, e lembra as razões de ter abandonado a agricultura. Sem qualquer assistência técnica e sem adotar nenhum insumo moderno, praticou a mesma agricultura do pai, viu as terras enfraquecerem cada vez mais, e nenhum dos cinco filhos continuar seu trabalho.

"...Eu não inteirava sair de lá, mas eu vendi e saí mais pra perto da minha família, porque meus filhos estavam tudo aqui, ali junto do Sabá Carango, e eu viúvo. Ai eu fiquei só, mais esse rapaz, as capoeiras já estavam muito fracas pra trabalhar com lavoura, já não davam, trabalhador também ninguém pode pagar mais, aí eu fui, comprei aquele terreno do João Américo na TransCastanhal, terreno de rua, mas é grande. Não vou mais trabalhar com lavoura.

...[No tempo que eu fazia farinha], até sábado trabalhava. Sábado tinha que deixar a massa pronta pra segunda feira começar a torrar. Toda sexta-feira o carro entrava [e levava] trinta sacas de farinha. Era eu e a família todinha trabalhava comigo. Três filhos homens e duas filhas moça que rapava mandioca e a patroa. E aí eu pagava mais uma rapadeira, pra ajudar elas e nós pagava dois trabalhadores, um pra torrar e outro pra arrancar mandioca, e nós trabalhava naquele movimento do retiro mesmo.

[Meu pai] foi toda a vida agricultor em Inhangapi. E era a mesma lavoura, roça, milho e arroz. [Eu também, só] com lavoura, e aqui [em Castanhal] também, nas cabeceira, desde que me casei trabalhando só com lavoura, no Janjão.

A minha área era grande. Mas naquela época ninguém falava em plantação de outras coisas. Só era mesmo roça, milho, feijão e arroz... Depois que começou a mudar pra outras plantação, aí eu já fui esvanecendo de lavoura. (...) Eu achava bom e tenho saudade da lavoura. Trabalhava muito e tinha uma boa safra. Vendia pros comerciantes. Nunca fui na feira de Belém." (J.A.S., 68 anos, entrev. nº 012, Colônia Iracema, Castanhal)

De filho de colono a feirante, a passagem se deu através da avaliação da própria experiência de agricultor, que viu na impossibilidade de dedicar-se à pimenta-do-reino, o maior obstáculo para continuar a ser agricultor. E, através da educação formal, dos contatos com a cidade, e do assalariamento urbano, o ponto de chegada foi a banca de feira. Como feirante, ele mantém contatos com agricultores. Como militante católico e candidato a vereador, ele aprofunda esses contatos e reativa suas ligações com a colônia, pra onde voltará, quando puder plantar pimenta-do-reino.

"Em 1970 eu trabalhava o dia todo lá nessa colônia, e à noite eu me deslocava de bicicleta, doze quilômetros, e vinha estudar em Castanhal. Eu continuava trabalhando no terreno do velho, plantando roça, fazendo um pimentalzinho... Mas aí o velho achou... que eu não deveria mais continuar plantando pimenta. E eu achava que pra mim continuar na colônia pra trabalhar alugado pros outros, como eu tinha trabalhado muito pra japonês, e ficar plantando mandioca, eu achei que não deveria ficar.

Então eu achei que... ou eu iria pra uma área de terra minha, que eu ia casar, pra plantar pimenta-do-reino ou então eu teria que vir pra rua.

Chegou a hora que tive que optar, e vim pra rua, fui trabalhar empregado numa firma, a Brasiljuta. Ganhava salário mínimo. Pouco tempo depois comprei uma banca de verdura na feira, e lá nós começamos nosso ramo de feirante. Mas o relacionamento com a colônia nunca acabou. Porque em feira é onde a gente se encontra com todo mundo." (P. B., entrev. nº 053, município de Castanhal)

Na trajetória de J.S.A. há coragem e muito trabalho. Nascido em Cacos, Capanema, mudou-se para Peixe-Doi há seis anos, onde cultivava pimenta-do-reino, algodão e mandioca. Sem qualquer herança ele passou da condição de assalariado em fazenda, para produtor familiar em terra adquirida, mas não regularizada. Isso no período de seis anos.

O aprendizado do cultivo da pimenta-do-reino deu-se no trabalho com o fazendeiro. Agora que já tem família, pode contar com o trabalho da mulher, mas não dos filhos que são ainda pequenos. A produção é vendida no local para diferentes compradores, sendo o algodão financiado pela Algodoeira. L.S.A. fala de sua trajetória:

"Eu fui empregado dois anos e nove meses. Eu trabalhava com gado, tirava leite de manhã, saía do leite, ia trabalhar no trator, roçar campo. Tirou do trator, vaquejar e prender, noutro dia, tirar o leite. Aí eu achei enjoado. Achei enjoado aquele serviço pra mim. Eu sou um homem disposto. Gosto de trabalhar, pros meus filhos não passar mal.

Aí, eu entreguei meus documentos e disse: seu Francisco Espinheiro, dê baixa na minha carteira, se você quiser me dar indenização, me dê. Ele me deu.

Com a indenização comprei uma casa, trabalhei com fome, montei e fui pra debaixo, dormir sem nada, abertinho. Hoje em dia estou lá com a minha família, tudo tranquilo, eu tenho novecentos pés de pimenta-do-reino, tem minha mandioquinha lá do lado e tem trezentas metragens de terra em quadro que eu comprei.

Trabalho pra viver. Não trabalho pra fazer inferno na vida de ninguém. Então eu sou homem pobre. Eu tomo minhas "pingas" porque o homem que mora na colônia, o dia que sai na cidade, ele deseja tomar uma pinga, né?" (J. S.A., 37 anos, entrev nº 103, município de Peixe-Boi)

O filho de trabalhador "alugado" chega a proprietário de terra pelo casamento, e mantém-se como produtor familiar. A experiência do pai não se repete na experiência dos sete filhos.

"Meu pai... era um homem trabalhador, mas não tinha terra pra trabalhar, arrendava assim pra botar um roçado, mas não era dono de terra.

Eu me casei, ela tinha terra, eu comecei a trabalhar botando um rocadinho, foi indo!

Nós era sete irmãos, sete homens. E [fora eu] tem um que está na agricultura... é o Patrocínio, ele tem um

*terreno aqui em Taiassui." (J., 56 anos, entrev nº 024, Con-
ceição de Itá, município de Sta. Isabel do Pará)*

No depoimento de quem saiu da rodovia Pará-Maranhão, km 74, para Peixe-Boi, achando que está melhor ali, fica a idéia de que mesmo as zonas pioneiras de abertura de estradas podem ser atrativas para fazendeiros, e não para produtores familiares. Ou que esses produtores só têm acesso a trechos muito isolados dessas zonas pioneiras.

"Achei muito mais vantagem aqui, do que o que tava lá. Eu tinha um terreno lá no mato, na Pará-Maranhão, mas era sacrificoso trazer a produção pra beira da estrada, muita luta! Não era ramal, era só o caminho mesmo. Tinha que trazer em costa de animal.

Dai eu vendi... lá a terra é barata! Cheguei aqui, me coloquei aí com um pedacinho de terra, comprei... Eu tô gostando. Eu não tenho vontade de voltar pra lá, de jeito nenhum! Já tenho vontade de ir pra outro canto, mas pra lá, não! Que lá... virou todo só pra fazendeiro, as terras de lá [não dá mais pra] trabalhar de jeito nenhum..."
(D.M.S., 44 anos, entrev nº 104, município de Peixe-Boi)

A trajetória de A.M.A., filho de cearense, expressa a própria idealização do agricultor bem sucedido na Bragantina: produtor de farinha de mandioca que experimenta a criação de gado e o cultivo da pimenta-do-reino. A roça permaneceu como pano de fundo, os novos cultivos como experiência, e no caso dele, o sucesso passageiro: pela idade avançada não podia mais dedicar-se à vida de fazendeiro, nem contar com ajuda dos filhos, e o pimental ameaçado pela doença, foi abandonado.

"Eu saí da casa de meu pai, ainda era solteiro. Isso foi em 1932, eu fui pro meu terreno. Quando foi em 1935 eu já estava fazendo a colocaçãozinha... aí me casei. Aí foi que continuei, plantei capim, até que formei quase três terrenos de capim. Tive uma fazendinha, com setenta cabeças de gado, mas vendi tudo. Aí vim, comprei aqui, tenho um sitiozinho, estou trabalhando aqui mesmo.

Pra mim, quando eu vim mesmo melhorar de vida, foi quando plantei três mil pés de pimenta-do-reino. Agora, foi e deu mal na pimenta, ela acabou-se.

Mas eu acho que tudo deu [certo], porque eu criei a família toda, com farinha, vivia de farinha. O gado pouco... o gado pouco não dá nada não.

Eu plantei um sitiozinho ao redor da casa, só mesmo pro consumo de casa. Verdura só pro consumo, também."
(A.M.A., 78 anos, entrev. nº 110, Colônia Três de Outubro, município de Castanhal)

A.B.S. esteve em contato com órgãos de assistência técnica desde a instalação da ACAR na região, em 1965. Dedicou-se aos cultivos rentáveis com sucesso, mas para isso teve que se opor ao seu velho pai. Soube usar as políticas de crédito rural quando elas foram favoráveis e conseguiu comprar três lotes de terra, ficando os lotes de herança para o irmão.

"Graças a Deus fiz o meu primeiro projeto no Banco, me dei muito bem e daí foi que eu segui a minha carreira pra trabalhar com outras coisas. Teve esse adjutório. Desde aí comecei, mas [meu pai] mesmo num... num gostava dessas coisas não. Logo, nesse tempo, o produtor não tinha nome. Só se ouvia falar no agricultor, aqui no meio da colônia. Mas lá na cidade, nos Bancos pelo menos, em qualquer repartição daquelas, ninguém ouvia falar em agricultor! Hoje não, qualquer um agricultor é conhecido no Banco, é conhecido em qualquer...

Eu pelo menos já fiquei com uns... diploma, tenho uns passe, que isso aqui eu ganhei em Brasília... fui premiado como "produtor modelo", eu e mais três companheiros! Isso aí foi prêmio que nós ganhamos, de produtividade, melancia, essas coisas...

Meu pai era... riograndense, minha mãe também. Ele veio de lá com treze anos, parece. Ele tinha propriedade. Ainda hoje está lá a propriedade dele. São três lotes. É daqui a... cinco quilômetros, noutra colônia, o nome dela é

São Pedro. é o meu irmão que mora lá, com a família.

Dos meus irmãos praticamente quem trabalha na agricultura somos três; esse que ficou lá na terra que era de herança, e o outro que trabalha e mora comigo, que essa casa é minha e dele.

Eu tenho quatro terrenos, graças a Deus foi comprado, depois que eu comecei a movimentar com esse serviço de mamão" (A.B.S., 57 anos, entrev. nº 011, Colônia Iracema, Castanhal).

JBSM teve outras oportunidades: servir o Exército, e tentar um emprego na Capital, mas escolheu a agricultura por convicção e uma ponta de patriotismo. Diz-se arrependido, apesar de ser proprietário, e de ter conseguido sustentar a família com essa atividade, tal como o pai. Mas o pai, para dedicar-se ao fumo, plantio rentável da época, não precisou de financiamento, que seria indispensável a JBSM, segundo sua avaliação.

"O cidadão é brasileiro, tem que cumprir com o seu dever. Qual é o maior cumprimento do homem? É para com sua Pátria, e este eu fiz sem sacrifício, com a maior alegria, cumprí com o meu dever, aliás com muitos deveres.

Aí eu voltei, vim para a agricultura. Achei que era o campo mais... amplo, bonito e progressivo! No entanto enganei-me um pouco, eu devia ter ficado... se tivesse ficado na Capital, talvez tivesse empregado num bom emprego, hoje tava aposentado. O que eu não fiquei de Exército, reformado... não exijo nada, também, da Nação, mas me enganei um pouquinho com a agricultura. É muito pesado e pra quem não tem recurso não pode trabalhar...

É, enganei-me sim, porque só com os braços não se vence não, é preciso que ele tenha algum fundo de reserva, para poder trabalhar. Se não tiver, ele não produz nada, ele morre sacrificado. Eu tenho terrenos, tenho roçados, tenho milho, tenho milho se perdendo no roçado, não adianta tirar, pagar gente de mil e poucos cruzeiros, alimentá-los, pra vender uma saca de milho por seis, cinco mil cruzados, não adianta nada, deixa perder lá. (JBSM, 67 anos, entrev. nº 041, Miraselvas, Capanema)

R. é neto de imigrantes nordestinos que se fixaram em Miraselvas. Sua trajetória reproduz, com desvantagem, a

dos pais, pois as terras estão gastas. Sem assistência técnica, sem sindicato, vende a produção para o "atravessador". Resta a aposentadoria rural, talvez o apoio mais importante do momento.

"Meu avô era cearense, meu pai também era cearense. Meu pai chegou, acho que em 1916 por aí assim.

[A agricultura], sabe como é, uns bota muito, outros bota pouco, conforme as posses.

A terra lá, só dá maniva e feijão, no tempo. Quando dava, mexi muito com malva." (R, 66 anos, entrev nº 041, Miraselvas, Capanema)

Permanecer na mesma terra, em três gerações, praticando os mesmos cultivos - eis a trajetória de famílias ligadas a comunidades anteriores à colonização, da área de influência de rios que alcançam a Capital.

"Meu pai, ele é filho de Conceição do Itá. Meu avô também. Mas ele foi nascido num lugar aqui, chamado Macapá. Depois que ele foi pra Conceição. Terminou lá.

Mas foi trabalhando em roça mesmo. Eles faziam só roça, essa da mandioca. Não tinha outra coisa que eles fizessem. Era assim como ainda ... nós temos também.

Na mesma terra. Sempre na mandioca." (MSD, 66 anos, entrev nº 007, Conceição do Itá, Santa Isabel do Pará.)

Vir embora pra cidade não significa melhoria em relação à condição de vida anterior. Para L. que ficou sozinho na Colônia enquanto os irmãos foram pra cidade, as chances vieram com os cultivos novos: verdura, maracujá, pimenta-do-reino e mamão. Nos intervalos, o trabalho com um caminhão de carga, que possivelmente permitiu o acesso a esses cultivos.

" Veio toda a família e eu fiquei lá. Sozinho na colônia. Dois irmãos estão melhor que eu. Os outros não.

Mas eu comecei como verdureiro, comprei um carrinho, comecei a carregar, depois comecei a carregar os colonos também. E aí foi aumentando, hoje eu não trabalho mais com verdura. Eu fiquei trabalhando só com maracujá, pimenta-do-reino e mamão." (L.A. 40 anos, entrev n°053, município de Castanhal)

Os pais imigrantes puderam comprar nove lotes, dos quais ele herdou dois. A melhor chance porém, ele encontrou num caminhão, transportando agricultores para feiras e afazeres na cidade.

"Sou do Ceará. Eu vim pequeno, em 1932. Vim com seis anos. Por causa do tempo lá, a seca, muita dificuldade.

Meus pais chegaram aqui e foram direto pra Travessa do Nove, município de Capanema. Trabalhamo uns anos assim em terra de outros e depois adquirimos terra própria, foram nove lotes de terreno. E aí nós trabalhamos até 1952, depois cada um casou e tomou conta de seu destino. E a terra foi dividida, pra cada irmão ter um pedaço

Eu tenho dois [lotes] lá. Os meus irmãos trabalham de agricultura [nessas terras], mas eles não produzem muito, porque a terra é muito cansada, terra que falta uma condição pra poder mecanizar, pra poder adubar; pra adubar até dá. É só roça. Feijão, mandioca e algodão dá também. Malva não tá dando. O preço tá muito baixo.

Nós adquirimos um caminhão e pra não estar pagando motorista eu mesmo tomei conta; depois eu comprei a parte deles e fiquei só, trabalhando no caminhão.

A gente sai de lá de madrugada, quatro horas. Eu venho, apanho os homens na estrada e aqui, espero todo o mundo vender seus produtos e fazer suas compras e conduzo pra trás novamente". (FA, 62 anos, entrev n°087, município de Capanema)

V - POLÍTICAS ESTATAIS E COLONOS: ENCONTROS OU DESENCONTOS?

A colonização da Bragantina resultou, aos olhos dos governantes que a puderam avaliar, o contrário do que eles objetivaram: ao invés de prósperos agricultores europeus, com suas saudáveis famílias a produzirem a fartura, nas proximidades da Capital, o tempo devolveu-lhes o plano preenchido por agricultores pobres ou remediados, que encontraram nas condições oferecidas pela Bragantina os meios de se reproduzirem como pequenos proprietários familiares.

No espaço da colonização, favorecido pela Estrada de Ferro de Bragança, fundiram-se as experiências de europeus - numericamente bem inferiores, e muitos realocando-se na Capital - e os nacionais - nativos, moradores dos sítios e beira de rios, que se incorporaram ao projeto, e os nordestinos, fugindo de diferentes períodos de seca em sua terra natal, ou retornados da experiência de seringueiros, após o boom da borracha.

A idéia de "fracasso" nessa experiência, como avaliação ainda dos Presidentes da Província do Pará, no período Imperial, decorre das intenções não atingidas. Para os governantes, e para a elite em geral, o projeto da Bragantina acenava para a incorporação de uma nova categoria de "gente", com o bom aspecto e os ares de civilização que o europeu apresentava, para uma elite tão acostumada quanto interessada nesse convívio.

Para "branquear" a população, criar uma nova categoria de gente, e efetivamente constituir o povo na Amazônia, não se cogitou em nenhum momento dos nordestinos. Por um lado o plano da colonização foi anterior ao inesperado fluxo imigratório que as secas e a coleta da borracha precipitariam para a Amazônia. Por outro lado a descrição da chegada dos imigrantes nordestinos e a maneira como o belenense se referia à eles mostra o preconceito social e as diferenças. Eles são mencionados com "retirantes", numa alusão à viagem sem volta, de quem leva consigo tudo o que tem; ou de "cabeludos" e "flagelados" pelo aspecto em que chegavam.

Diante do caráter de emergência em que eram recebidos, havia a urgência e mesmo a preocupação declarada dos governantes em aloca-los em algum lugar, que não fossem as praças e as ruas da Capital. Por isso, dos albergues ou barracões de triagem, que o governo estadual implantou às proximidades do porto de Belém, para controle, vacinação e hospedagem dos imigrantes nordestinos que chegavam, eles passaram a ser encaminhados para lotes da Bragantina. Como se a melhor opção daquele momento, para os governantes, fosse a de conduzir os imigrantes para a "estrada" antes que eles se alocassem na cidade. Seriam bem recebidos, desde que ficassem longe das vistas dos moradores da cidade.

E a Bragantina foi, para os imigrantes nordestinos que não pararam de chegar, o chão, a água, a comunidade, a lavoura, o comércio, as feiras, a convivência, a recriação de laços, as novas oportunidades. A Bragantina representou muito mais que a sobrevivência temporária: foi o ponto de chegada de uma imigra-

ção forçada durante as secas e depois espontânea, atraída pelos relatos dos que, na Bragantina, reconstituíram as condições de vida da família. Condições de vida muitas vezes precária, mas com algumas seguranças em relação ao que a região de origem continuava a lhes oferecer.

A existência de mata e a abundância inicial obtida nas lavouras, após o desmatamento, permitiram que as famílias de imigrantes desenvolvessem as mais variadas atividades aproveitando as experiências de trabalho trazidas. Assim, recriaram-se na Bragantina os plantadores de fumo, criadores de gado, pescadores, apanhadores de caranguejo, comerciantes de mariscos frescos e salgado, carnes frescas e salgadas, implementos agrícolas, sal, tecidos, e os produtores de frutas, farinha de mandioca, e demais produtos da roça, de lenha, de carvão, etc.

Se o projeto não previa a incorporação de nordestinos como colonos, e se os preconceitos para com eles impediam mesmo que fossem vistos como os povoadores adequados à Bragantina, eis que a ocupação se faz com eles e suas experiências, numa reversão das expectativas, mas numa afirmação de resultados que aguarda reconhecimento.

Os governantes objetivavam uma colonização com europeus e introdução de técnicas novas para incremento da produção agrícola, que pudesse suprir de alimentos os trabalhadores de toda a Província, e principalmente dos seringais. Mas tiveram que se contentar com a farinha de mandioca, frutas e produtos da roça produzidos por métodos tradicionais, junto com a presença marcante de nordestinos, impondo seu sotaque e seus costumes. Para a

repetida avaliação de "fracasso" da colonização é necessário incluir argumentos desse tipo, ressaltando não os resultados em si, mas os esperados. Foram inconciliáveis os objetivos formulados e os resultados atingidos.

As dificuldades objetivas também devem ser arroladas na avaliação do projeto, e muitas delas estão referidas nos Relatórios Provinciais, como: a morosidade na construção da Estrada de Ferro, as dificuldades administrativas em conduzir a colonização, a falta de recursos em muitos momentos, e os prejuízos na manutenção da E.F.B. Esses argumentos sequer são referidos em relação aos colonos, ou às suas demandas, mas em relação à condução do projeto pelo Governo Provincial. Os períodos posteriores à implantação do projeto (após 1908, quando a E.F.B. está concluída) de efetiva sedimentação da experiência, acrescentariam novos desdobramentos, que serão destacados. Convém refletir um pouco sobre a relação que vai se estabelecendo entre colonos e políticas.

Os imigrantes europeus da Colônia de Benevides (1875) tiveram dificuldades em adaptar-se aos complicados deslocamentos por via fluvial para a capital - comuns às populações caboclas, na Amazônia - da qual dependiam, para venda dos produtos e complemento do próprio abastecimento. Em vão eles esperaram pelo demorado transporte ferroviário, anunciado pelos governantes como a medida que dinamizaria a Colônia. Quando a construção da E.F.B. atingiu Benevides, a antiga Colônia estava em abandono.

Os imigrantes nordestinos, fugindo das secas, almejavam terra e água, e lograram encontrar, além disso, uma estrada de ferro, a E.F.B. Olhando pela privilegiada perspectiva do

tempo que passou, a ironia dessa história mostra um descompasso entre políticas e público, "facilmente" justificada pelo inusitado dos fatos históricos: precedendo a imigração europeia já havia a suspeita de que ela não poderia dar certo na Amazônia; e as secas do Nordeste, costumeiramente tratadas como tragédias incontrolláveis da natureza, provocando enormes e inesperadas correntes migratórias, não poderia ter acolhida em qualquer política duradoura. Ou sequer se intentou realizar políticas para fatos tão inusitados.

No entanto o inusitado tem que ser reduzido ao corriqueiro, sem que, com isso se pense que os acontecimentos foram "naturais". Houve políticas para eles, intencionais, e mesmo arrojadas; em alguns momentos a Província teve atuação destacada, mas o olhar que o presente põe ao passado acaba na constatação de que, ao longo da experiência da Bragantina, Estado e colonos estiveram em descompasso. Tanto os imigrantes europeus quanto os nordestinos e mesmo os nativos - muitos deles vivendo sempre ao largo do projeto de colonização - estiveram referidos ao Estado. No entanto, se a ação do Estado para eles foi adequada, e se suas respostas foram percebidas pelo Estado, em suas políticas, eis um assunto que permite muitas interpretações.

Impossível falar num Estado ausente, pois as políticas são diversas e constantes, e muitas delas voltadas para os colonos, exclusivamente. Impossível dizer que o Estado foi apenas omissivo na execução de algumas políticas. A constatação, aqui é de que houve descompasso entre políticas e público; essa constatação exige considerações, que procurarei tecer, com base no que foi

exposto antes.

Não é difícil reconhecer que o aceno fascinante da promessa de riqueza imediata com a borracha, aceno esse mais vinculado às iniciativas particulares que ao Estado, significou, para agricultores pobres, uma falsa oportunidade, mesmo em termos da sobrevivência. Com a ressalva de que isso é uma avaliação do final do século sobre o seu início, eu prossigo lembrando que o extrativismo da borracha significou pouco em termos de ocupação humana, enquanto a Bragantina representou bastante. Se o Pará, no início do século, dispunha de diversas oportunidades (de 1860 a 1910 o extrativismo da borracha, em seu melhor momento; 1875, o início da colonização, e de 1883 a 1908 a construção da Estrada de Ferro de Bragança e a implantação dos principais núcleos) pode-se pensar que aquelas oferecidas pelo Estado naquele momento eram as de maior alcance, no que diz respeito às oportunidades que poderiam ser oferecidas para as populações pobres desenvolverem suas próprias condições de reprodução social.

Naquele momento (final do século passado) o Estado propõe a colonização: lotes de 25 ha e transporte ferroviário às proximidades da capital para os que se dispusessem a ser colonos. A borracha, contudo, como a lenda do "El Dorado", seduzia com a oferta de riqueza imediata; além disso, adequava-se mais aos ideais de autonomia e de chances de escolher o próprio destino que traziam os imigrantes nordestinos. Já os imigrantes europeus, que abandonaram Benevides, segundo os Relatórios Provinciais, dispersaram-se pela Capital, em atividades urbanas, ou na miséria, e não se envolveram com a borracha. Os espanhóis em Bragan-

ca, contudo, são evidências de fixação do imigrante europeu na Bragantina, quando a colonização se fez em melhores condições que em Benevides

Somente através das experiências se poderia perceber que, para agricultores sem terra, as melhores chances estavam nas colônias, ao longo da E.F.B. O olhar do final do século dispõe dos dados de crescimento demográfico, multiplicação de núcleos, vilas, cidades, municípios, atividades econômicas, demanda por serviços, etc em meio à distribuição de terra para agricultores. Esses indicadores da presença social dos colonos, se não constavam das intenções dos planejadores, passam a constar, porém, da História regional, numa afirmação da existência de um modo de viver e produzir que pôde ali se desenvolver.

A atividade da borracha, nas formas em que se desenvolveu - com base no "aviamento" - favoreceu a concentração de riqueza na classe social que podia "aviar" (bancar o aviamento) fossem eles paraenses, estrangeiros ou mesmo nordestinos. Para os que foram na condição de seringueiro, as oportunidades sequer garantiram a sobrevivência.

Como atividade econômica que pudesse ter deixado resultados em termos de ocupação e de disseminação de atividades produtivas, o extrativismo da borracha foi pobre. Tanto assim que a debaque da borracha, a partir de 1910, provocou o abandono paulatino dos seringais pelas populações ali ocupadas, principalmente os seringueiros, obrigando o governo paraense a tomar medidas de apoio à fixação dessas populações em áreas rurais dos municípios, facilitando o acesso a lotes agrícolas. Mesmo assim, a

queda dos preços da borracha determinou a redução da produção mas não a sua paralização, o que permitia a manutenção do fluxo migratório, reativado durante o esforço de guerra, em 1945, a partir de acordos de cooperação com o governo americano, para suprimento de borracha de interesse dos aliados

Na Bragantina, a terra - grátis ou a preço acessível à maioria - e o transporte ferroviário foram as condições dadas à colonização. O acesso fácil à terra, em uma razoável extensão (16 428 km², correspondendo a 1,3 % da área do Estado do Pará), e tão próximo da Capital, e a construção da E.F.B foram as políticas mais destacadas dessa intenção de colonização

O público que se beneficiaria das políticas não foi cogitado na sua formulação, mas conseguiu usufruir delas, quase que apegando-se nas oportunidades que encontrou, como derradeira chance; se a imigração para a Amazônia, em si, não era garantia de melhorias nas condições de vida, mas podia facilmente resultar, talvez com maior probabilidade, na aventura enganosa dos seringais, pelo menos a Bragantina, para os que puderam avaliar em tempo, ou para os que puderam reconstituir sua vida e trabalho ao retornar dos seringais, oferecia o acesso à terra, água e o transporte ferroviário.

As precárias condições de saúde, de quem enfrentava a viagem migratória, após as carências da seca, não eram indicativo de êxito no trabalho. Sequer eram condições para o ato migratório, ou para iniciar a experiência de colono em terra recém-desbravada. As descrições sobre o estado de saúde em que chegavam os imigrantes nordestinos, nos momentos das secas mais graves,

leva a supor que, no momento da chegada, a necessidade de recuperação da saúde era incompatível com o esforço físico demandado pela agricultura. As matas da Bragantina, recortadas em lotes, ramais, núcleos, mostrou-se hostil aos imigrantes. A população nativa - índia ou cabocla - era muito reduzida em comparação ao número de nordestinos, e não estava alocada ao redor da E.F.B, a ponto de oferecer alguma interação na ambientação com as condições naturais. A mata foi enfrentada pelos nordestinos com o conhecimento trazido por eles.

Nenhuma política inicial orientou os imigrantes sobre práticas agrícolas. Ao contrário, fazia parte da política esperar por imigrantes que trariam para a Província práticas agrícolas novas. Enfrentar a floresta com o uso do "machado e a caixa de fósforos" foi a prática possível aos imigrantes nordestinos, sob as vistas do planejador. Diante da mata, parece que europeus e nordestinos tiveram o mesmo dilema - ou enfrentá-la ou desistir. Os nordestinos, sem familiaridade com a mata, usaram o fogo e o machado. Os europeus, talvez com mais chances de empregos urbanos (convém lembrar a acusação de que não eram agricultores) foram pra Belém. Com os espanhóis, em Bragança, seria um pouco diferente.

O desejo de retornar à terra natal, muito citado como marca negativa do imigrante nordestino, é uma condição própria de quem não optou em sair de sua terra, mas foi expulso dela pelas características da concentração fundiária, agravadas pelas secas. Entre os retornados da Bragantina para o Nordeste, porque tinham notícias de que a seca havia acabado, ou porque não resis-

tiam à idéia de retornar à terra natal, talvez houvesse uma avaliação da experiência da colonização que permitisse entendê-la melhor, em seus meandros, e não apenas nos resultados esperados pelas autoridades. Desconhece-se as razões dos que recusaram terra, água e transporte ferroviário. Dá para imaginar que essas vantagens, por si só, não representavam muita coisa, na época inicial. E que as dificuldades encontradas, também bastante desconhecidas dos observadores - técnicos e governantes - tiveram peso significativo na avaliação de quem a vivenciou.

Algumas diferenças marcaram a experiência dos espanhóis, na Colônia Benjamin Constant. No seu conjunto elas talvez significassem o dinamismo de atividades produtivas - agricultura, comércio, engenhos de açúcar - que incorporaram esses imigrantes, e também os nordestinos, na Colônia Benjamin Constant. Nesse aspecto, a intenção dos planos de colonização, de querer estender até Belém o dinamismo que existia em Bragança, fazia sentido. O dinamismo que aconteceu ali, não se repetiu em todos os núcleos, principalmente naqueles onde faltou uma certa diversificação de atividades, e de tipos de colonos (enquanto portadores de experiências de trabalho), além de oportunidades de ligações mais efetivas com a cadeia de comercialização. Em Bragança, já eram tradicionais o fumo, a cana-de-açúcar, o cacau, a pesca, o comércio fluvial, o intercâmbio comercial com o Maranhão, a utilização produtiva dos "campos" pela população. Enfim, um conjunto de atividades estimuladoras do mercado, da compra e venda, da produção.

Esse dinamismo soube aproveitar o transporte ferroviário, isto é, pôde acolher convenientemente essa política. Mais se beneficiou ainda com o ramal da E.F.B até a Colônia, após 1930, no governo de Magalhães Barata

Espanhóis e nordestinos dedicaram-se igualmente à plantação de cana, e trabalhos de engenho, possivelmente juntando-se aí o conhecimento anterior e as possibilidades vislumbradas pelo dinamismo conhecido pela Colônia. A experiência da Colônia Benjamin Constant aponta para o conhecimento trazido por espanhóis e nordestinos, mas não deixa de conter elementos das atividades anteriores do município de Bragança, a exemplo de Santa Isabel e São Miguel do Guamá, os quais, por suas comunicações fluviais com Belém, e local de sesmarias no Período Colonial, desenvolveram tradicionalmente essas atividades.

As atividades mais antigas inserem-se na experiência dos portugueses, como é exemplo específico o fumo em Bragança. Perde-se na memória dos informantes a origem do cultivo e as práticas desenvolvidas em torno dele. O sistema de ocupação das terras conhecidas como "campos" de Bragança também guarda peculiaridades, por seguir o aforamento. A política de terra que acompanhou a colonização da Bragantina e regularizou a propriedade fundiária, com base em lotes de 25 ha, não influenciou a prática do aforamento, que, na sequência em que se manteve, acabou permitindo a alta densidade demográfica nos campos de Bragança, sem a propriedade.

Se a E.F.B e seus ramais puderam favorecer a Colônia Benjamin Constant, outras colônias ficavam tão distanciadas

do trem, que seus moradores preferiam utilizar outros meios como o fluvial, quando ele dava acesso a Belém (Colônia Três de Outubro, Conceição do Itá, Caraparu, Macapazinho, etc). Os ramais ferroviários, previstos nos contratos de construção da E.F.B, e nas intenções dos governantes, não saíram dos planos. Muito menos acompanharam o dinamismo dos núcleos, resultando no planejamento de algum novo ramal. O êxito do ramal da Colônia Benjamin Constant sequer influenciou a repetição da medida para outras colônias promissoras.

Assim, apesar da importância da construção da E.F.B, principalmente como investimento que incorporaria, na construção e manutenção, muitos imigrantes em diferentes ocupações, a política de transporte não acompanhou a implantação dos núcleos, e a história dos colonos é de permanente convívio com caminhos, ramais, e estradas precárias, demandando a estação do trem, ou as estradas principais.

O objetivo maior das políticas, a produção agrícola, esteve sempre ameaçado pelas dificuldades de transporte e armazenamento, e de comercialização. Foi necessário descobrir meios de produzir, transportar, e onde, e a quem vender. Os colonos, nessa constante busca, criaram o dinamismo das colônias, mas esse dinamismo não esteve no início orientado por qualquer política. Um indicador disso é que comercializar significou quase sempre o próprio colono transportar a produção dele e da família até a cidade, ou até a capital. Não apareceu referência significativa a cooperativas ou qualquer forma associativa de recepção e armazenamento dos produtos agrícolas (a não ser a referida nos planos

de Magalhães Barata, em 1937, e a Cooperativa dos Plantadores de Fumo de Bragança, em 1949, citada na Enciclopédia Brasileira dos Municípios). Cada colono, individualmente, esteve arcando com o transporte de suas mercadorias.

De outra forma comparecia o trem em relação ao transporte de mercadoria dos colonos. Nesse sentido, o trem efetivamente constituiu uma política mais à disposição dos colonos, na medida em que dispunha de vagões de carga e viagens exclusivas para as feiras da Capital, levando colonos e sua produção. Extinta a E.F.B, os caminhões "pau-de-arara", que já levavam os colonos até as estações do trem, passaram a ser os únicos meios de transporte entre as colônias e as cidades, inclusive Belém, complementados mais recentemente por ônibus, nos trechos de maior movimento.

A cadeia de comercialização, importante e contraditório elemento do dinamismo dos núcleos, parece ter-se desenvolvido desde o início, com base nos comerciantes locais, e nos atravessadores. Os comerciantes locais, conforme algumas evidências, foram famílias de imigrantes que já se estabeleceram como comerciantes (entre eles, espanhóis e portugueses) nas vilas. Os atravessadores (Penteado, 1967) estavam ligados à cadeia de comércio que Belém centralizava.

Diferentemente do "aviamento" tradicional da Amazônia, talvez pelo relativo volume dos negócios, ou do capital circulante, os comerciantes locais apenas criavam, de alguma forma, junto a determinados colonos, o compromisso de venda da produção, "adiantando" o valor referente à produção ou empres-

tando algum dinheiro quando se fazia necessário. Com isso estava criado, para o colono, uma espécie de "patrão", que, contudo, não era definido por relações muito rígidas, dada a multiplicidade de locais com comerciantes e de agricultores produzindo os mesmos produtos.

A atividade econômica realizada pelos colonos da Bragantina, o cultivo de produtos da roça para consumo dos moradores dos núcleos e da Capital, foi dinamizado pela cadeia de comercialização. Nessa cadeia se incluem os comerciantes locais, os atravessadores, e as feiras. Enquanto os comerciantes locais são referidos como amigos, "patrões", alguém da confiança e da estima, e que, por terem contatos na vila ou cidade, podem ajudar em algo, os atravessadores são vistos como opositores, com interesses conflitantes aos seus, personagem dedicado a obter lucros em cima do trabalho deles, colonos.

A medida que os ramais e estradas se multiplicaram, após a extinção da E.F.B, parece ter aumentado a influência dos atravessadores, e restringido cada vez mais a atuação dos comerciantes naqueles moldes, até mesmo pela diversificação e modernização das formas de comércio (redes bancárias, cadeias de centrais de abastecimento, supermercados, etc.). Foi nesse contexto de maior assédio dos atravessadores, que as feiras ganharam importância como local acessível aos colonos. Elas despontam como importante local onde os próprios colonos aparecem como atores da comercialização, e, na condição de agricultores-feirantes, pelas novas práticas incorporadas, passam a desenvolver a Feira como um espaço onde a identidade de "colono", de "produtor", contras-

ta com a de "atravessador". Nesse conflito, é preciso realizar lucrativamente o comércio, a fim de realizar-se como colono, e poder assumir essa identidade. A prática das feiras está inscrita na experiência anterior à migração, fazendo parte dos hábitos do Nordeste. Na Bragantina, as feiras importantes estiveram sempre na Capital, aos sábados. Com o crescimento demográfico, e multiplicação das vilas e cidades, as feiras locais ganharam importância econômica. De tradicional mecanismo de compras e vendas locais, inscrita nos hábitos dos imigrantes nordestinos, elas podem estar se tornando em novo instrumento de dinamismo da agricultura

A política de criação da Feira do Produtor de Castanhal, pela EMATER, em convênio com a Prefeitura de Castanhal é exemplo de política adequada aos interesses dos colonos, pelas evidências demonstradas, de atendimento às demandas deles, de encontrar solução para os impasses da comercialização. Expressão de um momento de transição democrática em que políticas de assistência técnica e extensão rural puderam atender agricultores familiares, mostrou-se, na ocasião em que foi observada, uma política em diálogo com seu público, reconhecendo sua existência social e demanda efetiva por oportunidade de comercialização.

Se a colonização iniciou tendo os colonos como objetos de um ambicioso projeto, eis que sua participação como atores se consolida. Em constante relação com políticas descompassadas de suas próprias demandas, a participação como atores pode não garantir políticas mais adequadas a eles, mas pode significar uma outra forma de se relacionar com elas, uma forma em que o interlocutor aparece, e manifesta seus interesses.

Essa manifestação não expressa somente as circunstâncias do momento, pois assim não podem ser vistas, por exemplo, as dificuldades de comercialização dos atuais colonos da Bragantina, mas se inscrevem nas decisões do passado, nas políticas sem destinatário certo que determinaram, de certa forma, a maneira de viver e produzir de imigrantes nacionais na Bragantina. Uma proposta de colonização que obtém como retorno uma resposta histórica: não os resultados previstos, mas os resultados construídos pelos participantes, com suas possibilidades, face às condições oferecidas.

A experiência da Bragantina, iniciada pelo projeto de colonização imperial, teve o tempo histórico necessário ao estabelecimento de bases sociais e econômicas, configurado pelas formas de viver e produzir ali desenvolvidas. Exitosas ou não aos olhos dos governantes e planejadores em geral, essas formas de viver e produzir se espalharam por uma vasta área, extrapolando a Bragantina, nas micro-regiões vizinhas. Formas de viver centradas na produção de mandioca - para consumo local, regional e interregional - e na roça de produtos tradicionais, cuja comercialização tornou-se cada vez mais intensa. A comercialização, principalmente no mercado local (feiras) tem estimulado a diversificação de produtos que muitas vezes apenas complementa a roça, ou com ela se associa. Mesmo quando a adesão a produtos mais comercializáveis é definitiva, a roça é mantida para o consumo familiar.

As bases sociais e econômicas, institucionalizadas pelo tempo que sedimentou essas formas de viver e produzir, permitiram que as correntes migratórias do Nordeste jamais se inter-

rompessem, alimentadas pelo contato com os parentes e amigos, e pela estrutura fundiária estabelecida em lotes de 25 ha que se tornou predominante.

A permanência dessas condições, se jamais apareceu como exitosa nas avaliações das ciências agrárias e dos planejadores, significou muito para os agricultores que ali continuaram a se reproduzir como colonos e proprietários de terra.

A repetição das secas não contou sempre com mecanismos de ajuda oficial na migração do Nordeste para a Amazônia. Restrita aos esforços de apoio ao extrativismo da borracha, a ajuda oficial não acompanhou o contínuo fluxo migratório. Mas a migração continuou, sem apoio de qualquer política. Tanto quanto migraram da Bragantina para outras micro-regiões do Estado muitos colonos da Bragantina (o período 60/70 mostra essa perda de população de forma mais acentuada), em busca de melhores condições para produzir; por isso as áreas de ocupação recente foram procuradas. A política de Incentivos Fiscais, ameaçando a propriedade da terra a produtores familiares, e a ausência de políticas de apoio a eles são os fatos mais associados com a crise dessa forma de viver e produzir.

A repercussão da política de I.F. para os colonos da Bragantina deu-se na forma da chegada avassaladora de pessoas de fora da região interessadas em comprar lotes de terra contíguos, para implantação imediata de fazendas. O ritmo com que isso se deu, e o inesperado da situação para os colonos (muitas vezes eles vendiam o lote acreditando na possibilidade de resguardar o valor obtido em aplicações financeiras, ou mesmo, por avaliarem

mal o valor da terra, a vendiam por preço aviltado) ameaçou o sistema de viver e produzir implantado lentamente com a experiência de sucessivas gerações.

Os que contam a história da resistência, por não terem vendido a terra e poderem, na década de 80, avaliar o engano dos que venderam, são os que enfrentaram a pior crise da Bragantina procurando garantir a terra de herança. Mas o assédio de compradores de terra não terminou e os que resistiram talvez estivessem em lugares menos cobiçados pelos fazendeiros. Ou o ritmo da chegada de fazendeiros deixou de ser avassalador, pela diminuição dos recursos disponíveis pela política de I.F.

Nenhuma política de apoio às terras de colonos na Bragantina foi implementada, como forma de equilibrar o estímulo concedido pelo governo federal às fazendas. Entre os fazendeiros há políticos, governantes, Prefeitos da Bragantina, empresários da indústria e comércio, e fazendeiros de fora da região. Entre as medidas de apoio, frágeis mas atuantes, e referidas pelos colonos estão o trabalho da EMATER, redirecionado para comunidades de produtores familiares; o cadastramento do INCRA, que evitou a indefinição maior das propriedades na Bragantina; e a ação de algumas Prefeituras e Sindicatos, na defesa do patrimônio dos colonos, apoiando-os no encaminhamento de suas demandas ao ITERPA.

São ações muito tímidas em relação ao número de colonos herdeiros da terra, e tradicionais agricultores familiares. Mas são ações consequentes, capazes de assegurar a propriedade de herdeiros com situação jurídica irregular, e evitar a venda aviltada ou mesmo a perda do lote por pressões e ameaças de

fazendeiros.

Outras ações que obtêm aceitação por parte dos produtores familiares, e com bons resultados nos últimos anos, não resultam de políticas governamentais, mas são decorrentes das possibilidades econômicas da Bragantina: a melhoria das condições de comercialização dos produtos da roça (apoiada no crescimento da população urbana e na importância das feiras locais), e a produção de maracujá e algodão (sob o sistema aproximado do produtor integrado) financiado por indústrias de fora da região. Se o dinamismo dessas atividades econômicas prosseguir, poderá haver interesse por parte de outras indústrias em financiar agricultores para produção de cultivos específicos em sistemas assemelhados ao produtor integrado. Os colonos da Bragantina, por disporem de terra própria e de práticas agrícolas diversificadas, inscritas na sua tradição de agricultor familiar, estão em condições de dar respostas satisfatórias a esse estímulo à produção.

O crescimento demográfico da Bragantina indica um resultado possível da política de colonização, quando ela garante a propriedade da terra e a manutenção de condições mínimas de vida social e produção agrícola articulada ao mercado, para agricultores familiares. Os governos provinciais e republicanos poderiam ter acrescentado muitas políticas de apoio ao projeto de colonização, principalmente no que toca à assistência técnica e financiamentos, complementando a terra e o trem. Muito menos, em termos de políticas específicas, fizeram os governos posteriores. E talvez a maior crítica que se possa fazer a esses governantes e suas políticas, incorporando as avaliações dos colonos, é que

houve carência de políticas. Não propriamente erros, mas carências de política específicas, que atendessem aos colonos.

Políticas encaminhadas em diversas direções, por um lado, e colonos sedimentando experiências de vida, com base em um conjunto institucionalizado de práticas e comportamentos próprios, por outro, assinalam o descompasso dessa relação. Políticas que se fazem negando as formas de viver e produzir dos colonos. Formas de viver e produzir que se reproduzem apesar das políticas, ou se protegendo de seus efeitos. A ocupação e o povoamento acontecendo em decorrência dos esforços coletivos, apoiando-se em pequenas medidas, que muitas vezes trazem outros objetivos, que não o de apoio ao colono.

As políticas de colonização que garantiram as condições de acesso à terra e de manutenção do padrão fundiário centrado em lotes de 25 ha durante um longo tempo (desde 1875), se não tinham essa intenção alcançaram esse objetivo: o de oferecer as bases de uma forma de viver que permitiu aos colonos enfrentar diferentes crises. A mais recente crise sugere que os colonos da Bragantina precisam enfrentar as políticas agrárias e agrícolas defendendo-se de seus efeitos perversos. A política dos I.F., na Bragantina, se superpõe a um sistema de produção familiar que foi implantado em decorrência de políticas.

A constatação de políticas em descompasso com categorias sociais, como a de agricultores familiares, e em conflito com outras políticas, leva à visão da Bragantina das últimas décadas como sendo o reduto do "antigo" e do tradicional que precisa ser alcançado pelo "novo". Para pensar isso é preciso consi-

derar a influência das políticas como determinantes do dinamismo econômico, ou do desenvolvimento da agricultura. Setores financiados corriqueiramente, ou apoiados por políticas decisivas, costumam aparecer como tendo dinamismo próprio, enquanto os setores abandonados das políticas passam a ser vistos como tendo uma inércia também própria.

Por isso na Bragantina, o "novo", que aparece sob a forma de empresas agro-pecuárias, tem aspecto de dinamismo inerente aos tempos, e às mudanças da economia : as empresas são as formas modernas de produzir, só elas estão aptas a adotar procedimentos racionais, e substituir o antigo pelo moderno. A modernização da Bragantina , parece ser o objetivo das políticas mais recentes; a extinção da velha E.F.B. veio junto com a política de I.F. que atraiu os capitais do centro-sul e sudeste para a Amazônia. O "velho" foi agredido pelo "novo", alterado por ele, mas não foi substituído. A existência de dois "modelos" é flagrante: se há pontos de união entre os dois, quando pequenos produtores aprendem a cultivar pimenta-do-reino, há pontos de separação na impossibilidade do pequeno produtor utilizar crédito bancário e adotar cultivos que exijam insumos modernos.

Nesse sentido, de que certos dinamismos ditos "próprios", resultam de apoios, incentivos, recursos e decisões políticas nem sempre claras, a questão dos colonos da Bragantina, em relação com as políticas, deixa perceber que já houve políticas mais aproximadas de suas demandas, mesmo quando eles não se apresentavam como atores frente a essas políticas. Um trem , a terra e a mandioca foram possibilidades ao alcance deles, enquan-

to experiência. Financiamentos bancários e instalação de fazendas com apoio de I.F. não são ,e, pior que isso, ainda os ameaçam nas suas condições, asseguradas historicamente.

Cada vez mais, o que pode garantir políticas em atendimento aos interesses dos colonos, estará na dependência do fortalecimento deles enquanto atores, tanto das políticas quanto da História.

A visão dos colonos em suas experiências, em sucessivas fases de relação com as políticas, talvez deva um reconhecimento à política imperial de colonização que se inspirava numa concepção de nacionalidade com base em cidadãos proprietários de terra, em lotes adequados à vida e trabalho, formando núcleos e cidades. Essa concepção, muito mais comprometida com a idéia de cidadãos, pode servir de comparação a outras tantas políticas, modernas e modernizadoras, mas esquecidas da historicidade da experiência humana.

A Bragantina poderia ter sido diferente para muitos observadores. O que ela configura, principalmente incorporando a avaliação dos que a efetivaram como experiência humana, os colonos, expressa uma história de fracasso sem fracassados, de prosperidade sem riquezas, de abnegação e coragem sem heróis ou heroínas. Uma história anônima com muitos nomes: Raimundos e Marias, Possidônios e Dalilas... Mais que nomes, histórias de vida, que contam sua participação num curioso passado, tanto quanto anunciam as perspectivas para o futuro, em construção

A. FONTES PRIMÁRIAS UTILIZADAS

1) Relatórios de Presidentes da Província:

Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Pará o Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo a Assembleia Legislativa Provincial em 17 de janeiro de 1875, ao deixar o cargo. Pará, Typ do Diário do Gram-Pará, 1875.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Correa de Sá e Benevides, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 19ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1875. Pará, Typ do Diário do Gram-Pará, 1875.

Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará a Assembleia Legislativa Provincial na sua Sessão Solemne de installação da 20ª Legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876. Pará, Typ do Diário Gram-Pará, 1876.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Correa de Sá e Benevides passou a administração da Província do Pará ao Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 18 de julho de 1876. Pará, Typ do Diário do Grão-Pará, 1876.

Falla com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Melo Filho abriu a 2ª sessão da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1877. Pará, 1877.

Relatorio com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho passou a administração da Província do Pará ao Exmo. Sr. Dr. José da Gama Malcher, em 9 de março de 1878. Pará, Typ. Guttemberg, 1878.

Falla com que o Exmo. Sr. José Joaquim do Carmo abriu a 1ª Sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará, em 22 de abril de 1878. Pará, Typ. da Província do Pará, 1878.

Falla com que o Exmo. Sr. Dr. Jose Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província abriu a 2ª Sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879. Pará, 1879.

Relatorio apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Jose Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província à Assembleia Legislativa Provincial do Pará, na 1ª Sessão da 22ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880.

- Relatorio apresentado pelo Exm^o Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu a Assembléa Legislativa Provincial na 2^a Sessão da 22^a Legislatura, em 15 de fevereiro de 1881. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1881.
- Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1^o Vice-Presidente da Provincia passou a administração da mesma ao Exm^o Sr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, em 27 de abril de 1881. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1882.
- Falla com que o Exm^o Sr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1^o Sessão da 23^o Legislatura da Assembléa Legislativa da Provincia do Pará, em 23 de abril de 1882. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882.
- Relatorio com que o Exm^o Sr. Conselheiro João Rodrigues Chaves, 1^o Vice-Presidente da Provincia do Pará passou a administração da Provincia a sua Exm^a o Sr. Dr. Justino Ferreira Carneiro, no dia 25 de agosto de 1882. Pará, Typ. Commercio do Pará, 1882.
- Relatorio com que o Exm^o Sr. Dr. Justino Ferreira Carneiro passou a administração da Provincia ao Exm^o Sr. Conselheiro João Rodrigues Chaves, no dia 6 de dezembro de 1882. Pará, Typ. do Jornal da Tarde, 1882.
- Relatorio com que o Exmo. Sr. Dr. Vice Presidente Rodrigues Chaves passou a administração da Provincia para o Exm. Sr. Rufino Eneas Gustavo Galvão, Visconde de Maracajú, em 16 de dezembro de 1882. Pará, 1882.
- Falla com que o Exm^o Sr. General Rufino Eneas Gustavo Galvão (Visconde de Maracajú), Presidente da Provincia do Pará abriu a Sessão Extraordinaria da respectiva Assembléa, no dia 7 de janeiro de 1884. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1884.
- Relatorio com que o Exm^o Sr. Dr. José de Araujo Roso Danin, 2^o Vice-Presidente da Provincia passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Conselheiro João Silveira de Souza, no dia 4 de agosto de 1884. Pará, Typ. de Francisco Costa Junior, 1885.
- Falla com que o Exm^o Sr. Conselheiro João Silveira de Souza abriu a 1^o Sessão da 25^o Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, em 15 de outubro de 1884. Pará, Typ. de Francisco Costa Junior, 1885.
- Falla com que o Exm^o Sr. Conselheiro Dr. João Silveira de Souza, Presidente da Provincia do Pará abriu a 2^o Sessão da 24^o Legislatura da Assembléa Provincial, em 18 de abril de 1885. Pará, Typ. da Gazeta de Noticias, 1885.

- Relatorio que apresentou o Exm^o Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho ao Exm^o Sr. Dr. João Lourenço Paes de Souza, 1^o Vice-Presidente da Provincia do Gram-Pará ao passar-lhe a administração, em 16 de setembro de 1885. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885.
- Relatorio que apresentou o Exm^o Sr. Dr. João Lourenço Paes de Souza, 1^o Vice-Presidente da Provincia ao passar a administração da mesma ao Exm^o Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, em 5 de outubro de 1885. Belém, Typ. do Diario de Noticias, 1886.
- Falla com que o Exm^o Conselheiro Tristão Alencar Araripe, Presidente da Provincia do Pará, abriu a Sessão Extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 5 de novembro de 1885. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1886.
- Relatorio com que o Exm. sr. Conselheiro Tristão Alencar Araripe passou a administração da Provincia ao Exm^o Sr. Conselheiro João Antonio de Araujo Freitas Henriques, em 15 de abril de 1886. Belém, Typ. do Diario de Noticias, 1887.
- Relatorio com que o Exm. Sr. Conselheiro João Antonio de Araujo Freitas Henrique passou a administração da Provincia do Pará ao Exm^o Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas, em 6 de outubro de 1886.
- Falla com que o Exm^o Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas abriu a Sessão Extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Pará, em 20 de novembro de 1886. Belém, Typ. do Diario de Noticias, 1887.
- Relatorio com que o Exm^o Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas passou a administração da Provincia ao Exm^o Sr. Conselheiro Coronel Francisco Jose Cardoso Junior, em 17 de março de 1887. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887.
- Falla com que o Exm^o Sr. Conselheiro Francisco Jose Cardoso Junior, 1^o Vice-Presidente da Provincia do Pará, abriu a 22^a Sessão da 25^a Legislatura da Assembléa Provincial, em 20 de outubro de 1887. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887.
- Falla com que o Exm^o Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1^o Vice-Presidente da Provincia do Pará, abriu a 1^a Sessão da 26^a Legislatura da Assembléa Provincial. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1888.

Falla com que o Exm^o Sr. Dr. Miguel José de Almeida Pernambuco, Presidente da Provincia, abriu a 2^a Sessão da 26^a Legislatura da Assembléa Provincial do Pará, em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889.

Relatorio com que o Exm^o Sr. Dr. Miguel José de Almeida Pernambuco, Presidente da Provincia do Pará, passou a administração da mesma ao Vice-Presidente da Provincia, Exm^o Sr. Dr. João Polycarpo dos Santos Campos, em 18 de março de 1889. Pará, Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889.

Relatorio com que o Exm^o Sr. Dr. Antonio Jose Ferreira Braga, Presidente da Provincia, abriu a Sessão Extraordinaria da 26^a Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará, em 18 de setembro de 1889. Pará, Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889.

2) Mensagens e Relatórios dos Governadores do Estado:

Relatorio com que o Cap. Tenente Duarte Haet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 de junho. Pará, em 24 de junho de 1891.

Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua 1^a reunião de 30/10/1891.

Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 1^a de fevereiro de 1893.

Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará, em 7 de abril de 1894.

Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré, ao Congresso do Estado do Pará, em 7 de abril de 1895.

Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará, em sua reunião de 1^a de fevereiro de 1896.

Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado ao expirar seu mandato no dia 1^a de fevereiro de 1897.

Manifesto ao Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. José Paes de Carvalho. Pará, em 1^a de fevereiro de 1897.

- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Sr. Governador Dr. José Paes de Carvalho. Pará, 02 de fevereiro de 1897.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Sr. Governador Dr. José Paes de Carvalho em 7 de abril de 1898.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Sr. Governador Dr. José Paes de Carvalho em 7 de abril de 1899.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. José Paes de Carvalho em 19 de fevereiro de 1900.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. José Paes de Carvalho em 19 de fevereiro de 1901.
- Relatorio apresentado ao Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro pelo Dr. José Paes de Carvalho, ao deixar a administração em 19 de fevereiro de 1901.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. Augusto Montenegro em 10 de setembro de 1901.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. Augusto Montenegro em 07 de setembro de 1902.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. Augusto Montenegro em 07 de setembro de 1903.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. Augusto Montenegro em 07 de setembro de 1904.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. Augusto Montenegro em 07 de setembro de 1905.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. Augusto Montenegro em 07 de setembro de 1906.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. Augusto Montenegro em 07 de setembro de 1907.

- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. Augusto Montenegro em 07 de setembro de 1908.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. João Antonio Luiz Coelho em 07 de setembro de 1909.
- Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Sr. Governador Dr. João Antonio Luiz Coelho em 07 de setembro de 1910.

B - BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Transformações da Vida Camponesa: o Sudoeste Paranaense. São Paulo: 1981 (dissertação de mestrado apresentada à FFLCH/DCS da USP).
- ALBUQUERQUE, Milton. Estudos sobre Mandioca. Belém-Pa: Instituto Agrônômico do Norte, 1962.
- ACEVEDO, Rosa E. Du Travail Esclave au Travail Libre. Le Pará (Bresil) sous le Regime Colonial et sous l'Empire (XVIIe - XIXe siècle) Paris: école des Hautes études en Sciences Sociales, 1985. (Doctorat de troisième cycle, mimeo, 491 p).
- ALVIM, Zuleika M.F. Brava Gente: Os Italianos em São Paulo, 1870-1920. São Paulo-SP: Brasiliense, 1986.
- BLOCH, Marc. Introdução à História. Publicações Europa-América, Coleção Saber, 2ª ed., s/d, (179 p, original 1942).
- BOSERUP, Ester. Evolução Agrária e Pressão Demográfica. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1987. (141 p.)
- CAMARGO, Felisberto. Terra e Colonização no Antigo e Novo Quaternário da Zona da Estrada de Ferro de Bragança. Belém-Pa: Instituto Agrônômico do Norte, 1948. (12 p. mimeo.)
- CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo : Livraria Duas Cidades, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e PEREZ, Heitor. Os Métodos da História. Rio de Janeiro: Graal Ltda, 1983
- CARR, Edward Hallet. Que é História? Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 4ª ed, 1982. (130 p.)
- CARVALHO, José Murilo de. A Modernização Frustrada: a Política de Terras no Império. Revista Brasileira de História, São Paulo, nº1, mar/1981, (p. 39-57)
- CENNI, Franco. Italianos no Brasil. Andiamo in America São Paulo: Martins/Edusp, 1975.

- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo-SP: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, Carlos Alberto de Araújo. Castanhal, sua História, sua Gente. Castanhal-Pa: Gazeta do Interior, 1981. (85 p.).
- CONCEIÇÃO, Mãe de Fátima Carneiro. De Feiras e Associações de Pequenos Produtores no Nordeste Paraense. Deptº de Economia e Sociologia Rural/UNESP/Botucatu, ANAIS do 13º Encontro do PIPSA, Rio de Janeiro, abril de 1988, vol I, p 131- 161.
- CRUZ, Ernesto. Estrada de Ferro de Bragança. Belém-Pa: Falângola, Concurso de monografia do Gov Est do Pará, 1955.
- Colonização do Pará. Belém-Pa: INPA/Falângola, 1958.
- História do Pará. Belém-Pa: UFPa, 1963.
- DAVATZ, T. Memórias de Um Colono no Brasil (1850). São Paulo: Liv. Martins, 1941.
- DI PAOLO. Cabanagem, a Revolução Popular da Amazônia. Belém-Pa: Ed Cejup, 1986. (415 p)
- EGLER, Eugênia G. A Zona Bragantina no Estado do Pará. Separata da Revista Brasileira de Geografia nº 3, ano XXIII, julho/agosto 1961. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1961.
- EMMI, Marília. A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais. Belém-Pa: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPa, 1987. (196 p ,dissert. de mestrado).
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Porto Alegre: Ed Globo, 1984.
- Fundação Getúlio Vargas. INDIPO. CPDOC. Programa de História Oral: Catálogo de Depoimentos. Rio de Janeiro, FGV, 1981. (208 p.)
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Pulo-SP: Ática, 1974.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

- GARCIA, Mary France. O Bacurau: estudo de caso de um Mercado Situado numa Usina do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ (Museu Nacional), 1977. (dissert. mestrado)
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. Terra de Trabalho. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Feira e Trabalhadores Rurais: as Feiras do Brejo e do Agreste Paraibano. RJ: UFRJ (Museu Nacional), 1984. (237 p, tese doutoramento).
- GUIMARÃES, Renato. Cabangem, a Revolução no Brasil. Campinas-SP: UNICAMP/IFCH/DCS, mimeo, 43 p., s/d.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE/VOZES, 1987.
- HÉBETTE, Jean & ACEVEDO, Rosa. Colonização para quem? Belém: UFPA/NAEA, Série Pesquisa, Ano 1, nº 1, 1979.
- Terra "P'ra Burro" no Pará. Botucatu-SP: UNESP/Departamento de Economia e Sociologia Rural, Anais do XII Encontro do PIPSA, abril de 1987, vol I, p. 354-369).
- HOMMA, A.K.O. Estrutura de Produção de Malva no Nordeste Paraense. Belém, EMBRAPA/CPATU, Circular Técnica nº 8, 1980. (30 p.)
- JATENE, Heliana da Silva & ZACCA, Eliana S. & CARNEIRO, José G. Notas Informativas sobre a Atuação de Empresas Privadas de Colonização no Norte-Matogrossense. Belém-Pa: SUDAM, 1979. (mimeo. 21 p.)
- KAYE, Harvey J. The British Marxist Historians. An Introductory Analysis. Cambridge, Polity Press, 1984
- KITAMURA, Paulo C. & HOMMA, Alfredo K. Oyama & FLOHRSCHUTZ, G. H. H. e SANTOS, Antonio I. M. S. A Pequena Agricultura no Nordeste Paraense. Belém: EMBRAPA/CPATU, 1983.
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem. A Origem do Trabalho Livre no Brasil. São Paulo-SP: Brasiliense, 1987.
- LINDOSO, Felipe José. O Campesinato e o Mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa. RJ, UFRJ (Museu Nacional), 1982. (178 p, dissert. mestrado).
- LIMA, Rubens. Os efeitos das queimadas sobre a vegetação dos solos arenosos da região da Estrada de Ferro de Bragança

- ca. Belém: Instituto Agrônômico do Norte, 1954. (18 p, mimeo.).
- LIMA, Ely de Fátima Napoleão de. Produção de Alimentos e Extrativismo: Belém e seus Núcleos Subsidiários (Ilha do Marajó e Zona Bragantina) 1850/1920. Itaguai-RJ: CPDA/Universidade Rural do Rio de Janeiro, 1987. (mimeo., dissert de mestrado).
- LINHARES, Maria Yeda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História da Agricultura Brasileira, Combates e Controvérsias. São Paulo-SP: Brasiliense, 1981. (170 p.).
- LOBO, Eulália M. Lahmeyer. O Estado e a Política Agrícola no Brasil no Século XIX. Rev. Bras. de História, São Paulo, 2 (3):19-31, março de 1982.
- MARTINS, José de Souza Martins. O Cativo da Terra. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MOURA, Margarida M. Os Herdeiros da Terra. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.
- MORAES, Sônia H.N. Guimarães. O Estado e a Propriedade Agrária no Brasil: Fórmulas Jurídicas e Vigência Política. São Paulo, (dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP), 1987 (mimeo., 217 p.).
- MOTT, Luiz R. de Barros. A Feira de Brejo Grande. Estudo de uma instituição econômica num Município sergipano do Baixo São Francisco. Campinas-SP: IFCH/UNUCAMP, 1975. (348 p, tese de doutoramento).
- MENDRAS, Henri. La Fin des Paysans. Paris: Colin, 1970. (306 p)
- MUSSUMECI, Leonarda. O Mito da Terra Liberta Colonização "espontânea", Camponato e Patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice, Ed Rev dos Tribunais, ANPOCS, 1988.
- MUNIZ, Palma. Imigração e Colonização - História e Estatística 1616-1916. Belém: Imp. Oficial, 1916.
- PENTEADO, Antônio Rocha. Problemas da Colonização e uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará. Belém-Pa: UFPA, Col Amazônia, 1967. (tese de doutoramento apresentada à FFLCH/USP, 477 p.)

- PINTO, Lúcio Flávio. A Questão do Estado no Trópico Úmido. Elaborado para o Seminário sobre Tecnologias para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido, Convênio IPEA/CEPAL. Manaus, abril de 1987. (25 p., mimeo.)
- RAYOL, Domingos Antônio. Motins Políticos. Belém-Pa: UFPa, 1970. (3 vol) (original publicado em 1890)
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. Síntese de História do Pará. Belém, 1942.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. As Ferrovias de São Paulo 1870-1940: Expansão e Declínio do Transporte Ferroviário em São Paulo. São Paulo: HUCITEC/INL, 1981.
- SALLES, Vicente. O Negro no Pará sob o Regime de Escravidão. Rio de Janeiro: FGV/UFPa, 1971.
- SANTOS, Roberto A. de Oliveira. História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- Direito e Mudança Social. O Problema da Terra na Amazônia Brasileira. Elaborado para a Conferência sobre Expansão da Fronteira na Amazônia, do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida. Miami: 1981. (mimeo, 30 p.)
- SAWYER, Donald Rolfe. Peasants and Capitalism on an Amazon Frontier. 1979: Cambridge, Massachusetts, 1979 (tese de doutoramento apresentada ao Depto. de Sociologia, Universidade de Harvard, mimeo., 275 p.)
- SCHWARCZ, Lília Moritz. Retrato em Branco e Negro: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 (284 p.)
- SDARES, Sebastião Ferreira. Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros Alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. A Política de Colonização no Brasil Contemporâneo. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA Vol 15, nº 1, jan/abr 1985.
- THORLBY, Tiago. A Cabanagem na Fala do Povo. São Paulo: Paulinas, 1987. (107 p.)
- THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária InGLESA. RJ: Paz e Terra, 1987.
- Senhores e Caçadores RJ: Paz e Terra, 1987.

TUPIASSÚ, Amílcar Alves. O Processo Demográfico da Amazônia.
In: Forum sobre a Amazônia, 2, 1968. Problemática da
Amazônia. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil,
1969. (p. 197-220)

VALVERDE, Orlando & DIAS, Catharina Vergolino. A Rodovia Be-
lém-Brasília: estudo de Geografia Regional. RJ: FIBGE,
1967.

VIEIRA, L. S. & SANTOS, W. H. P. dos & FALESI, I. C. & OLIVEI-
RA FILHO, J. P. S. Levantamento de Reconhecimento dos
Solos da Região Bragantina, Estado do Pará. Belém:
IPEAN, Boletim Técnico nº 47, 1967

WEINSTEIN, Barbara. Pará "versus" Amazonas. IPE/USP, Estudos
Econômicos, 15 (2): 221-239, maio/ago 1985.

GLOSSÁRIO.

- atravessador - o intermediário na comercialização
- criação - ou criação de pena, refere-se a aves. Para os nordestinos é criação de animais: gado bovino, caprino, etc
- casa de farinha - casa sem paredes laterais, onde se dispõem os utensílios e o forno próprios para fazer farinha de mandioca. Pode ter o "tipiti", espremedor de mandioca feito de palha e de origem indígena, ou pode ter as prensas de madeira, para a mesma finalidade. A mandioca pode ser ralada à mão, nos coches, ou com motor apropriado. A proximidade com igarapés é necessária, principalmente para fazer a farinha do tipo "d'água", a fim de deixar a mandioca de molho; os outros tipos de farinha são a "seca" e a "mista". Esta última é predominante na Bragantina.
- empeleita - serviço de empreitada.
- frutivo - árvores adultas, o mesmo que frutíferas.
- goma - fécula da mandioca, é vendida crua. Dissolvida na água e levada a cozinhar transforma-se em um dos componentes do tacacá. É também o ingrediente de beijús e tapiocas.
- igarapé - córrego, pequeno curso d'água corrente.
- inverno - época das chuvas; na região amazônica, período do ano caracterizado por elevado índice pluviométrico, com chuvas mais ou menos prolongadas, que duram todo o período que vai de dezembro até junho.
- jerimun ou jurumun - (segundo o dicionário de Aurélio Buarque, essa última forma é de origem indígena) - o mesmo que abóbora. O termo é usado para os diversos tipos, sem distinção. Muito usada na alimentação diária, em cozido de carnes (especialmente a carne seca ou xarque) e no feijão.
- legume - produção agrícola, os produtos da roça em geral.
- macaxeira - o mesmo que mandioca no Sul, e aipim no Sudeste. Muito consumida em substituição ao pão, acompanhando o café, ou em cozido de carne e legumes. A massa crua, ralada, é usada em bolos, bolinhos, etc
- mandioca - designação genérica de diversas variedades de mandioca brava. Usada para alimentação animal, e para extração da goma (ou tapioca) e do tucupi, e para a fabricação

da farinha. Não é usada diretamente na alimentação humana

maniva - folha da mandioca ou macaxeira, usada na preparação da manicoba, prato típico da comida regional amazônica.

marreteiro - outra designação do atravessador, ou intermediário na comercialização; designa ainda o comerciante ambulante.

retiro - o mesmo que "casa de farinha", o termo destaca o seu aspecto isolado, em relação à casa de moradia. É exclusivo para a feitura de farinha

tapioca - fécula da mandioca, o mesmo que goma. Também designa o alimento preparado com a fécula, e servido com manteiga ou coco, acompanhando o café. Ambos são comercializados em feiras. O mesmo que tapiocinha.

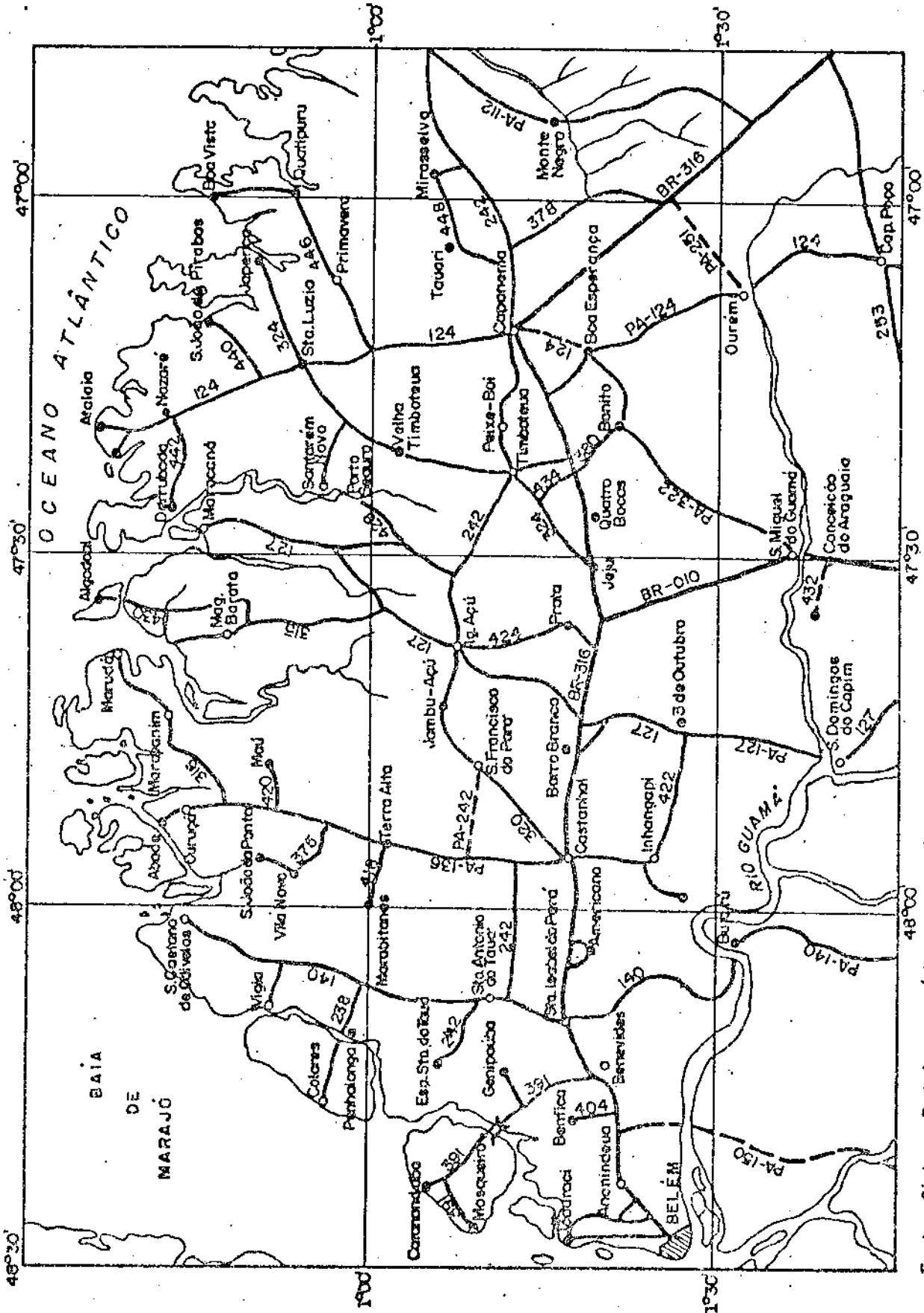
tarefa - medida correspondente a 25 braças quadradas de terra, ou 3.025 m², ou 1/3 do ha. Refere comumente o trecho cultivado dentro do lote ou terreno. Um lote de 25 ha. contém 75 tarefas.

terreno - significa geralmente o lote de 25 ha., também chamado de lote agrícola. Um lote de 25 ha. corresponde a 250.000 m², repartido em 250 X 1.000 m

tucupi - caldo extraído da mandioca, depois de convenientemente preparado (cozido em panela destampada com temperos) é vendido, para preparar o tacacá e outros pratos típicos

verão - época de estiagem. Na região amazônica período caracterizado por baixo índice pluviométrico, com chuvas de curta duração e ocorrências esparsas. Vai de junho até dezembro

MAPA RODOVIÁRIO
DA MICRORREGIÃO
BRAGANTINA
PARÁ
MRH - 24



LEGENDA

- Municípios
- Vilas e Povoados
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Projetadas

ESC. APROX.
1:1.400.000

IDESP

Fonte: Sistema Rodo-Aerportuário - DER-Pa./1987

Publicado em: NASCIMENTO, Aldenor Gonçalves do, e colaboradores.
"Inventário Cultural e Turístico da Bragantina".
Belém (PA) - IDESP - 1987

ANEXO I - B

RODOVIAS ESTADUAIS QUE CORTAM A MICRORREGIÃO BRAGANTINA

TIPO DE RODOVIA	SIGLA	PONTOS EXTREMOS	MUNICÍPIOS QUE CORTA	EXTENSÃO TOTAL DA RODOVIA - KM
Longitudi-				
nal	112	Bragança - BR-316	Bragança	59
"	124	Salinópolis - PA-252	Capanema	200
"	127	Maracanã - Santana do Capim	Ig. Açú-S. Francisco-Castanhal-	
"	136	Quiruçá-Serraria	Inhangapi-S. Miguel do Guamá	166
"	140	S.C. de Odivelas - PA-332	S. Francisco do Pará-Castanhal	96
Transversal	242	Esp. Santo do Tauá-EMBORAÍ	Inhangapi	510
"	251	S. Miguel do Guamá - BR-316	Sta. Isabel-Igarapé-Açu	
Diagonal	320	Castanhal - S. Francisco do Pará	Castanhal-S. Francisco do Pará-	303
"	322	S. Miguel do Guamá - CAPANEMA	Igarapé-Açu-Nova Timboteua -	
"	324	BR-316 (JEJU) JAPERICA	Peixe-Boi-Capanema-Bragança	69
"	378	PA-242 - BR-316	S. Miguel do Guamá	22
"	380	Miritueira - Bonito	Castanhal - S. Francisco	65
"	395	PA-127 - CAPEZAL	S. Miguel-Bonito-Capanema	82
Ligação	414	PA-140 - Inic.	S. Maria do Pará-Nova Timboteua	24
"	416	BR-316 - Americano - BR-316	Capanema - Bragança	21
"	418	PA-136 - MOJUI	N. Timboteua-Peixe-Boi-Bonito	40
"	422	Inhangapi - 3 de Outubro	Igarapé-Açu	14
"	424	PA-127 - BR-316	S. Isabel do Pará	4
"	426	PA-242 - PA-127	S. Isabel do Pará	7
"	428	Nova Olinda - Porto Seguro	Castanhal	26
"	434	PA-324 - 4 Bocas	Inhangapi	16
"	436	BR-316 - Boa Esperança	Igarapé-Açu	23
"	438	PA-324 - Santarém Novo	Igarapé-Açu	10
"	448	PA-242 - Mirassolva - PA-242	Nova Timboteua	15
"	450	PA-242 - Bragança	Capanema	8
"	452	Bragança - Cacoazinlio	Santarém Novo	12
"	454	PA-242 - Augusto Corrêa	Capanema	26
"	456	Acari - BR-010	Bragança	25
"	458	Bragança - Ajuruteua	Bragança	69
"	432	BR-010 - Conc. de Irituia	Augusto Corrêa	10
			S. Miguel do Guamá	10
			Bragança	40
			Inhangapi	10

Fonte: DER-PA

Elaboração: IDESP-GE: Infra-Estrutura Física

Publicado em: NASCIMENTO, Aldenor Gonçalves do, e colaboradores.
 "Inventário Cultural e Turístico da Bragantina".
 Belém (PA) - IDESP - 1987

ANEXO I-C

ESTADO DO PARÁ
MICRO REGIÃO HOMOGÊNEA BRAGANTINA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PARTICIPAÇÃO NO ESTADO
1970/1980

	QUANTIDADE 1970			QUANTIDADE 1980		
	Bragantina	Estado	%	Bragantina	Estado	%
LAVOURAS PERMANENTES						
Banana (1)	374	8.218	4,55	219	16.015	1,37
Borracha (2)(**)	135	2.959	4,56	591	2.574	22,97
Cacau (2)	17	1.548	1,10	217	8.241	2,63
Café (2)	39	288	13,54	48	781	6,15
Coco da Bahia (3)	1.107	3.339	33,15	798	10.666	74,86
Cupuacu (3)	44	393	11,19	24	907	26,46
Lima (2)	265	1.010	26,24	29	467	6,21
Laranja (3)	17.328	74.564	23,24	4.715	64.284	7,33
Mamão (3)	274	983	27,87	29.678	64.204	46,22
Manga (3)	1.585	63.971	2,48	1.585	63.971	2,48
Maracujá (3)	6.282	6.305	99,63	30.410	183.956	16,53
Pimenta reino (2)	4.492	14.821	30,31	12.881	59.842	21,52
Tangerina (3)	373	1.557	23,95	562	8.217	6,84
LAVOURAS TEMPORÁRIAS						
Abóbora (3)	219	2.922	7,49	196	3.864	5,07
Amendoim casca (2)	124	167	74,25	8	970	0,82
Arroz casca (2)	13.469	96.748	13,92	8.778	246.569	3,56
Batata-doce (2)	45	574	7,84	49	629	7,79
Cana-de-açúcar (2)	813	131.669	0,61	492	200.013	0,25
Couve (2)	74	372	19,82	160	1.241	12,89
Feijão grãos (2)	2.849	9.644	29,54	4.051	22.878	17,71
Fumo folha (2)	743	3.210	23,15	607	1.104	54,98
Mandioca (2)	233.585	1.103.441	21,17	327.834	1.693.620	19,36
Milho grãos (2)	13.895	69.875	19,88	11.606	126.412	6,91
Malva (2) (*)	59.647	269.371	22,14	4.697	31.538	14,89
Melão (3)	346	516	67,05
Melancia (3)	389	1.449	22,14	509	5.562	9,15
Pepino (2)	160	186	86,02	441	780	56,54
Pimentão (2)	213	334	63,77	647	967	66,91
Repolho (2)	237	316	75,00	122	213	57,28
Tomate (2)	442	1.086	40,70
Vagem (2)	412	518	79,54	185	694	26,76

Fonte: Censo Agropecuário/Pará - Fundação IBGE 1970 e 1980

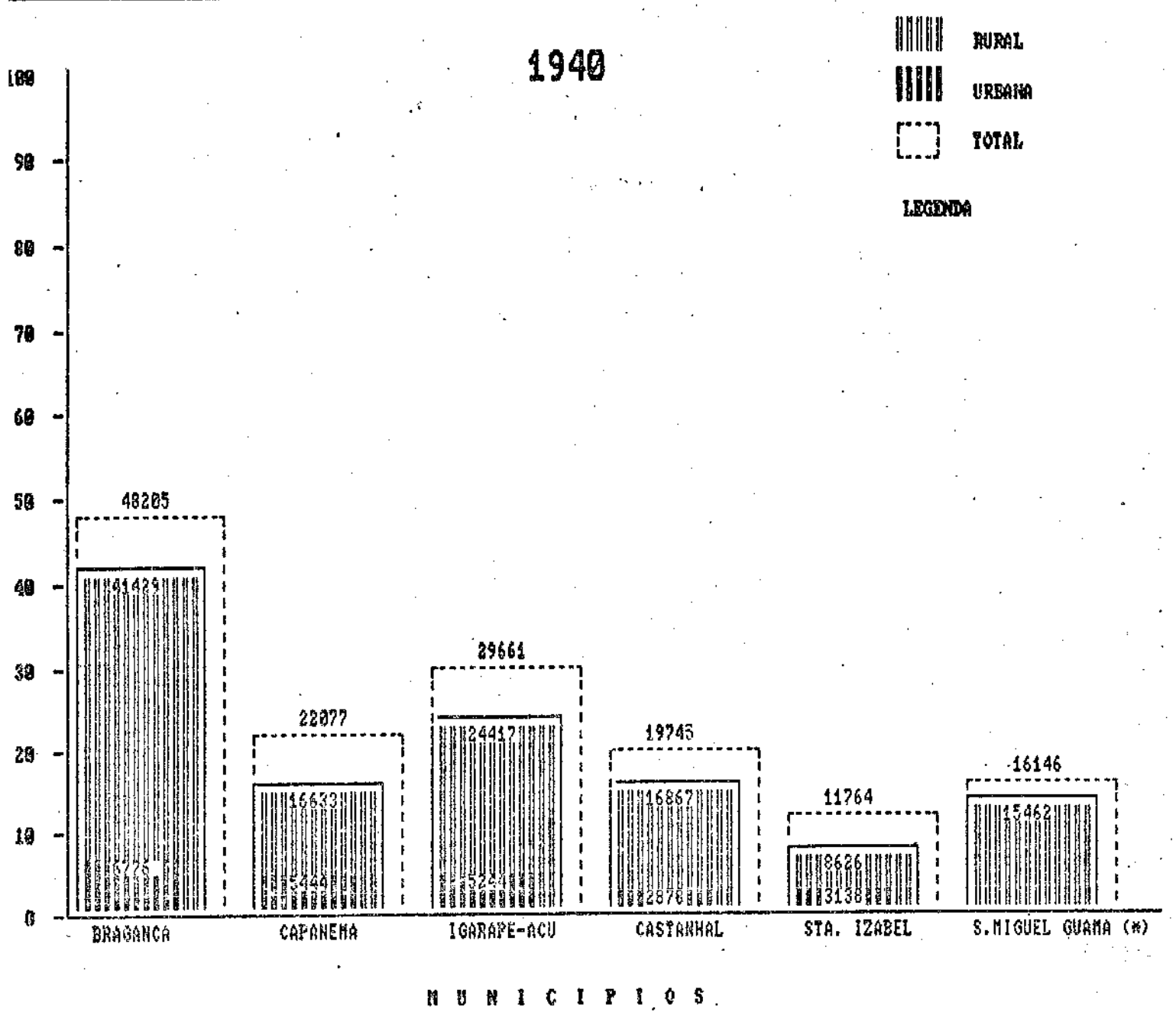
(1) Produção em mil cachos. (*) Haste em 1970 e fibra em 1980.

(2) Produção em toneladas. (**) Coagulada e cultivada.

(3) Produção em mil frutos.

ANEXO II - A

ESTADO DO PARA
MICRO-REGIAO BRAGANTINA
POPULACAO URBANA, RURAL E TOTAL POR MUNICIPIOS

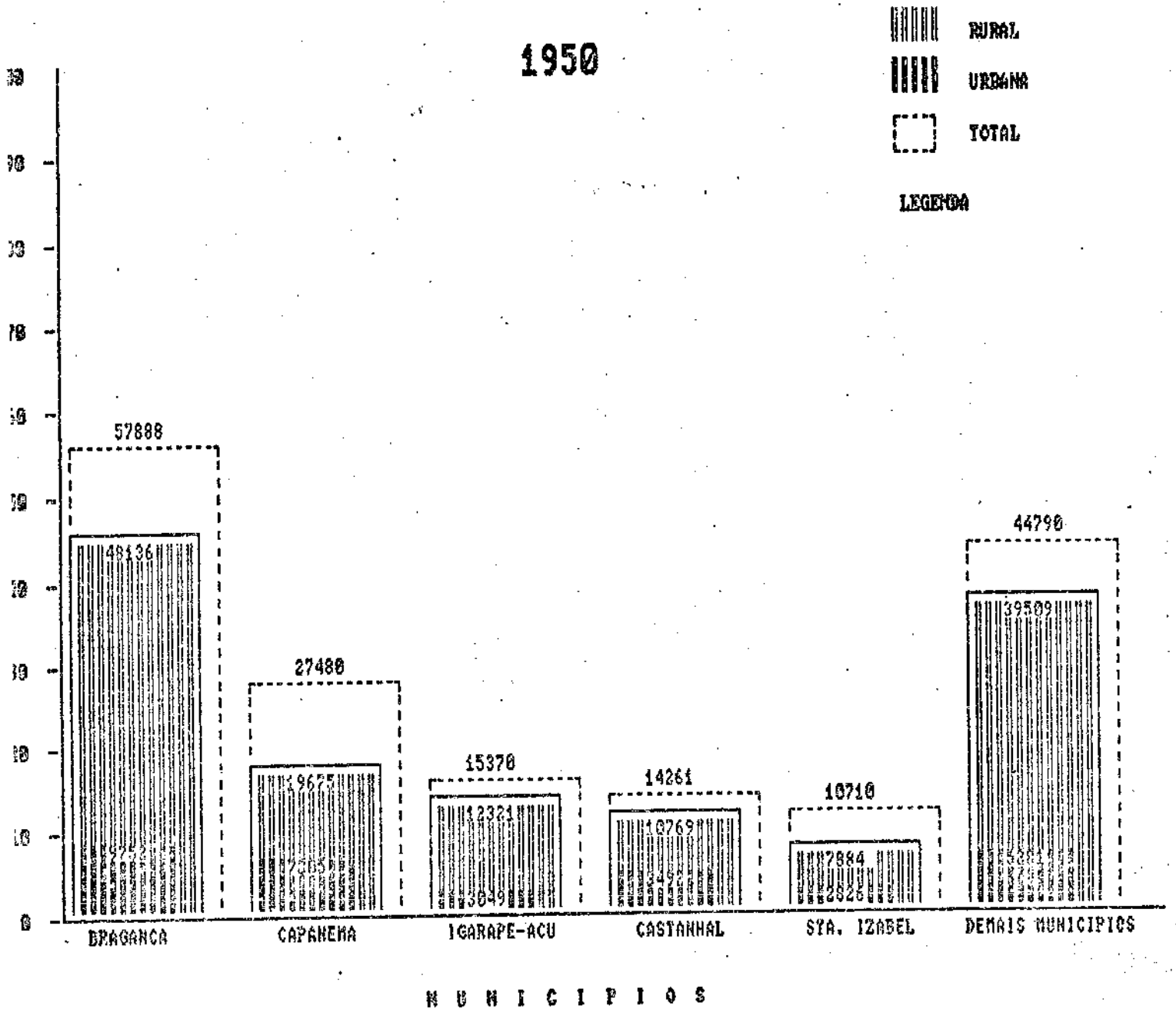


E : FINEE - CENSO DEMOGRAFICO DE 1950
BASES 1973 p. 264
ICO ELABORADO POR : FERNANDO AZEVEDO

* POP. RURAL : 684 HABITANTES

ANEXO II - B

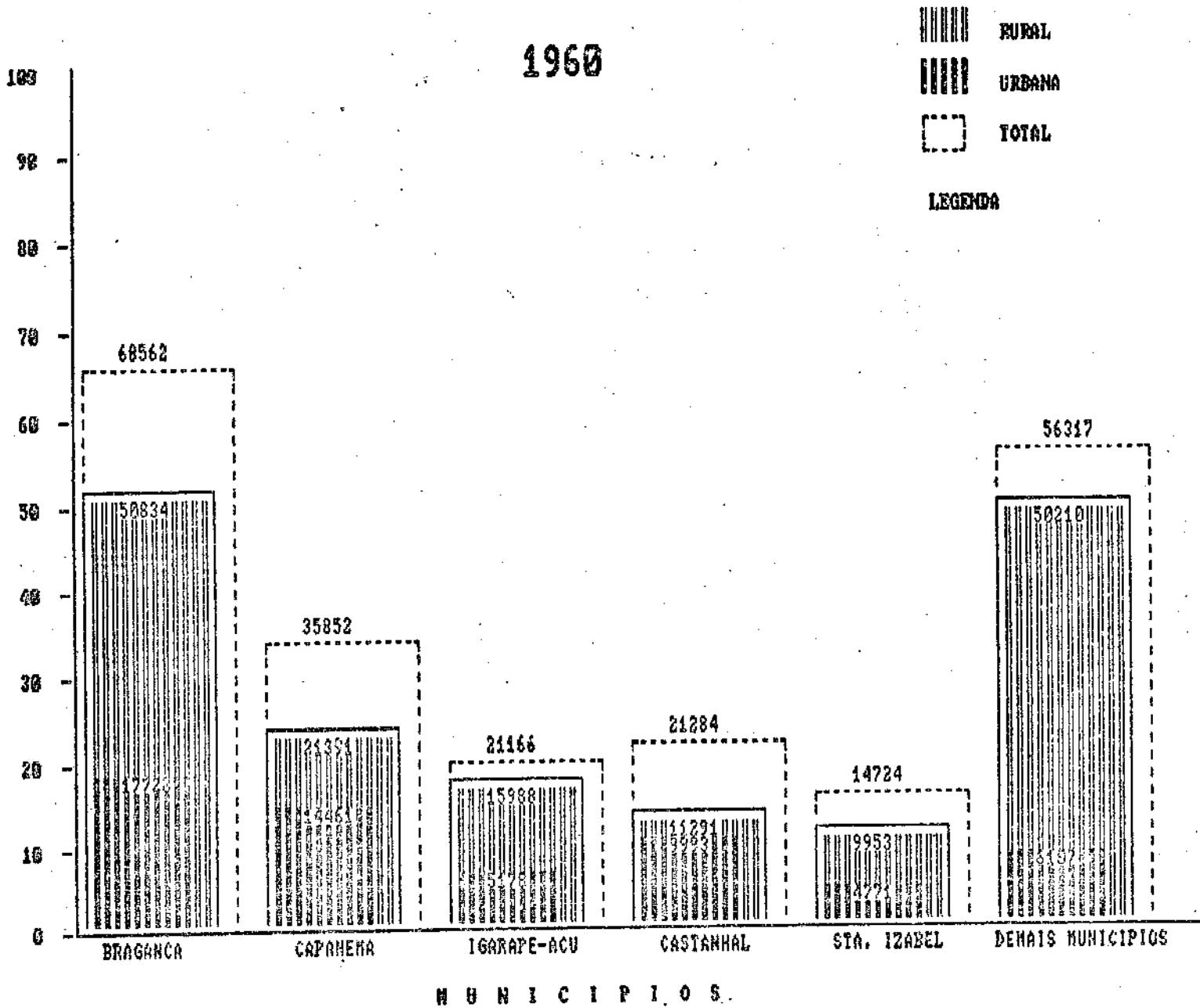
ESTADO DO PIAU
 MICRO-REGIAO BRAGANTINA
 POPULACAO URBANA, RURAL E TOTAL POR MUNICIPIOS



IBGE - CENSO DEMOGRAFICO DE 1950
 IDSP-PA/CEP
 COO ELABORADO POR : FERNANDO AZEVEDO

ANEXO II - C

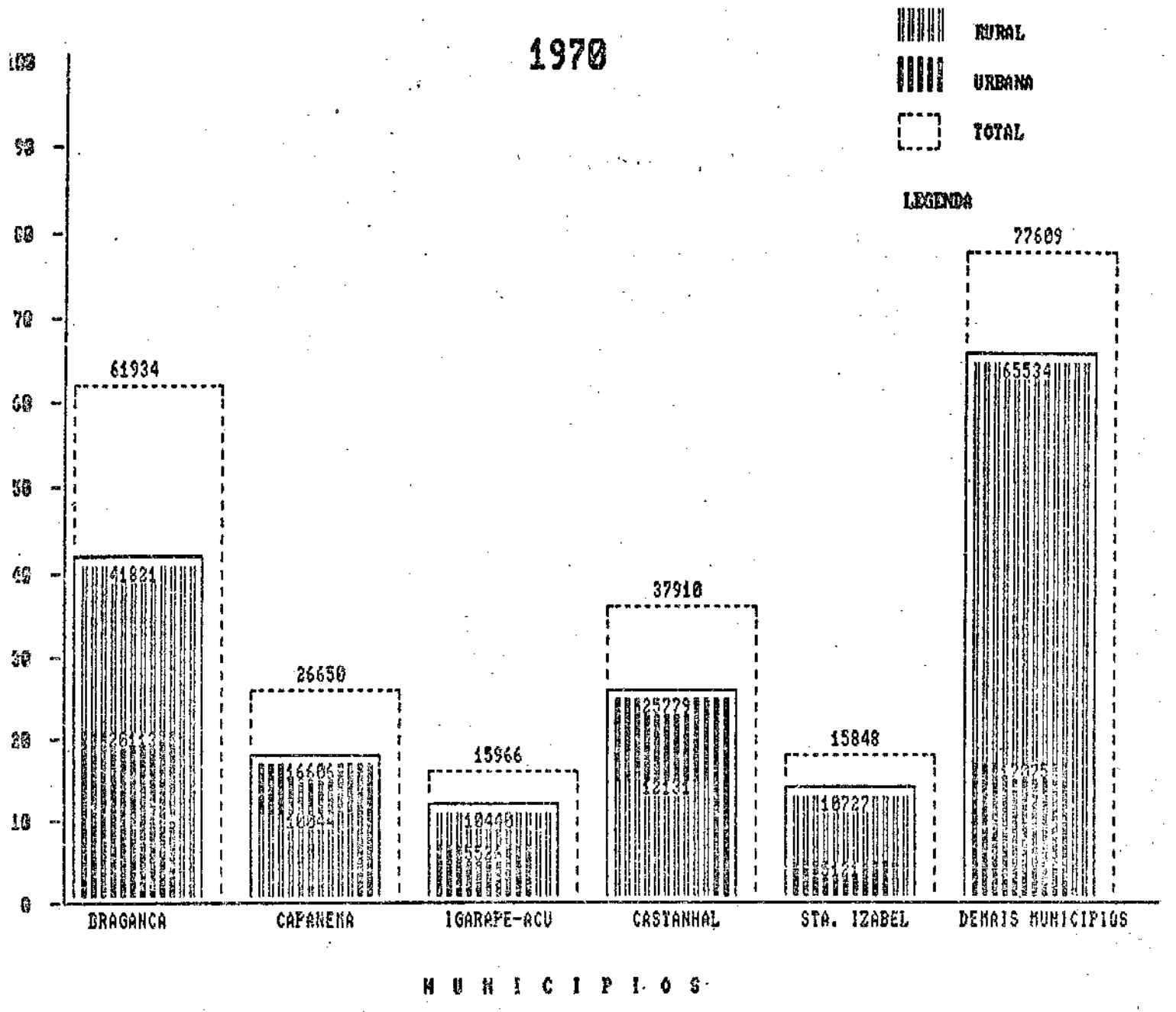
ESTADO DO PARÁ
 MICRO-REGIÃO BRAGANTINA
 POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL POR MUNICÍPIOS



E : FIDEGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960
 I : IPEGE - PA/CEP
 CO ELABORADO POR : FERNANDO AZEVEDO

ANEXO II - D

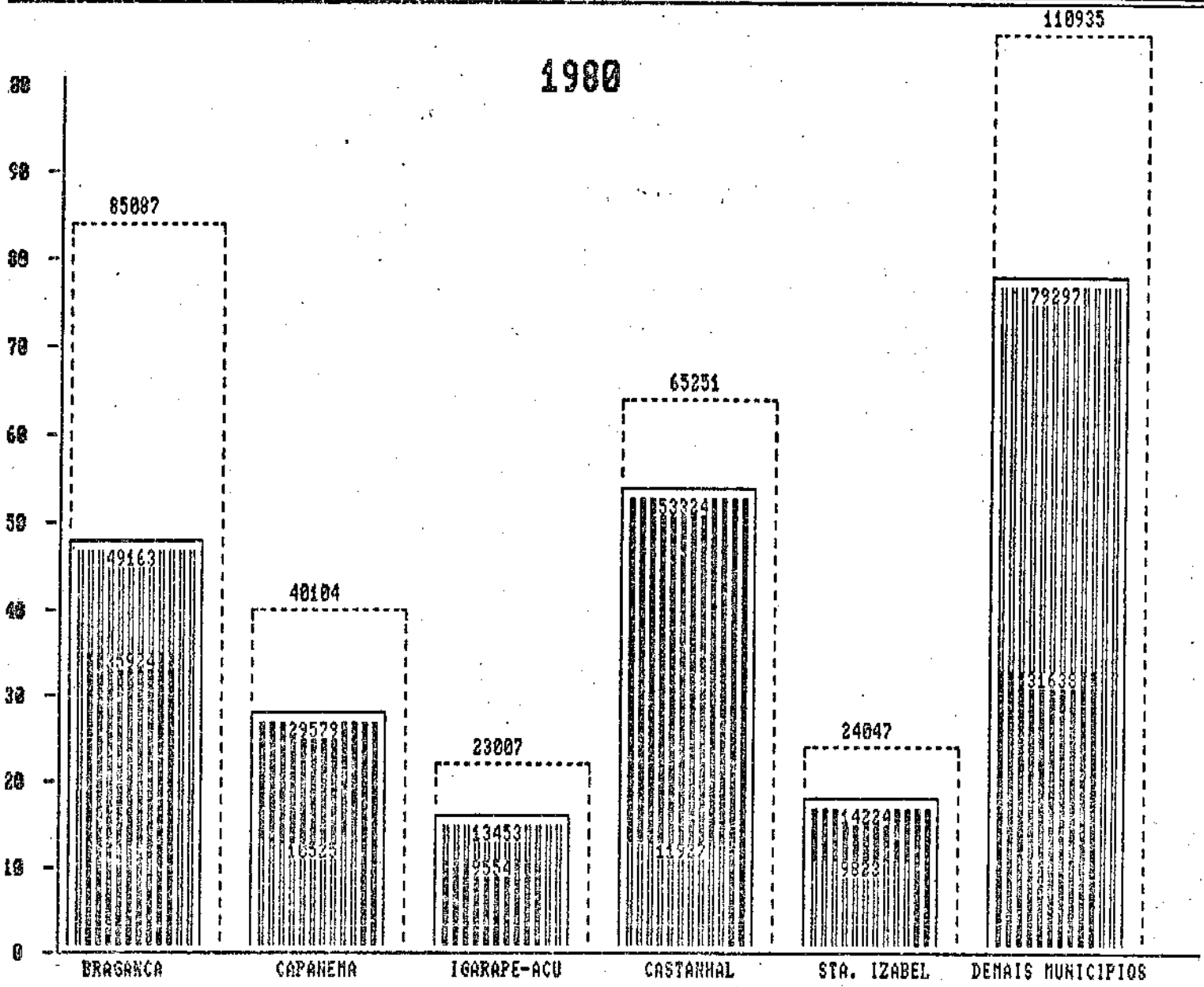
ESTADO DO PÁRA MICRO-REGIÃO BRAGANTINA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL POR MUNICÍPIOS






FE: IBGE - CENSO DEMOGRAFICO DE 1970
 71537-PP/CHP
 NICO ELABORADO POR: FERNANDO AZEVEDO

ANEXO II - E

ESTADO DO PAPA MICRO-REGIÃO BRAGANTINA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL POR MUNICÍPIOS



MUNICÍPIOS.

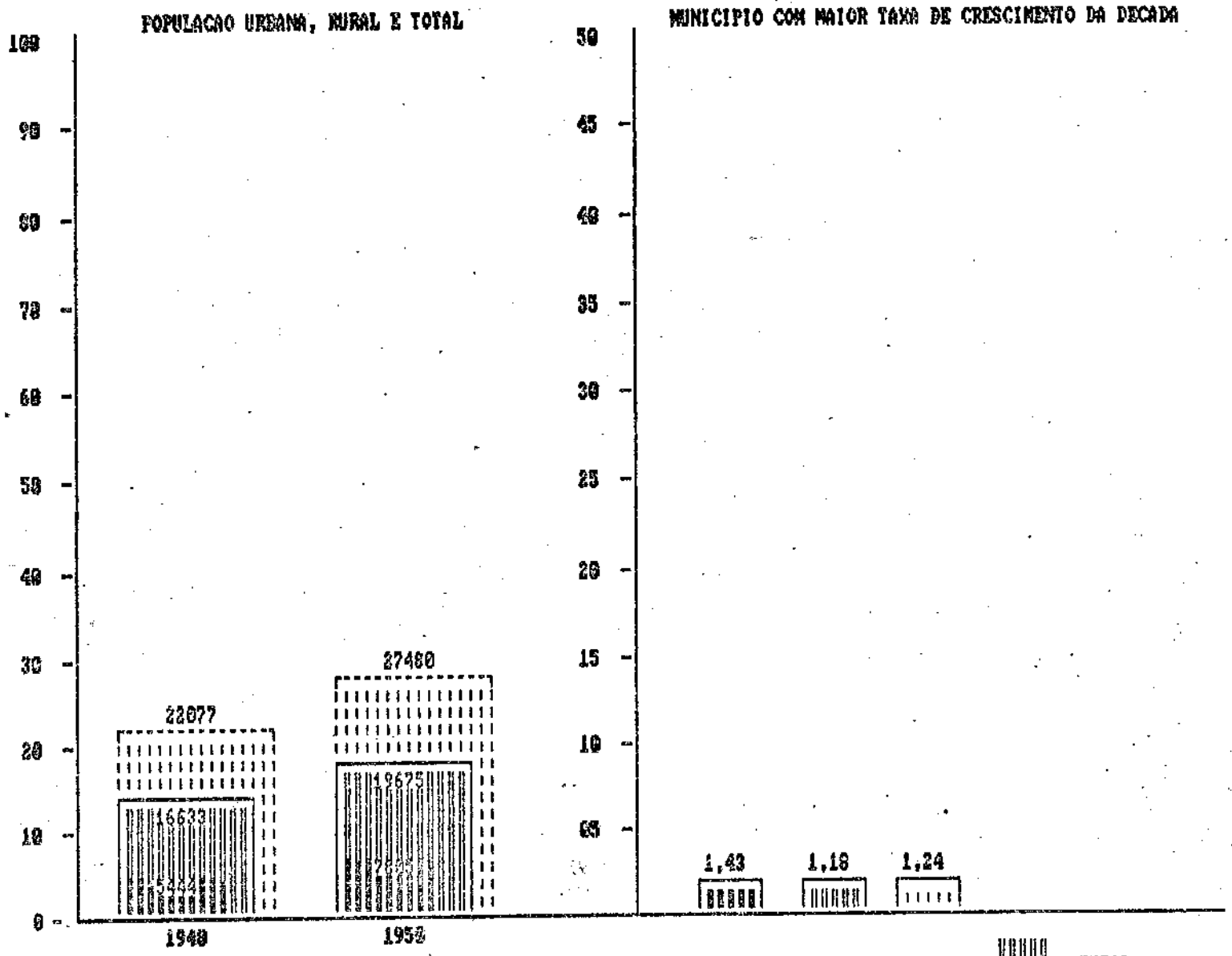
-  RURAL
-  URBANA
-  TOTAL

LEGENDA

E - FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980
 IESP - PA/CEB
 IGO ELABORADO POR: FERNANDO AZEVEDO

ANEXO II - F

ESTADO DO PAPA
 MICRO-REGIÃO BRAGANTINA
 TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%) - 1958/1948



C A P A N E M A

RURAL
 URBANA
 TOTAL

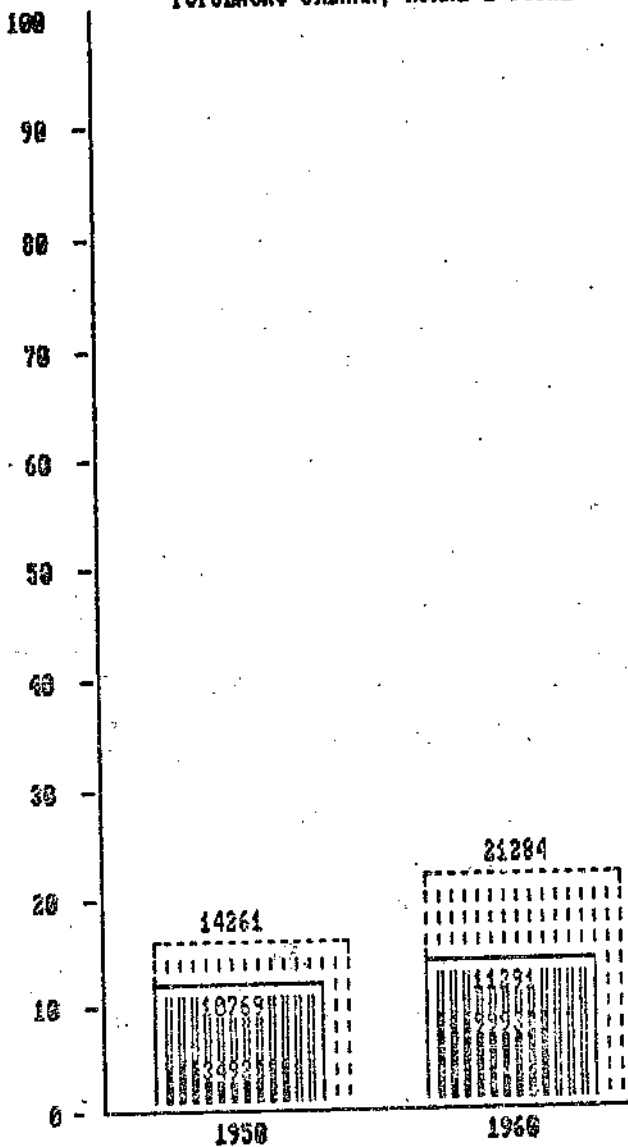
LEGENDA

FICHA - CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950
 SÃO PAULO, 1978 P. 224
 FICHA ELABORADA POR: FERNANDO AZEVEDO

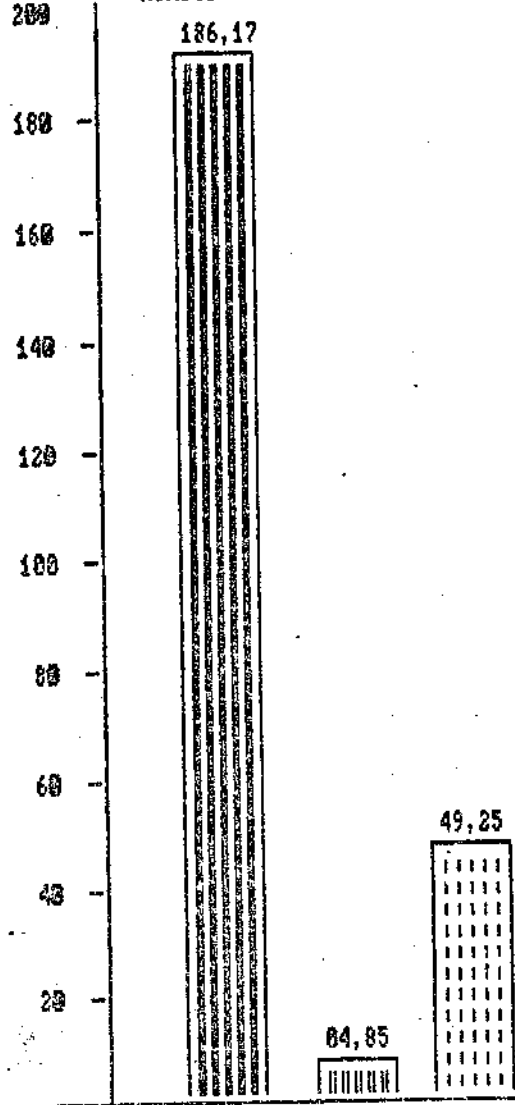
ANEXO II - G

ESTADO DO PARA
 MICRO-REGIAO BRAGANTINA
 TAXA DE CRESCIMENTO GEOMETRICO (%) - 1960/1958




POPULACAO URBANA, RURAL E TOTAL



MUNICIPIO COM MAIOR TAXA DE CRESCIMENTO DA DECADE



C A S T A N H A L

-  RURAL
-  URBANA
-  TOTAL

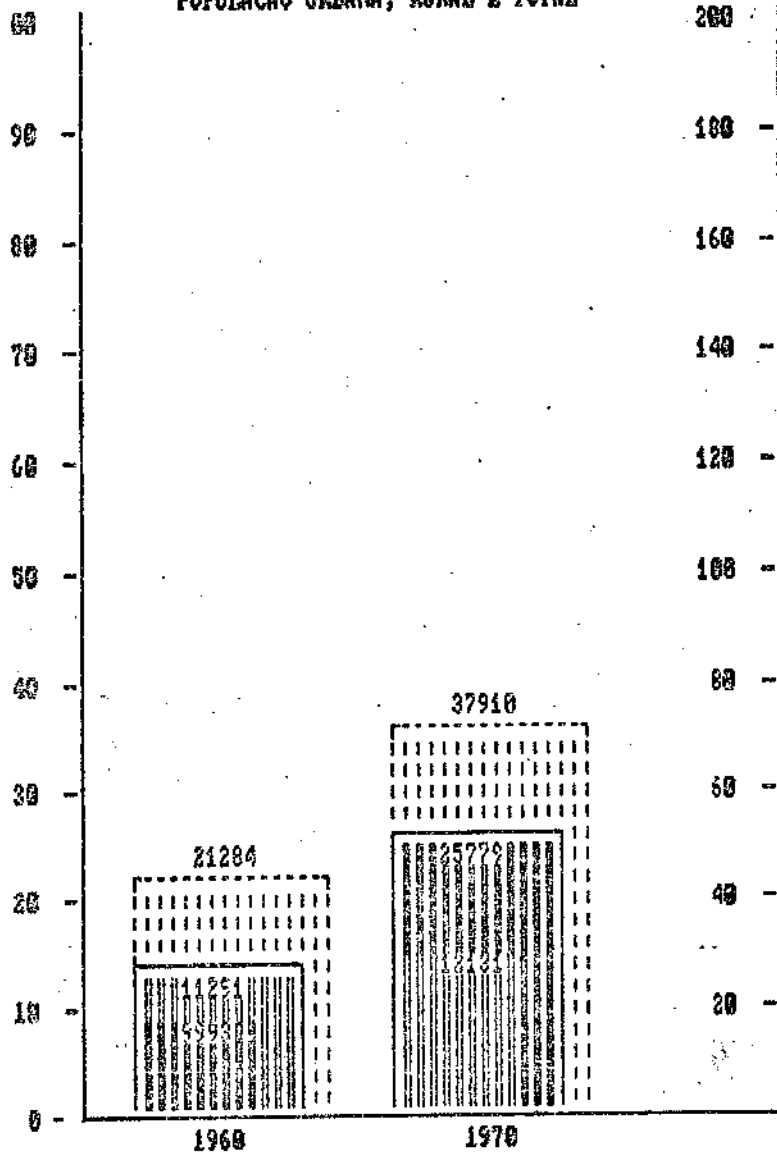
LEGENDA

Fonte : FIBGE - CENSO DEMOGRAFICO DE 1958
 IBGE - PA/CBS
 MAPICO ELABORADO POR : FERNANDO AZEVEDO

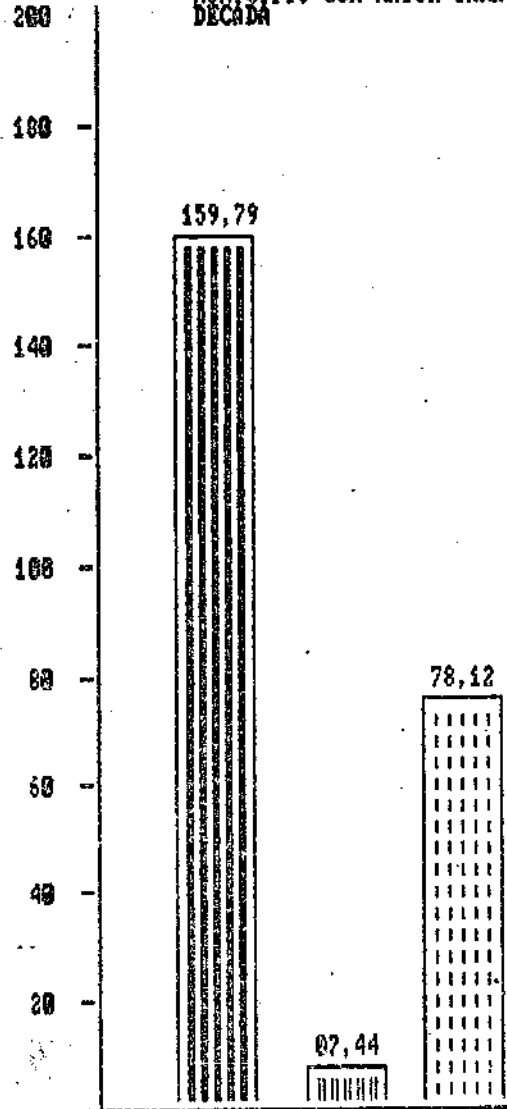
ANEXO II - H

ESTADO DO PARÁ
 MICRO-REGIÃO BRASILEIRA
 TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%) - 1970/1960

POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL



MUNICÍPIO COM MAIOR TAXA DE CRESCIMENTO DA DÉCADA



C A S T A N H A L

-  RURAL
-  URBANA
-  TOTAL

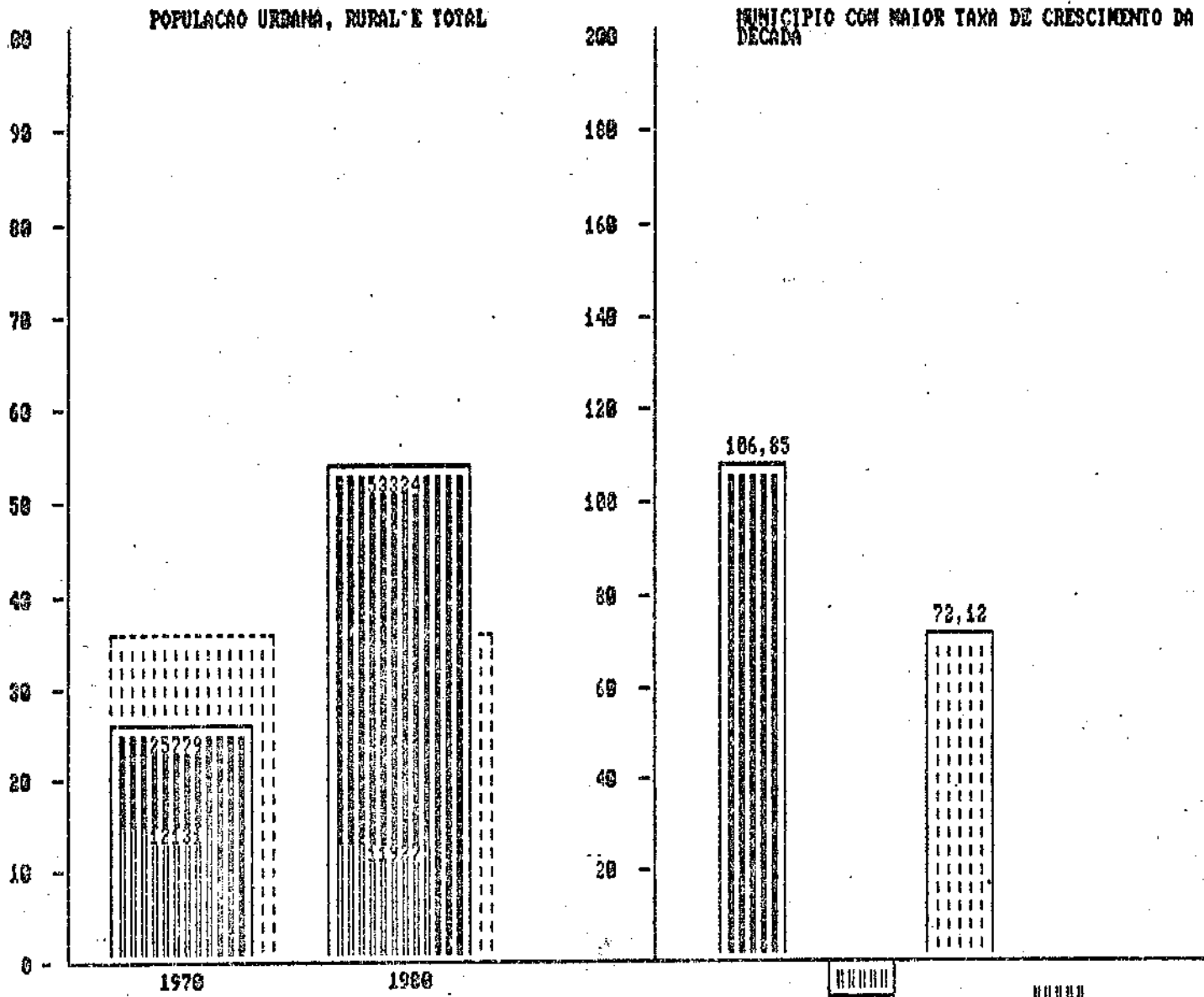
LEGENDA

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1960
 IDSP-PA/CE

Gráfico elaborado por: FERNANDO AZEVEDO




ANEXO II - I

ESTADO DO PARÁ MICRO-REGIÃO BRAGANTINA TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (K) - 1969/1978



C A S T A N H A

1969
- 1,68

-  RURAL
-  URBANA
-  TOTAL

LEGENDA

E : IIBSE - CENSO DEMOGRAFICO DE 1950
IDESP - PA/CAS
ICO ELABORADO POR : FERNANDO AZEVEDO

ANEXO IIIA- ACTA DA FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE PARAENSE DE IMMIGRAÇÃO

Aos 17 dias do mez de Novembro de 1885, n'esta cidade de Belém do Gram-Pará, no salão de honra do palácio do governo, reunida, sob a presidencia do exmo. sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe os cidadãos abaixo assignados, representantes das diversas classes sociaes declarou o mesmo exmo. sr. conselheiro presidente da provincia que os convocara para tratar do importante assumpto da immigração estrangeira para esta provincia e offerecer as seguintes bases:

- 1º Creação de uma sociedade de immigração na capital do Pará;
- 2º Tornar conhecido na Europa tudo quanto possa despertar e animar a immigração para o Pará;
- 3º Agente na europa;
- 4º Favores que na Europa se deve proporcionar ao immigrante;
- 5º Recepção de immigrantes;
- 6º Natureza dos favores na provincia e tempo de duração dos mesmos;
- 7º Distribuição de terras, seu pagamento, e concessão de título definitivo;
- 8º Pontos de localisação;
- 9º Meios para occorrer as despezas com esse serviço;

Entrando a matéria em discussão, ficou resolvido:

1º Que se creasse uma associação incumbida de promover na provincia do Pará a colonisação europeia sob o titulo de "Sociedade Paraense de Immigração" sendo os abaixo assignados os socios installadores.

2º Que ficasse aclamado como presidente da meza provisoria o exmo. sr. senador Antonio Joaquim Gomes do Amaral, como 1º vice-presidente o exmo. sr. conego Manoel José de Siqueira Mendes, como 2º o exmo. sr. Barão de Igarapé-merim, e secretario o bacharel Domingos Olimpio Braga Cavalcanti, os quaes a comporão até a definitiva organisação da sociedade.

3º Que a meza provisoria ficasse encarregada da organisação dos estatutos da sociedade e de apresental-os á approvação d'esta.

4º Que na organisação dos estatutos se attendam as deliberações do congresso sob os demais pontos das bases acima transcritas

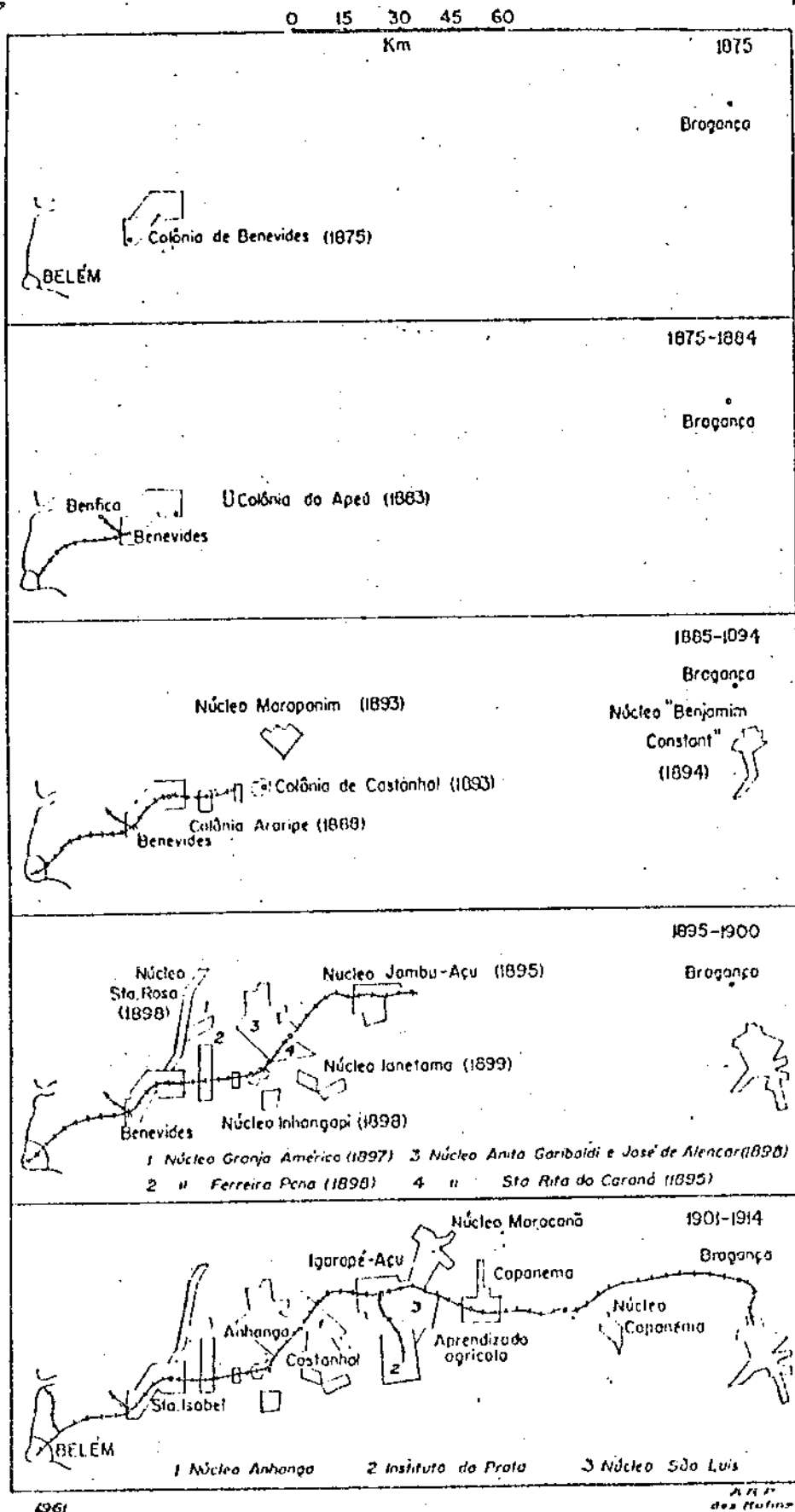
E para constar e se considerar fundada a "Sociedade Paraense de Immigração" eu., secretario da meza provisoria Domingos Olimpio Braga Cavalcante, escxrevi a presente acta, que assignam todas as pessoas presentes.

Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará. Tristão de Alencar Araripe. Dr. Joaquim Gomes do Amaral. Conego Manoel José de Siqueira Mendes. Barão de Igarapé-merim. José Clarindo de Queiroz. João P. dos Santos Campos. Dr José Ferreira Cantão. Antonio Bezerra da Rocha Moraes. Joaquim de Paula Pessoa de Lacerda. A. Pinheiro. Joaquim Victorino de Souza Cabral. Ignacio B. de Moura. Conego José Lourenco dsa Costa Aguiar. João Victor Gonçalves Campos. An-

tonio Homem de Loureiro Siqueira, Felix de Figueiredo Faria, João Diogo Clemente Malcher, Dr Fernando Costa, Samuel Wallace Mac Dowell, Filippe Augusto de Carvalho, Barão de Santa Candida, Agostinho Autran, engenheiro, Desembargador Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque, Conego Carlos Sedli, Joaquim Raimundo de Lamerre, Frederico A. da Gama e Costa, David Freire da Silva, H.V. Fiock Romano, Damaso Pereira, engenheiro, Justino Franca, engenheiro, Antonio Acatauassú Nunes, Antonio J. de Oliveira Campos, Luiz Eduardo de Carvalho, Antonio Pimenta de Magalhães, Alvaro Pinto da Ponte e Souza, Enrico Schivazappa, Antonio José de Pinho, Pedro Antonio Machado, Major Antonio da Rocha Bezerra Cavalcanti, Augusto Cezar da Ponte e Souza, Major Jose Felicio de Souza, Liberato Magno da Silva Castro, Julio Cezar Ribeiro de Souza, Antonio Bernardino Jorge Sobrinho, Alipio d'Assumpção Urbano da Fonseca, Cicero Rodrigues de Oliveira, Martinho D. Pinto Braga, Antonio B. Dias de Mello, José Joaquim de Castro, João Augusto Malcher, Padre Dr Mancio Caetano Ribeiro, Fulgencio Pereira Simões, Raimundo Nina Ribeiro, Gustavo Sesselberg, Joaquim Baptista Moreira, Antonio Braule Freire da Silva, W. Tomson, Dr Joaquim Cardoso de Andrade, Emilio de Moraes Dias, José Vicente Vieira de Vasconcellos, José Quintino de Castro Leão, E. Compton, Francisco Schusterschitz, engenheiro, W Brambeer.

ANEXO III - B

QUADRO EVOLUTIVO DA COLONIZAÇÃO DA BRAGANTINA (1875 a 1914)



Dados básicos: Departamento de Terras e Colonização do Estado do Pará
 Elaborado e Publicado por Antônio da Rocha Penteado, 1967.

ANEXO IV - Decreto de extinção da EFB.

Decreto Nº 58.992 - de 4 de agosto de 1966.

Dispõe sobre a implementação da política governamental de supressão de trechos ferroviários antieconômicos de que trata a Lei nº 4.452 de 1964, de 5 de novembro de 1964.

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º A substituição de trechos e ramais ferroviários antieconômicos por estradas de rodagem será programada de acordo com as estimativas das disponibilidades financeiras a que se refere a Lei nº 4.452, de 5.11.64, observados os procedimentos constantes deste decreto.

Parágrafo Único. A substituição a que se refere este artigo obedecerá ao relacionamento constante do anexo ao presente decreto.

Art. 2º Fica estabelecida a seguinte classificação e ordem de prioridade para os ramais e trechos ferroviários antieconômicos que serão suprimidos e substituídos por rodovias:

a) 1º Grupo - Ramais ou trechos ferroviários que poderão ser suprimidos imediatamente se ainda não o foram, por servirem a zonas já atendidas em condições adequadas de tráfego pelas rodovias existentes (Relação I);

b) 2º Grupo - Ramais ou trechos ferroviários, cujas rodovias substitutivas se acham em execução, de acordo com os projetos e especificações aprovados (Relação II)

c) 3º Grupo - Ramais ou trechos ferroviários, para os quais ainda não tenha sido iniciada a construção de rodovia substitutiva, considerados especialmente os que tenham tido suspensa a operação, por motivo de segurança do tráfego, ou por outros motivos relevantes (Relação III)

Parágrafo Único. O programa de obras rodoviárias substitutivas, será, basicamente, o constante do item VIII do relatório do Grupo de Trabalho da Portaria nº 393-65, do MVOP, com as alterações que resultarem do agrupamento referido neste artigo, bem como as decorrentes do disposto no artigo 4º, respeitado o procedimento estabelecido no artigo 7º do presente decreto.

Art. 3º A erradicação dos ramais ou trechos componentes do 3º Grupo, nos quais a medida ainda não tenha sido tomada, fica dependendo de prévia autorização do Ministro da Viação e Obras Públicas, por proposta da entidade sob cuja administração estiver o trecho ferroviário, ouvido o Conselho Ferroviário Nacional.

Art. 4º O Conselho Ferroviário Nacional poderá propor, em qualquer tempo ao Conselho Nacional de Transportes, por iniciativa

própria ou por sugestão dos outros órgãos, a revisão da programação estabelecida neste decreto.

Art. 5º O Conselho Nacional de Transportes, através do órgão que julgar conveniente, promoverá estudos, de forma a verificar se as rodovias substitutivas estão, realmente, atendendo aos núcleos populacionais anteriormente servidos pelos trechos ferroviários substituídos.

Art. 6º Compete ao Conselho Rodoviário Nacional aprovar os programas anuais de construção de rodovias substitutivas dos ramais antieconômicos e proceder às revisões necessárias, no sentido de compatibilizar os programas com os recursos disponíveis do Fundo Especial.

Parágrafo Único. A elaboração dos programas anuais e de suas modificações, respeitando o disposto no parágrafo único do artigo 2º, será procedida na forma estabelecida no artigo 8º.

Art. 7º Os programas anuais e suas modificações, depois de aprovados pelo Conselho Rodoviário Nacional, deverão ser submetidos à apreciação e aprovação do Conselho Nacional de Transportes.

Art. 8º A supervisão da execução do programa de construção de rodovias substitutivas dos ramais antieconômicas caberá ao Conselho Rodoviário Nacional, que encaminhará ao conhecimento e à apreciação do Conselho Nacional de Transportes os relatórios trimestrais apresentados pela fiscalização das obras.

Parágrafo Único. O Ministro da Viação e Obras Públicas poderá constituir Comissão Executiva no âmbito do Ministério, com a missão de implementar as medidas preconizadas no Relatório do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 393-65, do MVOP, com a observância dos dispositivos do presente decreto.

Art. 9º A erradicação de quaisquer outros ramais ou trechos ferroviários não constantes do relacionamento anexo ao presente decreto, fica subordinada:

- a) proposta dos órgãos interessados sobre os trechos a serem suprimidos;
- b) à existência ou à construção de outra via de transporte em condições de atender satisfatoriamente as necessidades do tráfego, assegurado o transporte de passageiros e cargas, em caráter permanente, para todos os núcleos populacionais servidos pelas linhas a levantar;
- c) à inexistência de proposta aceitável para a exploração de trecho ferroviário a ser suprimido, verificada após a publicação de editais pela ferrovia interessada;
- d) a estudos fundamentais, tendo em vista a operação, as condições e peculiaridades regionais e outros fatores;
- e) à manifestação do Conselho Ferroviário Nacional junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas;
- f) à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo Único. O Ministro da Viação e Obras Públicas, em casos urgentes e excepcionais, no resguardo da segurança do tráfego, poderá autorizar a suspensão da operação em determinados trechos ferroviários, promovendo, se for o caso, medidas complementares, visando a erradicação dos mesmos.

Art. 10. O Ministério da Viação e Obras Públicas e o Departamento Administrativo do Serviço Público promoverão o aproveitamento do pessoal liberado pela supressão das ferrovias e ramais, que pertença aos quadros públicos federais, na conformidade do disposto nos artigos 6º e 7º do Decreto-Lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Art. 11. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário e, em especial, o Decreto nº 58.341, de 3.5.66.

Brasília 4 de agosto de 1966: 145º da Independência e 78º da República.

H. Castello Branco
Juarez Távora.

RELAÇÕES ANEXAS AO DECRETO Nº 58.992, DE 4 DE AGOSTO DE 1966.

Relação I

Ferrovias e Ramais cujas necessidades de tráfego já são atendidas por Estradas de Rodagem - 1.466 km.

E.F. São Luís-Teresina - 43 km.

1. Coroatá-Peritoró

R.V. Cearense - 69 km

2. Maracanaú-Maranguapé 3. Km. 589-Barbalha 4. Floresta-Barra 5. Alencar-Orós

R.F. do Nordeste - 111km

6. Carpina-Bom Jardim 7. Paquevira-Garanhuns

E.F. Ilhéus - 76 km

8. Ilhéus-Itabuna 9. Rio do Braço-Itajuípe

E.F. Leopoldina - 549km

10. Guia do Pacobaíba-Piabetá 11. Vila Inhomirim-Triângulo 12. Pôrto das Caixas-Conselheiro Paulino 13. Cordeiro-Macuco 14. Guarani-Rio Pomba 15. Volta Grande-Pirapetinga 16. Vista Alegre-Leopoldina 17. Patrocínio do Muriaé-Muriaé 18. Niterói-Cabo Frio 19. Pequeri-Mar de Espanha 20. Campos-Atafona 21. Martins Lage-Barão São José 22. Seguro-Santo Amaro de Campos 23. Guapimirim-Teresópolis 24. Guapimirim-Magé

E.F. Central do Brasil - 132 km

25. Cava-Tinguá 26. João Pinto-Registro 27. Bento Ribeiro-Campos dos Afonsos 28. Santa Cruz-Base Aérea

V.F. Centro Oeste - 324 km
 29. Bernardo Monteiro-Contagem 30. Barbacena-Campolide 31. Espera-
 Três Pontas 32. Piranguinho-Paraisópolis 33. Gonçalves Ferreira-
 Itapeçerica 34. Chagas Dória-Águas Santas 35. Varginha-Juréia 36.
 Ramal Pitangui 37. Campanha-São Gonçalo

E.F. Noroeste do Brasil - 107 km
 38. Araçatuba-Lussanvira

R.V. Paraná-Santa Catarina - 5 km
 39. Marcílio Dias-Canoinhas

E.F. Rio Grande do Sul - 99 km
 40. Junção-Beira Mar 41. Uruguaiana-Barra do Quaraí 42. Rio dos Si-
 nos-Novo Hamburgo

E.F. Guaira-Porto Mendes - 60 km
 43. Toda ela.

Observações: 1. Não há conveniência de construção de rodovia subs-
 titutiva para o ramal João Pinto-Registro - por se situar em área
 de reserva florestal que protege mananciais e as necessidades de
 seus habitantes serem atendidas por caminhos existentes.
 2. Embora já atendidos por estradas pavimentadas, os ramais Bento
 Ribeiro-Campo dos Afonsos e Santa Cruz-Base Aérea deverão ser
 mantidos como desvios de interesse militar.
 3. Embora atendidos pelas estradas de rodagem existentes e já es-
 tejam com o tráfego suspenso não deverão ser suprimidos: o ramal
 Guia do Pacobaiba-Pibetá, por estar tomado pelo Patrimônio Histó-
 rico Nacional; Marcílio Dias-Canoinhas, por que convém ser manti-
 do como desvio particular; Campanha-São Gonçalo, por ser inte-
 grante do T-10 do PNV, podendo todavia, ser erradicado através de
 reformulação do Plano nesse particular.

Relação II

Ferrovias e ramais cujas rodovias substitutivas se acham em cons-
 trução ou estão programadas para 1966 - 2.803 km.

- E.F. Madeira-Mamoré - 368 km
 1. Porto Velho-Guajará Mirim
 E.F. Bragança - 289 km
 2. Belém-Bragança e ramais
 R.V. Cearense - 22 km
 3. km 551 - Cajazeiras
 R.F. do Nordeste - 203 km
 4. Ribeirão-Cortez 5. Piranhas-Petrolândia 6. Camarazal-Alagoa Gran-
 de 7. Itamataí-Bananeiras
 V.F. Federal Leste Brasileiro - 159 km
 8. Taperi-Santa Teresinha 9. Queimadinhos-Itaité 10. Buranhem-Catui-
 cara 11. Rio do Braço-Poiri
 E.F. Leopoldina - 369 km
 12. Conselheiro Paulino-Portela 13. Conselheiro Paulino-Belo Barre-
 to 14. Triunfo-Mauro de Moraes 15. Trajano-Santa Maria Madalena
 16. Coutinho-Castelo 17. Paraquena-Miracema 18. Macaé-Glicério

- E.F. Central do Brasil - 87 km
 19. Saudade-Bananal 20. Valença-Afonso Arinos 21. Benfica-Lima Duarte
 22. Santos Dumont-Mercês
 V.F. Centro Oeste - 238 km
 23. Itajubá-Delfim Moreira 24. Barra do Pirai-Santa Rita de Jacutinga
 25. Gonçalves Ferreira-Claudio 26. Freitas-Campanha
 V.F. Rio Grande do Sul - 377 km
 27. Ramiz Galvão-Santa Cruz do Sul 28. Pelotas-Cangussu 29. Uruguiana-São Borja
 30. Taquara-Canela
 E.F. Bahia-Minas - 582 km

31. Caravelas-Arassuaí

Observações: 1. As Rodovias substitutivas estão sendo executadas pelos órgãos rodoviários estaduais mediante convênios com o D.N. E.R., exceto a do ramal Rio do Braço-Poiri, em construção sob a administração do Departamento. 2. O trecho Benfica-Lima Duarte constitui o T-8 do PNV e a sua erradiação dependerá de reformulação deste Plano nesse aspecto.

RELAÇÃO III

Ferrovias e ramais para os quais não tenha sido iniciada a construção de rodovia substitutiva - 2076 km.

- R.V. Cearense - 33 km
 1. Jaguaribe-Cairús
 R.F. Do Nordeste - 199 km
 2. Ribeirão-Barretos 3. Itaretama-São Rafael-Jurucutu 4. Mossoró-Porto Franco
 V.F. Federal Leste Brasileiro - 257 km
 5. Itinga-Campo Formoso 6. Conceição-Feira de Santana
 7. Capela-Murta 8. Petrolina-Paulistana
 E.F. Nazaré - 256 km
 9. Santo Antonio de Jesus-Jequié 10. São Miguel-Amargosa
 E.F. Leopoldina - 212 km
 11. Cataguazes-Mirai 12. Espera Feliz-Cachoeira do Itapemirim
 13. Saracuruna-Vila Inhomirim 14. Sereno-Santa de Cataguazes
 E.F. Central do Brasil - 207 km
 15. Belford Roxo-Xerém 16. Belford Roxo-Cava 17. Cava-Jaceruba
 18. Corinto-Diamantina
 V.F. Centro Oeste - 553 km
 19. Velho da Taipa-Pompeu 20. Divinópolis-Velho da Taipa 21. Azurita-Bom Despacho
 22. Bom Despacho-Barra do Funchal 23. Gaspar-Lopes-Machado
 24. Pompeu-Barra do Paraopeba
 E.F. Santa Catarina - 10 km
 25. Subida-Ibirama
 V.F. Rio Grande do Sul - 90 km
 26. Novo Hamburgo-Taquara 27. Rio dos Sinos-Montenegro
 E.F. Tocantins - 117 km
 28. Tucuruí-Jatobal
 E.F. Jacuí - 72 km

29. Tôda ela.

Observações: 1. Dentro de cada Estrada de Ferro, os ramais estão relacionados por ordem crescente de densidade de tráfego.
 2. Os ramais Mossoró-Porto Franco e Santo Antonio de Jesus-Jequié constituem as L-5 L-8 do Plano de Viação. A sua supressão dependerá, de reformulação deste Plano nesse aspecto.